

Transformações econômicas e sociais na estrutura regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2000-2010)

Eduardo Nunes Guimarães

Vitorino Alves da Silva

Organizadores



Transformações econômicas e sociais
na estrutura regional do Triângulo Mineiro
e Alto Paranaíba (2000-2010)

REITOR	CONSELHO EDITORIAL
Valder Steffen Jr.	André Nemésio de Barros Pereira
	Cristina Ribas Fürstenau
VICE-REITOR	Décio Gatti Júnior
Orlando César Mantese	Emerson Luiz Gelamo
	Fábio Figueiredo Camargo
	Frederico de Sousa Silva
	Hamilton Kikuti
DIRETOR DA EDUFU	Ricardo Reis Soares
Guilherme Fromm	Sônia Maria dos Santos

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Editora de publicações	Maria Amália Rocha
Assistente editorial	Leonardo Marcondes Alves
Revisão	Cláudia de Fátima Costa
	Leonardo Remiggi Burgos
Revisão de referências	Alessandra Lelis
Capa e diagramação	Eduardo Warpechowski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU – MG, Brasil

T772c Transformações econômicas e sociais na estrutura regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2000-2010). / Eduardo Nunes Guimarães, Vitorino Alves da Silva, organizadores – Uberlândia : UFU, 2019. 263 p. : Il.

ISBN: 978-85-64554078

Inclui bibliografia.

DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/UFU-978-85-64554-07-8>

1. Planejamento urbano – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião). 2. Planejamento regional – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião). 3. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião) – Condições econômicas – 2000-2010. 4. Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião) – Condições sociais – 2000-2010. I. Guimarães, Eduardo Nunes. II. Silva, Vitorino Alves da. III. Universidade Federal de Uberlândia. V. Título.

CDU: 338 (815.12)

Gerlaine Araujo Silva – CRB 6: 1408

Transformações econômicas e sociais
na estrutura regional do Triângulo Mineiro
e Alto Paranaíba (2000-2010)

Eduardo Nunes Guimarães
Vitorino Alves da Silva
Organizadores



A todos aqueles que, antes de nós, trilharam os mesmos caminhos da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nestas terras das Minas Gerais.

Sumário

7		<i>Capítulo 1</i> Rede Urbana e estrutura demográfica regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba <i>Eduardo Nunes Guimarães</i> <i>Jucyene das Graças Cardoso</i>
24		<i>Capítulo 2</i> Distribuição espacial das atividades produtivas e capacitação tecnológica <i>Humberto Eduardo de Paula Martins</i>
120		<i>Capítulo 3</i> Principais transformações na estrutura industrial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na primeira década dos anos 2000 <i>Soraia Aparecida Cardozo</i>
140		<i>Capítulo 4</i> Mercado de Trabalho no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: balanço de uma década <i>Darcilene Cláudio Gomes</i>
165		<i>Capítulo 5</i> Desenvolvimento Social <i>Henrique Dantas Neder</i> <i>Ana Márcia Rodrigues da Silva</i>

209		<i>Capítulo 6</i> Uma breve análise da inserção internacional de Uberlândia e do Triângulo Mineiro na primeira década do século XXI <i>Armando Gallo Yahn Filho</i>
238		<i>Capítulo 7</i> Finanças Públicas <i>Rick Humberto Naves Galdino</i> <i>Vitorino Alves da Silva</i>
260		<i>Sobre os autores</i>

Apresentação

Seguindo uma tradição da linha de pesquisas em desenvolvimento regional e urbano consolidada no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri-UFU), temos o prazer de colocar à disposição do público em geral e, em especial, da comunidade científica, o livro que versa sobre as transformações econômicas e sociais na estrutura regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período 2000-2010. Esta publicação constitui resultado de recente pesquisa desenvolvida por um grupo de professores e pesquisadores do Ieri/UFU que se dedicam ao estudo da dinâmica regional e urbana, ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano (Nedru). Conforme descrito a seguir, este trabalho aborda um conjunto de temas voltados ao entendimento do desenvolvimento regional e urbano, procurando analisar, em particular, as transformações econômicas e sociais recentes dos municípios componentes da referida Região.

O objetivo central foi abordar a configuração regional e urbana da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MTMAP), destacando seus múltiplos aspectos: da rede urbana, dos setoriais econômicos (industrial e agrícola), do emprego e da pobreza, da ciência e tecnologia e das finanças públicas locais. Trata-se, portanto, de uma análise atualizada da dinâmica do desenvolvimento regional e urbano e suas transformações econômicas e sociais vis-à-vis suas articulações com as economias nacional e internacional.

Não é possível deixar de reconhecer que o estudo das características e da evolução econômica dos municípios que compõem a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba transformou-se ao longo das últimas décadas em uma tarefa de grande interesse de pesquisadores do

Ieri. Trabalhos anteriores já demonstraram que essa Região apresentou um intenso crescimento econômico e demográfico a partir de meados do século XX, fruto da sua integração econômica com a economia paulista e das transformações ocorridas no seu setor produtivo e mercado de trabalho. É fato conhecido que o desempenho regional diferenciado ao longo das últimas décadas derivou de diversos fatores, incluindo a desconcentração da economia paulista, a interiorização da infraestrutura nacional, a urbanização do interior brasileiro e a própria expansão da fronteira de recursos naturais.

Tendo esse panorama como pano de fundo, as análises presentes neste livro procuraram ficar circunscritas ao desempenho experimentado pela Região e sua rede urbana, com recorte temporal específico para o primeiro decênio do século XXI, considerando as transformações em curso nas economias brasileira e internacional. Para tanto, o objetivo principal foi elaborar um diagnóstico setorial mais atualizado das atividades econômicas, em particular dos setores agropecuário e industrial, bem como uma análise da estrutura urbana regional, considerando o desempenho das finanças públicas municipais, do emprego e das condições de vida. O propósito principal é contribuir com uma fundamentação analítica que sirva de referência para o planejamento regional e, em particular, para as políticas de investimento na Região, sejam aquelas destinadas à melhoria do desempenho econômico, sejam aquelas voltadas para o avanço da qualidade de vida e ampliação do emprego regional.

Conforme amplamente discutido na literatura clássica de planejamento regional e urbano (Friedman; Alonso, 1969), o desenvolvimento regional e a diversidade intra e inter-regional decorrem de diversos fenômenos; mas, decisivamente dependem de fatores internos e, fundamentalmente, da integração regional no plano nacional e internacional. A história econômica revela que o desenvolvimento econômico das regiões e seu maior ou menor adensamento demográfico são fenômenos associados a processos mais ou menos exitosos de integração produtiva e comercial no espaço mais geral. Ou seja, as regiões e a rede urbana que as compõem não são produtos de condições intrínsecas ou autóctones, mas de suas respectivas inserções nos fluxos econômicos mais gerais e consequente divisão territorial do trabalho.

Considerando que o Triângulo Mineiro não se constitui como uma unidade político-administrativa, não possui autonomia e governo próprio, torna-se imperioso levar em consideração que essa região não pode ser simplesmente recortada como um subespaço territorial ou político-administrativo das Minas Gerais ou do Brasil. Portanto, é preciso deixar claro que uma análise da dinâmica regional não representa apenas uma média do desempenho de um recorte espacial. Na verdade, duas tarefas se fazem essenciais para todo e qualquer estudo regional: de um lado recortar a singularidade da região e, do outro lado, revelar as distintas particularidades das economias municipais que formam o sistema produtivo regional. Nesse sentido, uma das formas possíveis de abordar a região como singularidade espacial seria a partir de seus nexos e interações produtivas, isto é, como uma unidade econômica funcional. Embora vulgarmente tratados com significados semelhantes, conforme analisado por Perroux (1950), região econômica e recorte geográfico territorial não são da mesma natureza. Enquanto o território, do ponto de vista político-institucional, possui limites geográficos bem definidos, a região econômica, em geral, não se confunde historicamente com uma forma espacial fixa e delimitada seja por limites geográficos, seja por delimitações político-administrativas. Assim sendo, é importante destacar que antes de avançar pelas especificidades próprias desta região foi preciso elaborar e caracterizar aspectos relevantes do próprio processo de construção da sua dimensão econômico-espacial.

Ou seja, a identidade de uma região não é dada pela sua forma geográfica previamente determinada ou contida em um plano definido, mas por características históricas e estruturais comuns que a diferenciam e lhe imprimem uma identidade, ou seja, conforme Geiger (1967, p. 59) como um espaço singular “resultante de uma combinação de fenômenos de naturezas diversas”. Ademais, segundo Amin (2004) pode-se dizer que para compreender e caracterizar uma dinâmica regional é preciso lidar com as transformações e singularidades espaciais sem necessariamente forçá-las dentro de limites geográficos ou político-administrativos rígidos.

Partindo da concepção espacial de região econômica como um plano abstrato, as análises presentes neste livro são claramente herdeiras da longa tradição de pesquisa regional iniciada na primeira metade dos

anos 1980, no antigo Departamento de Economia da UFU. É com base nesse legado que se torna possível analisar as transformações em curso e entender como o Triângulo Mineiro se formou e se constituiu enquanto uma região econômica, com dinamismo diferenciado, singularidades e, em particular, com uma clara distinção dos seus principais recortes históricos.

Estamos nos referindo às contribuições pioneiras de Freitas e Sampaio (1985) Sampaio (1986), Brandão (1989) e Guimarães (1990, 1993, 2010), cujas análises ajudaram a sedimentar uma interpretação histórica e estrutural da formação econômica e social de um caso particular de desenvolvimento econômico regional: o Triângulo Mineiro e sua inserção nacional. Pode-se dizer que o interesse pelo estudo do caso do desenvolvimento socioeconômico do Triângulo Mineiro e sua rede urbana de alguma forma confunde-se com a criação do antigo Departamento de Economia da UFU no início dos anos 1980. Aquele grupo tomou para si esta importante tarefa de interpretar as características histórico-estruturais da região, bem como, as singularidades intrínsecas de seu povo.

Uma recuperação desse esforço de interpretação revela que no primeiro momento o desafio era discutir o comportamento dos indicadores socioeconômicos que, naquele momento, já apontavam para um notável e diferenciado dinamismo regional e urbano. Na sequência vieram as pesquisas que se ocuparam com a reconstrução da particular trajetória histórica do Triângulo Mineiro, tendo por objetivo resgatar as especificidades e os suportes econômicos e sociais da projeção do espaço regional do Triângulo Mineiro e sua rede urbana no circuito da divisão inter-regional do trabalho e da acumulação de capitais.

Cabe registrar que, no âmbito do interesse pela pesquisa regional, foi criado no segundo semestre de 1996 o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano (Nedru), tendo como base os trabalhos individuais de pesquisa e a formação acadêmica de alguns professores de Economia (Deeco) e economistas do Centro de Documentação, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (Cepes) da UFU. É nesse contexto que podemos dizer que a pesquisa atual deve ser interpretada enquanto uma combinação de atualização e continuação de

uma série de investigações realizadas pela Equipe do Nedru que, de forma efetivamente coletiva, vem ajudando a entender e a interpretar o dinamismo e as características singulares do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no contexto da divisão inter-regional do trabalho nacional e sua particular integração com o estado de São Paulo e o Centro-Oeste brasileiro.

Para ilustrar este legado podemos citar o envolvimento dos pesquisadores do Nedru, na segunda metade da década de 1990, com a elaboração e apresentação de uma proposta de estudo dos projetos de investimentos do programa Brasil em Ação e selecionados a partir do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999. Coube aos pesquisadores do Nedru a tarefa de apresentar uma proposta de avaliação do eixo de ligação do Sudeste com as regiões Centro-Oeste e Norte, através dos chamados Eixo Oeste e Centro Leste. Essa ligação transcorria principalmente entre o estado de Minas Gerais, via Triângulo Mineiro, e os estados de Goiás e Mato Grosso. Um dos principais resultados foi a produção de artigos voltados à análise dos possíveis impactos dos projetos de investimento no eixo oeste e à caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste¹.

Posteriormente, os pesquisadores do Nedru puderam participar em rede nacional com outras instituições para a pesquisa sobre a rede urbana brasileira. Sob a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e em parceria com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ajudaram a elaborar um estudo de referência nacional: “Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil”². A partir da análise dos sistemas produtivos regionais e de

¹ BRANDÃO, Carlos Antônio et al. Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento do programa Brasil em Ação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. Belo Horizonte: anais do congresso/CEDEPLAR-UFGM, 1998. p. 247-269. 2. GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP/PRONEX, 2002. p. 17-85. [ISBN: 85-88258-03-X](#).

² IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE (Org.). *Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil*. Campinas: UNICAMP.IE, 1999. (Coleção Pesquisas 3). [ISBN: 85-86215-29-5](#); IPEA, IBGE, UNICAMP (Org.). *Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendência da rede urbana*. Brasília: IPEA, vol. 1, 2001. [ISBN: 85-86170-36-4](#); IPEA, IBGE, UNICAMP (Org.). *Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2001. [ISBN: 85-86170-35-6](#); IPEA, IBGE, UNICAMP (Org.). *Caracterização e tendência*

indicadores econômicos e sociais foi produzida uma tipologia e uma classificação dos municípios por ordem de importância econômica e demográfica, cabendo especificamente aos pesquisadores do Nedru a elaboração dos indicadores, classificações e análises da rede urbana do Centro-Oeste, conforme registrados nos volumes publicados pelo Ipea. Ademais, um dos subprodutos desta pesquisa foi a reflexão realizada pela Equipe do Nedru para a “Aglomeração Urbana de Uberlândia”³.

Como desdobramento deste projeto os pesquisadores do Nedru foram convidados a elaborar uma análise do papel e características das regiões metropolitanas na rede urbana brasileira, projeto conhecido como “Caracterização das regiões metropolitanas brasileiras institucionalizadas”⁴. Esses pesquisadores ficaram responsáveis pela principal metrópole do Centro-Oeste: Brasília-DF; que lhes permitiu conjuntamente participarem também do “Programa Especial de Comunidades do Entorno do Distrito Federal” (“Projeto Ride/UniSol/IES”).

Esse projeto teve como objetivo pesquisar o desenvolvimento no entorno do Distrito Federal e foi desenvolvido por um pool de instituições. Coube à equipe da UFU (Nedru/Ieri) pesquisar e produzir três relatórios de caracterização e proposições de políticas para o desenvolvimento dos municípios de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, todos localizados no estado de Minas Gerais. Com base em pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo na região foi elaborado um conjunto de relatórios com vistas a referenciar todos os planos, projetos e programas, para o desenvolvimento sustentável da Região do Entorno do Distrito Federal. Ou seja, foi elaborado um documento que procurava orientar as prefeituras municipais e o planejamento da Ride no sentido de desenvolver ações que pudessem contribuir na melhoria

da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana. Brasília: IPEA, vol. 3, 2001. ISBN: 85-86170-26-7; IPEA, IBGE, UNICAMP (Org.). **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, vol. 4, 2001. ISBN: 85-86170-20-0

³ Veja: SILVA, Vitorino Alves da et al. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 195-223.

⁴ Trata-se de: GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Brasília: uma metrópole singular no Centro-Oeste brasileiro. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 14, n. 2/v. 15, n. 1, p. 77-102, 2000.

da qualidade de vida de suas populações, a partir do ano de 2001. Para a elaboração dos diagnósticos a equipe de pesquisadores realizou os seguintes procedimentos: levantamento e análises de dados secundários; realização de viagem de reconhecimento e definição de interlocutores nos municípios; seleção e treinamento de equipe de pesquisadores para a realização de entrevistas e preenchimento dos questionários; viagens aos municípios, com toda a equipe de pesquisa, para a realização dos trabalhos de campo.

A elaboração dos diagnósticos de cada um dos municípios seguiu os seguintes procedimentos: a) identificação e sistematização dos problemas e características do município; b) definição de tendências para nortear a gestão pública; c) identificação de potencialidades e condicionantes para o tratamento adequado dos problemas posicionados e suas tendências e d) indicação de objetivos, diretrizes gerais e prioridades para o desenvolvimento local.

O referido projeto foi financiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Iica) no âmbito do Projeto Comunidade Solidária e com a parceria das prefeituras municipais.

A expertise regional e o reconhecimento da importância da inserção regional do Triângulo Mineiro na dinâmica nacional propiciaram que o NEDRU fosse incorporado no projeto de pesquisas do Pronex-Nepo: “Redistribuição da População e Meio Ambiente: Centro-Oeste e São Paulo”. Tratava-se do primeiro Pronex aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no Brasil e cuja proposta abarcava um estudo interdisciplinar e interinstitucional, sediado no Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp. A relevância maior desse projeto estava associada à análise da relação entre a dinâmica migratória e a mudança ambiental neste imenso recorte geográfico, representado pelo centro dinâmico da economia – o estado de São Paulo – e uma vasta região de fronteira formada pelo Centro-Oeste brasileiro.

Em perspectiva mais geral, o projeto procurou entender a relação entre a dinâmica migratória e a mudança ambiental. Partiu-se do pressuposto de que na época da pós-transição demográfica, que se inicia no final do século XX, a migração será o componente mais importante da dinâmica demográfica. Com reduzidas taxas de fecundidade e

mortalidade e, em consequência, baixas taxas de crescimento vegetativo, os movimentos migratórios **é que** alterarão o tamanho e a estrutura da população em determinado lugar.

Os determinantes e as consequências da mobilidade populacional assumem, nesse novo contexto, papel crucial na matriz das relações econômico-demográfico-ambientais. Esse novo regime demográfico emerge no momento de outra transição secular: a do paradigma da relação homem-natureza. Cada vez mais, as atividades humanas são limitadas por – e limitam – os recursos naturais. O esgotamento, a degradação e a escassez dos recursos naturais se impõem como considerações centrais para o desenvolvimento. A disponibilidade de novos territórios, de novas fontes de recursos e de substitutos para os recursos não é mais igual àquela que marcou a história da humanidade. O ordenamento das atividades no espaço torna-se não só desejável e racional (como sempre foi), mas imperativo. Garantir a qualidade de vida, hoje, implica em harmonizar a distribuição da população e das atividades econômicas com a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Estas questões fundamentaram o projeto que buscou examiná-las no contexto de comparação entre São Paulo e o Centro-Oeste. Era sabido que seriam abordadas duas realidades distintas, no plano demográfico, econômico e ambiental, apresentando um conjunto de situações suficientemente diversas para que pudessem resultar numa metodologia mais generalizável.

Definitivamente pode-se dizer que o conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Nedru conseguiu demarcar o espaço de in-ter-relacionamento entre o Triângulo Mineiro e este eixo de ligação formado por São Paulo e fronteira do Centro-Oeste e Norte, conduzindo esta Equipe a atuar em outro estudo nacional voltado à análise do potencial exportador das pequenas e médias empresas das regiões norte e centro-oeste. Esta pesquisa, financiada pela Apex/Sebrae contou com a fase de levantamentos de dados primários e entrevistas de campo que ajudaram a fortalecer nossa compreensão como equipe de pesquisadores acerca da dinâmica de desenvolvimento e interação do Sudeste, desta vez, com o Brasil Central e a Região Norte.

Por fim, mas não menos importante, deve-se registrar o envol-

vimento da Equipe do Nedru-Cepes com o “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Social e Ambiental da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu colar de influência regional”. Nesta pesquisa nos dedicamos a realizar uma caracterização da hierarquia dos polos regionais e suas redes de influências envolvendo os demais municípios que formam o grande colar regional e, com isso, fundamentar a necessidade de estruturação de um arcabouço institucional de apoio e promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, tomou-se como referência o disposto na Lei Complementar Nº 51/98, em seu Artigo 45, conforme a Constituição do Estado de Minas Gerais (2016), que considera região metropolitana o conjunto de municípios limítrofes que apresentem a ocorrência ou a tendência de continuidade do tecido urbano e de complementaridade de funções urbanas, tendo como núcleo a capital ou metrópole regional e que exija planejamento integrado e gestão conjunta por parte dos entes públicos. Nesse contexto, e considerando a possibilidade de alterações na legislação estadual, este trabalho visou discutir a viabilidade técnica da formação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (RMTMAP) ou Aglomeração Regional Não Metropolitana.

Do ponto de vista metodológico, seja no caso dos estudos históricos, seja no caso de análises de conjuntura, é preciso esclarecer que todo estudo regional necessita realizar alguns procedimentos prévios para delimitar o recorte espacial da pesquisa. Por ora, considerando os diversos estudos já realizados e suas respectivas justificativas metodológicas, neste momento é suficiente informar apenas que, como região econômica, é difícil dizer quais são os limites geográficos do Triângulo Mineiro. Isso por duas razões principais. A primeira, porque ao longo da história essa região se constituiu, ganhou identidade e se expandiu como região econômica. Ou seja, a área que se pode delimitar como região do Triângulo Mineiro e os respectivos municípios que dela fazem parte, não são os mesmos ao longo de sua história. A segunda razão é de ordem mais complexa e envolve o próprio conceito de região e as mais diversas propostas metodológicas para sua delimitação ou regionalização.

Conforme os estudos já citados sobre o desenvolvimento regional

pode-se dizer que o Triângulo Mineiro começou a ser formado como um espaço econômico regional nos primórdios do século XVIII quando foram descobertas as primeiras reservas minerais de ouro, próximas da Serra da Canastra. Foi esse evento que atraiu o interesse dos colonizadores e deu origem ao primeiro povoamento colonizador, na localidade denominada Desemboque, atualmente um Distrito ligado ao atual município mineiro de Sacramento. A exploração mineral de ouro e depois pedras preciosas nesta área, mas também em Goiás e Mato Grosso, foi um fenômeno determinante que ajudou a interiorizar o processo de ocupação econômica. Assim, embora relevante, é notório que a exploração mineral no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tenha sido marcada pelo caráter pontual e relativamente marginal, insuficiente para gerar uma maior organização da estrutura social e econômica, atestados pelo seu baixo impacto no patrimônio arquitetônico regional.

Foi, portanto, ao longo das primeiras décadas do século XIX que o triângulo geométrico dos mapas geográficos, delimitado pela hidrografia dos leitos fluviais dos rios Grande e Paranaíba, ganhou identidade político-administrativa derradeira, sendo finalmente incorporado aos domínios dos mineiros. Essa origem geopolítica cambiante, retratada na historiografia regional, entre interesses de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, somada a uma ulterior integração econômica com São Paulo e Centro-Oeste e, ao longo da história, forjada em um recorrente sentimento de marginalização na política estadual, ajudaram a fomentar uma identidade regionalista, que ganhou forma e ressonância histórica através dos movimentos separatistas. Entretanto, apesar da identidade regionalista, os estudos históricos também revelaram importantes elementos constituintes da formação desta região, que desde sempre esteve articulada aos grandes movimentos de transformação da economia nacional e internacional, em particular, aos grandes projetos de investimento do Estado brasileiro.

O fato é que a industrialização brasileira, que se seguiu ao Plano de Metas, combinada com a modernização e interiorização da infraestrutura levada a cabo no Brasil entre os anos 1956-76 foram decisivas para o processo de diversificação e integração da estrutura produtiva nacional. No caso do Triângulo Mineiro essa região não só ampliou seus setores

produtivos como foi palco de uma verdadeira revolução no setor agropecuário, recebendo novos e variados ingressos de migrantes e investimentos de capital. Portanto, o período que se inicia na década de 1970 marcou a consolidação econômica regional sob a hegemonia do polo de Uberlândia, mas também o ingresso do Triângulo Mineiro na modernidade, impulsionado pela dinâmica da economia industrial paulista e a integração com o Centro-Oeste.

Portanto, conforme mostram-nos os estudos históricos, foi a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-61), com a efetiva decisão e coragem de construir Brasília no interior de Goiás que o Triângulo Mineiro e, em particular Uberlândia, recebeu os benefícios diretos e indiretos da infraestrutura e dos volumosos e decisivos investimentos de capital (Guimarães, 1990, 2010) que foram fundamentais para a dinâmica da economia regional e para a projeção da referida cidade como seu principal polo de desenvolvimento.

Uberlândia emerge como referência aglutinadora regional e de desenvolvimento do interior do país. Sua diferenciação ocorre, sobretudo, através da expansão de sua área de influência econômica e social, empurrada pela projeção do seu capital comercial, da sua rede de serviços de telecomunicações, do setor de serviços em educação e saúde e, também, como epicentro da modernização da agropecuária comercial dos cerrados. Esses elementos, combinados no tempo e no espaço, transformaram este Município no principal local de destino da migração e dos investimentos regionais. Ao cumprir essa função polarizadora e ao contabilizar um intenso crescimento demográfico, o Município de Uberlândia tem experimentado um processo de transformação tanto na sua paisagem urbana (com raros espaços arquitetônicos para rememorar o passado) como, principalmente, na sua composição social, onde cruzam e entrecruzam o local, o regional, o nacional e o cosmopolita.

A partir disso, o presente livro está dividido em sete capítulos destinados à análise da dinâmica regional na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no primeiro decênio deste século.

No primeiro capítulo, trata-se de analisar e caracterizar o comportamento da estrutura demográfica e funcional da rede urbana, do sistema viário e da infraestrutura regional do TMAP à luz de

importantes mudanças ocorridas na estrutura produtiva e demográfica nacional, notadamente no recente período de transição do século XX para o atual. A atenção para com a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) decorre do reconhecido dinamismo econômico e social, experimentado notadamente a partir de meados do século XX. Tendo por referência estudos anteriores que destacaram a posição estratégica ocupada pelo TMAP no contexto nacional, pelo fato de localizar-se em área de integração entre a pujante economia paulista e as áreas de expansão do Centro-Oeste e fronteira norte do país, incluindo o Distrito Federal, o objetivo é apresentar e discutir a dinâmica demográfica e hierárquica da sua rede urbana segundo os dados oficiais disponíveis para a primeira década do século XXI. Procura-se assim realizar uma atualização das informações demográficas desta região que, conforme abordado em outros estudos, se beneficiou ao longo do século XX de grandes projetos de modernização e integração da infraestrutura nacional, do desenvolvimento da agricultura dos cerrados e da urbanização do interior. Enfim, o intuito principal é investigar a natureza e as características daquelas mudanças motivadas por imposições dos novos requisitos tecnológicos e infra estruturais, ou mesmo das mudanças oriundas da inserção da economia brasileira na ordem internacional, seja como desdobramentos da própria divisão inter-regional do trabalho, seja por programas e ações específicos dos setores público e privado.

O capítulo 2 focaliza a distribuição espacial das atividades produtivas e a capacitação tecnológica na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período 2000/2010, considerando o contexto da concentração espacial das atividades produtivas no Brasil. Após uma breve retomada do debate acerca das tendências recentes da concentração econômica regional no Brasil, é examinado o desempenho econômico regional com foco em três tópicos: o Produto Interno Bruto (PIB), o Emprego Formal e a capacitação tecnológica, identificada neste trabalho com indicadores de escolaridade da população. Nos três tópicos foram analisados, conjuntamente, o peso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais e no Brasil e a concentração interna a essa mesorregião, com base no

exame da distribuição intermunicipal dos indicadores e sua evolução no referido período.

A seguir, no capítulo 3 analisa-se um período em que a economia brasileira apresentou expressivo dinamismo, no qual o crescimento foi impulsionado, inicialmente, pela dinâmica internacional favorável com aumento da demanda e dos preços das *commodities*. A partir de 2006 houve a configuração de um modelo de crescimento impulsionado, primordialmente, pela dinâmica interna (Corrêa; Santos, 2013). É de suma importância compreender a dinâmica regional neste contexto nacional específico, em que a economia brasileira alcançou taxas de crescimento expressivas dentro de um padrão em que mesclaram determinantes externos e dinamismo do mercado interno. Dentro dessa perspectiva, temos que, este capítulo busca compreender a evolução da indústria de transformação e do emprego industrial na região, destacando seus ramos de maior dinamismo. Observa-se que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como um todo, apresentou as mesmas tendências destacadas no texto de Figueiredo e Diniz (2000): de que o Triângulo Mineiro é uma das regiões que concentra parte significativa da indústria mineira. Ao mesmo tempo, tem-se que essa região concentra uma indústria leve, com grande participação da agroindústria e que em algumas microrregiões houve expansão do emprego nas atividades de produção de açúcar e álcool. A expansão da produção de açúcar e álcool pode ser interpretada como resultado tanto da ampliação das exportações desses produtos, como também da maior demanda interna. Por sua vez, as atividades da indústria de transformação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estiveram bastante relacionadas às atividades agropecuárias e extrativas da região.

No capítulo 4 encontra-se o estudo da evolução da ocupação e do emprego na Mesorregião para o referido período decenal. Observa-se que o ciclo de crescimento dos anos 2000 impactou positivamente o mercado de trabalho da região, pois conjugou o crescimento de postos de trabalho com mudanças na estrutura ocupacional e avanço na formalização dos contratos de trabalho. Por outro lado, notou-se um movimento limitado de diversificação da estrutura de empregos da região, a qual depende, por sua vez, da própria estrutura produtiva regional, que teve suas especializações

reforçadas no período. Nessa perspectiva, o objetivo consiste em lançar um olhar investigativo sobre o mercado de trabalho da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observando o comportamento dos segmentos produtivos e da população ocupada/empregada, procurando captar algumas tendências esboçadas a partir do ciclo mais recente de crescimento. Para tanto, são analisados os indicadores básicos de mercado de trabalho: PIA, PEA, população ocupada, taxa de participação e população desocupada. Em seguida, será descrita a estrutura ocupacional da região. E por fim, tratar-se-á da população empregada.

O propósito no capítulo 5 está em analisar diversos aspectos da pobreza na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, destacando suas distintas dimensões. A ideia consiste em trabalhar com o conceito de pobreza multidimensional que já adquire proeminência na literatura sobre o tema a partir dos trabalhos de Amartya Sen e outros.

No capítulo 6, conduz-se uma breve análise da evolução recente do processo de inserção internacional do Município de Uberlândia-MG, cidade polo da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tomando-se como referência os 13 (treze) fatores estabelecidos por Soldatos (1996), que caracterizam uma cidade internacional, em vista de que o processo de globalização dos anos 1990, após o fim da Guerra Fria, ampliou a participação de novos atores, além do Estado-nação, nas relações internacionais. Dentre eles, encontram-se os governos subnacionais, bem como diversos outros atores não-governamentais (públicos ou privados), tais como as próprias organizações não-governamentais, as empresas, as universidades etc. Nesse sentido, a inserção internacional de cidades é um processo complexo que se explica por meio de duas teorias: o reescalamento do Estado e a governança multinível, considerando-se o fato de que as cidades não têm capacidade de se internacionalizar sem a participação conjunta de todas as escalas governamentais, além da dos demais atores não-governamentais presentes em cada escala.

O capítulo 7 dedica-se ao exame das finanças públicas, concentrando-se na análise das finanças públicas municipais, elo fundamental para a compreensão de distintas trajetórias regionais e mesmo daquelas no interior da mencionada Mesorregião. Nesse ponto, será examinada a evolução das receitas e das despesas públicas, segundo

determinadas estruturas classificatórias, evidenciando suas performances nestes primeiros dez anos do século XXI.

De forma geral e expressando os resultados de um trabalho coletivo, orientado para a compreensão da evolução recente da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada no estado brasileiro das Minas Gerais, convidamos a todos a acompanharem nossos passos nesta direção, à luz da análise desenvolvida em cada uma das presentes temáticas, bem como, de alguns dos seus resultados; ao passo que se trata também, e não poderia ser de outra forma, de explorar diferentes abordagens e distintas perspectivas para soerguer um todo analítico multifacetado.

Referências

AMIN, Ash. Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography*, v. 86, 2004. p. 33-44. doi:10.1111/j.0435-3684.2004.00152.x

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo**: capital comercial, geopolítica e agroindústria. Dissertação de mestrado, 189 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1989.

BRANDÃO, Carlos Antônio et al. Brasil em Ação: os possíveis impactos sobre Minas Gerais. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 12, n. 2/v. 13, n. 1, p. 75-95, 1998.

BRANDÃO, Carlos Antônio et al. Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento do programa Brasil em Ação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. Belo Horizonte: UFMG, Anais, 1998. p. 247-269.

CONSTITUIÇÃO do Estado de Minas Gerais. – 17. ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. ISBN: 85-85157-33-X.

CORRÊA, V. P.; SANTOS, C. H. dos. Modelo de Crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli (Org). **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; DINIZ, Clelio Campolina. Distribuição regional da indústria mineira. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2., dez. 2000.

FREITAS, Paulo Sérgio Rais de; SAMPAIO, Roberto Cury (Coord.). **Sinopse do diagnóstico sócio econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940-80)**. Uberlândia: Publicado pelo Departamento de Economia, Impressão na Gráfica da UFU, 1985.

FRIEDMAN, John; ALONSO, William (Ed.). **Regional development and planning**. 4. ed. Cambridge: The MIT Press, 1969.

GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia XXIX**, n. 2, p. 59-64, 1967.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Infraestrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do Trabalho**. Dissertação de mestrado, 177 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Fari-nha Podre: o Triângulo Mineiro na Divisão Inter-regional do trabalho. **Historia & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, p. 07-35, 1991. [ISSN: 0103-409X](#).

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Transformações na agropecuária comercial e terciarização 1979-80: área de polarização do núcleo urbano de Uberlândia. In: BDMG/CORECON - MG. (Org.). **Prêmio Minas de Economia de 1992**. Belo Horizonte: BDMG, 1993. p. 1-81.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Population and Environment in the Brazilian Center-West: the challenge of sustainable development. In: HOGAN, Daniel Joseph; BERQUÓ, Elza; COSTA, Heloísa S. M. (Org.). **Population and Environment in Brazil: Rio+10**. Campinas, SP: CNPD/ABEP/NEPO, 2002. p. 31-54. [ISBN: 85-88258-05-6](#).

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. **Textos Nepo** (Unicamp), Campinas, v. 1, n. 33, p. 21-65, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. Brasília: uma metrópole singular no Centro-Oeste brasileiro. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 14, n. 2/v. 15, n. 1, p. 77-102, 2000.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. A Região Metropolitana de Brasília no Contexto Regional. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2001. p. 75-107. [ISBN: 85-88258-03-X](#).

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; CARMO, Roberto Luiz do; AZEVEDO, A. M. M. Agroindústria, população e Ambiente no Sudoeste de Goiás. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais/UNICAMP/PRONEX, 2002. p. 303-324. [ISBN: 85-88258-03-X](#).

IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendência da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2002.

LEME, Heládio José de Campos (Coord.). **Relatório de pesquisa – Programas setoriais de promoção da competitividade: setor de pedras preciosas**. Uberlândia, UFU/IE/NEDRU, 2000. (Projeto SEBRAE/APEX).

PERROUX, François. Economic space: theory and applications. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 64, n. 1, p. 89-104, fev. 1950.

SAMPAIO, Roberto Cury. **Migrações internas no Triângulo Mineiro**: análise demográfica e econômica. Dissertação de mestrado em demografia, 178 p. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1986.

SILVA, Vitorino Alves da. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 195-223.

SILVA, Vitorino Alves da (Coord.). **Relatório de pesquisa – Diagnóstico dos municípios do entorno do Distrito Federal**: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. Uberlândia: UFU/IE/NEDRU, 2001. (Projeto RIDE/UniSol).

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. **Au-delà et en deçà de l'état-nation**. Bruxelles: Bruylant, 1996. p. 203-236.

Capítulo 1

Rede Urbana e estrutura demográfica regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

*Eduardo Nunes Guimarães
Jucyene das Graças Cardoso*

1. Introdução

Localizada no interior do país, na porção oeste de Minas Gerais, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) apresentou um importante dinamismo econômico e social, notadamente a partir de meados do século XX. Sem relegar ao segundo plano algumas de suas características naturais onde floresceu uma destacada agropecuária comercial de alimentos, faz-se importante pontuar que a área ocupada pelo TMAP situa-se em posição estratégica de integração entre a pujante economia paulista e as áreas de expansão do Centro-Oeste e fronteira norte do país, incluindo o Distrito Federal. Trata-se, portanto de uma região que se beneficiou de grandes projetos de modernização e integração da infraestrutura nacional, do desenvolvimento da agricultura dos cerrados e da urbanização do interior, parafraseando Geiger (1967a, p. 59) como um espaço singular “resultante de uma combinação de fenômenos de naturezas diversas”.

Do ponto de vista econômico, trabalhos anteriores já demonstraram (Freitas; Sampaio, 1985; Brandão, 1989; Guimarães, 1990, 1993, 2010; Silva, 2001) que a região desempenhou um papel diferenciado no cenário

nacional, por meio do desenvolvimento virtuoso de suas forças produtivas e da estruturação e florescimento de sua rede urbana. Sua evolução e expressão regional foram marcadas por uma particular articulação e integração nos planos nacional e internacional que lhe permitiram participar de circuitos de trocas que alavancaram seu desenvolvimento⁵. Esse processo ajudou a moldar a rede urbana regional e sua hierarquia, com pontos de maior adensamento demográfico e interligação funcional pelos meios de transporte, ações setoriais públicas e privadas e fluxos de mercadorias, serviços e pessoas. O desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, delineado assim pelas suas particularidades, trouxe como característica a diversificação das atividades econômicas, a atração de correntes migratórias (rural-urbano e urbano-urbano) e a consolidação de fluxos de integração e relacionamentos econômicos e sociais que extrapolam suas jurisdições e avançam por uma ampla área de influência regional e inter-regional do interior brasileiro.

Este processo histórico, marcado desde os seus primórdios, de um lado, pela integração regional com o estado que se tornaria a economia mais dinâmica do país (economia paulista) e, de outro, pela articulação comercial e produtiva com o vasto interior (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) do território nacional, foi estruturado a partir da consolidação regional de dois municípios polos: Uberaba e Uberlândia. Esses apresentaram um maior crescimento econômico e demográfico à medida que puderam atrair crescentes influxos migratórios, retroalimentados pela função de centralidade regional em torno da qual foram ramificados os fluxos econômicos e sociais no espaço regional. Tendo por referencial os trabalhos já citados é possível demarcar quatro grandes períodos para expressar a dinâmica do desenvolvimento regional. O primeiro período caracterizado pela incipiente ocupação e inserção socioeconômica marginal. Este é o período que se inicia com os primeiros eventos exploratórios, ligados às bandeiras paulistas do século XVIII, e avança até as últimas décadas do século XIX, quando a economia

⁵ O estudo clássico do caso do desenvolvimento dos EUA, realizado por Douglas North (1955) produziu uma crítica aos modelos tradicionais de crescimento regional, apontando para a importância da base de exportação como elemento de explicação do diferenciado dinamismo de desenvolvimento das regiões.

desta região se desenvolve lentamente em torno de algumas poucas e efêmeras rotas comerciais circundadas por uma agropecuária extensiva e quase autossuficiente. O segundo período é marcado pela chegada dos primeiros ramais ferroviários e, conseqüente, consolida a integração com a economia paulista e acesso aos portos do litoral. Esse período inicia-se na última década do século XIX e vai até meados do século XX e representa o delineamento de uma divisão inter-regional do trabalho, com o florescimento do capital comercial, o avanço da diversificação produtiva e o primeiro esboço da rede urbana regional. O terceiro período pode ser definido a partir do grande projeto nacional de desenvolvimento, empreendido no Plano de Metas de JK e que contemplou a construção de Brasília no Centro-Oeste e conseqüente interiorização e modernização da infraestrutura regional, com os pesados investimentos do estado em rodovias, energia e comunicações. Esse decisivo legado da ação estatal posicionou alguns municípios da região, e conseqüentemente os capitais locais e regionais, em posição estratégica de integração comercial e produtiva regional e nacional. Por fim, o quarto período inicia-se na década de 1970 e demarca o momento da consolidação econômica regional na divisão inter-regional do trabalho. É a partir desse momento que se pode falar da hegemonia dos polos de Uberlândia e Uberaba, que estruturam a rede urbana regional e experimentam ritmos de crescimento econômico e demográfico acima da média estadual e nacional. A forte integração comercial havida com a economia paulista nas décadas anteriores ganhou o reforço da modernização da agropecuária dos cerrados e da integração produtiva nacional. Com isso a região experimenta ritmo forte de investimentos produtivos e começa a receber os investimentos do grande capital nacional e depois internacional. Em síntese, o Triângulo Mineiro, contando com a modernização de sua infraestrutura e a sinergia de sua integração funcional com a economia paulista e interior do país passa a se projetar no cenário nacional como espaço de concorrência e atração de um leque diversificado de capitais.

As transformações na economia brasileira recentes e a desaceleração do ritmo de crescimento demográfico, aliado ao arrefecimento das migrações campo-cidade, são características que tem atuado na moldagem da estrutura urbana brasileira no século XXI. Pensando

nisso o objetivo central desta investigação é analisar e caracterizar o comportamento da estrutura demográfica e funcional da rede urbana regional do TMAP à luz de importantes mudanças ocorridas na estrutura produtiva e demográfica nacional, notadamente no recente período de transição do século XX para o atual. Ou seja, resta investigar a natureza e características daquelas mudanças motivadas por imposições dos novos requisitos tecnológicos e infra estruturais, ou mesmo das mudanças oriundas da inserção da economia brasileira na ordem internacional, seja como desdobramentos da própria divisão inter-regional do trabalho, seja por programas e ações específicas dos setores públicos e privados.

2. Estudos de referência

Diversos estudos sobre a dinâmica urbano-regional brasileira e sua rede de cidades têm possibilitado uma aproximação e refinamento tanto da compreensão das particularidades de cada contexto local-regional quanto das características espaciais do território nacional. Dentre as principais contribuições para entender a dinâmica de funcionamento dos espaços regionais brasileiros e sua rede de cidades vale especial destaque ao conjunto de estudos do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008). Essa linha de pesquisa, realizada desde a década de 1960 produziu um verdadeiro referencial para entender a regionalização brasileira e sua rede urbana, não só em termos teóricos, mas com dados empíricos que permitem interpretar um longo período histórico⁶. O primeiro grande resultado destes estudos foi a elaboração da primeira Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas (1972), com ano de referência em pesquisa de campo de 1966. Na sequência vieram as versões denominadas de Região de Influência das Cidades (1987, 2000, 2008), respectivamente com base em dados de 1978, 1993 e 2007. No final da década de 1990 um grupo de pesquisadores de diversas instituições brasileiras, sob a liderança do Ipea e Nesur/Unicamp e tendo por substrato os dados do Regic 1993

⁶ Este conjunto de estudos tomou por referência as delimitações ou desenhos das chamadas regiões funcionais urbanas, que procuram regionalizar os campos de forças presentes nas configurações espaciais, conforme trabalhos de Geiger (1967a, 1967b, 1967c, 1970) e Rochefort (1998).

também produziram importante abordagem Ipea/IBGE/Nesur-Unicamp (2002) das hierarquias e caracterizações das redes urbanas e suas áreas de influência⁷. Outro estudo mais recente, IBGE (2015), produziu um quadro de referência atualizado (dados de 2010) da urbanização no País, utilizando para isto uma metodologia que levou em consideração dois indicadores básicos: a intensidade dos movimentos pendulares e a contiguidade das manchas urbanizadas.

Em que pese às diferenças nas metodologias e nas tipologias de classificação, a proposta subjacente aos referidos estudos consistia em mensurar indicadores selecionados que permitissem mapear os fluxos econômicos e sociais e, assim, descrever a organização territorial e a regionalização do espaço brasileiro. Entretanto, sabe-se que o ato de definir e mensurar um sistema de fluxos representa o grande desafio de qualquer proposta objetiva de classificação e caracterização das estruturas urbanas regionais. Observando o trabalho pioneiro (IBGE, 1972) é possível perceber que essa já era uma preocupação presente nos trabalhos preliminares daquela linha de pesquisa. O texto do IBGE (1972, p. 10) deixa claro o seguinte questionamento: “quais os indicadores que podem ser utilizados para exprimir esses relacionamentos urbanos que se fazem em função de movimentos invisíveis?” Como um instituto de estatística pesquisaria movimentos invisíveis? E para complementar a preocupação, quais os indicadores deveriam ser utilizados?

Analisando os procedimentos do IBGE, Guimarães e Martins (2012) apontaram questionamentos sobre os resultados, demonstrando que embora estes estudos constituam uma grande contribuição para acompanhar a evolução da rede urbana brasileira, em função de alterações e limitações metodológicas, estes estudos precisam ser analisados com ressalvas e devidas mediações. No caso específico dos estudos do IBGE (1972, 1987, 2000, 2008) é fundamental considerar que a última versão de 2008 sofreu alterações metodológicas que provocaram uma alteração no curso histórico dos resultados. Ou seja, em função da mudança na estrutura metodológica da pesquisa do IBGE (2008), as alterações

⁷ Ver análise de revisão crítica destes estudos em: EGLER, C. A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: Pereira, R. H. M.; Furtado, B. A (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

decorrentes nas áreas de influência dos principais polos foram afetadas pelos novos parâmetros de relacionamentos e hierarquia, que ao invés de revelar o mesmo padrão histórico da funcionalidade regional gerou uma nova configuração destes ambientes. Com isso, os resultados da pesquisa de 2007 não podem ser assumidos linearmente para compor um quadro evolutivo da dinâmica regional, suas hierarquias e redes de relacionamentos. Portanto, ainda que estes estudos representem um importante avanço na caracterização da rede urbana e na conformação estrutural dos tecidos urbanos e seus arranjos e aglomerações, eles embutem alterações de procedimento metodológico que impactam a descrição e caracterização da dinâmica da urbanização, a diversidade de funções e inserções no território e suas tendências. Nesse sentido é fundamental que os pesquisadores ao buscarem apoio nestes estudos tenham clareza das metodologias utilizadas e das limitações das bases de dados empregadas, as quais aparecem expressas nos resultados.

As observações sobre as metodologias empregadas nas diversas pesquisas visam chamar à atenção para os desafios implícitos nos estudos espaciais. Mesmo considerando as interfaces de uma economia e das teias de relações sociais em escala globalizada é fundamental que pesquisas específicas, desagregadas ao nível local ou municipal, possam apresentar as distintas características e as tendências da forma regionalizada de estruturação espacial da economia e suas próprias relações sociais. Ou seja, o estudo regional exige do pesquisador um esforço de seleção de variáveis que ajudem a revelar as características e as dinâmicas, cada vez mais complexas, dos processos de produção social do espaço, das suas hierarquias, das suas funcionalidades e dos respectivos adensamentos urbanos formados a partir de especializações produtivas e suas divisões regionais do trabalho. Muitos são os sistemas de interconexão regional das atividades localizadas nos territórios municipais, como por exemplo, os serviços de atenção à saúde, os serviços de educação nos seus diversos níveis, a gestão das bacias hidrográficas, os equipamentos de infraestrutura de integração, a organização das diversas estruturas institucionais dos setores públicos estaduais e federal e as próprias áreas de influência e atuação das empresas privadas.

Pensando nisto, o estudo aqui realizado trabalhou primordialmente

com dados secundários, desagregados na base municipal, e a metodologia utilizada levou em consideração três grandes componentes: a massa demográfica, a massa econômica e a diversificação produtiva (terciarização). Além desses componentes principais também são calculados alguns indicadores de desempenho demográficos e econômicos para ajudar na construção das tendências. Os indicadores de massa permitem agrupamentos por tipologia classificatória segundo a capacidade de polarização dos municípios principais. De um lado as áreas/localidades com massa econômica e demográfica com potencial de atração e coordenação de processos e fluxos, do outro, as demais, sem significância de massa, pertencentes ao campo de influência das anteriores, com respectivos impactos de fluência e polarização.

O entendimento subjacente ao estudo aqui desenvolvido é o de que a interdependência entre municípios ou localidades não deve ser medida ou entendida apenas a partir dos fluxos regulares diretos, como os definidos nos critérios de integração utilizados pelo IBGE (2015). Na perspectiva adotada neste trabalho, o fundamental nesta relação entre concentrações urbanas municipais singulares (o IBGE denomina de isolada) ou arranjos populacionais complexos, esses últimos definidos segundo critérios de integração, é a complementaridade e divisão territorial de funções, que definem os papéis e as hierarquias presentes nas estruturas socioeconômicas. Por exemplo, a presença de uma importante instituição de ensino em uma dada localidade não pode ser medida apenas pelo fluxo regular de pessoas que a ela se dirigem todos os dias, para estudar e trabalhar, nem tampouco pelo impacto de demanda que o seu orçamento representa naquele território específico. O raciocínio deve ser mais abrangente, levando em consideração o papel que ela cumpre na difusão de conhecimentos, qualificação do mercado de trabalho, diversificação de atividades e toda uma enorme gama de prestação de serviços que ajuda a dar funcionalidade, potencialidade e identidade ao espaço local e regional. Por isso, considera-se que o critério basilar que dá sentido a uma aglomeração urbana, seja ela conurbada ou não⁸, é a

⁸ A terminologia empregada pelo IBGE (2015) para denominar as cidades ou concentrações urbanas como isoladas ou como arranjos populacionais não é necessariamente a mais apropriada. Podemos considerar que não existem concentrações urbanas isoladas

formação de uma massa demográfica mínima. A cada tamanho de cidade ou aglomerado urbano e seus arranjos populacionais corresponde uma hierarquia potencial de funções e interações regionais e extrarregionais, conforme já abordado por Rochefort (1989). Os critérios de corte e classificação de massa demográfica não podem ser aleatórios, mas representativos das funções urbanas e suas redes de cidades. A escala de análise, embora não seja rígida e única, deve ser assumida como um parâmetro decisivo para demarcar as características presentes na hierarquia funcional urbana, formada pela concentração, diferenciação e diversificação dos setores de produção de bens e serviços.

Enfim, a presente análise serve de referência para realizar um passo complementar e promover uma caracterização específica das estruturas produtivas, do mercado de trabalho, do suporte institucional e das principais interações e redes presentes na economia regional.

3. Panorama demográfico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP)

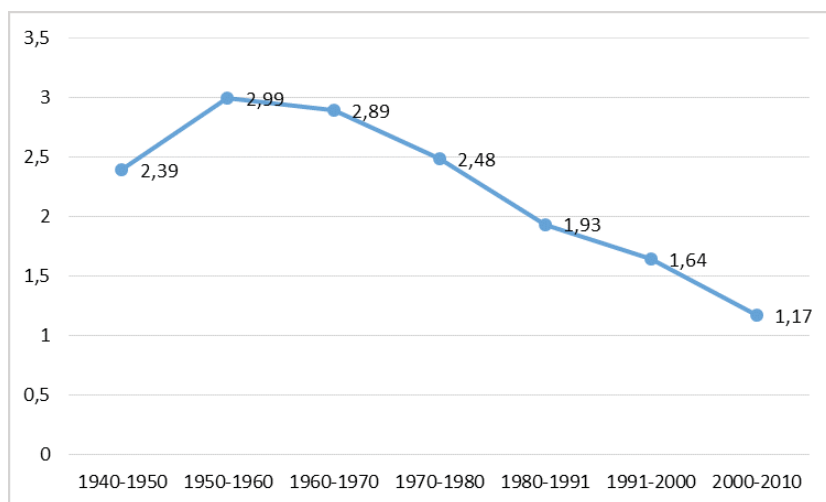
O crescimento demográfico no TMAP ao longo das últimas décadas acompanhou, em grande medida o movimento nacional e precisa ser entendido neste contexto. Ou seja, embora alguns municípios tenham experimentado um crescimento populacional relativo mais proeminente, no geral, esta região tem seguido a tendência nacional, qual seja a partir da década de 1970 podemos observar uma contínua desaceleração do ritmo de incorporação de novos habitantes.

Conforme pode ser observado pelo Gráfico 1, a partir das décadas de 1970/80, a taxa geométrica de crescimento anual do Brasil iniciou uma tendência de redução gradativa. Esse processo indica que estamos

(ou enclaves). Todas as áreas com maior adensamento demográfico, independentemente de atenderem os critérios de integração estabelecidos pelo IBGE (estarem fisicamente conurbadas e apresentarem determinados níveis de fluxos pendulares de trabalho e estudo), na verdade, mantêm padrões variáveis de relacionamentos e influência na sua rede urbana. Ou seja, todas as aglomerações urbanas apresentam graus distintos e variados de interações de fluxos e especializações, seja na economia regional, seja na nacional ou internacional. Neste sentido, consideramos ser mais apropriado designar as concentrações urbanas em duas tipologias: a) aglomerações populacionais complexas; b) aglomerações populacionais singulares.

caminhando para uma estabilização da massa demográfica brasileira, que deve atingir seu ápice entre as décadas de 2030/40. Ou seja, o próximo Censo de 2020 deve confirmar essa tendência e, assim, permitir uma projeção mais precisa para as décadas subsequentes.

Gráfico 1. Evolução da taxa geométrica de crescimento anual, Brasil – 1940/2010



Fonte: IBGE (2012), Censo demográfico de 2010.

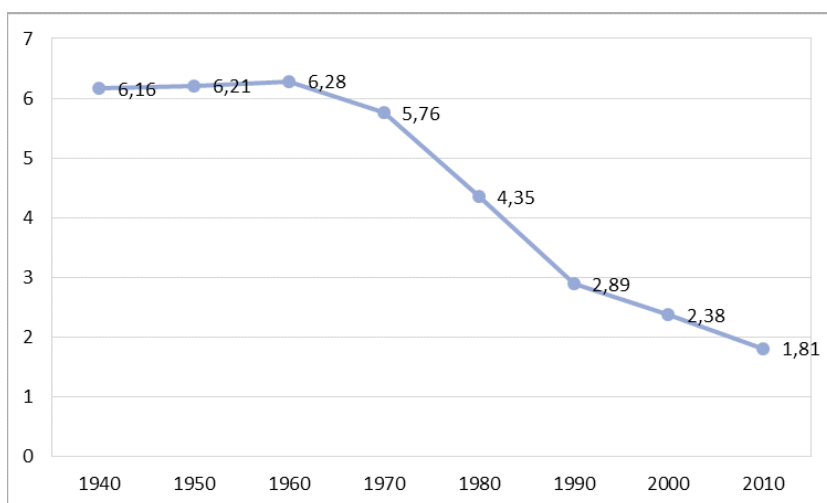
Considerando que a mesorregião do TMAP não se constitui em área de fronteira, onde ainda ocorrem grandes saldos migratórios positivos, o esperado para a evolução demográfica regional é uma contínua desaceleração do seu ritmo de crescimento. Essa tendência, consolidada no período mais recente, somente poderá ser alterada se ocorrer o surgimento, não previsto, de uma corrente migratória internacional, oriunda dos continentes africano e asiático. Nesse sentido, pode-se dizer que os dados apresentados a seguir, sobre a evolução demográfica regional, refletem uma tendência nacional de redução do ritmo histórico de crescimento, puxado pela acentuada redução da taxa de fecundidade e esgotamento da migração campo cidade.

Por outro lado, se a realidade brasileira nos impõe trabalhar com projeções demográficas menos acentuadas do que as experimentadas nas décadas anteriores, o planejamento das cidades deve estar atento

às transformações em curso na estrutura da população e nas formas características que assumem as concentrações urbanas do Brasil. Também seguindo outra importante tendência nacional, pode-se observar que os quadros de pirâmide etária revelam um crescente envelhecimento da população no topo, acima de 60 anos, e uma diminuição na base, crianças e jovens. Esse quadro indica que nos próximos 25 anos a população brasileira vai crescer mais lentamente, diminuindo a pressão na base e aumentando as demandas no topo. Mas, fundamentalmente, também cabe destacar a oportunidade aberta pela atual dinâmica demográfica em curso, onde predomina na estrutura etária uma população em idade ativa (PIA) com grande potencial produtivo.

O Gráfico 2 revela que a tendência da taxa de fecundidade nacional é de expressiva redução a partir da década de 1970 e caminha para se estabilizar num patamar baixo.

Gráfico 2. Taxa de fecundidade total, Brasil – 1940/2010



Fonte: IBGE (2012), Censo demográfico de 2010.

Diante desse quadro, caberá às políticas públicas enfrentarem os desafios inerentes ao envelhecimento populacional, mas principalmente aproveitarem essa etapa demográfica favorável. Para tanto serão requeridas ações no sentido de canalizar esforços para fomentar

políticas de emprego e produção capazes de elevar os padrões de vida na sociedade brasileira, com redução das assimetrias sociais e regionais. Um destes desafios é criar políticas de desenvolvimento que sejam capazes de geração de oportunidades de emprego descentralizado nas diversas regiões brasileiras. O fomento de políticas de emprego descentralizadas ajudará a reduzir a pressão migratória para as periferias das metrópoles e, ao mesmo tempo, poderá arrefecer a histórica mobilidade espacial daqueles que saem dos estados do Nordeste e migram para São Paulo ou para o entorno da Capital Federal.

3.1. Massa demográfica, crescimento e composição da População do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

No caso do TMAP, cuja articulação histórica com Goiás e São Paulo a colocam numa situação de privilégio em termos de localização econômica, os dados sobre população indicam que essa mesorregião apresentou taxa geométrica anual de crescimento populacional, para 2000/2010, de 1,38%. Portanto, um pouco acima da taxa de crescimento populacional do Brasil e de Minas Gerais, respectivamente, 1,17% e 0,91%. Essa realidade aponta para o ainda expressivo dinamismo populacional dessa região que, desde o censo demográfico de 1991 já revelava taxas de crescimento geométrico populacional anual acima das médias nacional e estadual.

A Tabela 1 apresenta os dados da população total e taxas de crescimento geométrico anual de todos os municípios do TMAP para o período 1980 a 2010, além dos respectivos dados do Brasil, Minas Gerais e do total da região. Uma primeira análise revela a heterogeneidade demográfica dos municípios da região, com desempenhos não uniformes e dissonantes da média regional. Enquanto a média regional revela um crescimento acima do desempenho de Minas Gerais e Brasil nas duas últimas décadas, a realidade dos diversos municípios é bem diversa. Alguns municípios com desempenho bem abaixo da média, e outros bem acima da média. Neste sentido procuraremos destacar aqueles municípios que mais cresceram na última década e o desempenho dos municípios com maior massa demográfica. O caso desses últimos se coloca como mais relevante, pois nos dá uma indicação mais consistente

das tendências da rede urbana regional e o papel dos seus principais polos de desenvolvimento.

Tabela 1. População residente e taxa de crescimento geométrico anual municipal nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010

Brasil, Estado, Mesorregião do TMAP e Municípios	População total				Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total		
	1980	1991	2000	2010	1980/91	1991/00	2000/10
Brasil	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,93	1,64	1,17
Minas Gerais	13.380.105	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,49	1,44	0,91
TMAP	1.337.305	1.595.648	1.869.886	2.144.482	1,62	1,79	1,38
Abadia dos Dourados	8.004	6.492	6.446	6.704	-1,89	-0,08	0,39
Água Comprida	1.966	1.808	2.092	2.025	-0,76	1,65	-0,32
Araguari	83.519	91.283	101.974	109.801	0,81	1,25	0,74
Araporã	-	-	5.309	6.144	-	-	1,47
Arapuá	3.408	3.113	2.744	2.775	-0,82	-1,41	0,11
Araxá	53.414	69.911	78.997	93.672	2,48	1,38	1,72
Cachoeira Dourada	2.366	2.284	2.305	2.505	-0,32	0,10	0,84
Campina Verde	21.152	20.080	19.100	19.324	-0,47	-0,56	0,12
Campo Florido	4.962	4.519	5.328	6.870	-0,85	1,86	2,57
Campos Altos	10.544	11.112	12.819	14.206	0,48	1,62	1,03
Canápolis	7.084	15.990	10.633	11.365	7,68	-4,47	0,67
Capinópolis	13.160	15.060	14.403	15.290	1,23	-0,50	0,60
Carmo do Paranaíba	25.382	27.358	29.460	29.735	0,68	0,83	0,09
Carneirinho	-	-	8.910	9.471	-	-	0,61
Cascalho Rico	2.447	2.629	2.622	2.857	0,65	-0,03	0,86
Centralina	11.239	13.783	10.236	10.266	1,87	-3,28	0,03
Comendador Gomes	3.224	2.964	2.842	2.972	-0,76	-0,47	0,45
Conceição das Alagoas	13.549	14.054	17.156	23.043	0,33	2,26	2,99
Conquista	7.244	7.048	6.101	6.526	-0,25	-1,61	0,68
Coromandel	20.934	24.954	27.452	27.547	1,61	1,08	0,03
Cruzeiro da Fortaleza	2.717	3.068	3.720	3.934	1,11	2,18	0,56
Delta	-	-	5.065	8.089	-	-	4,79
Estrela do Sul	7.350	7.233	6.883	7.446	-0,15	-0,55	0,79
Fronteira	7.050	7.902	9.024	14.041	1,04	1,50	4,52
Frutal	34.271	41.424	46.566	53.468	1,74	1,32	1,39
Grupiara	1.359	1.265	1.376	1.373	-0,65	0,95	-0,02
Guimarânia	5.447	5.739	6.384	7.265	0,48	1,20	1,30
Gurinhata	8.908	7.640	6.883	6.137	-1,39	-1,16	-1,14

Brasil, Estado, Mesorregião do TMAP e Municípios	População total				Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total		
	1980	1991	2000	2010	1980/91	1991/00	2000/10
Indianópolis	3.678	4.861	5.387	6.190	2,57	1,16	1,40
Ipiacu	4.254	4.122	4.026	4.107	-0,29	-0,26	0,20
Iraí de Minas	3.427	4.476	5.903	6.467	2,46	3,15	0,92
Itapagipe	11.477	11.203	11.832	13.656	-0,22	0,61	1,44
Ituiutaba	74.240	84.577	89.091	97.171	1,19	0,58	0,87
Iturama	47.564	45.699	28.814	34.456	-0,36	-5,04	1,80
Lagoa Formosa	17.550	15.949	16.293	17.161	-0,87	0,24	0,52
Limeira do Oeste	-	-	6.170	6.890	-	-	1,11
Matutina	4.270	3.758	3.838	3.761	-1,15	0,24	-0,20
Monte Alegre de Minas	15.110	17.919	18.006	19.619	1,56	0,05	0,86
Monte Carmelo	26.870	34.705	43.899	45.772	2,35	2,67	0,42
Nova Ponte	5.325	10.147	9.492	12.812	6,04	-0,75	3,04
Patos de Minas	86.121	102.946	123.881	138.710	1,64	2,10	1,14
Patrocínio	44.376	60.753	73.130	82.471	2,90	2,10	1,21
Pedrinópolis	3.670	4.391	3.361	3.490	1,64	-2,95	0,38
Perdizes	9.238	10.735	12.364	14.404	1,37	1,60	1,54
Pirajuba	2.984	3.112	2.741	4.656	0,38	-1,41	5,44
Planura	8.168	7.309	8.297	10.384	-1,01	1,43	2,27
Prata	19.559	24.638	23.576	25.802	2,12	-0,49	0,91
Pratinha	2.472	2.503	2.883	3.265	0,11	1,60	1,25
Rio Paranaíba	10.768	9.453	11.528	11.885	-1,18	2,25	0,31
Romaria	2.832	3.392	3.737	3.596	1,65	1,09	-0,38
Sacramento	18.792	20.406	21.334	23.896	0,75	0,50	1,14
Santa Juliana	6.031	7.820	8.078	11.337	2,39	0,36	3,45
Santa Rosa da Serra	2.757	2.867	3.114	3.224	0,36	0,93	0,35
Santa Vitória	17.385	16.583	16.365	18.138	-0,43	-0,15	1,03
São Francisco de Sales	4.441	4.941	5.274	5.776	0,97	0,73	0,91
São Gotardo	17.320	19.697	27.631	31.819	1,18	3,87	1,42
Serra do Salitre	6.299	7.984	9.390	10.549	2,18	1,84	1,17
Tapira	2.723	2.973	3.327	4.112	0,80	1,27	2,14
Tiros	9.842	8.647	7.571	6.906	-1,17	-1,48	-0,92
Tupaciguara	25.241	26.527	23.117	24.188	0,45	-1,53	0,45
Uberaba	199.208	211.824	252.051	295.988	0,56	1,97	1,62
Uberlândia	240.967	367.061	501.214	604.013	3,90	3,56	1,88
União de Minas	-	-	4.638	4.418	-	-	-0,48
Veríssimo	3.414	3.057	2.874	3.483	-1,00	-0,69	1,94

Fonte: IBGE Censos Demográficos (1980, 1991, 2000, 2010).

Analisando o crescimento populacional dos municípios constitutivos da Região do TMAP, de maneira especial nos anos 2000 e 2010,

a Tabela 2 destaca os 10 municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento geométrico populacional anual.

Tabela 2. População dos 10 Municípios com maiores taxas de crescimento geométrico populacional, participação populacional relativa no total da população da Mesorregião do TMAP, Municípios selecionados – 2000 e 2010

Mesorregião do TMAP e Municípios	População total (2000)	% Municípios em relação à população da Região do TMAP= 100	População total (2010)	% Municípios em relação à população da Região do TMAP= 100	Tx Cresc. Geom. Anual Pop Total 2000/10
TMAP	1.869.886		2.144.482		1,38
Pirajuba	2.741	0,15	4.656	0,22	5,44
Delta	5.065	0,27	8.089	0,38	4,79
Fronteira	9.024	0,48	14.041	0,65	4,52
Santa Juliana	8.078	0,43	11.337	0,53	3,45
Nova Ponte	9.492	0,51	12.812	0,60	3,04
Conceição das Alagoas	17.156	0,92	23.043	1,07	2,9
Campo Florido	5.328	0,28	6.870	0,32	2,57
Planura	8.297	0,44	10.384	0,48	2,27
Tapira	3.327	0,18	4.112	0,19	2,14
Veríssimo	2.874	0,15	3.483	0,16	1,94
Total Municípios Selecionados	71.382	3,82	98.827	4,61	

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Cabe chamar à atenção para o fato de que, embora esses municípios sejam aqueles com maiores taxas de crescimento populacional, o conjunto deles representa apenas 4,61% da massa demográfica da Região do TMAP no ano de 2010. Esse resultado mostra o paradoxo do volume e da intensidade, revelando que as cidades que apresentaram o crescimento mais intenso não são representativas do conjunto da região e não indicam uma trajetória consistente de tendência a médio e longo prazo.

Os municípios que mais cresceram na última década, apresentaram desempenhos oscilantes nos períodos anteriores, seja com desempenho negativo, seja com baixo crescimento. Isso demonstra que os resultados da última década não apontam uma tendência consolidada. Os municípios de Planura, Campo Florido e Conceição das Alagoas foram os que apresentaram o desempenho mais regular nas últimas décadas e merecem maior atenção. Os dois primeiros com dimensão demográfica

ainda pouco expressiva, mas o terceiro já se destacando, em função tanto do crescimento em elevação quanto da maior massa demográfica.

A partir desta constatação realizou-se um aprofundamento das informações demográficas disponíveis no Censo de 2010, tendo por objetivo verificar a origem das correntes migratórias responsáveis diretamente pelo desempenho particular dos dois municípios que mais cresceram. Conforme tabelas a seguir foi possível notar que o referido influxo migratório foge do padrão histórico e de vínculos geográfico destas localidades e, neste sentido, fortalece a hipótese de que este crescimento demográfico verificado na última década, em alguns poucos pequenos municípios, não pode ser assumido como uma tendência consistente e duradoura.

Tabela 3. Total de migrantes de data fixa (2005) para o município de Pirajuba – ano 2010

	Total	%
Total	1099	100
Nordeste	560	50,9
Maranhão	14	1,2
Ceará	4	0,3
Rio Grande do Norte	54	4,9
Paraíba	34	3,1
Pernambuco	108	9,9
Alagoas	249	22,7
Sergipe	7	0,6
Bahia	91	8,2
Sudeste	487	44,3
Minas Gerais	343	31,2
São Paulo	143	13,1
Sul	7	0,6
Paraná	4	0,4
Santa Catarina	2	0,2
Centro-Oeste	46	4,2
Mato Grosso do Sul	3	0,3
Mato Grosso	21	1,9
Goiás	20	1,8
Distrito Federal	2	0,2

Fonte: IBGE Censo Demográfico (2010).

Tabela 4. Total de migrantes de data fixa (2005) para o município de Delta – ano 2010

	Total	%
Total	2385	100
Norte	66	2,8
Pará	11	0,5
Amapá	43	1,8
Tocantins	12	0,5
Nordeste	1429	59,9
Maranhão	538	22,5
Piauí	40	1,7
Ceará	11	0,5
Rio Grande do Norte	23	1
Paraíba	10	0,4
Pernambuco	90	3,8
Alagoas	578	24,2
Sergipe	11	0,4
Bahia	128	5,4
Sudeste	870	36,5
Minas Gerais	509	21,3
Rio de Janeiro	13	0,6
São Paulo	348	14,6
Centro-Oeste	19	0,8
Mato Grosso do Sul	3	0,1
Goiás	16	0,7

Fonte: IBGE Censo Demográfico (2010).

O que se pode observar é que tomando por referência os dois municípios com maior crescimento na última década a origem dos migrantes não é predominantemente composta pelos estados que tradicionalmente fornecem população ao TMAP, quais sejam: Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia. Na verdade, os campeões de crescimento na mesorregião apresentaram algumas características comuns. Primeiro, são municípios com pequenas massas demográficas e, com isto, ao receberem um surto de influxo migratório, derivado de algum fenômeno localizado, isso causa um forte impacto, circunstancial,

na taxa geométrica média de crescimento. Segundo, receberam fluxos migratórios de estados do nordeste, como Alagoas, Pernambuco e Maranhão, que não representam espaços de maior articulação direta com a mesorregião. Terceiro, este resultado provavelmente deve estar relacionado com alguma particularidade circunstancial da estrutura produtiva, em particular, com o recente avanço, na região, da produção e processamento da cana-de-açúcar. Sendo assim, e tendo por base o padrão específico do processo de incorporação de novas áreas pela cultura da cana-de-açúcar e seu processamento, podemos afirmar que a situação revelada pelo Censo de 2010 provavelmente não deve se repetir nos desdobramentos futuros. Espera-se que a própria tendência de incremento na mecanização dessa cultura possa neutralizar a continuidade de atração intensiva de novos migrantes.

Por outro lado, quando analisados os municípios acima de 50.000 habitantes, representados, tanto em 2000 e 2010, por Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá, Patrocínio e Frutal, nota-se que possuíam no ano de 2000, 67,75% do total da população da Região do TMAP e, em 2010, 68,79%. Os dois principais municípios da região, Uberlândia e Uberaba, conjuntamente, representavam em 2000 e 2010, um total de 40,28% e 41,97% respectivamente da massa demográfica regional. Isoladamente, o município de Uberlândia congrega 28,17% da população da Região do TMAP. Ele é o município que, entre os 10 com maior número de habitantes, mais ganha participação relativa no total da população da Região do ano de 2000 para 2010, o que permite apontar para o papel de destaque dessa cidade no dinamismo demográfico da Região. Assim sendo, o fundamental é observar a tendência do crescimento demográfico dos principais municípios da região e a consolidação de uma forte centralidade em torno do eixo Uberlândia e Uberaba.

Tabela 5. População e participação percentual dos 10 municípios com maior população na Mesorregião do TMAP – 2000 e 2010

Mesorregião e Municípios	População 2000	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100	População 2010	% Municípios em relação à população da Região do TMAP=100
TMAP	1.869.886		2.144.482	
Uberlândia	501.214	26,80	604.013	28,17
Uberaba	252.051	13,48	295.988	13,80
Patos de Minas	123.881	6,63	138.710	6,47
Araguari	101.974	5,45	109.801	5,12
Ituiutaba	89.091	4,76	97.171	4,53
Araxá	78.997	4,22	93.672	4,37
Patrocínio	73.130	3,91	82.471	3,85
Frutal	46.566	2,49	53.468	2,49
Total Municípios Selecionados	1.266.904	67,75	1.475.294	68,79

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Os dados demográficos revelam uma tendência de concentração populacional nas duas principais cidades da região. Portanto, ainda que na tabela 2 tenha sido mostrado que os municípios os quais apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram alguns pequenos municípios, em geral com menos de 10 mil habitantes, a tendência à concentração populacional regional nos dois principais aglomerados populacionais urbanos (singulares) reforça a centralidade da rede urbana. Ou seja, o desempenho demográfico do TMAP depende do desempenho de suas principais cidades, cujo ritmo de crescimento tende ao arrefecimento nas primeiras décadas do séc. XXI.

E considerando que todos os aglomerados populacionais da região, acima de 100 mil habitantes, são aglomerados singulares, sem contiguidades prediais nos seus perímetros urbanos, fica evidente que o maior ritmo de crescimento observado para alguns pequenos municípios não mascara o desempenho dos principais polos. Isso é importante de ser ressaltado porque no Brasil é comum depararmos com o maior ritmo de crescimento das periferias conturbadas dos grandes municípios, que formam as aglomerações populacionais complexas e, assim, mascaram

o menor ritmo de crescimento do polo principal. No caso do TMAP a estrutura da rede urbana principal não comporta nenhum caso de aglomeração populacional complexa, o que facilita a identificação dos referidos desempenhos unitários, desagregados por tamanho de população.

Portanto, é possível apontar que os principais municípios da região, aqueles com população superior a 100 mil habitantes, apresentam uma tendência de crescimento similar ao ritmo nacional. Ou seja, a tendência nos principais polos de adensamento demográfico não parece ser de rápido crescimento, conforme verificado até as últimas décadas do século XX. Nesse sentido, podemos considerar o caso do crescimento demográfico acima da média nacional, experimentado pelos pequenos municípios da região, como um caso isolado e pontual, isto é, uma situação de fluxo migratório fora do padrão e da tendência da rede urbana regional.

Efetuando-se análise do tamanho da população dos municípios da Região do TMAP foi possível detectar, conforme Tabela 6, que a maioria desses municípios tem população de pequeno porte. No ano de 2010, é possível perceber que 32 municípios, ou seja, 48,49% dos municípios da região tinham até 10.000 habitantes. Quando se incorpora o segundo grupo de municípios, com população entre 10.000 até 20.000 habitantes, no total de 16 municípios, que representam 24,24% do total dos municípios da Região, conclui-se que mais de 70% dos municípios da região do TMAP são de dimensões reduzidas e baixa estrutura hierárquica, quando pensados a partir da diversificação da estrutura produtiva e funções na rede urbana regional.

Tabela 6. População, classe de tamanho da população e taxa de urbanização, Municípios da Região do TMAP, 2000 e 2010

Municípios da Região do TMAP	População		Classes de Tamanho da População dos Municípios		Taxa de Urbanização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	169.799.170	190.755.799	Mais de 150.000	Mais de 150.000	81	84
Minas Gerais	17.891.494	19.597.330	Mais de 150.000	Mais de 150.000	82	85
TMAP	1.869.886	2.144.482	Mais de 150.000	Mais de 150.000	89	91
Água Comprida	2.092	2.025	Até 10.000	Até 10.000	65	75

Municípios da Região do TMAP	População		Classes de Tamanho da População dos Municípios		Taxa de Urbanização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Araporã	5.309	6.144	Até 10.000	Até 10.000	91	96
Arapuá	2.744	2.775	Até 10.000	Até 10.000	63	75
Araxá	78.997	93.672	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	98	99
Cachoeira Dourada	2.305	2.505	Até 10.000	Até 10.000	86	89
Campina Verde	19.100	19.324	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	70	75
Campo Florido	5.328	6.870	Até 10.000	Até 10.000	59	76
Campos Altos	12.819	14.206	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	91
Canápolis	10.633	11.365	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	85	90
Capinópolis	14.403	15.290	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	94
Carmo do Paranaíba	29.460	29.735	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	82	85
Carneirinho	8.910	9.471	Até 10.000	Até 10.000	62	74
Cascalho Rico	2.622	2.857	Até 10.000	Até 10.000	45	63
Centralina	10.236	10.266	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	91	91
Comendador Gomes	2.842	2.972	Até 10.000	Até 10.000	41	51
Conceição das Alagoas	17.156	23.043	10.001 a 20.000	20.001 a 50.000	84	91
Conquista	6.101	6.526	Até 10.000	Até 10.000	78	87
Coromandel	27.452	27.547	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	74	79
Cruzeiro da Fortaleza	3.720	3.934	Até 10.000	Até 10.000	84	85
Delta	5.065	8.089	Até 10.000	Até 10.000	92	94
Douradoquara	1.785	1.841	Até 10.000	Até 10.000	63	67
Estrela do Sul	6.883	7.446	Até 10.000	Até 10.000	73	81
Fronteira	9.024	14.041	Até 10.000	10.001 a 20.000	77	93
Frutal	46.566	53.468	20.001 a 50.000	50.001 a 150.000	84	86
Grupiara	1.376	1.373	Até 10.000	Até 10.000	84	85
Guimarânia	6.384	7.265	Até 10.000	Até 10.000	79	82
Gurinhata	6.883	6.137	Até 10.000	Até 10.000	41	44
Ibiá	21.044	23.218	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	82	85
Indianópolis	5.387	6.190	Até 10.000	Até 10.000	59	66
Ipiacú	4.026	4.107	Até 10.000	Até 10.000	87	91
Iraí de Minas	5.903	6.467	Até 10.000	Até 10.000	78	80
Itapagipe	11.832	13.656	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	59	70
Ituiutaba	89.091	97.171	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	94	96
Iturama	28.814	34.456	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	93	95
Lagoa Formosa	16.293	17.161	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	67	76
Limeira do Oeste	6.170	6.890	Até 10.000	Até 10.000	60	73
Matutina	3.838	3.761	Até 10.000	Até 10.000	72	72

Municípios da Região do TMAP	População		Classes de Tamanho da População dos Municípios		Taxa de Urbanização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Monte Carmelo	43.899	45.772	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	87	88
Nova Ponte	9.492	12.812	Até 10.000	10.001 a 20.000	79	86
Patos de Minas	123.881	138.710	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	90	92
Patrocínio	73.130	82.471	50.001 a 150.000	50.001 a 150.000	86	88
Pedrinópolis	3.361	3.490	Até 10.000	Até 10.000	85	84
Perdizes	12.364	14.404	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	58	69
Pirajuba	2.741	4.656	Até 10.000	Até 10.000	79	89
Planura	8.297	10.384	Até 10.000	10.001 a 20.000	95	97
Prata	23.576	25.802	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	73	75
Pratinha	2.883	3.265	Até 10.000	Até 10.000	57	54
Rio Paranaíba	11.528	11.885	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	54	61
Romaria	3.737	3.596	Até 10.000	Até 10.000	71	76
Sacramento	21.334	23.896	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	74	81
Santa Juliana	8.078	11.337	Até 10.000	10.001 a 20.000	82	86
Santa Rosa da Serra	3.114	3.224	Até 10.000	Até 10.000	60	61
Santa Vitória	16.365	18.138	10.001 a 20.000	10.001 a 20.000	77	82
São Francisco de Sales	5.274	5.776	Até 10.000	Até 10.000	65	75
São Gotardo	27.631	31.819	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	92	94
Serra do Salitre	9.390	10.549	Até 10.000	10.001 a 20.000	70	74
Tapira	3.327	4.112	Até 10.000	Até 10.000	67	67
Tiros	7.571	6.906	Até 10.000	Até 10.000	64	70
Tupaciguara	23.117	24.188	20.001 a 50.000	20.001 a 50.000	89	91
Uberaba	252.051	295.988	Mais de 150.000	Mais de 150.000	97	98
Uberlândia	501.214	604.013	Mais de 150.000	Mais de 150.000	98	97
União de Minas	4.638	4.418	Até 10.000	Até 10.000	49	62
Veríssimo	2.874	3.483	Até 10.000	Até 10.000	51	58

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

A Tabela 6 também nos permite analisar a estrutura de distribuição da população no interior da área rural e urbana dos municípios, possibilitando constatar a consolidação do processo de urbanização da Região do TMAP. Com base no período analisado do ano de 2000 para 2010, nota-se que praticamente todos os municípios apresentaram aumento em suas taxas de urbanização: a exceção pontual ficou para os municípios de Centralina, Matutina, Pedrinópolis, Pratinha e Uberlândia.

As taxas de urbanização da Região do TMAP estiveram, tanto em 2000 como em 2010, acima das taxas de urbanização do Brasil e do Estado de Minas Gerais. Particularmente em 2010, essas taxas foram: 91,40% (TMAP); 84,36% (MG) e 85,29% (BR), respectivamente. Assim, embora a atividade agropecuária seja bastante representativa na região e entorno, a população está concentrada nos perímetros urbanos dos municípios e, assim, o fenômeno do êxodo rural que ajudou a explicar o rápido crescimento urbano nas décadas de 1960 e 1970 já pode ser minimizado. Ou seja, mesmo que a mecanização do campo continue a avançar, ela já não provoca grandes deslocamentos demográficos. Pelo contrário, algumas inovações tecnológicas e a melhoria da infraestrutura nas áreas rurais podem ajudar na retenção de população no campo.

Tendo em vista o cenário descrito acima acerca da dinâmica populacional dos municípios da Região do TMAP, buscou-se captar características dessa região a partir da análise da estrutura etária da população. A investigação referente à estrutura etária da população dos municípios da Região do TMAP foi realizada a partir da construção de cinco faixas de idade: 0 a 6 anos; 7 a 14 anos; 15 a 25 anos; 26 a 59 anos e 60 anos ou mais. A partir dos dados da tabela nº. 7 e tendo em vista tais faixas, foi possível detectar que entre os anos 2000 e 2010, em todos os municípios, as três primeiras faixas de idade, que estavam associadas à população mais jovem, não apresentaram ampliação de participação relativa no total da população nesse período.

Para todos os municípios, as únicas faixas de idade a apresentarem ampliação de participação relativa no total da população foram as duas faixas com maior idade, 26 a 59 anos e 60 anos ou mais. É importante destacar que a faixa de idade em que se concentra mais de 40% do total da população de todos os municípios da Região do TMAP, é a de 26 a 59 anos de idade, faixa de idade essa que concentra a maior parte da população economicamente ativa de um município. Os dados da Tabela 11, apresentada à frente, reforçam essa tendência, uma vez que o maior percentual dos imigrantes que chegam nos municípios da região do TMAP encontra-se nas faixas etárias de 15 a 25 anos e 25 a 59 anos. Em municípios polos como Uberlândia o percentual de imigrantes nestas faixas de idade representa pouco mais de três quartos do total. Em geral,

o percentual aproximado dos imigrantes que chegam nos municípios da região nestas faixas etárias é superior a 60%.

Tendo como referência essa constatação, que mostra o desempenho relativo das faixas etárias na região, pode-se estimar que essa tendência venha a ser fortalecida nas próximas duas décadas. Isso implica que o planejamento municipal deverá levar em consideração um crescimento mais lento, ou até redução, das faixas etárias até 25 anos e uma maior pressão por empregos nas faixas de 25 a 59 anos. Da mesma forma, todos os municípios deverão experimentar um crescente envelhecimento da população. Lembrando que a ampliação da faixa etária acima de 60 anos, no século XXI, vem acompanhada de uma demanda por equipamentos e serviços de apoio apropriado ao envelhecimento e que também promovam melhorias na qualidade de vida.

Tabela 7. Participação relativa das faixas de idade na população total dos municípios da Região do TMAP, 2000 e 2010 – (%)

Mesorregião do TMAP e Municípios	0 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 25 anos		26 a 59 anos		60 ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
TMAP	11,75	9,08	14,55	11,94	20,99	19,12	43,63	48,17	9,09	11,69
Abadia dos Dourados	11,56	8,46	12,85	11,72	18,49	16,07	46,48	49,12	10,63	14,63
Água Comprida	11,57	7,51	15,54	11,51	19,50	19,01	43,02	46,91	10,37	15,06
Araguari	11,17	8,76	14,51	11,67	20,63	18,24	43,94	48,23	9,75	13,09
Araporã	13,92	11,18	15,14	13,22	21,17	20,41	42,57	45,43	7,20	9,77
Arapuá	10,46	7,39	12,79	11,28	18,26	14,95	46,10	48,54	12,39	17,84
Araxá	11,38	8,75	14,68	11,57	20,67	19,45	43,96	48,67	9,31	11,55
Cachoeira Dourada	11,06	10,34	15,75	13,09	20,35	18,24	39,87	44,87	12,97	13,45
Campina Verde	11,10	8,11	14,94	11,40	19,00	16,94	42,28	47,81	12,67	15,74
Campo Florido	14,62	11,47	14,02	14,22	20,40	19,24	41,22	44,89	9,74	10,17
Campos Altos	13,63	10,78	16,84	13,97	21,34	19,64	39,69	45,29	8,50	10,33
Canápolis	12,10	9,27	15,12	11,80	20,58	19,89	42,90	47,43	9,29	11,61
Capinópolis	11,38	9,76	14,54	12,30	19,72	17,70	43,23	46,85	11,14	13,39
Carmo do Paranaíba	12,00	8,47	14,58	12,54	20,35	17,62	43,42	48,02	9,65	13,34
Carneirinho	11,57	8,66	14,94	12,51	20,33	17,81	42,49	47,59	10,67	13,43
Cascalho Rico	11,63	9,00	13,69	12,22	19,64	15,51	43,33	46,87	11,71	16,42
Centralina	10,91	8,95	15,30	12,49	20,09	18,26	43,05	45,63	10,65	14,67
Conceição das Alagoas	13,76	11,34	14,40	13,24	20,45	21,06	42,88	45,85	8,52	8,51

Mesorregião do TMAP e Municípios	0 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 25 anos		26 a 59 anos		60 ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Conceição das Alagoas	13,76	11,34	14,40	13,24	20,45	21,06	42,88	45,85	8,52	8,51
Conquista	11,23	9,36	15,42	12,09	19,93	18,31	42,47	46,71	10,95	13,53
Coromandel	12,22	8,52	14,56	12,32	19,81	17,34	44,67	48,92	8,74	12,89
Cruzeiro da Fortaleza	13,74	10,55	15,94	14,82	19,87	18,78	40,70	44,23	9,76	11,62
Delta	14,27	13,17	15,40	12,89	23,65	23,09	40,36	44,39	6,32	6,45
Douradoquara	9,64	9,07	15,63	9,89	17,82	18,03	45,83	47,04	11,09	15,97
Estrela do Sul	12,26	8,80	14,72	13,24	19,95	18,64	42,73	46,75	10,34	12,57
Fronteira	12,30	11,35	15,36	12,80	21,02	20,01	42,69	45,86	8,63	9,99
Frutal	11,08	9,19	14,60	11,35	20,17	19,39	43,97	47,79	10,17	12,27
Grupiara	10,10	8,74	13,88	11,14	19,26	16,10	44,19	48,00	12,57	16,02
Guimarânia	12,70	9,69	14,72	13,76	20,14	18,84	42,90	44,67	9,52	13,04
Gurinhata	11,61	7,90	13,32	12,22	18,35	13,35	44,05	47,82	12,67	18,71
Ibiá	12,43	9,42	15,27	12,62	19,65	18,31	43,12	48,26	9,52	11,39
Indianópolis	14,37	10,68	16,91	13,97	21,77	20,29	39,26	45,02	7,69	10,03
Ipiacu	11,18	8,69	15,40	11,91	18,98	17,65	43,37	46,19	11,08	15,56
Iraí de Minas	13,76	10,51	14,65	13,34	20,82	18,79	43,88	46,81	6,89	10,55
Itapagipe	10,93	7,48	14,35	10,41	19,12	18,92	44,79	50,20	10,82	13,00
Ituiutaba	10,93	8,57	13,73	11,37	19,23	18,19	44,20	47,14	11,92	14,72
Iturama	12,79	9,16	14,89	13,09	21,55	19,92	42,51	47,55	8,27	10,29
Lagoa Formosa	11,20	8,57	14,77	11,97	19,10	17,56	44,61	47,45	10,32	14,45
Limeira do Oeste	12,19	9,00	15,75	12,69	20,70	20,41	41,93	46,91	9,43	11,00
Matutina	10,89	7,15	13,08	12,15	19,07	15,47	43,17	46,56	13,78	18,67
Monte Alegre de Minas	12,01	8,74	14,79	12,16	19,98	17,89	41,99	46,52	11,22	14,69
Monte Carmelo	12,86	9,13	15,01	13,09	21,98	18,83	42,78	48,41	7,38	10,54
Nova Ponte	13,56	10,56	16,00	14,14	20,65	20,25	42,33	46,69	7,46	8,36
Patos de Minas	11,78	8,35	14,80	11,96	20,74	18,90	44,19	48,89	8,49	11,90
Patrocínio	13,62	9,63	15,81	13,66	21,19	19,42	41,81	46,86	7,58	10,44
Pedrinópolis	12,02	9,83	13,75	12,89	20,02	17,36	43,20	46,65	11,01	13,27
Perdizes	13,53	10,75	15,21	14,44	21,13	19,12	42,79	46,88	7,33	8,81
Pirajuba	11,86	10,80	14,19	12,69	18,83	19,91	42,32	46,61	12,81	9,99
Planura	11,43	11,26	16,27	12,13	21,72	20,28	42,62	46,94	7,97	9,39
Prata	12,25	9,74	15,15	12,65	20,90	18,32	42,36	47,88	9,34	11,42
Pratinha	11,31	8,06	13,39	11,27	19,35	15,47	44,36	49,49	11,59	15,71
Rio Paranaíba	12,16	9,38	13,65	12,51	22,42	18,96	42,90	48,04	8,87	11,11
Romaria	13,35	9,59	15,57	12,57	20,60	17,58	42,12	48,28	8,35	11,99
Sacramento	11,77	9,24	15,01	12,15	20,66	19,14	42,14	46,78	10,42	12,69

Mesorregião do TMAP e Municípios	0 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 25 anos		26 a 59 anos		60 ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Santa Rosa da Serra	13,20	10,05	14,74	13,96	21,55	17,68	40,82	45,78	9,70	12,53
Santa Vitória	11,02	9,06	13,96	11,60	20,10	17,50	43,79	47,87	11,13	13,97
São Francisco de Sales	11,77	9,31	15,09	12,10	21,86	18,14	41,66	49,72	9,61	10,72
São Gotardo	13,28	9,94	15,19	13,22	22,03	20,90	41,35	45,83	8,15	10,12
Serra do Salitre	14,13	10,73	16,81	14,48	20,92	19,94	41,05	45,83	7,09	9,02
Tapira	11,87	8,78	15,36	11,89	20,02	20,01	42,95	48,88	9,80	10,43
Tiros	10,50	7,79	13,22	12,00	19,85	15,80	43,72	47,81	12,71	16,59
Tupaciguara	11,31	8,69	14,52	12,11	18,44	16,91	43,00	46,47	12,74	15,81
Uberaba	10,79	8,50	13,80	11,10	20,99	19,13	44,15	48,65	10,27	12,62
Uberlândia	11,71	9,21	14,41	11,58	22,15	19,85	44,23	49,15	7,50	10,21
União de Minas	12,72	10,16	15,52	12,38	21,07	18,74	42,04	47,17	8,65	11,54
Veríssimo	13,05	9,62	13,36	13,38	18,93	16,54	43,60	47,17	11,06	13,29

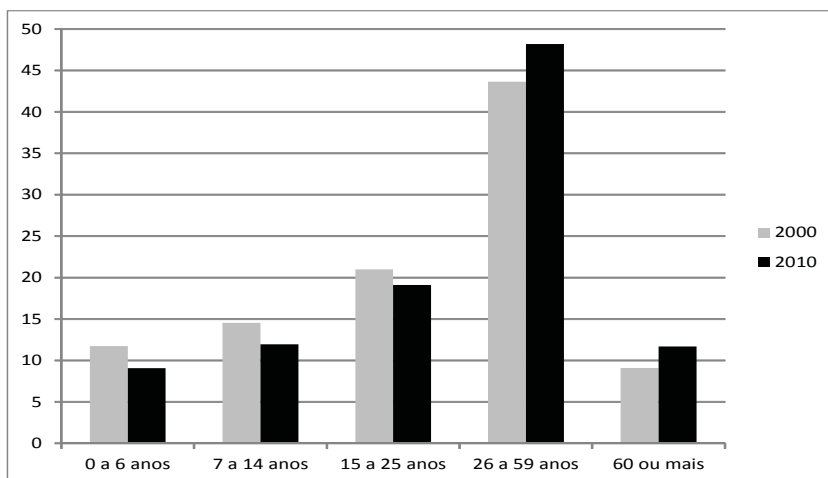
Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Portanto, considerando o menor ritmo de crescimento demográfico já evidenciado no período 2000-2010 e a expectativa de redução nos anos subsequentes, pode-se afirmar que as faixas etárias mais jovens tendem a sofrer não só perdas relativas, mas também perdas absolutas nos próximos períodos.

O Gráfico 3 caracteriza a participação relativa das faixas de idade para a população total da Região do TMAP, evidenciando comportamento similar àquele apresentado na análise anterior dos municípios: as duas faixas etárias que cresceram foram aquelas relativas às idades mais altas. Também na Região do TMAP, situa-se na faixa de 26 a 59 anos de idade praticamente metade da população dela.

As consequências das mudanças na composição etária podem ser mais claramente percebidas graficamente, através das pirâmides etárias, cuja elaboração permite uma distribuição mais detalhada, podendo ser mantidas as habituais faixas de 5 anos de idade.

Gráfico 3. Participação relativa das faixas de idade na população total da Região do TMAP, 2000 e 2010

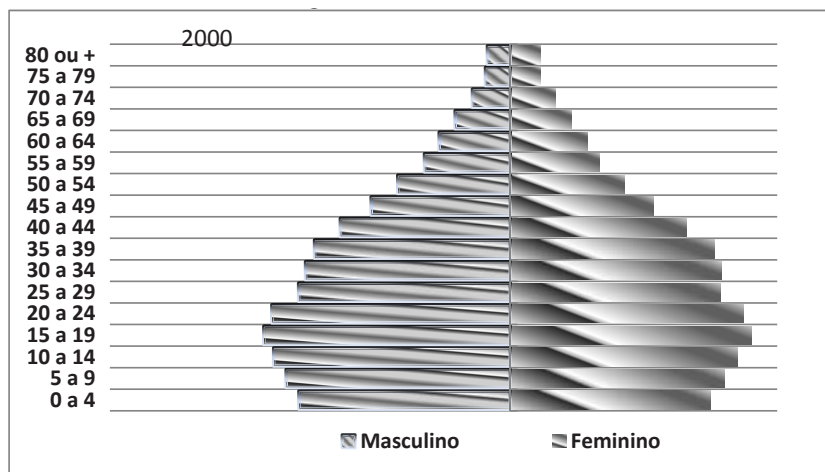


Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Os Gráficos 4 e 5 apresentam as pirâmides etárias referentes a 2000 e 2010 da população total do TMAP, e nos demais são apresentadas as estruturas dos maiores municípios, seguindo a ordem de sua importância, para os mesmos anos. Nota-se, para a região, comportamento similar àquele apresentado na análise anterior dos municípios: paulatino abaulamento da figura, pelo estreitamento da base e ampliação das faixas etárias mais altas, notando-se que as faixas correspondentes a pessoas idosas vão ganhando cada vez mais espaço. Ao lado disso, a faixa de idade com maior número de pessoas no conjunto da região, que era a de 15-19 anos, perde seu lugar para a de 20-24 e mesmo para a de 25-29 anos, entre 2000 e 2010.

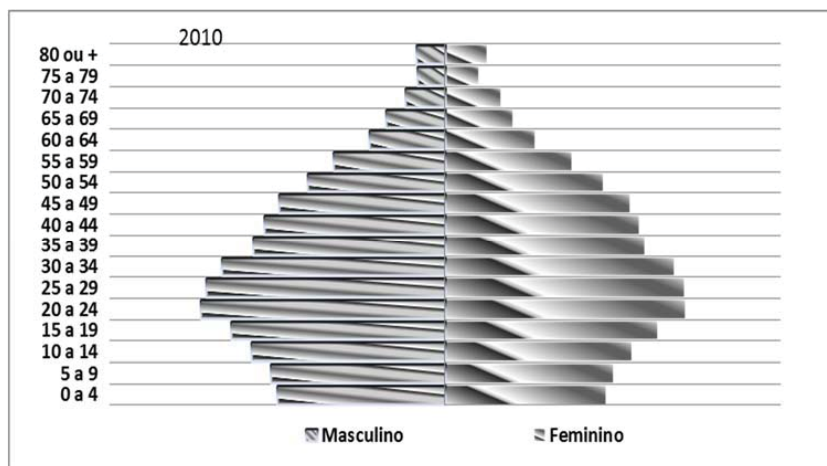
Em termos gerais, a maior diferença entre o total do TMAP e os principais municípios é certa regularidade na distribuição etária, que conforma uma figura com contornos mais suaves. No caso dos municípios, deixando de lado a maior ou menor velocidade de estreitamento da base, as “irregularidades”, em boa parte das vezes, guardam relação com a migração, que torna a população jovem mais numerosa, pela agregação de contingentes compostos por boa parcela de pessoas jovens.

Gráfico 4. TMAP – Distribuição da População por Faixas Etárias Segundo o Sexo – 2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico (2000).

Gráfico 5. TMAP – Distribuição da População por Faixas Etárias segundo o Sexo – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

3.2. Migrações internas e externas no TMAP

A análise dos dados de migração e de deslocamento da população requer alguns esclarecimentos a respeito da fonte de dados e de alguns

conceitos. Primeiramente, é necessário enfatizar que todos os dados e conceitos apresentados foram trabalhados a partir de uma única fonte de dados, que são os microdados da amostra do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Em alguns casos também foram analisados os microdados do Censo de 2000 para fins de comparação e análise das mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

Os dados apresentados dizem respeito à naturalidade da população residente nos municípios em estudo; ao número de migrantes e sua composição; ao tempo de moradia daqueles que são considerados migrantes; ao local de última residência, que nos permite fazer um estudo dos migrantes da última década; ao deslocamento para o trabalho, que identifica aqueles que se deslocam diariamente para trabalhar em outro município; e ao deslocamento de estudantes, que muitas vezes frequentam escolas fora do município de residência. Os detalhes conceituais serão colocados ao longo da análise, lembrando que todos eles são definidos pelo IBGE.

Os dados sobre naturalidade mostram o número de pessoas que são naturais e que não são naturais em um município, bem como se aqueles que não são naturais nasceram em Minas Gerais ou não. São consideradas “naturais” aquelas pessoas que nasceram no município aonde residiam na data do censo, e “não naturais” aqueles que não nasceram no município de residência atual. Obviamente, os municípios com maior contingente populacional também apresentaram maior número absoluto de pessoas não naturais, embora essa proporção possa alterar em termos relativos.

Com base nos dados de total da população municipal da Tabela 1 e as informações dos habitantes não naturais do município da tabela 8 foi possível constatar que os municípios que tiveram o maior crescimento da população não natural durante a década foram, em sua maioria, aqueles que apresentaram as maiores taxas de crescimento geométrico anual no período 2000/2010. Esse é o caso de Pirajuba (166,6%), Fronteira (147,9%), Delta (137,5%), Conceição das Alagoas (112,6%) e Santa Juliana (101,8%). A exceção é o caso de Estrela do Sul (119,9%), cujo crescimento geométrico foi modesto (0,79% no período 2000/2010), mas a entrada de migrantes foi expressiva. Observando os dados das tabelas 9

e 10, pode-se verificar que os municípios de Estrela do Sul e Delta foram os que experimentaram o maior incremento relativo na participação de migrantes na população total, aproximadamente 30 pontos percentuais. Enquanto Estrela do Sul saltou de 26,7% em 2000 para 56,6% em 2010, Delta saltou de 61,6% em 2000 para 92,3% em 2010. No caso específico de Estrela do Sul, conforme tabela 10, foi possível observar que o número absoluto de migrantes com menos de 10 anos de residência foi contabilizado em 2.368 habitantes enquanto aqueles com mais de 10 anos de residência somaram 1.845 habitantes. Como pode ser verificado nas referidas tabelas essa situação é mais comum nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes e, em especial, naqueles municípios com maiores taxas de crescimento geométrico anual.

Na outra ponta foi possível observar o caso daqueles municípios que apresentaram as maiores reduções no número de não naturais. Foram eles: Água Comprida (-22,4%), Araporã (-20,6%), Monte Alegre de Minas (-17,8%), Douradoquara (-13,2%), Monte Carmelo (-12,6%) e Pratinha (-10,1%).

Com base nos dados da Tabela 8 foi possível aferir a composição da população dos municípios segundo a naturalidade. Para o ano de 2000 notou-se que apenas 4 municípios tinham a maior parte da população composta por pessoas não naturais: Araporã (67%), Delta (59%), Indianópolis (53%) e Uberlândia (53%). Já em 2010, 12 municípios apresentaram essa característica: Delta (88%), Fronteira (78%), Campo Florido (62%), Comendador Gomes (61%), Pirajuba (56%), Planura (56%), Romaria (53%), Nova Ponte (53%), Limeira do Oeste (52%), Indianópolis (52%), Estrela do Sul (51%) e Serra do Salitre (51%). É importante destacar que a tendência verificada é de redução do influxo migratório nos municípios com maior massa demográfica, fato já verificado também para o principal polo da região, Uberlândia. O Censo de 2010 revelou não só um arrefecimento do crescimento demográfico das maiores cidades, demonstrando que nestas localidades a tendência é crescer a participação das pessoas naturais.

Além disso, a Tabela 8 apresenta também a composição das populações não naturais, mostrando a participação daqueles que não eram naturais do município, mas naturais de outro município de Minas

Gerais, os denominados “mineiros não naturais”. Com isso foi possível verificar o grau de mineiridade dos municípios da região, isto é, somar os naturais do município com os mineiros não naturais. Apesar das frequentes trocas migratórias com outros estados e da forte influência dos estados de São Paulo e Goiás, seja na economia regional, seja nas características culturais dos municípios fronteiriços desses dois estados, fica patente a predominância na região dos habitantes naturais de Minas Gerais. Portanto, com raras exceções (Delta e Fronteira, com menos de 50% de habitantes naturais de Minas Gerais), nota-se uma forte predominância nos municípios da região de pessoas naturais das Minas e das Gerais, ou seja, naturais do próprio TMAP e de outros municípios do estado de Minas Gerais. A quase totalidade dos municípios da região é formada por mais de 70% de habitantes naturais do estado de Minas Gerais, destacando-se entre os municípios com maior população, os casos de Patos de Minas (94,8%) e Araxá (92,5%).

A Tabela 8 também permite verificar que dos municípios com maiores contingentes populacionais, Uberlândia apresentou a maior população relativa de mineiros não naturais, embora tenha decrescido de 31,3%, em 2000, para 29% da população residente total em 2010. Em segundo lugar apareceu o município de Patos de Minas, cuja proporção de mineiros não naturais permaneceu em torno de 23% nos dois anos de referência.

No caso dos municípios com menor massa demográfica o município de Comendador Gomes foi o que apresentou maior população relativa de mineiros não naturais: 36%, em 2000, e 43% em 2010. No lado oposto está Carneirinho, cuja população de mineiros não naturais representava apenas 8% do total de residentes em 2000 e 12% em 2010.

Tabela 8. População relativa de não naturais e mineiros não naturais nos municípios da Aglomeração Urbana do TMAP – 2000 e 2010 (*)

Município	2000		2010	
	Não naturais	Mineiros não naturais	Não naturais	Mineiros não naturais
Abadia dos Dourados	16,5	12,5	19,8	17,2
Água Comprida	45,8	23,6	36,7	24,4
Araguari	31,7	15,0	30,4	13,2

Município	2000		2010	
	Não naturais	Mineiros não naturais	Não naturais	Mineiros não naturais
Arapuá	18,1	16,3	21,4	19,4
Araxá	29,7	24,0	29,4	21,9
Cachoeira Dourada	44,1	15,3	42,5	19,9
Campina Verde	30,1	22,5	26,8	19,0
Campo Florido	47,6	30,6	61,7	35,6
Campos Altos	29,4	24,5	37,2	27,0
Canápolis	34,8	19,4	50,1	21,5
Capinópolis	33,9	16,7	36,7	14,8
Carmo do Paranaíba	20,5	16,6	20,2	15,6
Carneirinho	35,3	8,5	43,8	12,6
Cascalho Rico	31,0	22,4	47,7	32,1
Centralina	38,6	17,7	46,6	25,7
Conceição das Alagoas	31,8	17,5	50,3	20,1
Conquista	22,8	13,8	32,7	20,1
Coromandel	25,7	17,6	27,6	19,3
Cruzeiro da Fortaleza	21,7	18,0	23,6	18,0
Douradoquara	29,8	25,1	25,1	21,7
Estrela do Sul	25,2	14,8	51,3	30,9
Fronteira	48,9	17,6	78,0	20,0
Frutal	31,9	16,4	33,3	13,9
Grupiara	33,0	23,6	39,3	30,5
Guimarânia	29,0	20,7	29,6	21,2
Gurinhata	34,6	23,5	44,8	34,4
Ibiá	31,6	23,1	29,5	22,3
Indianópolis	52,9	30,7	52,4	26,2
Ipiacu	44,9	25,7	45,8	19,5
Iraí de Minas	37,4	23,8	41,3	29,6
Itapagipe	23,7	14,5	34,0	20,3
Ituiutaba	30,7	17,4	35,1	17,7
Iturama	41,6	17,1	48,1	18,8
Lagoa Formosa	16,4	13,9	23,4	17,6
Limeira do Oeste	47,6	17,3	52,4	19,4
Matutina	19,8	18,1	26,3	22,5
Monte Alegre de Minas	36,5	22,0	27,5	16,5
Monte Carmelo	39,8	25,1	33,4	21,8
Nova Ponte	42,8	25,9	52,9	29,6
Patos de Minas	28,2	23,2	28,7	23,5
Patrocínio	29,9	20,6	29,7	18,8
Pedrinópolis	40,9	31,4	46,1	34,6
Perdizes	37,2	25,7	40,9	24,5
Pirajuba	35,6	22,8	55,8	20,2
Planura	45,2	16,0	55,7	20,2
Prata	28,0	17,4	28,5	19,1
Pratinha	21,6	19,9	17,6	15,2
Romaria	49,7	28,1	53,3	34,5

Município	2000		2010	
	Não naturais	Mineiros não naturais	Não naturais	Mineiros não naturais
Sacramento	22,7	13,9	30,2	16,6
Santa Rosa da Serra	34,1	29,2	35,2	28,4
Santa Vitória	38,3	22,0	42,6	25,0
São Francisco de Sales	41,5	27,8	36,3	20,9
São Gotardo	31,3	22,3	37,1	21,6
Serra do Salitre	38,7	24,7	50,9	32,4
Tapira	29,0	24,5	28,8	22,5
Tiros	18,9	15,7	20,7	16,4
Tupaciguara	26,6	13,1	30,4	17,0
Uberaba	37,8	24,8	37,3	22,3
Uberlândia	52,9	31,3	49,1	29,0
União de Minas	43,0	18,5	47,7	21,0
Veríssimo	46,4	36,0	42,0	33,6

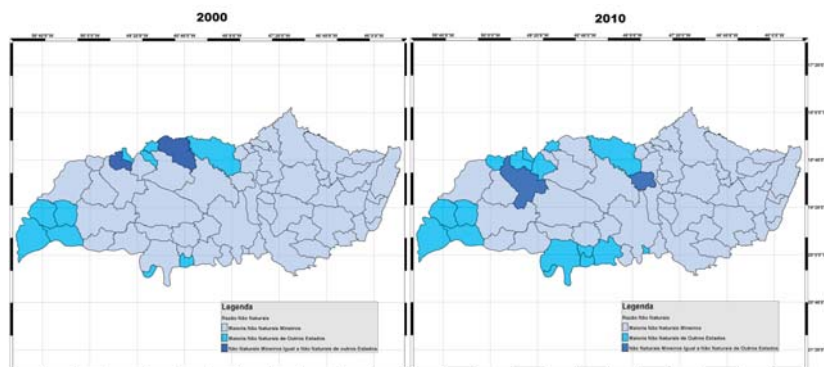
Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Percentuais em relação à população residente total.

Para o ano de 2010 foi possível observar que apenas 16 municípios da mesorregião do TMAP possuíam população não natural de mineiros menor que a população não natural de outros estados, sendo todos estes municípios localizados no Triângulo Mineiro, ou seja, na parte oeste da mesorregião, mais integrada com a economia de São Paulo. Nos demais 50 municípios da mesorregião, a população não natural de mineiros superava a população não natural de pessoas nascidas em outras Unidades da Federação, conforme mostra o Mapa 1.

Os municípios em azul escuro são aqueles cuja população de mineiros não naturais guarda a mesma proporção com a de não naturais de outros estados. São eles: Capinópolis e Tupaciguara, em 2000; e Indianópolis e Ituiutaba, em 2010. Os municípios em azul moderado são aqueles onde os mineiros não naturais eram minoria: Carneirinho, Cachoeira Dourada, Araporã, Planura, Fronteira, Limeira do Oeste, Iturama, União de Minas, Centralina e Araguari, em 2000, e Fronteira, Carneirinho, Pirajuba, Planura, Limeira do Oeste, Araporã, Iturama, Conceição das Alagoas, Capinópolis, Delta, Frutal, Ipiaçu, Canápolis, Araguari, União de Minas e Cachoeira Dourada, em 2010. Os demais municípios representados em azul claro são aqueles onde a maioria dos não naturais era nascida em Minas Gerais.

Mapa 1. Proporção de mineiros e não mineiros na população não natural dos municípios da Aglomeração Urbana do TMAP, em 2000 e 2010



Fonte: IBGE Censo Demográfico (2010).

A Tabela 9 apresenta a população relativa de migrantes dos municípios do TMAP. Considerando os municípios-sedes das microrregiões com maiores contingentes populacionais, Uberlândia possuía a maior concentração de migrantes, com mais da metade da população sendo de pessoas não naturais e naturais que moraram fora e retornaram para o município. Em 2000, a população migrante de Uberlândia representava 56% da população total e, em 2010, 53,5%⁹. Também no ano de 2000, o município com maior população relativa de migrantes era Araporã, com 69,5% da população total formada por migrantes (caiu para 46,6% em 2010). Em 2010, Delta foi o município com maior população relativa de migrantes: 92,3% da população total (era 61,6% em 2000).

Em todos os municípios da mesorregião a maioria dos migrantes era não natural, tanto em 2000 quanto em 2010. Isso significa que nesses municípios os migrantes eram praticamente não naturais, pois o número de migrantes naturais (de retorno) era bem pequeno. Em

⁹ São considerados “migrantes” as pessoas não naturais e aqueles que, ao responderem o Censo no município de residência, informaram que nasceram no município onde residem, mas já moraram em outro município no passado. Sendo assim, temos os “migrantes não naturais” (população não natural do município) e “migrantes naturais” (pessoas que nasceram no município, mas já moraram em município ou país diferentes do seu local de nascimento).

Uberlândia, maior município do TMAP, os habitantes não naturais representavam 93,8% dos migrantes em 2000 e 91,9% em 2010. Os municípios que apresentaram maior crescimento no número de migrantes no período 2000–2010 foram: Fronteira (146,4%); Pirajuba (145,5%); Delta (139,1%) e Estrela do Sul (129,6%). E os que apresentaram maior decréscimo foram: Douradoquara (-28%); Araporã (-22,4%) e Campina Verde (-18%).

Tabela 9. Percentuais de migrantes e migrantes não naturais nos municípios do TMAP – 2000 e 2010

Município de residência	2000		2010	
	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)
Abadia dos Dourados	19,3	85,4	22,2	88,9
Água Comprida	49,7	92,2	42,4	86,7
Araguari	36,9	85,9	35,2	86,4
Araporã	69,5	96,8	46,6	99,0
Arapuá	22,7	79,5	26,9	79,7
Araxá	35,1	84,6	34,6	85,0
Cachoeira Dourada	49,1	89,8	43,5	97,7
Campina Verde	38,4	78,4	31,1	86,2
Campo Florido	49,4	96,5	65,0	95,0
Campos Altos	33,8	86,7	40,2	92,6
Canápolis	38,2	91,2	53,5	93,6
Capinópolis	37,2	91,1	41,0	89,5
Carmo do Paranaíba	27,8	73,6	27,8	72,9
Carneirinho	39,6	89,1	47,3	92,6
Cascalho Rico	35,3	87,8	52,0	91,7
Centralina	41,0	94,0	48,3	96,5
Comendador Gomes	53,7	90,2	63,6	96,5
Conceição das Alagoas	35,6	89,2	52,6	95,5
Conquista	26,2	86,9	36,1	90,6
Coromandel	31,9	80,6	33,0	83,7
Cruzeiro da Fortaleza	25,2	86,0	24,8	95,0
Delta	61,6	96,4	92,3	95,8
Douradoquara	40,6	73,5	28,3	88,7
Estrela do Sul	26,7	94,6	56,6	90,6
Fronteira	50,2	97,5	79,5	98,1
Frutal	38,5	82,8	37,8	88,0
Grupiara	37,3	88,5	46,8	83,8
Guimarânia	31,5	92,2	32,2	92,1
Gurinhata	37,9	91,3	46,7	96,0
Ibiá	36,5	86,6	34,9	84,4
Indianópolis	55,4	95,5	53,8	97,3

Município de residência	2000		2010	
	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)	% de migrantes (*)	% de não naturais (**)
Iraí de Minas	42,8	87,4	42,0	98,3
Itapagipe	28,9	82,0	36,4	93,4
Ituiutaba	37,5	81,8	42,7	82,3
Iturama	46,7	89,2	52,5	91,6
Lagoa Formosa	25,6	64,0	32,6	71,7
Limeira do Oeste	48,9	97,4	53,3	98,3
Matutina	26,9	73,4	33,2	79,2
Monte Alegre de Minas	39,6	92,1	31,2	88,4
Monte Carmelo	44,9	88,7	38,6	86,5
Nova Ponte	44,9	95,4	55,0	96,1
Patrocínio	34,1	87,5	34,6	85,8
Pedrinópolis	46,7	87,6	49,2	93,8
Perdizes	40,0	93,1	43,4	94,2
Pirajuba	40,0	89,0	57,7	96,7
Planura	46,5	97,4	59,5	93,6
Prata	31,7	88,2	32,8	87,0
Pratinha	25,0	86,4	20,4	86,6
Rio Paranaíba	37,5	89,5	43,5	93,3
Romaria	52,3	94,9	56,4	94,6
Sacramento	28,6	79,3	33,0	91,6
Santa Juliana	34,0	92,9	47,0	96,7
Santa Rosa da Serra	38,2	89,2	38,4	91,7
Santa Vitória	44,3	86,4	48,8	87,2
São Francisco de Sales	46,1	89,9	38,3	94,8
São Gotardo	36,9	84,9	42,7	87,0
Serra do Salitre	40,7	95,2	53,9	94,5
Tapira	34,1	85,1	30,6	94,0
Tiros	25,3	74,7	28,3	73,0
Tupaciguara	32,7	81,2	35,8	84,8
Uberaba	43,4	87,1	42,3	88,1
Uberlândia	56,3	93,8	53,5	91,9
União de Minas	45,0	95,6	49,7	95,9
Veríssimo	52,5	88,5	51,9	81,0

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Em relação à população residente total.

(**) Em relação ao total de migrantes.

A Tabela 10 apresenta o tempo de residência dos migrantes nos municípios do TMAP, considerando que a data da pergunta é julho de 2010. Podemos observar que na maioria (em 57% dos municípios), o número de migrantes que residiam há 10 anos ou mais era maior que o número dos que residiam no município há menos de 10 anos. Isso

significa dizer que a maioria dos migrantes chegou nesses municípios antes do segundo semestre do ano de 2000. Em Uberlândia, 67% da população de migrantes residiam no município há pelo menos 10 anos. Em Uberaba, esse percentual foi de 66%; Araxá, 64%; Ituiutaba, 58%; Patos de Minas, 62%; Patrocínio, 63% e em Frutal, 61%.

Os municípios com maiores proporções de migrantes residentes há 10 anos ou mais são Cachoeira Dourada e Araguari, onde 69% dos migrantes chegaram antes do segundo semestre do ano 2000. Por outro lado, em 23 municípios do TMAP, a maioria da população migrante residia há menos de 10 anos. Dentre eles, podemos destacar Pirajuba, município no qual 72% dos migrantes chegaram a partir do segundo semestre do ano 2000; Veríssimo (67%) e Conceição das Alagoas (60%). Com exceção de Planura, cujo percentual de migrantes que residiam há menos de 10 anos era 46,2%, todos os municípios citados na tabela 2, com as maiores taxas anuais de crescimento geométrico populacional da mesorregião, estão dentre aqueles cuja maior parte da população de migrantes residia há menos de 10 anos. Isso indica que tal crescimento está relacionado ao fluxo migratório recente que esses municípios receberam durante o período 2000-2010. Portanto, como se trata de municípios com população absoluta pequena, essa variação ainda não pode ser assumida como um indicador consistente para delinear uma tendência. Assim, é prudente aguardar o próximo censo demográfico de 2020, o qual deverá confirmar ou não este desempenho. Nossa hipótese é de que se trata de um desempenho pontual e que aparecerá arrefecido na próxima apuração.

É importante ressaltar que em todos os municípios da mesorregião do TMAP, a maioria dos migrantes que residem há menos de 10 anos, residiam nos municípios há menos de 5 anos. Isso significa dizer que a imigração na década foi mais acentuada a partir do segundo semestre de 2005. No caso do município de Pirajuba, campeão em taxa de crescimento geométrica anual 2000/2010, mais da metade (61%) dos migrantes residem há menos de 5 anos.

Tabela 10. Tempo de residência dos migrantes nos municípios da mesorregião 2010

Município de residência	Menos de 10 anos					10 anos ou mais	
	Menos de 5 anos	% (**)	% (*)	Menos de 10 anos	% (*)	Valor Absoluto	% (*)
Abadia dos Dourados	514	72,2	34,5	712	47,8	777	52,1
Água Comprida	265	63,9	30,9	415	48,4	445	51,9
Araguari	8.197	68,2	21,2	12.017	31,1	26.655	68,9
Araporã	943	76,5	32,9	1.232	43,0	1.632	57,0
Arapuá	251	71,7	33,7	350	47,0	396	53,2
Araxá	6.995	59,7	21,6	11.718	36,2	20.652	63,8
Cachoeira Dourada	245	72,9	22,5	336	30,8	756	69,4
Campo Florido	1.925	71,7	43,1	2.686	60,2	1.776	39,8
Campos Altos	1.764	67,9	30,9	2.598	45,5	3.110	54,5
Canápolis	2.234	78,6	36,7	2.844	46,8	3.240	53,3
Capinópolis	1.935	72,5	30,9	2.668	42,6	3.599	57,4
Carmo do Paranaíba	2.368	71,1	28,7	3.332	40,4	4.920	59,6
Carneirinho	1.063	60,2	23,7	1.767	39,4	2.717	60,6
Cascalho Rico	643	78,1	43,3	823	55,4	660	44,4
Centralina	1.058	66,5	21,3	1.592	32,1	3.371	68,0
Comendador Gomes	707	77,4	37,4	913	48,3	978	51,7
Conceição das Alagoas	5.588	76,5	46,1	7.309	60,3	4.820	39,7
Conquista	814	80,0	34,6	1.018	43,2	1.337	56,8
Coromandel	2.295	57,5	25,3	3.992	43,9	5.098	56,1
Cruzeiro da Fortaleza	350	70,0	35,8	500	51,2	476	48,7
Delta	3.448	77,9	46,2	4.429	59,3	3.033	40,6
Douradoquara	177	61,7	34,0	287	55,1	232	44,5
Estrela do Sul	1.715	72,4	40,7	2.368	56,2	1.845	43,8
Fronteira	3.997	66,8	35,8	5.982	53,6	5.174	46,4
Frutal	5.780	74,3	28,6	7.781	38,5	12.434	61,5
Grupiara	143	70,8	22,2	202	31,4	438	68,1
Guimarânia	826	66,4	35,3	1.244	53,2	1.092	46,7
Gurinhata	998	71,6	34,8	1.394	48,6	1.470	51,3
Ibiá	2.388	65,2	29,5	3.663	45,2	4.441	54,8
Indianópolis	968	55,0	29,0	1.760	52,8	1.570	47,1
Ipiaçu	699	78,6	36,5	889	46,4	1.030	53,7
Iraí de Minas	864	73,4	31,8	1.177	43,4	1.537	56,6
Itapagipe	1.952	76,6	39,3	2.547	51,2	2.426	48,8
Ituiutaba	12.809	74,1	30,9	17.289	41,7	24.152	58,3
Iturama	5.108	66,3	28,3	7.707	42,6	10.369	57,4
Lagoa Formosa	2.060	65,8	36,8	3.129	56,0	2.464	44,1
Limeira do Oeste	1.119	67,5	30,5	1.659	45,2	2.016	54,9
Matutina	389	63,3	31,2	615	49,3	631	50,6
Monte Alegre de Minas	2.216	79,1	36,3	2.800	45,8	3.311	54,2
Monte Carmelo	4.270	65,8	24,2	6.487	36,7	11.188	63,3
Patos de Minas	11.857	62,4	23,4	19.001	37,5	31.628	62,5
Patrocínio	6.866	65,6	24,1	10.469	36,7	18.080	63,3

Município de residência	Menos de 10 anos					10 anos ou mais	
	Menos de 5 anos	% (**)	% (*)	Menos de 10 anos	% (*)	Valor Absoluto	% (*)
Perdizes	2.483	68,5	39,7	3.626	58,0	2.629	42,1
Pirajuba	1.636	84,4	60,9	1.939	72,1	748	27,8
Planura	2.228	78,0	36,0	2.858	46,2	3.326	53,8
Prata	2.861	72,0	33,8	3.974	47,0	4.487	53,0
Pratinha	207	59,8	31,1	346	52,0	321	48,3
Rio Paranaíba	1.983	69,2	38,4	2.864	55,4	2.303	44,6
Sacramento	2.815	71,5	35,7	3.937	50,0	3.938	50,0
Santa Juliana	2.056	70,0	38,6	2.937	55,2	2.384	44,8
Santa Rosa da Serra	350	60,9	28,3	575	46,4	660	53,3
Santa Vitória	3.153	75,9	35,6	4.156	46,9	4.697	53,0
São Francisco de Sales	794	71,3	35,9	1.114	50,4	1.092	49,4
São Gotardo	4.668	64,6	34,4	7.228	53,2	6.359	46,8
Serra do Salitre	1.804	70,4	31,7	2.561	45,1	3.120	54,9
Tapira	379	59,4	30,1	638	50,7	621	49,3
Tiros	692	59,1	35,4	1.171	59,9	782	40,0
Tupaciguara	2.666	75,4	30,8	3.536	40,8	5.118	59,1
Uberaba	30.105	70,1	24,0	42.955	34,3	82.323	65,7
Uberlândia	69.077	65,5	21,4	105.455	32,6	217.679	67,4
União de Minas	937	79,7	42,7	1.175	53,5	1.016	46,3
Veríssimo	728	60,3	40,3	1.207	66,8	602	33,3

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Em relação à população de migrantes. (**) Em relação ao total de migrantes que residem há menos de 10 anos.

A Tabela 11 apresenta a população relativa de imigrantes por faixa etária. Podemos observar que em todos os municípios boa parte dos imigrantes do período 2000–2010 tinha entre 26 e 59 anos, sendo que em Matutina, Tapira, União de Minas, Carmo do Paranaíba, Patos de Minas e Santa Rosa da Serra, mais da metade dos imigrantes do período estavam nessa faixa etária¹⁰.

Analisando os indicadores dos municípios sedes das microrregiões, temos que em Patos de Minas, 51% dos imigrantes da década tinham de 26 a 59 anos. Em Araxá, esse percentual era 49%; Uberlândia, 48%; Patrocínio e Uberaba, 47%; Ituiutaba, 46% e Frutal, 45%.

¹⁰ As análises da população relativa de imigrantes por faixa etária tomam por base os dados referentes ao que chamamos de “local de última residência”. Portanto, considerando a metodologia do Censo 2010, serão considerados apenas os imigrantes que residiam nos municípios há menos de 10 anos. Isso significa que os dados de 2000 referem-se ao período 1990 (segundo semestre) – até 2000, e os de 2010 referem-se ao período 2000 (segundo semestre) – até 2010.

Tabela 11. Total e Percentual dos imigrantes que chegaram aos municípios da mesorregião no período 2000 – 2010, por faixa etária

Município de residência	0 a 6		7 a 14		15 a 25		26 a 59		60 ou mais		Total de imigrantes no período
	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	
Abadia dos Dourados	88	12,4	94	13,3	156	22,0	319	45,0	52	7,3	709
Água Comprida	37	8,9	57	13,7	81	19,5	206	49,6	34	8,2	415
Araguari	1.146	9,5	1.679	14,0	2.685	22,3	5.804	48,3	701	5,8	12.015
Araporã	145	11,8	154	12,5	342	27,8	522	42,4	68	5,5	1.231
Arapuá	21	6,0	45	12,9	89	25,4	170	48,6	25	7,1	350
Araxá	903	7,7	1.581	13,5	2.729	23,3	5.757	49,1	750	6,4	11.720
Cachoeira Dourada	43	12,6	82	24,1	37	10,9	130	38,2	48	14,1	340
Campina Verde	277	10,1	401	14,7	476	17,4	1.296	47,5	281	10,3	2.731
Campo Florido	355	13,2	429	16,0	625	23,3	1.177	43,8	100	3,7	2.686
Campos Altos	291	11,2	318	12,3	615	23,7	1.290	49,7	81	3,1	2.595
Canápolis	341	12,0	265	9,3	837	29,5	1.302	45,8	95	3,3	2.840
Capinópolis	320	12,0	327	12,3	619	23,2	1.267	47,6	130	4,9	2.663
Carmo do Paranaíba	352	10,6	392	11,8	734	22,0	1.717	51,5	139	4,2	3.334
Carneirinho	244	13,8	330	18,7	372	21,0	724	41,0	98	5,5	1.768
Cascalho Rico	88	10,7	94	11,4	196	23,7	376	45,5	72	8,7	826
Centralina	361	22,7	298	18,7	278	17,5	582	36,6	73	4,6	1.592
Comendador Gomes	185	20,2	136	14,9	199	21,7	369	40,3	26	2,8	915
Conceição das Alagoas	879	12,0	1.101	15,1	2.030	27,8	3.159	43,3	135	1,8	7.304
Conquista	128	12,6	140	13,8	238	23,4	479	47,1	31	3,1	1.016
Coromandel	421	10,5	688	17,2	824	20,6	1.814	45,4	249	6,2	3.996
Cruzeiro da Fortaleza	39	7,9	112	22,6	106	21,4	223	45,0	16	3,2	496
Delta	925	20,9	597	13,5	1.096	24,8	1.704	38,5	106	2,4	4.428
Douradoquara	26	9,2	55	19,4	42	14,8	142	50,2	18	6,4	283
Estrela do Sul	331	14,0	420	17,7	513	21,7	1.008	42,6	95	4,0	2.367
Fronteira	986	16,5	962	16,1	1.420	23,7	2.355	39,4	259	4,3	5.982
Frutal	776	10,0	843	10,8	2.342	30,1	3.515	45,2	306	3,9	7.782
Grupiara	40	19,7	36	17,7	38	18,7	78	38,4	11	5,4	203
Guimarânia	178	14,3	258	20,7	277	22,3	496	39,9	35	2,8	1.244
Gurinhata	229	16,4	239	17,1	202	14,4	607	43,4	122	8,7	1.399
Ibiá	493	13,5	610	16,7	876	23,9	1.528	41,8	152	4,2	3.659
Indianópolis	149	8,5	263	15,0	457	26,0	784	44,6	106	6,0	1.759
Ipiacu	137	15,4	133	15,0	178	20,0	371	41,7	70	7,9	889
Iraí de Minas	129	10,9	163	13,8	307	26,0	545	46,1	38	3,2	1.182
Itapagipe	300	11,8	369	14,5	528	20,7	1.242	48,8	107	4,2	2.546
Ituiutaba	1.610	9,3	2.688	15,5	4.277	24,7	7.915	45,8	802	4,6	17.292
Iturama	533	6,9	1.179	15,3	1.875	24,3	3.641	47,2	478	6,2	7.706
Lagoa Formosa	364	11,6	506	16,1	586	18,7	1.465	46,7	213	6,8	3.134
Limeira do Oeste	198	11,9	239	14,4	376	22,6	763	45,9	85	5,1	1.661
Matutina	85	13,8	51	8,3	109	17,8	331	53,9	38	6,2	614

Município de residência	0 a 6		7 a 14		15 a 25		26 a 59		60 ou mais		Total de imigrantes no período
	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	No. de imigrantes	%	
Monte Carmelo	655	10,1	1.001	15,4	1.346	20,8	3.084	47,6	397	6,1	6.483
Nova Ponte	348	8,5	723	17,7	939	23,0	1.915	46,8	166	4,1	4.091
Patos de Minas	1.088	5,7	2.205	11,6	4.925	25,9	9.773	51,4	1.011	5,3	19.002
Patrocínio	864	8,3	1.613	15,4	2.554	24,4	4.883	46,6	554	5,3	10.468
Pedrinópolis	92	12,6	121	16,5	136	18,6	342	46,7	41	5,6	732
Perdizes	418	11,5	660	18,2	901	24,8	1.563	43,1	85	2,3	3.627
Pirajuba	252	13,0	262	13,5	514	26,5	873	45,0	41	2,1	1.942
Planura	326	11,4	354	12,4	758	26,5	1.311	45,8	113	3,9	2.862
Prata	564	14,2	536	13,5	912	22,9	1.802	45,3	160	4,0	3.974
Pratinha	46	13,3	40	11,6	85	24,6	165	47,7	10	2,9	346
Rio Paranaíba	299	10,5	413	14,4	801	28,0	1.276	44,6	71	2,5	2.860
Romaria	139	14,0	128	12,9	204	20,5	457	46,0	65	6,5	993
Sacramento	477	12,1	607	15,4	829	21,0	1.794	45,5	236	6,0	3.943
Santa Juliana	373	12,7	458	15,6	793	27,0	1.252	42,7	56	1,9	2.932
Santa Rosa da Serra	52	9,1	103	18,0	103	18,0	291	50,9	23	4,0	572
Santa Vitória	439	10,6	543	13,1	833	20,0	2.109	50,7	233	5,6	4.157
São Francisco de Sales	157	14,1	169	15,2	187	16,8	555	50,0	43	3,9	1.111
São Gotardo	650	9,0	989	13,7	2.069	28,6	3.368	46,6	152	2,1	7.228
Serra do Salitre	319	12,4	414	16,2	605	23,6	1.181	46,1	44	1,7	2.563
Tapira	30	4,7	80	12,5	145	22,7	336	52,6	48	7,5	639
Tiros	115	9,8	169	14,4	265	22,6	569	48,6	52	4,4	1.170
Tupaciguara	443	12,5	570	16,1	619	17,5	1.523	43,0	389	11,0	3.544
Uberaba	2.891	6,7	4.787	11,1	12.424	28,9	20.336	47,3	2.522	5,9	42.960
Uberlândia	7.127	6,8	11.669	11,1	30.217	28,7	50.586	48,0	5.854	5,6	105.453
União de Minas	123	10,4	170	14,4	230	19,5	614	52,1	41	3,5	1.178
Veríssimo	125	10,4	209	17,4	244	20,3	559	46,4	67	5,6	1.204

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Portanto, em todos os casos analisados, a proporção de imigrantes entre 26 e 59 anos era maior que a proporção dos demais em outras faixas etárias. Isso pode explicar o que foi mostrado na tabela 7, ou seja, mais de 40% da população de todos os municípios da mesorregião tinha de 26 a 59 anos, a faixa etária que teve maior crescimento relativo no período 2000-2010.

A Tabela 12 apresenta o número de imigrantes interestaduais nos municípios do TMAP em 2000 e 2010, ou seja, aqueles provenientes de outros estados. Podemos observar a importância da centralidade de Uberlândia enquanto polo atrativo desses imigrantes dentro da mesorregião. Dados de 2000 mostram que 38,27% dos imigrantes oriundos de outros estados que ingressaram na mesorregião do TMAP,

no período de 1990 a 2000, tiveram como destino Uberlândia. Uberaba vem na segunda posição como principal destino, mas com valores bem inferiores, 12,63%. Os outros municípios com mais de 50 mil habitantes absorveram juntos 20,16% desses imigrantes; e os demais municípios, 28,94%. No período 2000-2010, apesar dos dados mostrarem que houve maior dispersão dos imigrantes, com uma expressiva diminuição da participação de Uberlândia, esse município ainda continuou sendo o principal polo atrativo, absorvendo 29,98% dos imigrantes interestaduais. Uberaba continuou na segunda posição como principal destino, experimentando uma pequena elevação, 13,86%. Os outros municípios com mais de 50 mil habitantes absorveram juntos um valor também pouco maior, 20,63% desses imigrantes; e os demais municípios apresentaram um incremento para, 35,53%.

Considerando os indicadores analisados pode-se dizer que apresentam-se duas possíveis tendências em relação ao movimento migratório interestadual. Primeiro, uma sensível redução dos saldos migratórios e segundo, um arrefecimento da destinação concentrada destes imigrantes para o polo principal da região. Esse resultado pode decorrer de características específicas que influenciaram a migração de trabalhadores pouco qualificados para as lavouras em expansão na região, mas também podem estar indicando um deslocamento da fronteira para o oeste e noroeste do território brasileiro. Os dados do próximo censo demográfico de 2020 ajudarão a revelar a consistência destas mudanças já constatadas.

Tabela 12. Distribuição dos imigrantes interestaduais nos municípios do TMAP - 2000 e 2010

Município de residência	Ano 2000		Ano 2010	
	Nº de migrantes interestaduais	%	Nº de migrantes interestaduais	%
Abadia dos Dourados	182	0,11	90	0,05
Água Comprida	322	0,19	130	0,08
Araguari	8.461	5,11	6.442	3,89
Araporã	1.588	0,96	798	0,48
Arapuá	82	0,05	39	0,02
Araxá	3.183	1,92	3.917	2,37
Cachoeira Dourada	211	0,13	97	0,06
Campina Verde	1.133	0,68	569	0,34

Município de residência	Ano 2000		Ano 2010	
	Nº de migrantes interestaduais	%	Nº de migrantes interestaduais	%
Campos Altos	440	0,27	1.045	0,63
Canápolis	790	0,48	1.624	0,98
Capinópolis	681	0,41	1.757	1,06
Carmo do Paranaíba	1.089	0,66	634	0,38
Carneirinho	902	0,55	1.116	0,67
Cascalho Rico	198	0,12	198	0,12
Centralina	1.263	0,76	587	0,35
Comendador Gomes	272	0,16	322	0,19
Conceição das Alagoas	1.780	1,08	4.874	2,95
Conquista	324	0,20	414	0,25
Coromandel	1.408	0,85	1.034	0,62
Cruzeiro da Fortaleza	87	0,05	103	0,06
Delta	781	0,47	2.692	1,63
Douradoquara	67	0,04	32	0,02
Estrela do Sul	396	0,24	837	0,51
Fronteira	1.582	0,96	4.444	2,69
Frutal	4.771	2,88	5.332	3,22
Grupiara	117	0,07	32	0,02
Guimarânia	529	0,32	316	0,19
Gurinhata	320	0,19	231	0,14
Ibiá	1.034	0,62	1.027	0,62
Indianópolis	637	0,38	639	0,39
Ipiacu	312	0,19	580	0,35
Iraí de Minas	631	0,38	211	0,13
Itapagipe	796	0,48	990	0,60
Ituiutaba	5.953	3,60	10.258	6,20
Iturama	3.611	2,18	4.865	2,94
Lagoa Formosa	611	0,37	733	0,44
Limeira do Oeste	557	0,34	785	0,47
Matutina	177	0,11	78	0,05
Monte Alegre de Minas	1.057	0,64	775	0,47
Monte Carmelo	3.882	2,35	2.370	1,43
Nova Ponte	1.176	0,71	1.746	1,06
Patos de Minas	6.369	3,85	4.204	2,54
Patrocínio	4.637	2,80	3.980	2,41
Pedrinópolis	176	0,11	146	0,09
Perdizes	1.011	0,61	1.187	0,72
Pirajuba	176	0,11	1.146	0,69
Planura	1.211	0,73	1.902	1,15
Prata	1.737	1,05	1.306	0,79
Pratinha	25	0,02	77	0,05
Rio Paranaíba	860	0,52	652	0,39
Romaria	500	0,30	220	0,13
Sacramento	1.713	1,04	2.131	1,29
Santa Juliana	521	0,31	1.436	0,87

Município de residência	Ano 2000		Ano 2010	
	Nº de migrantes interestaduais	%	Nº de migrantes interestaduais	%
Santa Vitória	1.387	0,84	1.525	0,92
São Francisco de Sales	434	0,26	424	0,26
São Gotardo	2.296	1,39	3.317	2,00
Serra do Salitre	896	0,54	962	0,58
Tapira	173	0,10	140	0,08
Tiros	388	0,23	228	0,14
Tupaciguara	1.726	1,04	1.145	0,69
Uberaba	20.899	12,63	22.929	13,86
Uberlândia	63.335	38,27	49.609	29,98
União de Minas	603	0,36	667	0,40
Veríssimo	303	0,18	221	0,13
Total	165.494	100,00	165.466	100,00

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

A Tabela 13 apresenta dados referentes aos imigrantes intra estaduais, que são as pessoas provenientes de municípios mineiros que não pertencem à mesorregião em estudo, ou seja, pessoas mineiras que vieram para o TMAP¹¹.

Novamente é possível perceber o poder atrativo da polarização de Uberlândia dentro do TMAP. O município de Uberlândia absorveu 36,28% dos imigrantes oriundos de outras partes de Minas Gerais, que ingressaram na mesorregião durante o período 2000-2010. Nesse mesmo período, Uberaba recebeu 9,63%, enquanto os municípios com mais de 50 mil habitantes absorveram juntos um valor de 27,04%. O interessante nesse resultado é o caso específico de Patos de Minas, com uma participação de 13,40%, apareceu como o segundo município que mais absorve migrantes de Minas Gerais, que não declaram residir anteriormente em municípios do TMAP. Percebe-se assim que enquanto Uberlândia cumpre a função de centralidade regional, Patos de Minas, pela sua localização geográfica é o município que melhor se articula com outras regiões de Minas Gerais.

¹¹ Nesse caso não foi possível fazer uma análise comparativa com o período anterior porque o censo de 2000 não apresentou dados referentes ao município de última residência dos imigrantes, tornando impossível separar os imigrantes provenientes da própria mesorregião dos demais originários do restante de Minas Gerais.

Tabela 13. Distribuição dos imigrantes intra estaduais para os municípios da região do TMAP – 2010

Município de residência	Número de imigrantes intra-estaduais (*)	%
Abadia dos Dourados	111	0,20
Água Comprida	44	0,08
Araguari	1.177	2,16
Araporã	93	0,17
Arapuá	41	0,08
Araxá	2.785	5,11
Cachoeira Dourada	15	0,03
Campina Verde	106	0,19
Campo Florido	355	0,65
Campos Altos	617	1,13
Canápolis	51	0,09
Capinópolis	68	0,12
Carmo do Paranaíba	655	1,20
Carneirinho	26	0,05
Cascalho Rico	10	0,02
Centralina	33	0,06
Comendador Gomes	30	0,06
Conceição das Alagoas	708	1,30
Conquista	136	0,25
Coromandel	1.171	2,15
Cruzeiro da Fortaleza	132	0,24
Delta	271	0,50
Douradoquara	3	0,01
Estrela do Sul	184	0,34
Fronteira	209	0,38
Frutal	412	0,76
Grupiara	34	0,06
Guimarânia	182	0,33
Gurinhata	28	0,05
Ibiá	655	1,20
Indianópolis	134	0,25
Ipiacú	6	0,01
Iraí de Minas	344	0,63
Itapagipe	16	0,03
Ituiutaba	478	0,88
Iturama	134	0,25
Lagoa Formosa	494	0,91
Limeira do Oeste	22	0,04
Matutina	86	0,16
Monte Alegre de Minas	112	0,21
Monte Carmelo	973	1,78
Nova Ponte	538	0,99
Patos de Minas	7.309	13,40

Município de residência	Número de imigrantes intra-estaduais (*)	%
Patrocínio	2.580	4,73
Pedrinópolis	75	0,14
Perdizes	648	1,19
Pirajuba	95	0,17
Planura	124	0,23
Prata	323	0,59
Pratinha	49	0,09
Rio Paranaíba	464	0,85
Romaria	96	0,18
Sacramento	304	0,56
Santa Juliana	193	0,35
Santa Rosa da Serra	232	0,43
Santa Vitória	128	0,23
São Francisco de Sales	23	0,04
São Gotardo	1.714	3,14
Serra do Salitre	516	0,95
Tapira	173	0,32
Tiros	442	0,81
Tupaciguara	219	0,40
Uberaba	5.255	9,63
Uberlândia	19.788	36,28
União de Minas	67	0,12
Veríssimo	49	0,09
Total	54.545	100,00

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Número de pessoas cuja residência anterior foi em um dos municípios mineiros, excluindo aqueles que pertencem à mesorregião TMAP.

Para ampliar o conhecimento deste movimento migratório apresentamos a seguir a Tabela 14 que registra o saldo migratório interno do TMAP. Isso significa que foram analisados os imigrantes que vieram de outros municípios da região e os emigrantes que saíram para outros municípios dentro da região.

Pode-se notar dos dados apresentados que todos os municípios com mais de 50 mil habitantes, com exceção de Uberaba e Uberlândia, apresentaram saldo negativo nas trocas migratórias no interior da região do TMAP. Isso significa que, no período 2000-2010, no interior da região mais pessoas emigraram de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio e demais municípios do que imigraram para esses municípios.

Tabela 14. Diferença entre imigrantes e emigrantes dos municípios da mesorregião TMAP, considerando o período 2000 – 2010

Municípios	Imigrantes (*)	Emigrantes (**)	Saldo (***)
Abadia dos Dourados	474	836	-362
Água Comprida	234	119	115
Araguari	3.906	5.093	-1.187
Araporã	277	294	-17
Arapuá	245	420	-175
Araxá	4.488	4.952	-464
Cachoeira Dourada	195	155	40
Campina Verde	1.944	3.660	-1.716
Campo Florido	1.204	689	515
Campos Altos	800	1.592	-792
Canápolis	1.130	1.693	-563
Capinópolis	777	2.285	-1.508
Carmo do Paranaíba	1.406	2.517	-1.111
Carneirinho	446	500	-54
Cascalho Rico	585	441	144
Centralina	670	1.280	-610
Comendador Gomes	473	315	158
Conceição das Alagoas	1.479	1.661	-182
Conquista	449	687	-238
Coromandel	1.621	2.489	-868
Cruzeiro da Fortaleza	256	683	-427
Delta	696	339	357
Douradoquara	232	194	38
Estrela do Sul	1.118	808	310
Fronteira	850	446	404
Frutal	1.816	3.617	-1.801
Grupiara	117	154	-37
Guimarânia	570	921	-351
Gurinhata	1.046	1.340	-294
Ibiá	1.738	1.809	-71
Indianópolis	913	862	51
Ipiacú	273	450	-177
Iraí de Minas	561	598	-37
Itapagipe	1.414	821	593
Ituiutaba	6.230	8.004	-1.774
Iturama	2.442	2.731	-289
Lagoa Formosa	1.775	1.896	-121
Limeira do Oeste	753	467	286
Matutina	289	464	-175
Monte Alegre de Minas	1.786	1.859	-73
Monte Carmelo	2.910	4.644	-1.734
Nova Ponte	1.695	1.235	460
Patos de Minas	6.423	6.502	-79

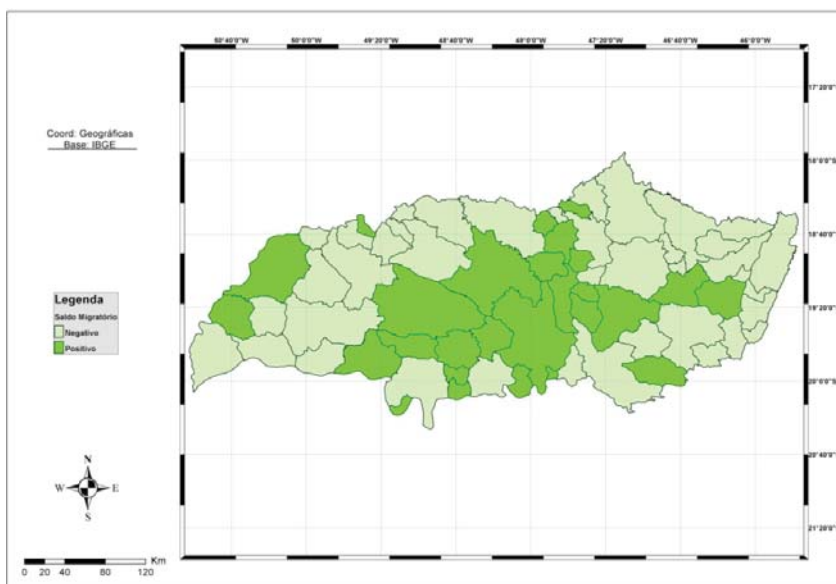
Municípios	Imigrantes (*)	Emigrantes (**)	Saldo (***)
Patrocínio	3.542	5.704	-2.162
Pedrinópolis	464	444	20
Perdizes	1.663	1.208	455
Pirajuba	638	349	289
Planura	674	550	124
Prata	2.167	2.165	2
Pratinha	199	249	-50
Rio Paranaíba	1.618	962	656
Romaria	637	587	50
Sacramento	1.320	2.014	-694
Santa Juliana	1.188	1.152	36
Santa Rosa da Serra	202	305	-103
Santa Vitória	2.317	2.168	149
São Francisco de Sales	499	593	-94
São Gotardo	1.726	2.407	-681
Serra do Salitre	897	696	201
Tapira	296	196	100
Tiros	318	727	-409
Tupaciguara	2.045	2.158	-113
Uberaba	12.563	9.667	2.896
Uberlândia	30.975	17.940	13.035
União de Minas	417	585	-168
Veríssimo	880	603	277

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Número de pessoas que ingressaram no município, vindos de outros municípios da mesorregião. (**) Número de pessoas que saíram do município, indo para outros municípios da mesorregião. (***) É a diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes.

Como Uberaba e Uberlândia apresentaram saldo positivo, podemos dizer que as pessoas migraram predominantemente dos demais municípios para Uberaba e, principalmente, para Uberlândia. Esse último recebeu um total de 30.975 pessoas vindas da mesorregião nesse período, totalizando um saldo migratório positivo de 13.035 pessoas. É importante chamar a atenção para Uberlândia porque seu saldo migratório foi muito acima do de Uberaba, seja em termos relativos, seja em termos absolutos, dado que este último município registrou um saldo de 2.896 pessoas. Portanto, os dados reforçam a condição de Uberlândia como principal polo atrativo de migrantes da região entre 2000 e 2010.

Mapa 2. Saldo migratório dentro da região do TMAP no período 2000 – 2010



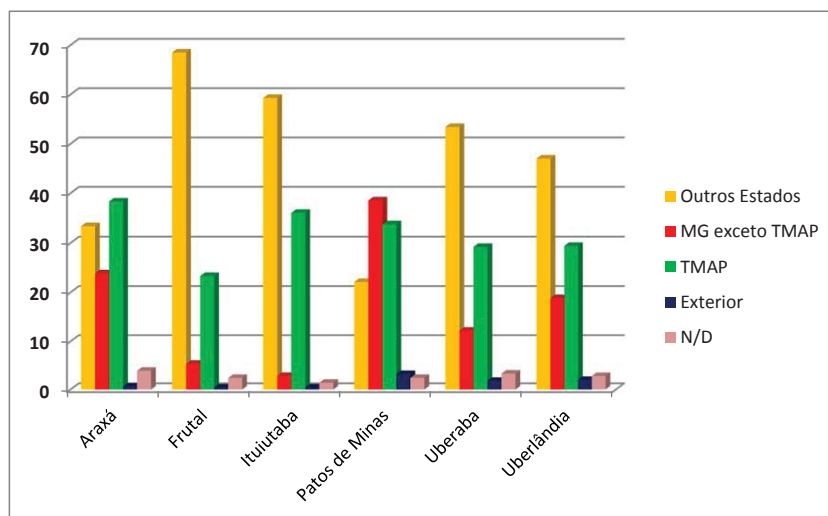
Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

O Mapa 2 apresenta os municípios da mesorregião do TMAP de acordo com o saldo migratório intramesorregional. Os municípios em verde escuro apresentaram saldo positivo (mais pessoas ingressaram do que saíram), e os em verdes claro são aqueles que apresentaram saldo negativo, ou seja, de onde saíram mais pessoas do que chegaram.

Outra constatação relevante que merece ser destacada é o fato de que todos os municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento geométrico anual na última década, com exceção de Conceição das Alagoas, conforme tabela 2, também apresentaram saldo migratório positivo. Na outra ponta encontram-se os casos dos municípios que tiveram saldo migratório negativo. Dentre todos os municípios o que apresentou o maior saldo migratório negativo foi Patrocínio, cuja diferença de imigrantes e emigrantes foi de (-2.162) pessoas. Em segundo lugar aparece Frutal, com saldo negativo de (-1.801) pessoas e, em terceiro, Ituiutaba (-1.774).

O Gráfico 4 mostra a população relativa de imigrantes, segundo suas origens, para cada município-sede das microrregiões do TMAP.

Gráfico 4. Proporção de imigrantes (residentes há menos de 10 anos), segundo sua origem, nos municípios-sede das microrregiões



Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Pode ser notado na figura que em Ituiutaba, Frutal e Uberaba, mais da metade dos imigrantes que vieram no período 2000-2010, são oriundos de outros estados. Em Uberlândia, 47% dos imigrantes vieram de outros estados, 29% da própria mesorregião e 19% de outras partes de Minas Gerais. Araxá foi o município com maior percentual de imigrantes intramesorregionais: 38% dos imigrantes que foram para o município, no período 2000-2010, eram oriundos de outros municípios da região. Em Patos de Minas, a maior participação é de mineiros de outras localidades, ou seja, 38% dos imigrantes são originários de outras partes de Minas Gerais, enquanto 34% são do TMAP e 22% de outros estados.

A tabela 15 relaciona todos os municípios-sede das microrregiões com os municípios que mais expulsaram emigrantes para outros municípios do TMAP. Assim é possível mapear a origem da maioria dos imigrantes no interior da região e com isso mapear as áreas de influência diretas dos principais municípios. Cabe lembrar que a informação se refere ao último período censitário e não a todo o histórico da formação regional. Esse dado é importante porque nos ajuda a entender os vínculos estruturais formados na rede urbana regional.

Tabela 15. Principais origens dos imigrantes dos municípios-sedes das microrregiões, considerando aqueles que residiam há menos de 10 anos

Município de residência anterior daqueles que migraram os últimos 10 anos	Imigrantes destinados a Uberlândia		Imigrantes destinados a Uberaba		Imigrantes destinados a Patos de Minas		Imigrantes destinados a Ituiutaba		Imigrantes destinados a Patrocínio		Imigrantes destinados a Frutal		Imigrantes destinados a Araxá	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Uberlândia	-	-	2033	16,2	957	14,9	1941	31,2	546	15,4	238	13,1	669	14,9
Uberaba	2328	7,5	-	-	359	5,6	227	3,6	134	3,8	248	13,7	509	11,4
Patos de Minas	2202	7,2	407	3,2	-	-			501	14,1			361	8,0
Ituiutaba	4156	13,5	447	3,6			-	-						
Patrocínio	1587	5,2	425	3,4	632	9,8			-	-			247	5,5
Frutal			703	5,6							-	-		
Araxá			1445	11,5			173	2,8	173	4,9			-	-
Perdizes													333	7,4
Ibiá													533	11,9
Fronteira											201	11,1		
Itapagipe											190	10,5		
Planura											152	8,4		
Comendador Gomes											124	6,8		
Iturama											92	5,1		
Campina Verde	1383	4,5					179	2,9			85	4,7		
Pirajuba											69	3,8		
Monte Alegre de Minas	1052	3,4									55	3,0		
Capinópolis							936	15,0						
Gurinhata							754	12,1						
Santa Vitoria							609	9,8						
Canápolis							297	4,7						
Ipiacú							157	2,5						
Araguari	2826	9,2	404	3,2			135	2,2	173	4,9				
Monte Carmelo	1854	6,1			207	3,2			397	11,2				
Tupaciguara	1433	4,7												
Prata	1106	3,6												
Sacramento			864	6,9									266	5,9
Conceição das Alagoas			994	7,9										
Veríssimo			417	3,3										
Lagoa Formosa					1122	17,5								
Cruzeiro da Fortaleza					344	5,4			111	3,1				
Coromandel									466	13,2				
Rio Paranaíba					222	3,5								
Campos Altos													482	10,8
São Gotardo					181	2,8							279	6,2
Pratinha													157	3,5
Guimarânia									272	7,7				
Serra do Salitre									149	4,2				

Município de residência anterior daqueles que migraram os últimos 10 anos	Imigrantes destinados a Uberlândia		Imigrantes destinados a Uberaba		Imigrantes destinados a Patos de Minas		Imigrantes destinados a Ituiutaba		Imigrantes destinados a Patrocínio		Imigrantes destinados a Frutal		Imigrantes destinados a Araxá	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Carmo do Paranaíba					918	14,3								
Demais municípios	11048	35,1	4424	35,2	939	14,6	822	13,2	620	17,5	362	19,9	652	14,5
Total	30975	100	12563	100	6423	100	6230	100	3542	100	1816	100	4488	100

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

No caso de Uberlândia observa-se que esse município foi o destino da maioria dos imigrantes e que o maior número desses originou-se de Ituiutaba (13,4% do total de imigrantes no interior da região do TMAP). Também é possível perceber que este município também foi o destino principal da migração regional de outras das principais cidades da região (Araguari, Uberaba, Patos de Minas e Patrocínio). Mas cabe destacar que dois dentre os principais municípios (maiores de 50 mil habitantes) não tem Uberlândia como o principal destino de seus habitantes, são eles Araxá e Frutal. Os habitantes de Araxá e Frutal migram predominantemente para o município de Uberaba. Assim é possível notar uma divisão regional de áreas de influência demográfica imediata, ficando Uberlândia com a porção norte da região e Uberaba com a porção sul.

Entretanto, dada a importância socioeconômica de Uberaba no contexto regional, aliada às suas funções históricas, os dados revelam que esse município também recebe migrantes dos demais municípios com mais de 50 mil habitantes, mas que distintamente dos casos de Araxá e Frutal, que tem naquele município a principal referência, nos demais casos a migração para Uberaba concorre com outros centros regionais, além de enfrentar a centralidade de Uberlândia. Enfim, podemos constatar que os dois principais polos regionais, Uberlândia e Uberaba, formam uma divisão regional de influência demográfica que transcende o entorno próximo de cada município, entendido como área de influência direta. E considerando que Uberlândia e Uberaba são os principais polos regionais, também é possível perceber que aproximadamente 35% dos migrantes que se dirigem para esses municípios tem origem nos demais municípios da região e não apenas nos seus municípios principais, conforme retratado na tabela.

Por fim, outra consideração importante a ser realizada refere-se à interface demográfica dos principais municípios. No caso de Patos de Minas, o maior número de migrantes que escolheu esse município era proveniente de Lagoa Formosa (17,5%) e na sequência de Uberlândia (14,9%). No caso de Frutal nota-se que esse recebeu imigrantes principalmente de Uberaba (13,7%), depois de Uberlândia (13,1%) e na sequência do seu entorno próximo. Já nos casos de Araxá, Ituiutaba, Patrocínio e Uberaba esses tiveram maior entrada de imigrantes que tiveram como última residência o município de Uberlândia.

Para elucidar estes dados da migração interna na região, apresentamos a seguir a tabela 16, que apresenta o total e os percentuais dos emigrantes dos municípios do TMAP que se mudaram especificamente para Uberlândia.

Tabela 16. Percentual de emigrantes dentro da região do TMAP que saíram para o município de Uberlândia no período 2000 – 2010

Município de residência anterior	Emigrantes que foram para Uberlândia	%	Total de emigrantes intramesorregionais
Abadia dos Dourados	308	36,8	836
Água Comprida	0	0,0	119
Araguari	2.826	55,5	5.093
Araporã	136	46,3	294
Arapuá	67	16,0	420
Araxá	634	12,8	4.952
Cachoeira Dourada	0	0,0	155
Campina Verde	1.383	37,8	3.660
Campo Florido	75	10,9	689
Campos Altos	338	21,2	1.592
Canápolis	794	46,9	1.693
Capinópolis	669	29,3	2.285
Carmo do Paranaíba	275	10,9	2.517
Carneirinho	17	3,4	500
Cascalho Rico	177	40,1	441
Centralina	611	47,7	1.280
Comendador Gomes	0	0,0	315
Conceição das Alagoas	84	5,1	1.661
Conquista	14	2,0	687
Coromandel	875	35,2	2.489

Município de residência anterior	Emigrantes que foram para Uberlândia	%	Total de emigrantes intramesorregionais
Cruzeiro da Fortaleza	0	0,0	683
Delta	0	0,0	339
Douradoquara	72	37,1	194
Estrela do Sul	192	23,8	808
Fronteira	23	5,2	446
Frutal	570	15,8	3.617
Grupiara	48	31,2	154
Guimarânia	138	15,0	921
Gurinhata	86	6,4	1.340
Ibiá	468	25,9	1.809
Indianópolis	500	58,0	862
Ipiaca	56	12,4	450
Iraí de Minas	101	16,9	598
Itapagipe	146	17,8	821
Ituiutaba	4.156	51,9	8.004
Iturama	413	15,1	2.731
Lagoa Formosa	290	15,3	1.896
Limeira do Oeste	0	0,0	467
Matutina	0	0,0	464
Monte Alegre de Minas	1.052	56,6	1.859
Monte Carmelo	1.854	39,9	4.644
Nova Ponte	311	25,2	1.235
Patos de Minas	2.202	33,9	6.502
Patrocínio	1.587	27,8	5.704
Pedrinópolis	58	13,1	444
Perdizes	167	13,8	1.208
Pirajuba	19	5,4	349
Planura	46	8,4	550
Prata	1.106	51,1	2.165
Pratinha	0	0,0	249
Rio Paranaíba	42	4,4	962
Romaria	276	47,0	587
Sacramento	268	13,3	2.014
Santa Juliana	313	27,2	1.152
Santa Rosa da Serra	0	0,0	305
Santa Vitória	782	36,1	2.168
São Francisco de Sales	19	3,2	593
São Gotardo	389	16,2	2.407
Serra do Salitre	70	10,1	696

Município de residência anterior	Emigrantes que foram para Uberlândia	%	Total de emigrantes intramesorregionais
Tapira	0	0,0	196
Tiros	111	15,3	727
Tupaciguara	1.433	66,4	2.158
Uberaba	2.328	24,1	9.667
Uberlândia	0	0,0	17.940
União de Minas	0	0,0	585
Veríssimo	0	0,0	603

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

É importante ressaltar que estão sendo considerados apenas os fluxos internos na região do TMAP. Como já ressaltado anteriormente, como base nos dados da tabela 15, podemos observar que não só o município que mais expulsou pessoas para Uberlândia durante os anos 2000-2010 foi Ituiutaba, mas que dos emigrantes que saíram desse município para outros municípios do TMAP, a sua maioria (51,9%) se deslocou para Uberlândia. Na verdade, além de Ituiutaba, outros 15 municípios apresentaram uma grande proporção de migrantes com destino a Uberlândia, com mais de 35% do contingente de migrantes. Alguns já foram citados na tabela 15 devido ao volume absoluto, mas que aqui revelam a proporção, como Tupaciguara (66,4%), Araguari (55,5%), Campina Verde (37,8%), Monte Alegre de Minas (56,6%), Monte Carmelo (39,9%) e Prata (51,1%). Outros, embora o volume não seja significativo, devido ao tamanho do município, percebe-se que a proporção é relevante e faz de Uberlândia o principal destino, como: Indianópolis (58,0%), Araporã (46,3%), Canápolis (46,9%), Centralina (47,7%) e Romaria (47,0%), dentre outros conforme apresentado na tabela 16. Mas conforme já ressaltado, todos esses municípios localizados no eixo norte da região do TMAP.

Os dados da tabela também revelam que um total de 12 municípios não contribuiu diretamente com nenhum migrante para Uberlândia na última década pesquisada. Isso não significa que não possa ter naturais daqueles municípios morando em Uberlândia, pois é comum ocorrer migração por etapas, fato que dificulta a exata identificação das origens. Mas independente disso, o baixo volume ou inexistência de migrantes de um município para o polo principal mostra de um lado a fragilidade das

relações socioeconômicas estabelecidas diretamente entre determinados espaços e, de outro lado, ajuda a entender a hierarquia da rede urbana regional, o papel dos subpolos e a inserção da região num espaço mais amplo, de interação com campos de forças de polos de outras regiões.

Tabela 17. Total e percentual de trabalhadores que trabalhavam em outro município e retornavam do trabalho para casa diariamente – 2010

Município de residência	Número de trabalhadores que trabalhavam em outro município	%	Total de trabalhadores
Abadia dos Dourados	49	1,5	3.319
Água Comprida	52	4,8	1.081
Araguari	1.420	2,6	54.893
Araporã	393	14,6	2.699
Arapuá	83	5,8	1.428
Araxá	1.096	2,3	48.073
Cachoeira Dourada	24	2,0	1.206
Campina Verde	89	1,0	9.090
Campo Florido	16	0,5	3.365
Campos Altos	204	2,8	7.297
Canápolis	171	3,0	5.664
Capinópolis	155	2,2	7.128
Carmo do Paranaíba	215	1,5	14.044
Carneirinho	233	4,9	4.798
Cascalho Rico	38	2,4	1.555
Centralina	599	13,7	4.378
Comendador Gomes	17	1,0	1.700
Conceição das Alagoas	395	3,6	10.974
Conquista	437	13,8	3.177
Coromandel	58	0,4	14.180
Cruzeiro da Fortaleza	71	3,8	1.857
Delta	663	18,8	3.521
Douradoquara	11	1,0	1.074
Estrela do Sul	128	3,4	3.744
Fronteira	1.278	18,8	6.798
Frutal	373	1,4	26.789
Grupiara	47	6,9	684
Guimarânia	255	7,9	3.246
Gurinhata	22	0,7	3.083
Ibiá	70	0,6	10.987

Município de residência	Número de trabalhadores que trabalhavam em outro município	%	Total de trabalhadores
Indianópolis	32	1,1	2.865
Ipiacu	349	19,4	1.796
Iraí de Minas	124	3,7	3.349
Itapagipe	118	1,7	7.024
Ituiutaba	1.579	3,2	48.717
Iturama	614	3,5	17.394
Lagoa Formosa	543	6,3	8.660
Limeira do Oeste	37	1,2	3.089
Matutina	77	4,6	1.660
Monte Alegre de Minas	134	1,5	9.234
Monte Carmelo	395	1,7	22.917
Nova Ponte	440	7,1	6.184
Patos de Minas	895	1,3	70.620
Patrocínio	278	0,7	41.436
Pedrinópolis	226	13,5	1.674
Perdizes	113	1,5	7.349
Pirajuba	73	3,4	2.179
Planura	1.728	33,8	5.111
Prata	154	1,2	13.320
Pratinha	15	1,0	1.557
Rio Paranaíba	133	2,1	6.270
Romaria	115	6,7	1.705
Sacramento	78	0,6	13.359
Santa Juliana	38	0,7	5.707
Santa Rosa da Serra	76	4,2	1.806
Santa Vitória	105	1,1	9.327
São Francisco de Sales	211	8,1	2.609
São Gotardo	1.068	6,4	16.567
Serra do Salitre	102	1,8	5.672
Tapira	9	0,4	2.244
Tiros	45	1,3	3.500
Tupaciguara	348	3,0	11.541
Uberaba	2.034	1,3	153.879
Uberlândia	1.729	0,5	318.989
União de Minas	57	2,9	1.997
Veríssimo	34	2,2	1.517

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

A propósito de tentar entender a hierarquia urbana regional e suas áreas de influência imediata, a seguir são apresentados alguns indicadores que ajudam a caracterizar os fluxos de interação que interligam os diversos municípios. A tabela 17 apresenta o número de trabalhadores residentes em cada município da região do TMAP, bem como o número daqueles que trabalhavam em outro município na data do censo (julho de 2010) e voltavam do trabalho para o local de residência diariamente, conhecidos como fluxos pendulares.

Nota-se na tabela acima que nenhum município representativo da rede urbana regional apresenta um expressivo fluxo pendular de trabalhadores. Apenas em alguns poucos pequenos municípios (Araporã, Conquista, Centralina, Delta, Fronteira, Ipiacu e Pedrinópolis) esta taxa atinge a proporção de 13 a 20 % do total de trabalhadores. São casos muito específicos e guardam relação direta com a localização. Mas nenhum desses casos provoca influência representativa sobre a dinâmica dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

O caso mais expressivo é o encontrado no município de Planura, localizado nas margens do Rio Grande, divisa com São Paulo, e separado do município de Colômbia (SP) apenas por uma ponte. Esse município registrou uma proporção de 33,8% (1/3) de trabalhadores que buscam outros municípios diariamente para trabalhar, retornando no final do dia. Nesse caso, o número absoluto declarado de trabalhadores que fazem esse fluxo pendular diário foi da ordem de 1.728 pessoas, a mesma magnitude registrada por Uberlândia (1729), esse último com população 60 vezes maior que Planura. Apesar da singularidade, dadas às pequenas dimensões deste fluxo pode-se concluir que ele tem caráter particular e com impacto significativo apenas no próprio município e no pequeno município vizinho de Colômbia (SP). Refinando a análise dos dados disponíveis no Censo Demográfico de 2010, podemos aferir que dos 1.728 trabalhadores que se deslocam diariamente de Planura por motivo de trabalho, apenas 361 declararam se deslocar para o mercado de trabalho de Frutal, principal cidade da região do TMAP nas imediações. Portanto, observando a dinâmica da rede urbana regional pode-se concluir que as principais interações pendulares de trabalho na região ocorrem nas interações entre: Uberlândia-Araguari, Uberaba-

Delta; Patos de Minas-Lagoa Formosa. Mas também foi possível notar que elas não são representativas em termos de volume.

Mesmo no caso de Uberlândia, único polo regional que possui uma maior proximidade geográfica com outra cidade de população representativa, que é o caso de Araguari (109 mil habitantes em 2010), percebe-se que o quantitativo de fluxo de trabalhadores declarados não é de magnitude representativa. Para um mercado de trabalho de aproximadamente 300 mil trabalhadores em Uberlândia e 55 mil em Araguari, encontrou-se um fluxo diário de Araguari para Uberlândia de exatos 1.212 pessoas. Na verdade não se pode desprezar a dimensão demográfica e a proximidade de Araguari com o município de Uberlândia (pouco mais de 25 km), fato que propicia fortes interações econômicas e sociais, com os efeitos positivos e negativos da fluência e da polarização, mesmo que esses sejam muitas vezes invisíveis aos registros formais.

Assim como no caso dos trabalhadores também foi analisada a situação da mobilidade dos estudantes que se deslocam do município de residência para frequentar escolas em outros municípios. Diferentemente da análise que foi feita sobre o deslocamento dos trabalhadores, no caso dos estudantes não é possível saber se o deslocamento é diário. Portanto, os dados só podem informar qual a proporção de estudantes de cada município que frequenta escola em outros municípios e quais são esses municípios de destino¹².

A tabela 18 apresenta o quantitativo de estudantes em cada município da mesorregião TMAP, bem como o número (absoluto e relativo) daqueles que frequentam escolas em outros municípios (que não são os de residência).

¹² Segundo o IBGE (2010), estudante é a pessoa matriculada em cursos regulares, ou seja, pré-escola (maternal e jardim de infância); classe de alfabetização (CA); alfabetização de jovens e adultos; regular do ensino fundamental; regular do ensino médio; educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivos do ensino fundamental e médio; superior de graduação; especialização de nível superior (mínimo de 360 horas); mestrado e doutorado. Também segundo o IBGE, não foram considerados estudantes aqueles matriculados somente em cursos rápidos profissionalizantes ou de extensão cultural (corte e costura, dança, idiomas, informática; cursos superiores sequenciais, de aperfeiçoamento ou extensão); cursos de Ensino Fundamental e Ensino Médio (2º grau) ministrados por meio de rádio e televisão ou por correspondência; e cursos pré-vestibular.

Tabela 18. População de estudantes dos municípios da mesorregião TMAP – 2010

Município de residência	Total de estudantes	Estudantes que frequentam escola de outro município							
		Total	%	De outro estado		De MG (*)		Da mesorregião TMAP	
				Total	%	Total	%	Total	%
Abadia dos Dourados	1.476	207	14,0	6	0,4	11	0,7	190	12,9
Água Comprida	494	91	18,4	7	1,4	0	0,0	84	17,0
Araguari	28.866	2.336	8,1	278	1,0	38	0,1	2.020	7,0
Araporã	1.845	286	15,5	261	14,1	2	0,1	23	1,2
Arapuá	789	126	16,0	0	0,0	12	1,5	114	14,4
Araxá	26.881	1.391	5,2	183	0,7	143	0,5	1.065	4,0
Cachoeira Dourada	814	127	15,6	5	0,6	0	0,0	122	15,0
Campina Verde	4.577	609	13,3	74	1,6	5	0,1	530	11,6
Campo Florido	1.971	264	13,4	5	0,3	0	0,0	259	13,1
Campos Altos	4.041	418	10,3	19	0,5	31	0,8	368	9,1
Canápolis	2.800	285	10,2	45	1,6	0	0,0	240	8,6
Capinópolis	4.038	487	12,1	6	0,1	0	0,0	481	11,9
Carmo do Paranaíba	7.776	832	10,7	27	0,3	46	0,6	759	9,8
Carneirinho	2.525	463	18,3	334	13,2	4	0,2	125	5,0
Cascalho Rico	611	59	9,7	0	0,0	0	0,0	59	9,7
Centralina	2.503	300	12,0	208	8,3	0	0,0	92	3,7
Comendador Gomes	634	103	16,2	5	0,8	3	0,5	95	15,0
Conceição das Alagoas	5.988	717	12,0	154	2,6	13	0,2	550	9,2
Conquista	1.679	205	12,2	13	0,8	3	0,2	189	11,3
Coromandel	6.759	470	7,0	34	0,5	39	0,6	397	5,9
Cruzeiro da Fortaleza	1.158	168	14,5	4	0,3	5	0,4	159	13,7
Delta	2.333	270	11,6	137	5,9	12	0,5	121	5,2
Douradoquara	442	72	16,3	2	0,5	0	0,0	70	15,8
Estrela do Sul	1.981	302	15,2	9	0,5	6	0,3	287	14,5
Fronteira	3.480	465	13,4	382	11,0	0	0,0	83	2,4
Frutal	13.786	829	6,0	643	4,7	9	0,1	177	1,3
Grupiara	349	50	14,3	4	1,1	0	0,0	46	13,2
Guimarânia	2.062	222	10,8	11	0,5	8	0,4	203	9,8
Gurinhata	1.324	125	9,4	0	0,0	0	0,0	125	9,4
Ibiá	6.051	440	7,3	13	0,2	48	0,8	379	6,3
Indianópolis	1.619	160	9,9	3	0,2	0	0,0	157	9,7
Ipiacu	1.106	133	12,0	21	1,9	0	0,0	112	10,1
Iraí de Minas	1.706	235	13,8	9	0,5	26	1,5	200	11,7
Itapagipe	3.531	669	18,9	246	7,0	0	0,0	423	12,0
Ituiutaba	25.506	1.048	4,1	315	1,2	34	0,1	699	2,7

Município de residência	Total de estudantes	Estudantes que frequentam escola de outro município							
		Total	%	De outro estado		De MG (*)		Da mesorregião TMAP	
				Total	%	Total	%	Total	%
Limeira do Oeste	1.836	175	9,5	112	6,1	0	0,0	63	3,4
Matutina	869	125	14,4	7	0,8	5	0,6	113	13,0
Monte Alegre de Minas	4.833	578	12,0	26	0,5	0	0,0	552	11,4
Monte Carmelo	13.587	963	7,1	104	0,8	65	0,5	794	5,8
Nova Ponte	3.550	401	11,3	29	0,8	18	0,5	354	10,0
Patos de Minas	37.450	1.050	2,8	105	0,3	320	0,9	625	1,7
Patrocínio	24.073	1.010	4,2	213	0,9	134	0,6	663	2,8
Pedrinópolis	859	87	10,1	6	0,7	0	0,0	81	9,4
Perdizes	3.999	424	10,6	43	1,1	37	0,9	344	8,6
Pirajuba	1.207	124	10,3	10	0,8	0	0,0	114	9,4
Planura	2.579	503	19,5	372	14,4	5	0,2	126	4,9
Prata	6.384	516	8,1	74	1,2	39	0,6	403	6,3
Pratinha	706	82	11,6	5	0,7	8	1,1	69	9,8
Rio Paranaíba	3.200	492	15,4	19	0,6	37	1,2	436	13,6
Romaria	997	149	14,9	8	0,8	0	0,0	141	14,1
Sacramento	5.830	633	10,9	190	3,3	8	0,1	435	7,5
Santa Juliana	2.750	231	8,4	10	0,4	0	0,0	221	8,0
Santa Rosa da Serra	887	94	10,6	2	0,2	16	1,8	76	8,6
Santa Vitória	4.400	510	11,6	107	2,4	10	0,2	393	8,9
São Francisco de Sales	1.679	218	13,0	97	5,8	2	0,1	119	7,1
São Gotardo	8.615	500	5,8	55	0,6	35	0,4	410	4,8
Serra do Salitre	2.910	289	9,9	10	0,3	21	0,7	258	8,9
Tapira	1.114	116	10,4	2	0,2	4	0,4	110	9,9
Tiros	1.672	154	9,2	9	0,5	6	0,4	139	8,3
Tupaciguara	5.992	670	11,2	59	1,0	0	0,0	611	10,2
Uberaba	83.571	2.006	2,4	1.094	1,3	247	0,3	665	0,8
Uberlândia	186.166	4.883	2,6	2.448	1,3	735	0,4	1.700	0,9
União de Minas	1.102	200	18,1	48	4,4	0	0,0	152	13,8
Veríssimo	897	59	6,6	3	0,3	0	0,0	56	6,2

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Exceto municípios da mesorregião TMAP.

Os municípios maiores em termos de massa demográfica, como esperado, apresentaram os maiores contingentes absolutos de estudantes e, obviamente, os maiores números de estudantes que saem para estudar em outros municípios. Entretanto, no geral, a proporção desses em relação ao total de estudantes do município não se mostrou muito significativa. Em Uberlândia, apenas 2,6% dos estudantes frequentavam escolas de outros municípios. Em Araguari, 8,1%; Uberaba, 2,4%; Araxá, 5,2%; Patos

de Minas, 2,8%; Ituiutaba, 4,1% e Patrocínio, 4,2%. Nos municípios menores essa proporção varia em média de 10 a 20%, com algumas exceções. Em termos proporcionais, podemos destacar os municípios de Planura, onde 19,5% da população de estudantes declararam frequentar escolas de outros municípios; Itapagipe, cujo percentual era 18,9%; Água Comprida, Carneirinho e União de Minas, onde esse percentual era aproximadamente 18%.

Na maioria dos casos, os dados revelam que a maior parcela dos estudantes se deslocava para escolas de outros municípios mineiros, com exceção dos casos de Uberlândia, Delta, Uberaba, Limeira do Oeste, Centralina, Carneirinho, Planura, Frutal, Fronteira, Iturama e Araporã. Nesses casos, os principais destinos eram municípios de outros estados. Com exceção dos municípios citados anteriormente, pode-se observar que em todos os demais casos da região, o número de estudantes que frequentavam escolas em outros municípios do próprio TMAP era maior do que o número de estudantes que frequentavam escolas em outros estados ou em outras regiões mineiras.

Para entender os resultados encontrados é necessário dividir a amostra em três planos distintos. Primeiro o caso dos dois maiores municípios da região: Uberlândia e Uberaba. A estrutura urbana bem desenvolvida e a oferta de um amplo sistema educacional que vai da pré-escola ao ensino superior justifica a baixa proporção de estudantes que se deslocam para fora destes municípios. E quando a procura é por cursos fora do município, nota-se que essa decisão se desloca, predominantemente, para realizar estudos em municípios fora do estado, provavelmente em busca de ensino superior. E nesse caso, considerando a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico destes dois municípios, pode-se deduzir que o grande polo atrativo de educação superior encontra-se no estado de São Paulo.

O segundo caso são os municípios localizados próximos das fronteiras com Goiás ou São Paulo. Este é o caso específico de Centralina e Araporã, localizados próximos da divisa com Goiás e dentro da área de influência do subpolo regional de Itumbiara (GO). Já no extremo sul da região, na divisa com São Paulo temos os casos de Delta, Limeira do Oeste, Carneirinho, Planura, Frutal, Fronteira, Iturama. Todos esses municípios

sofrem influência direta dos polos e subpolos do interior paulista. E nesse grupo podemos destacar o caso específico de Frutal, que embora seja um município com mais de 50 mil habitantes e, portanto, com estrutura socioeconômica e educacional mais diversificada, sofre influência direta de dois importantes centros urbanos paulistas, o subpolo de Barretos e o polo de São José do Rio Preto. No caso de Frutal, embora a procura dos estudantes por escolas fora do município não chegue a configurar uma variável representativa, considerando que apenas 6,0% dos estudantes tomam essa decisão, cabe registrar que 73,2% dos que frequentam escolas fora do município, o fazem em escolas de outro estado.

O terceiro caso é o de Araguari, que embora seja um município com mais de 100 mil habitantes, encontra-se localizado muito próximo do principal polo regional que é Uberlândia. Apesar da estrutura socioeconômica do município, a situação de Araguari foge um pouco do volume médio de estudantes que procuram outras cidades. Em termos absolutos os dados revelaram que 2.336 estudantes de Araguari declararam frequentar escolas de outros municípios, enquanto Patos de Minas com massa demográfica um pouco superior teve declarados 1.050 e Uberaba com três vezes mais volume populacional teve declarados 2.006 estudantes que procuram outras cidades. Destes 2.336 estudantes que procuram outras cidades, no caso de Araguari, um total de 1914 declarou estudar em Uberlândia.

Para complementar o entendimento destas interações na rede urbana regional apresentamos a seguir a tabela 19, que traz informações desagregadas do destino dos estudantes para os municípios que apresentaram maiores números de estudantes que declararam frequentar escolas em outros municípios. Nessa tabela é possível identificar o destino principal dos estudantes quando se deslocam no interior da região e a proporção dos que buscam este serviço em municípios de outros estados. Como foi dito anteriormente, esses municípios são aqueles que possuíam os maiores contingentes populacionais da mesorregião.

Em Uberlândia e Uberaba, mais de 50% desses estudantes frequentavam escolas em outros estados. Nos demais casos (Patos de Minas, Ituiutaba, Patrocínio, Araguari e Araxá), o principal destino desses estudantes eram outros municípios do TMAP, especialmente

Uberlândia e Uberaba. No caso de Araguari, 82% dos estudantes que estudavam em outros municípios se dirigiam para Uberlândia, e no caso de Araxá, 54% para Uberaba.

Tabela 19. Municípios com maiores fluxos de saída de estudantes, segundo o local das escolas – 2010

UBERLÂNDIA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	2.448	50,1
MG (*)	735	15,1
TMAP	1.700	34,8
Patos de Minas	252	5,2
Ituiutaba	226	4,6
Araguari	189	3,9
Uberaba	167	3,4
Araxá	85	1,7
Monte Alegre de Minas	68	1,4
Tupaciguara	68	1,4
Lagoa Formosa	55	1,1
Ibia	51	1
Tiros	50	1
Santa Vitória	48	1
Abadia dos Dourados	47	1
Coromandel	47	1
Prata	46	0,9
Monte Carmelo	44	0,9
Frutal	39	0,8
Campina Verde	35	0,7
São Gotardo	32	0,7
Douradoquara	22	0,5
Indianópolis	22	0,5
Araporã	19	0,4
Canápolis	19	0,4
Centralina	18	0,4
Capinópolis	17	0,3
Conquista	10	0,2
Rio Paranaíba	9	0,2
Irai de Minas	8	0,2
Veríssimo	7	0,1
Total	4.883	100

UBERABA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	1.094	54,5
MG (*)	247	12,3
TMAP	665	33,2
Uberlândia	311	15,5
Iturama	102	5,1
Araxá	50	2,5
Sacramento	28	1,4
Santa Juliana	21	1
Araguari	20	1
Conquista	20	1
São Gotardo	16	0,8
Rio Paranaíba	15	0,7
Coromandel	12	0,6
Nova Ponte	12	0,6
Veríssimo	12	0,6
Itapagipe	11	0,5
Conceição das Alagoas	10	0,5
Campos Altos	9	0,4
Patrocínio	8	0,4
Tupaciguara	8	0,4
Total	2.006	100

ARAGUARI		
Município da escola	Total	%
Outros estados	278	11,9
MG (*)	38	1,6
TMAP	2.020	86,5
Uberlândia	1.914	81,9
Uberaba	48	2,1
Ituiutaba	37	1,6
Indianópolis	11	0,5
Cruzeiro da Fortaleza	10	0,4
Total	2.336	100

PATROCÍNIO		
Município da escola	Total	%
Outros estados	213	21,1
MG (*)	134	13,3
TMAP	663	65,6
Uberlândia	295	29,2
Patos de Minas	84	8,3
Guimarânia	66	6,5
Uberaba	66	6,5
Serra do Salitre	26	2,6
Rio Paranaíba	23	2,3
Estrela do Sul	20	2
Araxá	19	1,9
Monte Carmelo	14	1,4
Cruzeiro da Fortaleza	11	1,1
Araguari	10	1
Coromandel	10	1
Perdizes	10	1
Ituiutaba	9	0,9
Total	1.010	100

PATOS DE MINAS		
Município da escola	Total	%
Outros estados	105	10
MG (*)	320	30,5
TMAP	625	59,5
Uberlândia	303	28,9
Coromandel	87	8,3
Rio Paranaíba	70	6,7
Uberaba	60	5,7
Cruzeiro da Fortaleza	49	4,7
Guimarânia	38	3,6
Patrocínio	11	1
Araguari	7	0,7
Total	1.050	100

ARAXÁ		
Município da escola	Total	%
Outros estados	183	13,2
MG (*)	143	10,3
TMAP	1.065	76,6
Uberaba	757	54,4
Uberlândia	154	11,1
Ibiá	54	3,9
Santa Rosa da Serra	27	1,9
Arapuá	15	1,1
Patos de Minas	13	0,9
Rio Paranaíba	11	0,8
Pedrinópolis	9	0,6
Perdizes	9	0,6
Campos Altos	6	0,4
Frutal	5	0,4
São Gotardo	5	0,4
Total	1.391	100

ITUIUTABA		
Município da escola	Total	%
Outros estados	315	30,1
MG (*)	34	3,2
TMAP	699	66,7
Uberlândia	363	34,6
Capinópolis	160	15,3
Uberaba	102	9,7
Prata	35	3,3
Gurinhatã	23	2,2
Santa Vitória	10	1
Monte Alegre de Minas	6	0,6
Total	1.048	100

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Exceto municípios da mesorregião TMAP.

A Tabela 20 apresenta o saldo do fluxo de estudantes dentro dos municípios do TMAP. Esse saldo nada mais é do que a diferença entre o número de estudantes que entravam para estudar nas escolas do município e o número de estudantes que saíam para frequentar escola em outros municípios da mesorregião. Assim como foi feito na análise dos trabalhadores, consideraram-se somente os fluxos intramesorregionais tratados no censo de 2010.

Tabela 20. Saldo dos fluxos dentro d região – entrada e saída dos estudantes nos municípios da região do TMAP – 2010.

Municípios	Número de estudantes que entram	Número de estudantes que saem	Saldo
Abadia dos Dourados	65	190	-125
Água Comprida	0	84	-84
Araguari	480	2.020	-1.540
Araporã	19	23	-4
Arapuá	59	114	-55
Araxá	1.243	1.065	178
Cachoeira Dourada	0	122	-122
Campina Verde	205	530	-325
Campo Florido	31	259	-228
Campos Altos	45	368	-323
Canápolis	117	240	-123
Capinópolis	191	481	-290
Carmo do Paranaíba	117	759	-642
Carneirinho	29	125	-96
Cascalho Rico	3	59	-56
Centralina	72	92	-20
Comendador Gomes	8	95	-87
Conceição das Alagoas	23	550	-527
Conquista	30	189	-159
Coromandel	262	397	-135
Cruzeiro da Fortaleza	89	159	-70
Delta	0	121	-121
Douradoquara	31	70	-39
Estrela do Sul	47	287	-240
Fronteira	25	83	-58
Frutal	422	177	245
Grupiara	75	46	29
Guimarânia	109	203	-94
Gurinhata	37	125	-88
Ibiá	139	379	-240
Indianópolis	36	157	-121
Ipiacu	0	112	-112
Iraí de Minas	40	200	-160
Itapagipe	23	423	-400
Ituiutaba	1.541	699	842
Iturama	727	153	574
Lagoa Formosa	58	420	-362
Limeira do Oeste	72	63	9
Matutina	26	113	-87
Monte Alegre de Minas	74	552	-478

Municípios	Número de estudantes que entram	Número de estudantes que saem	Saldo
Monte Carmelo	368	794	-426
Nova Ponte	98	354	-256
Patos de Minas	1.708	625	1.083
Patrocínio	457	663	-206
Pedrinópolis	27	81	-54
Perdizes	41	344	-303
Pirajuba	51	114	-63
Planura	6	126	-120
Prata	137	403	-266
Pratinha	0	69	-69
Rio Paranaíba	613	436	177
Romaria	30	141	-111
Sacramento	76	435	-359
Santa Juliana	40	221	-181
Santa Rosa da Serra	32	76	-44
Santa Vitória	73	393	-320
São Francisco de Sales	39	119	-80
São Gotardo	442	410	32
Serra do Salitre	28	258	-230
Tapira	0	110	-110
Tiros	72	139	-67
Tupaciguara	115	611	-496
Uberaba	4.030	665	3.365
Uberlândia	6.650	1.700	4.950
União de Minas	52	152	-100
Veríssimo	44	56	-12

Fonte: IBGE Censo Demográfico (2010).

Apenas 11 municípios apresentaram saldo positivo: Limeira do Oeste, Grupiara, São Gotardo, Rio Paranaíba, Araxá, Frutal, Iturama, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia. Com exceção de Patrocínio, todas as sedes de microrregiões obtiveram saldos positivos, indicando que atraem mais estudantes do que repelem. Uberlândia (1º lugar), Uberaba (2º lugar) e Patos de Minas (3º lugar) foram os municípios que apresentaram maiores saldos em 2010, podendo ser chamados de polos atrativos dos estudantes da região, pois juntos, receberam 66% dos estudantes que saíram dos demais municípios para frequentar escola em outros municípios da mesorregião.

Do lado oposto, os municípios que apresentaram os maiores saldos negativos foram Araguari (1º lugar), Carmo do Paranaíba (2º lugar),

Conceição das Alagoas (3º lugar), Tupaciguara (4º lugar) e Monte Alegre de Minas (5º lugar). O principal destino dos estudantes de Araguari (95% dos estudantes que frequentavam escola em outros municípios do TMAP), Tupaciguara (91%) e Monte Alegre de Minas (74%) era Uberlândia. No caso de Carmo do Paranaíba, 61% desses estudantes foram para Patos de Minas e, no caso de Conceição das Alagoas, 88% para Uberaba.

A principal conclusão é que além de uma boa mobilidade de pessoas no âmbito interno da região, notadamente entre os municípios polos e os municípios da área de influência, também ficou evidenciado que, pela dimensão e proximidade, o maior movimento pendular ocorre na conexão de pessoas residentes nos municípios de Araguari e Uberlândia. Esse forte relacionamento entre esses dois municípios corrobora no sentido de pensarmos uma nucleação regional expandida, ou seja, formada por Uberlândia, Uberaba e Araguari. Em um segundo plano destacam-se as interações que ocorrem entre os principais polos e os municípios que lhes estão mais próximos ou contíguos, seja dentro da própria região, seja nos vizinhos estados de Goiás e São Paulo.

Para além das análises de mobilidade de estudantes e trabalhadores nota-se que os dados sobre os contingentes de pessoas não naturais dos municípios em que residem permitem traçar um perfil da formação populacional, sem delimitação no tempo. Já a análise do período mais recente, que possibilita observar os fluxos migratórios, requer avaliar as informações sobre a migração de data fixa¹³. A data fixa é exatamente 5 anos antes da data de referência¹⁴ e a análise dessas informações permite avaliar os fluxos migratórios mais recentes. Ao criar uma referência intermediária entre os dois períodos censitários, essa informação permite ao pesquisador captar as tendências mais atualizadas, evitando

¹³ Migrante de data fixa é a pessoa com residência em caráter definitivo numa determinada área geográfica na data de referência do Censo Demográfico, que declarou que, na data fixa, residia em outro município

¹⁴ As datas de referência dos dois últimos Censos Demográficos, que foram aqui utilizados, são os dias 1º de agosto de 2000 e 31 de julho de 2010 desses anos, e as características das pessoas são captados para essa data (idade, local de residência, escolaridade, estado civil, etc.). As datas fixas, nos quesitos referentes a migração, são os dias 31 de julho de 1995 (Censo de 2000) e de 2005 (Censo de 2010). Observe-se que, como para os demais quesitos referentes a migração, são captadas informações tão somente de pessoas de 5 anos ou mais.

considerar como ainda presentes os movimentos migratórios que possam ter perdido intensidade ou identificando novas movimentações. Essa é uma das razões mais importantes que leva demógrafos e analistas, e o próprio Manual da ONU referente a mensuração de migrações internas, a concederem grande atenção à migração de data fixa (Rigotti, 1999).

Conforme revelado pelos dados censitários de população a região do TMAP é tradicional receptora de migrantes de outros Estados e do próprio estado de Minas Gerais. Mas também é certo que em seu interior sempre houve trânsito de migrantes, direcionados, sobretudo para os principais polos regionais. E o volume absoluto desses fluxos migratórios não é desprezível, como revelado na Tabela 21. Em termos agregados essa entrada de migrantes só não é superior à população total dos dois principais municípios da região. Sejam os chegados até o ano de 2000, sejam os que chegaram até 2010, pois foram mais de 193 mil pessoas no primeiro caso e um pouco mais no segundo, um montante de 199 mil pessoas. Esse é o movimento populacional que ajuda a explicar a dinâmica diferenciada de crescimento de vários municípios da região.

Tabela 21. Destino dos Migrantes de Data Fixa segundo os Municípios – anos 2000 e 2010

Município de Destino	2000		2010		Variação
	No.	%	No.	%	%
TMAP	193.094	100,00	199.158	100,00	3,14
Uberlândia	61.488	31,84	56.754	28,50	-7,70
Uberaba	21.652	11,21	23.948	12,02	10,60
Ituiutaba	7.058	3,66	10.558	5,30	49,59
Patos de Minas	11.741	6,08	9.666	4,85	-17,67
Araguari	7.829	4,05	6.749	3,39	-13,80
Patrocínio	6.376	3,30	5.626	2,82	-11,77
Araxá	4.173	2,16	5.314	2,67	27,34
Conceição das Alagoas	2.205	1,14	4.550	2,28	106,39
Frutal	4.469	2,31	4.246	2,13	-4,98
Iturama	3.783	1,96	3.907	1,96	3,26
São Gotardo	3.901	2,02	3.552	1,78	-8,96
Fronteira	1.124	0,58	3.141	1,58	179,48
Monte Carmelo	4.573	2,37	3.014	1,51	-34,09
Santa Vitória	1.768	0,92	2.593	1,30	46,64
Delta	755	0,39	2.449	1,23	224,36
Nova Ponte	1.695	0,88	2.416	1,21	42,52

Município de Destino	2000		2010		Variação
	No.	%	No.	%	%
Prata	1.934	1,00	2.217	1,11	14,66
Tupaciguara	1.630	0,84	2.068	1,04	26,92
Perdizes	2.243	1,16	1.978	0,99	-11,80
Planura	866	0,45	1.906	0,96	119,96
Monte Alegre de Minas	1.834	0,95	1.897	0,95	3,45
Carmo do Paranaíba	2.114	1,09	1.830	0,92	-13,43
Coromandel	2.779	1,44	1.784	0,90	-35,81
Santa Juliana	1.059	0,55	1.725	0,87	62,89
Campo Florido	915	0,47	1.694	0,85	85,08
Campina Verde	2.270	1,18	1.693	0,85	-25,40
Capinópolis	904	0,47	1.684	0,85	86,38
Rio Paranaíba	1.910	0,99	1.668	0,84	-12,67
Lagoa Formosa	961	0,50	1.644	0,83	71,03
Canápolis	1.143	0,59	1.593	0,80	39,29
Ibiá	2.797	1,45	1.530	0,77	-45,30
Campos Altos	1.132	0,59	1.475	0,74	30,22
Serra do Salitre	1.356	0,70	1.450	0,73	6,89
Itapagipe	1.153	0,60	1.434	0,72	24,32
Estrela do Sul	446	0,23	1.342	0,67	200,60
Pirajuba	250	0,13	1.130	0,57	352,82
Limeira do Oeste	691	0,36	958	0,48	38,55
Araporá	984	0,51	824	0,41	-16,28
Carneirinho	746	0,39	789	0,40	5,81
União de Minas	716	0,37	739	0,37	3,28
Iraí de Minas	1.021	0,53	727	0,36	-28,80
Gurinhata	741	0,38	714	0,36	-3,62
Centralina	1.297	0,67	692	0,35	-46,67
Conquista	383	0,20	684	0,34	78,86
Veríssimo	739	0,38	670	0,34	-9,33
Indianópolis	1.130	0,59	658	0,33	-41,75
Guimarânia	824	0,43	625	0,31	-24,21
São Francisco de Sales	592	0,31	622	0,31	5,19
Ipiacu	545	0,28	606	0,30	11,08
Tiros	777	0,40	568	0,28	-26,99
Cascalho Rico	343	0,18	547	0,27	59,63
Comendador Gomes	580	0,30	523	0,26	-9,93
Romaria	816	0,42	513	0,26	-37,13
Abadia dos Dourados	427	0,22	439	0,22	2,87
Pedrinópolis	528	0,27	378	0,19	-28,52
Matutina	304	0,16	326	0,16	7,35
Santa Rosa da Serra	481	0,25	317	0,16	-33,99
Cruzeiro da Fortaleza	329	0,17	294	0,15	-10,39
Tapira	470	0,24	292	0,15	-37,81

Município de Destino	2000		2010		Variação
	No.	%	No.	%	%
Arapuá	192	0,10	221	0,11	15,10
Cachoeira Dourada	220	0,11	217	0,11	-1,16
Pratinha	242	0,13	178	0,09	-26,55
Douradoquara	293	0,15	140	0,07	-52,23
Grupiara	136	0,07	110	0,06	-18,66

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Na montagem da Tabela 21 procurou-se seguir a ordem decrescente da quantidade absoluta de migrantes de data fixa residentes nos municípios em 2010. O primeiro ponto a destacar é que apesar da redução dos movimentos migratórios ter mostrado uma das características da dinâmica populacional brasileira, no caso do TMAP nota-se na última década não só a continuidade de um fluxo representativo como uma pequena variação positiva de 3,14%. O município de Uberlândia continuou sendo o principal destino dos migrantes, embora tenha experimentado uma pequena redução de 7,70% na última década. Dos oito principais municípios com mais de 50 mil habitantes, cinco tiveram redução nos volumes de ingressos de migrantes e outros três tiveram aumento nesse volume. O saldo das principais cidades foi negativo no período 2000/2010, mas foi mais do que compensado pelos volumes recebidos pelos municípios menores.

Apesar da ampliação da participação dos municípios com menos de 50 habitantes, que passaram de 25,4% para 28,3%, a concentração do destino de residência dos migrantes continua sendo uma demonstração da força da centralidade e da hierarquia da rede urbana regional. O que vale para o caso do município de Uberlândia que seguido de longe por Uberaba são predominantes como destino, e, juntos receberam quase 81 mil pessoas, mais de 40% do total da região. Embora o movimento para a primeira tenha diminuído (-7,7%), enquanto cresceu bastante para a segunda (10,6%), a centralidade regional de Uberlândia está longe de ser superada.

No caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes que tiveram incremento de influxo de migrantes, chama a atenção os caso de Ituiutaba (quase 50% a mais de migrantes) e Araxá (27,3% a mais). Ituiutaba

porque apresentou uma expressiva elevação no influxo de migrantes, sem um correspondente incremento da taxa geométrica de crescimento anual, conforme mostrado na tabela 1. Também como visto na tabela 14, o município de Ituiutaba apresentou um grande saldo negativo nas trocas migratórias no interior da região do TMAP. Já no caso de Araxá o incremento na entrada de migrantes foi acompanhado de elevação na taxa de crescimento geométrica anual, apesar dos saldos negativos nas trocas migratórias no interior da região do TMAP.

No caso dos menores municípios chama à atenção a expressiva variação no influxo migratório experimentado por alguns municípios. Esse foi o caso de alguns dos campeões de crescimento apresentados na Tabela 2. São eles os municípios de Pirajuba (352,82%), Delta (224,36%), Fronteira (179,48%), Planura (119,96%), Conceição das Alagoas (106,39%), Campo Florido (85,08%), Santa Juliana (62,89%) e Nova Ponte (42,52%). Fugindo a essa tendência tivemos apenas os casos de Tapira (-42,48%) e Veríssimo (-9,33%), que são municípios que apesar da redução no volume de migrantes recebidos, também apresentaram saldos migratórios positivos no interior da região (Tabela 14).

É importante analisar a origem dos migrantes de data fixa, ou seja, os locais de residência na data fixa, para captar a área de influência das unidades componentes da região do TMAP. Com base nesta análise é possível perceber a importância da própria região na explicação dos movimentos migratórios.

Como se pode notar na tabela 22, dentre os migrantes que residiam em Minas Gerais, predominaram os que residiam nos próprios municípios do TMAP: 34% do total. Mas também foi possível notar que aproximadamente 2/3 dos migrantes de data fixa vieram de fora da região, pelos dados do último Censo Demográfico de 2010.

Tabela 22. Origem dos Migrantes de Data Fixa – 2000 e 2010

Origem	2.000		2010		Varição
	No.	%	No.	%	%
Outros países	897	0,50	3.142	1,60	250,30
Brasil(*)	192.198	99,50	196.016	98,40	2,00
Outras UF	83.916	43,50	91.472	45,90	9,00

Origem	2.000		2010		Varição
	No.	%	No.	%	%
Outras Mesorregiões	31.514	16,30	27.791	14,00	-11,80
TMAP	72.214	37,40	67.744	34,00	-6,20
Total	193.095	100,00	199.158	100,00	3,10

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

Legenda: (*) Inclui migrantes residentes em UF ignorada na data fixa. (**) Inclui migrantes residentes em Município ignorado de Minas Gerais na data fixa.

Dentre as pessoas provenientes do território nacional, nota-se que no período cresceu significativamente o número vindos do Nordeste, sobretudo de Alagoas, seguido da Bahia e do Maranhão. Na contraposição, decresceu o número de paulistas, mineiros e goianos. Por outro lado fica caracterizado que a participação da imigração de outros países, seja de brasileiros de retorno ou de estrangeiros, não tem qualquer relevância. Trata-se de migração de caráter nacional, na maior parte de mineiros, mas com participação forte e crescente de oriundos de outras Unidades da Federação.

Tabela 23. Origem dos Migrantes de Data Fixa – 2000 e 2010. Regiões e Principais Unidades da Federação

Região/UF de origem	2000		2010		Varição
	No.	%	No.	%	%
NORTE	4.348	2,26	3.898	2,08	-10,35
NORDESTE	13.595	7,08	36.583	19,53	169,10
Maranhão	1.568	0,82	6.704	3,58	327,57
Alagoas	1.688	0,88	9.639	5,15	470,94
Bahia	4.839	2,52	8.990	4,80	85,80
SUDESTE	139.142	72,48	122.755	65,55	-11,78
Minas Gerais	108.070	56,29	95.801	51,16	-11,35
São Paulo	28.907	15,06	24.949	13,32	-13,69
SUL	6.202	3,23	2.970	1,59	-52,12
CENTRO-OESTE	28.696	14,95	21.068	11,25	-26,58
Goiás	20.130	10,49	14.188	7,58	-29,52
TOTAL	191.984	100,00	187.274	100,00	-2,45

Fonte: IBGE Censos Demográficos (2000, 2010).

O recenseamento de 2020 terá uma importância decisiva para servir de referência na sustentação ou não de tendências que parecem despontar na primeira década do século XXI, decorrentes de transformações na economia e também das transformações no padrão demográfico nacional.

3.3. Considerações sobre a tendência demográfica regional

Um dos principais desafios para a realização de projeções demográficas é a formulação de boas hipóteses sobre o comportamento das principais componentes da dinâmica populacional. Esse desafio é maior ainda nos menores espaços territoriais, como os limites municipais, onde alterações na variável migratória podem causar impactos difíceis de antecipação, como visto na Tabela 2, que revelou os campeões de crescimento na região no período 2000/2010. Na verdade, dentre os três principais componentes pode-se dizer que dois possuem tendências bem delineadas pelos padrões históricos de comportamento: fecundidade e mortalidade. Ou seja, as taxas de fecundidade e mortalidade vêm apresentando padrões regulares de redução ao longo das últimas décadas tanto no nível nacional, quanto estadual, regional ou municipal. Portanto, o grande desafio presente nas projeções reside na variável migratória, cuja volatilidade responde a diferentes fatores econômicos e sociais e tende a ser mais impactante nos municípios com menores massas demográficas.

Conforme já mencionado anteriormente a mesorregião do TMAP e seus municípios, de forma geral, devem seguir o padrão esperado de crescimento demográfico e mudanças na estrutura etária do resto do país. Portanto, ainda que possam ocorrer alguns ajustes localizados e sazonais, como os do impacto provocado nos últimos anos pela expansão da cultura e processamento da cana-de-açúcar, a população dos municípios da mesorregião do TMAP deve continuar crescendo em ritmo mais lento nos próximos 20 anos, quando então atingirá o topo e será iniciado um processo de redução gradativa. Assim sendo, dada a atual assimetria de tamanho dos municípios, na nossa avaliação a tendência é que não ocorram mudanças relativas na hierarquia dos municípios, devendo permanecer a atual estrutura de rede urbana principal e secundária.

Tomando como referência o estudo de Fígoli et al. (2010), o esperado é que ocorra na mesorregião do TMAP, assim como em todo o estado de Minas Geras, uma redução das taxas de crescimento geométrico anual até 2030 e, a partir daí, passariam a predominar taxas negativas de incremento populacional até 2050. Segundo essas projeções o crescimento geométrico anual no TMAP deve ter sido de 0,85 no período 2010/15, passando a 0,47 no período 2015/20, 0,22 no período

2020/25 e 0,03 no período 2025/30. A partir desse ponto a população na região iniciaria um processo de redução, seja pelas taxas de mortalidade, seja pelos saldos líquidos migratórios negativos. No referido estudo as projeções realizadas para a taxa de fecundidade e para a esperança média de vida também confirmam o esperado. A taxa de fecundidade da mesorregião do TMAP que no ano de 2010 registrou 1,55 foi estimada com uma redução gradativa para os próximos quinquênios, passando a 1,50 em 2015; 1,49 em 2020; 1,47 em 2025 e 1,45 em 2030. Já a esperança média de vida que no período 2005/10 atingiu 69,3 anos para homens e 74,6 para mulheres, deve crescer paulatinamente para registrar em 2025/30 as cifras de 72,8 anos para homens e 77,8 para mulheres. Tal projeção reforça a percepção já cristalizada de um quadro demográfico de redução no ritmo de crescimento, acompanhado de diminuição relativa da população jovem (menos de 15 anos) e crescimento da população acima de 60 anos.

Para fechar o quadro de projeções demográficas, também com base no referido estudo, nota-se que a expectativa em torno dos saldos líquidos migratórios é de uma sensível redução nas próximas décadas. Portanto, se existe alguma esperança de crescimento demográfico mais acelerado ou mesmo de manutenção dos padrões ocorridos nas últimas décadas, o estudo citado estima que a taxa líquida de migração não deva contribuir para tal. Enquanto no quinquênio 2005/2010 essa taxa na mesorregião foi de 2,45 para homens e 2,26 para mulheres, estima-se que ela tenha sido reduzida em 2010/2015 para 1,84 para homens e 1,69 para mulheres, passando em 2015/20 para 0,61 para homens e 0,46 para mulheres, a partir de quando se tornará nula.

Portanto, a menos que ocorra uma inesperada alteração nos principais componentes da dinâmica populacional, por exemplo, com a entrada de correntes migratórias estrangeiras (asiáticas ou africanas), pode-se considerar que a estrutura demográfica dos municípios da mesorregião, em termos de dimensão, não sofrerão mudanças muito substantivas nas próximas décadas. O que já está em curso são as transformações na estrutura da pirâmide etária, com envelhecimento gradativo e redução da população jovem. Quanto aos fluxos migratórios, espera-se que esses continuem a ocorrer, mas com saldos líquidos cada

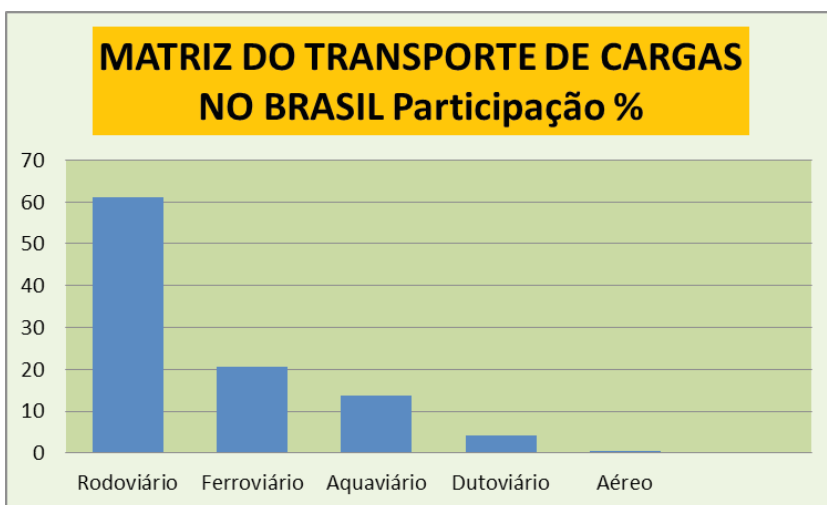
vez menos expressivos e consequentemente incapazes de alterar o quadro pré-existente da hierarquia urbana regional.

4. Infraestrutura e sistema viário regional

O desenvolvimento de uma região e sua dinâmica econômica e demográfica encontra-se historicamente relacionado à implantação das infraestruturas de transportes e comunicações. No caso da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme já apontado anteriormente e analisado em Guimarães (2010), a integração dessa região no circuito nacional de trocas ocorreu a partir do final do século XIX, por meio da malha ferroviária que se alastrou dos portos do litoral do sudeste para o interior do país. Essa malha se adensou predominantemente na região Sudeste, com particular concentração nas áreas de expansão da cafeicultura paulista e na integração da antiga capital federal do Rio de Janeiro. Alguns municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tiveram o privilégio de receber os trilhos e as estações de duas importantes ferrovias (uma interligando o principal porto paulista e a outra integrando o TMAP ao sul de Minas e litoral carioca) e, com isso, experimentaram um ritmo mais intenso de expansão demográfica e das atividades produtivas na primeira metade do século XX. Por meio dessa decisiva integração logística no plano nacional dos circuitos de trocas foi desenhada a incipiente hierarquia do sistema urbano regional, que privilegiou os três núcleos urbanos integrados diretamente na malha paulista: Uberaba, Araguari e Uberlândia.

O desinvestimento no modal ferroviário, a partir da década de 1950, e a gradativa obsolescência de grande parte do sistema levaram a uma inexorável perda de importância da infraestrutura de transporte sobre trilhos. Enquanto em alguns países desenvolvidos ou em desenvolvimento (ex: EUA, Alemanha, China e Índia) o transporte ferroviário continuou se modernizando ao longo do século XX e a ocupar posição de destaque no conjunto dos modais de transportes, no Brasil esse transporte passou a uma condição secundária, conforme pode ser visto no quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Brasil – Principais meios de transporte – 2014



Fonte: CNT (2015)

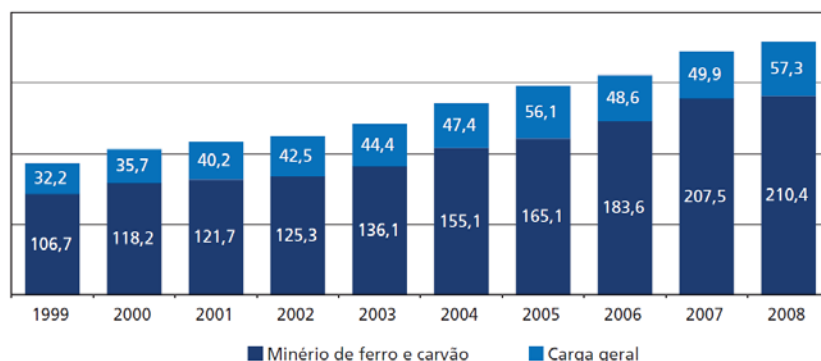
Obs: Participação em Toneladas transportadas por quilômetro útil (TKU)

O desinvestimento no setor ferroviário afetou sua participação geral em volume de carga e extensão da malha e foi particularmente catastrófico como meio de transporte intermunicipal de passageiros. Ao analisar os dados do setor nota-se que além da brutal perda de participação na matriz nacional, observa-se uma grande concentração de serviços prestados à indústria siderúrgica para transporte de carvão e minérios, seja para processamento interno no país, seja para a exportação. Pelo Gráfico 5 pode-se verificar que na primeira década do século XXI a participação das cargas gerais representa aproximadamente apenas algo em torno de 20% da produção ferroviária nacional.

Portanto, o planejamento e a execução de investimentos futuros no setor ferroviário poderiam ajudar a criar um novo potencial de integração logística inter-regional e, com isso, auxiliar na diferenciação do desempenho das áreas e sistemas urbanos a serem priorizados. Entretanto, se analisarmos os últimos 40 anos percebe-se que não foram constituídas as premissas basilares, seja de logística, seja de engenharia tecnológica e financeira para revigorar este modal de transporte. Uma análise dos planos e dos projetos de investimentos

no setor, previstos e ocorridos entre 2005 e 2015, aponta para uma tímida retomada da importância do transporte ferroviário na economia nacional. Entretanto, a lenta concretização dos investimentos e as recorrentes discontinuidades não permite diagnosticar importantes transformações.

Gráfico 5. Evolução da produção ferroviária, por tipo de produto Brasil – 1999 a 2008



Fonte: IPEA (2010).

Observando o caso específico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nota-se uma pequena recuperação do setor de cargas ferroviárias, ocorrida a partir da privatização do sistema, em meados da década de 1990. Mas é notório constatar que apesar de ajustes pontuais, infelizmente, até o presente, não foram realizados investimentos substantivos na modernização e expansão da malha ferroviária que lhe permitisse novas perspectivas de integração regional e nacional. Quando observados os investimentos em curso e os diversos projetos para o setor afloram duas principais ordens de preocupação. A primeira é a lentidão da expansão dos investimentos e a segunda refere-se às incertezas às prioridades e aos traçados. No quadro a seguir pode-se notar que a malha ferroviária existente na região não ganhou novos incrementos, constando apenas um tênue planejamento de nova linha de ligação entre Araguari(MG)-Rio Verde(GO), com possibilidade de se estender até Porto Velho (RO).

Mapa 3. Projetos da malha ferroviária da Agenda Estratégica da ANTF – 2010-20



Fonte: IPEA (2010).

Quando são analisados os projetos de investimentos previstos no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) 2010-2025, percebe-se um conjunto mais expressivo de metas, constando dois importantes eixos interligando o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o eixo da ferrovia Norte-Sul e o eixo da Ferronorte. Entretanto, a confrontação do quadro de investimentos do PNLT com o mapa dos traçados previstos revela uma contradição. Enquanto no mapa aparece o desenho da integração do Triângulo Mineiro, a partir de Araguari, no traçado da Ferrovia Norte-Sul via Anápolis, pode-se notar uma descrição diferente no quadro de investimentos.

Mapa 4. Principais investimentos em linhas férreas previstos no PNLT 2010-2025



Fonte: IPEA (2010).

O quadro de investimentos, iniciado em 2008 e previsto para além de 2025, revela que a EF-151 Ferrovia Norte-Sul vai direto de Anápolis para Aparecida do Taboado (MS), via Rio Verde, em Goiás, sem previsão de passar pelo Triângulo Mineiro. Assim, além dos investimentos e retificações previstos e em execução no traçado ferroviário que liga Ibiá ao porto de Vitória (ES), consta apenas uma construção/remodelação de uma ligação ferroviária entre Uberlândia e Jataí (GO), com previsão de investimentos a partir de 2015.

O Quadro 1 apresenta os principais investimentos programados e cujos rebatimentos na região do TMAP são pouco representativos. Conforme pode ser observado, para além da lentidão da execução do que

está planejado, o montante de recursos e a integração dos traçados não apontam para um cenário de transformações representativas na atual logística nacional e regional.

Quadro 1. Investimentos propostos no PNLT 2008 – pós 2015

Modo de Transporte	Descrição	Tipo de Intervenção	Vetor Leste e Centro Sudeste			Total Geral do Investimento (R\$ 1.000)
			PAC e outros	2008/11	2012/15	Pós 2015
Ferrovário	EF-040: Ferrovia Goiânia/GO - Anapólis/GO - Brasília/DF - Formosa/GO - Unaí/MG - Pirapora/MG (Construção) Pirapora/MG - Sabará/MG - Três Rios/RJ - Barra do Piraí/RJ - Alzezur (Japeri)/RJ - Rio de Janeiro/RJ (Recuperação) 1.476Km - R\$ 6.865.950.264,00 sendo 85% no Vetor Leste - 15% no Vetor Centro Sudeste - 50% no PNLT 2008/2011 e 50% no PNLT 2012/2015	Construção		2.918.029	2.918.029	5.836.058
Ferrovário	EF-151: Ferrovia Norte-Sul: Anapólis/GO - Uruaçu/GO, 280 Km *PAC (R\$ 1.600.000.000,00)*	Construção	PAC	1.440.000		1.440.000
Ferrovário	Idem	Idem	Idem	160.000		160.000
Ferrovário	EF-151: Ferrovia Norte-Sul - Complementação do PAC - Belém/PA - Açailândia/MA - Porto Franco/MA - (Estreito/MA) - Araguaína/TO - Colinas do Tocantins/TO - Guaraí/TO - Porto Nacional/TO - Alvorada/TO - Porangatu/TO - Uruaçu/TO - Ouro Verde de Goiás/GO - Anapólis/GO - Rio Verde/GO - Aparecida do Taboado/MS - Santa Fé do Sul/SP - Panorama/SP, com 2.462 km, R\$ 6.240.000.000,00, sendo 60% no Vetor Centro Norte 10% no Vetor Leste e 30% no Vetor Centro Sudeste - 40% PNLT 2008-2011, 40% PNLT 2012-2015 e 20% PNLT Pós 2015.	Construção	MP	249.600	249.600	124.800
Ferrovário	Idem	Idem	Ferrovias	748.800	748.800	374.400
Ferrovário	Ibiá/MG - Sete Lagoas/MG - Serra do Tigre: Retificação de Traçado - 250 Km - R\$ 1.361.600.000,00, sendo 10% no Vetor Centro Sudeste e 90% no Vetor Leste - 100% no PNLT 2008/2011 - Complementação do PAC	Construção/Retificação	MP	1.225.440		1.225.440
Ferrovário	Idem	Idem	Ferrovias	136.160		136.160
Ferrovário	Itamaraty/MG - Tapiraí/MG - Retificação de Traçado da Serra do Tigre - Ligação Patrocínio/MG - Belo Horizonte/MG, 40 Km, sendo 70% no Vetor Leste e 30% no Vetor Centro Sudeste *PAC (R\$ 126.000.000,00)*	Retificação	PAC	88.200		88.200
Ferrovário	Idem	Idem	Idem	37.800		37.800
Ferrovário	Alto Araguaia/MT - Catalão/GO (Goiandira/GO) - Ligação Ferroviária de 630 Km	Construção			1.032.000	1.032.000
Ferrovário	Alto Araguaia/MT - Rondonópolis/MT - Ferrovia Ferronorte: 206 Km *PAC (R\$ 750.000.000,00)*	Construção	PAC	750.000		1.032.000
Ferrovário	Uberlândia/MG - Jataí/GO - Alto Araguaia/MS (Ferronorte) - Ligação Ferroviária	Construção/Remodelação	FC367			966.429

Fonte: PNLT (2009, p. 54-64).

O que se pode constatar é que a integração ferroviária regional permanece muito semelhante à que foi construída até a primeira metade do século XX, com todas as deficiências decorrentes dos poucos investimentos e sem grandes perspectivas de transformação nos curtos e médios prazos. Enquanto no exterior pode ser observado um grande incremento tecnológico no transporte ferroviário, no Brasil o trem de alta velocidade continua sendo uma proposta intangível. Considerando a posição localizacional das principais cidades do TMAP (Uberlândia, Uberaba e Araguaçu) seria desejável e devidamente fundamentado que um novo plano ferroviário nacional contemplasse uma interligação com trens

de alta velocidade com os seguintes trajetos: a) Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto-Uberaba-Uberlândia-Araguari-Caldas Novas-Goiânia-Anápolis- Brasília (900km); b) Rio de Janeiro-Juiz de Fora-Belo Horizonte-Uberlândia (900km); c) São Paulo-Varginha-Belo Horizonte (480km); d) São Paulo-Curitiba-Joinville-Blumenau-Florianópolis-Porto Alegre (900km).

Embora o investimento na sua totalidade seja de grande magnitude, considerando a dimensão continental do país e a densidade demográfica e econômica dessa área, pode-se dizer que com estes aproximados 3.500 km de infraestrutura de trens de alta velocidade o país promoveria uma imensa integração de sua rede urbana principal e contribuiria para o fortalecimento e a criação de novos nexos de integração regional e atração de investimentos.

Por outro lado, temos o setor de transporte rodoviário, que representa aproximadamente 60% do volume de carga transportada, e cujos traçados, a partir da década de 1950, foram fundamentais para entender a estruturação hierárquica da rede urbana brasileira. Nesse sentido, é preciso destacar a extensa malha rodoviária nacional construída a partir do Plano de Metas do governo JK, mas, sobretudo faz-se necessário entender que essa malha é constituída de importantes eixos, em torno dos quais se avolumam os principais fluxos de trocas.

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cortado por algumas importantes rodovias federais e estaduais, merece atenção especial a integração da sua rede urbana com o centro da economia nacional (São Paulo) e a grande área de expansão do Centro-Oeste e Norte do país. Nesse sentido, pode-se delinear uma hierarquia regional de vias de ligação direta com São Paulo, como as BR 050 e BR 153, e vias de integração como as BR 365 e BR 262. A elas se somam um conjunto de artérias complementares que ajudam a explicar a diferenciação de funções e as articulações da rede urbana regional.

Conforme pode ser visto no mapa a seguir, as cidades polos da região encontram-se localizadas nos traçados destas principais vias. O principal ponto a destacar é a integração regional da rede urbana pelo sistema rodoviário, criando importantes pontos de concentração nas duas cidades polos: Uberaba e Uberlândia. Isso fortalece a divisão regional

do trabalho, favorecendo a centralidade regional desses dois municípios. Também é fundamental chamar a atenção para o caso do município de Ituiutaba, que, embora ligado à malha da BR 365, não possui uma via de acesso direto a São Paulo, prejudicando sua logística de integração entre Centro Oeste-São Paulo e, conseqüentemente, seu papel na hierarquia da rede urbana regional.

Mapa 5. Plano Rodoviário Regional 2017



Fonte: www.der.mg.gov.br (acesso em 20/08/2018)

Outro aspecto importante na logística da região é chamar a atenção para o impacto que as barragens das hidrelétricas construídas na região

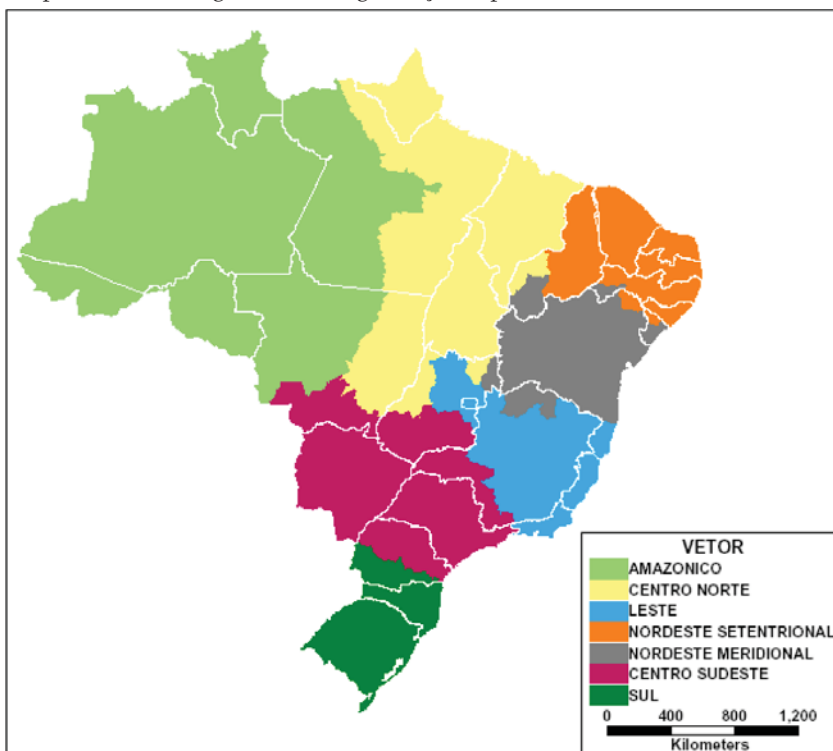
provocaram no traçado das rodovias de integração interestadual. Em vários casos, seja na bacia do rio Grande, seja na bacia do rio Paranaíba, as construções das usinas interromperam ou criaram dificuldades para o livre fluxo de trocas dos municípios da região com as cidades de São Paulo e Centro-Oeste. Novamente Ituiutaba é um desses casos, pois a ausência de transposição da barragem nas imediações do município de Ipiacu tem dificultado a sua logística de integração direta com a ampla área de expansão que se abre a partir de Quirinópolis (GO). Na mesma direção encontram-se outros municípios do norte da região do TMAP como Cascalho Rico, Grupiara e Douradoquara, em que a presença das barragens criou importantes dificuldades para o trânsito com o sudeste de Goiás. O desempenho demográfico desses municípios tem revelado a dificuldade de integração dinâmica na rede urbana regional e particularmente com o vizinho estado de Goiás. Na nossa avaliação, o planejamento e a execução de uma via de integração direta com o sudoeste de Goiás, via Catalão (GO) teria grande potencial de criar novas perspectivas de investimentos nestas pequenas comunidades.

Observando a matriz de transporte atual e projetada no PNLT (2009) pode-se realizar uma crítica a proposta de divisão do país em vetores de desenvolvimento, devido ao fato desse modelo delinear uma fragmentação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em dois distintos vetores: o Vetor Leste e o Vetor Sudeste. Nesse aspecto, retratado no mapa a seguir, cabe reforçar, conforme já mencionado, que existe uma centralidade muito bem definida na economia regional, desempenhada pelo eixo Uberlândia-Uberaba e uma correspondente articulação interna com os demais municípios que formam a rede urbana regional. Ou seja, ao invés de reproduzir os mesmos equívocos do velho projeto de integração da América do Sul (Continental), do projeto dos corredores de exportação e dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o PNLT deveria considerar como variável chave as especificidades dos espaços regionais e seus centros de polarização e integração. Neste caso, a proposta deveria contemplar tanto a unidade regional quanto seus fortes vínculos com São Paulo e Centro-Oeste, o que implica no redimensionamento ou reconfiguração do eixo leste. Portanto, a crítica aqui esboçada não diz respeito à importância da integração sul americana

ou mesmo da necessidade de melhorar as vias de escoamento para os portos. Na verdade, o propósito é chamar a atenção para a necessidade de pensar essas políticas macro sem desconsiderar as potencialidades e especificidades das redes urbanas regionais pré-existentis.

Portanto, um olhar prospectivo para o futuro da integração regional e seu papel na dinâmica nacional e internacional revela a necessidade de ações sistêmicas de planejamento dos desafios e das potencialidades da rede urbana, de pouco mais de um milhão de habitantes, formada no entorno da aglomeração/área de influência não conurbada de Uberlândia, Uberaba e Araguari. Nesse sentido, um olhar prospectivo da logística regional mostra a grande importância dos investimentos nos diferentes modais de transporte, em particular nas ferrovias de alta velocidade, no sistema aeroportuário de integração internacional e na integração deste sistema com a malha rodoviária regional.

Mapa 6. Vetores Logísticos da Organização Espacial Brasileira



Fonte: PNLT (2009, p. 54-64).

Conforme descrito em Guimarães (2014), “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Social e Ambiental da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu colar de influência regional”, é fundamental pensar a inserção futura da economia regional a partir da construção de um grande aeroporto internacional de cargas na região. A proposta elaborada naquele relatório de pesquisa aponta para a relevância da construção de um novo aeroporto na região e seu grande potencial de alavancar o dinamismo regional. Além da construção dessa infraestrutura entre Uberaba e Uberlândia, os principais polos regionais, a proposta contempla também os investimentos em pequenos traçados rodoviários, de interligação regional. O objetivo seria criar uma espécie de “hub” de integração logística do sistema produtivo regional nas imediações do futuro aeroporto internacional de cargas e passageiros.

O planejamento desta ação precisa ser elaborado de forma a atender uma demanda futura potencial que passa pela inserção regional no cenário nacional e no contexto de uma maior integração internacional, seja no âmbito sul americano, seja no promissor mercado asiático. Sua posição geográfica deve levar em consideração requisitos técnicos e ao mesmo tempo atender aos objetivos de fomentar uma localização estratégica de interligação dos polos centrais e polos secundários. Também é fundamental considerar que o planejamento dessa infraestrutura deva levar em consideração a devida atenção à integração complementar com outros modais de transporte, como ferrovias (cargas e passageiros), rodovias, fibra óptica e polidutos. Por isso, ao planejar essa ação entende-se relevante apontar a necessidade de novos traçados rodoviários que servirão para a complementação das vias de transporte (tempo e distância) que potencializariam a concentração de fluxos na área do futuro aeroporto. A ideia central é chamar a atenção para a importância de fortalecer a capacidade prospectiva de concorrência e integração do sistema produtivo regional, vis-à-vis a concorrência com os demais sistemas produtivos nacionais (São Paulo, interior de São Paulo, Goiânia-Brasília e Belo Horizonte) e a necessidade de inserção na economia internacional.

Para complementar a análise da infraestrutura regional é

importante destacar também outros sistemas de integração que poderão vir a ter importância estratégica. O caso do Gasoduto é um exemplo emblemático de projeto de infraestrutura que quando implantado pode causar um grande impacto na atração de investimentos para uma região, mas conforme pode ser visto na mapa 7, sua malha ainda é bastante restrita ao litoral. A integração do Triângulo Mineiro e seus principais polos urbanos no sistema de gasoduto sul-americano poderia permitir um adensamento na base industrial regional e consequentemente ajudar no processo de diversificação de atividades industriais no espaço regional, com substantivos efeitos de fluência na rede urbana principal e secundária. Entretanto, embora existam estudos e planos neste sentido (PNLT, 2009), somente a partir do momento em que os investimentos começam a serem concretizados é possível realizar uma projeção objetiva de seus reais impactos regionais.

Uma análise do sistema viário de dutos brasileiro demonstra seu enorme potencial, particularmente com a entrada em operação da exploração do pré-sal e seus potenciais. No quadro de investimentos do PNL (2009) aparecem recursos destinados ao poliduto da REGAP, que deveriam iniciar a partir de 2015, para fazer a ligação de Paulínia (SP) a Uberaba. Seria importante que tal investimento não só fosse efetivado como também pudesse prever a complementação até Uberlândia/Araguari, o que ampliaria o potencial de localização de empresas na região.

De concreto o Triângulo Mineiro conta com uma importante infraestrutura de oleoduto interligando Campinas-Uberaba-Uberlândia-Itumbiara-Goiânia e Brasília. Lembrando que Campinas encontra-se interligada ao sistema dutoviária do litoral paulista e carioca. Outra infraestrutura de destaque microrregional é o mineroduto que interliga os municípios de Tapira a Uberaba, com aproximadamente 120 km de extensão, sendo responsável pelo transporte de matéria prima mineral para ser processada no complexo industrial de Uberaba.

Mapa 7. Infraestrutura brasileira de gasodutos



Fonte: GasNet, 2016

Quadro 2. Investimentos PNLT 2008 – pós 2015

Modo de Transporte	Descrição	Tipo de Intervenção	Vetor Leste e Centro Sudeste				Total Geral do Investimento (R\$ 1.000)
			PAC e outros	2008/11	2012/15	Pós 2015	
Poliduto	MG - Uberaba/MG, 390 Km - Poliduto REGAP - R\$ 200.000.000,00, sendo 60% no Vetor Leste e 40% no Vetor Centro Sudeste - 100% PNLT 2012/2015	Construção			120.000		120.000
Poliduto	Idem	Construção			80.000		80.000

Fonte: PNLT (2009, p. 54-64).

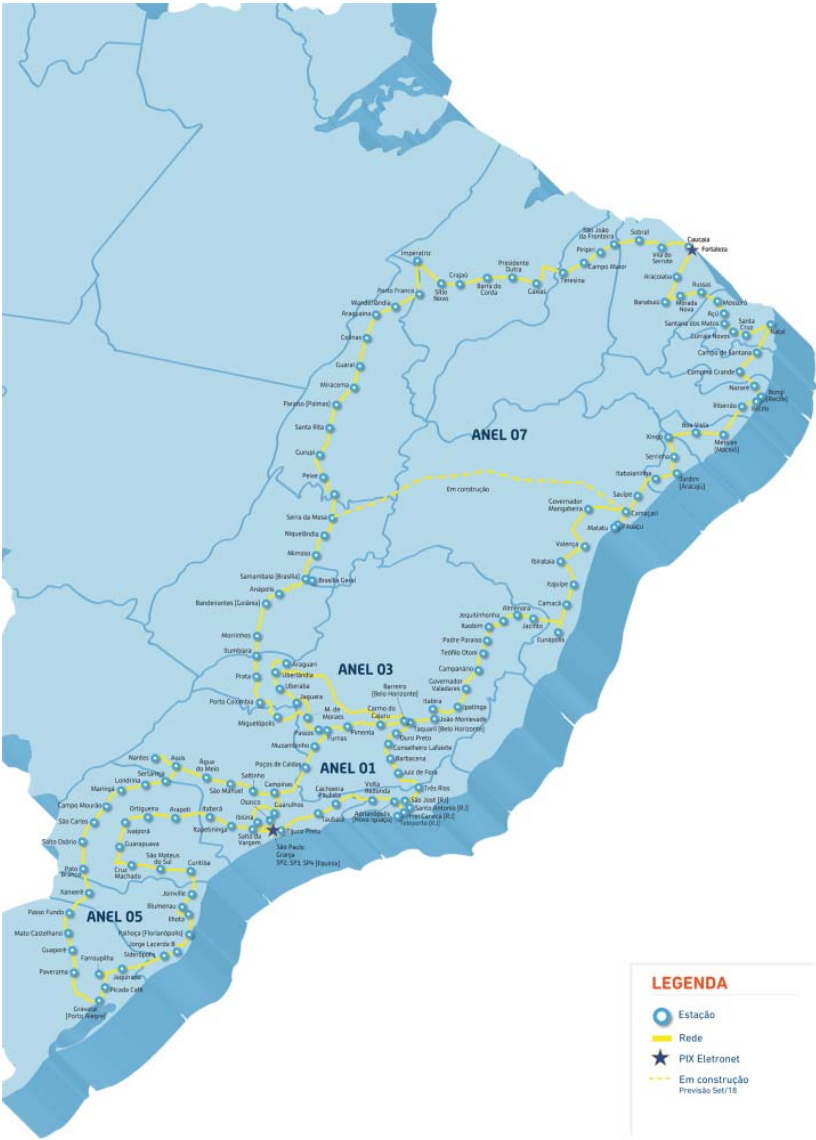
Não restam dúvidas acerca do potencial de investimento na infraestrutura duto viária brasileira e regional, cujo impacto positivo complementar às ferrovias e rodovias poderá ampliar imensamente o potencial logístico regional. Entretanto, o melhor e maior aproveitamento deste potencial exigirão estudos de viabilidade econômica e de sustentabilidade ambiental, bem como fontes estratégicas de financiamento.

Por fim, temos o caso de uma das infraestruturas mais imprescindível aos desafios da economia moderna, até que novas tecnologias sejam disponibilizadas, haja vista as imensas transformações no setor de telecomunicações. Trata-se das infovias, por onde são conectados em alta velocidade os mais diversos segmentos da sociedade e articulações de comutação de dados da economia. E, conforme podemos ver no mapa 8 a seguir, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba contam com um importante investimento realizado no Brasil e com elevado potencial para ser muito melhor utilizado e expandido.

Estamos falando da infraestrutura da empresa Eletronet, que possui uma rede nacional de fibra óptica, de aproximadamente 16 mil km de extensão, interligando os o território dos principais estados brasileiros. Esta infraestrutura representa uma enorme vantagem logística para o aproveitamento e desenvolvimento dos serviços que demandam telecomunicações de alta qualidade.

Considerando o plano do Governo Federal de unir esses 16 mil quilômetros de banda larga a outros cinco mil quilômetros, atualmente em uso por estatais como a Petrobras, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentam grande potencial de integração intra e extrarregional. Ou seja, dada a disponibilidade inicial de infraestrutura de fibra óptica, torna-se possível e desejável construir um grande plano nacional de conexão dos centros regionais e desses com suas áreas de influência.

Mapa 8. Infraestrutura de fibra óptica da empresa eletronet



Fonte: <https://eletro.net.com/rede>

Uma importante destinação dessa infraestrutura de fibra óptica encontra-se estruturada dentro do sistema da Rede Ipê, da RNP (Rede

Nacional de Pesquisas – Ministério da Ciência e Tecnologia), cujo projeto é criar uma conexão de alta velocidade integrando os grandes centros de pesquisa nacional. No caso do Triângulo Mineiro este projeto visa promover as interligações das suas duas principais instituições de pesquisa (UFU e UFTM) na rede COMEP (Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa). Essa iniciativa visa criar as redes metropolitanas de Uberlândia e Uberaba e interligá-las ao sistema nacional de conexões de alta velocidade.

Portanto, considerando o potencial de integração regional e da região com o resto do país e exterior, fica claro a necessidade de fortalecer as estratégias de planejamento para melhorar a integração pré-existente e, com isso, aproveitar as potencialidades regionais e enfrentar os desafios comuns.

5. Considerações finais

A análise dos dados dos 66 municípios que formam a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba revelou diversos aspectos que reforçam sua unidade, mas também expõem suas assimetrias. Os dados demográficos mostram a maior concentração populacional no núcleo formado por Uberlândia, Uberaba e Araguari, que, juntos, abrigam mais de um milhão de habitantes. A massa populacional aí concentrada encontra-se ocupada predominantemente nos setores de serviços e indústria, com boa diversificação funcional, patenteando que o núcleo da aglomeração regional atende a uma demanda regionalizada.

Quando analisada a composição demográfica regional, notou-se o predomínio de pessoas naturais de Minas Gerais e, particularmente, uma representativa troca migratória entre os polos e a rede urbana secundária. Alguns poucos e pequenos municípios apresentaram grande dinamismo de crescimento populacional na última década, movidos pelas transformações na agricultura e a expansão da produção de cana e sua industrialização. Entretanto, ao ser desagregada a origem dos novos moradores, constata-se o predomínio de correntes migratórias pouco expressivas, na estrutura demográfica regional. Como apontado, as principais correntes de migrantes que ajudam na aglomeração

regional são tradicionalmente oriundas do próprio Estado de Minas Gerais, seguido por São Paulo, Goiás e Bahia. Os pequenos municípios que atravessaram um surto de expansão migratória recente receberam habitantes provenientes de Alagoas, Pernambuco e Maranhão, denotando tratar-se de processo transitório e não sustentável no longo prazo.

As análises disponíveis sobre as projeções populacionais indicam que essa região vai reduzir o ritmo de incremento demográfico nas próximas décadas, quando iniciará o processo reverso, a partir da década de 2030. Portanto, a menos que surjam novas variáveis, diferentemente do que ainda ocorre nas áreas de fronteira, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a tendência é de um ritmo mais lento de crescimento demográfico. Essa tendência será acompanhada pelo envelhecimento da população e redução da faixa etária de 0 a 6 anos. Apesar da desaceleração do ritmo, é preciso destacar que, assim como no caso do Brasil, as duas próximas décadas representam o fortalecimento do estrato populacional com maior potencial produtivo, na faixa etária entre 25-60 anos.

Os indicadores econômicos também deixam clara a posição de centralidade regional desempenhada pelos núcleos urbanos de Uberlândia e Uberaba, com economias diversificadas e, em vários setores, complementares. Esse fato indica que o planejamento conjunto de ações dos seus governos pode permitir o melhor aproveitamento das atuais janelas de oportunidades existentes e alavancar novos investimentos, notadamente em setores como os vinculados à agropecuária e agroindústria, logística, serviços especializados, indústria química e processamento de minerais, dentre outros. Certamente, faz-se necessário aprofundar os estudos e planejamentos sobre as oportunidades e desafios para a economia regional e sua inserção externa, procurando analisar quais ações seriam necessárias para aumentar a integração e o dinamismo socioeconômico.

Embora a experiência histórica dessa região tenha revelado um ciclo virtuoso de desenvolvimento no pós-Plano de Metas do governo JK, nem todas as cidades da sua rede urbana se desenvolveram na mesma direção e intensidade. Pela própria hierarquia regional, houve sobreposição de funções e comprometimento de iniciativas que repercutiram negativamente no processo de inserção de muitos municípios. Isso gerou

uma grande migração interna, dos municípios menores para os maiores, e uma concentração de serviços, capacidade produtiva e oportunidades em poucos espaços do plano regional. A própria capacidade fiscal de muitos desses municípios é absolutamente insuficiente para inverter tendências e alavancar o desenvolvimento local.

Nesse contexto, sobressai a necessidade de ampliar a integração da economia regional, examinando com destaque a situação atual e as perspectivas econômicas e sociais da rede urbana regional e sua inserção na economia nacional. Nesse diagnóstico preliminar, pode-se destacar a situação assimétrica, do ponto de vista da infraestrutura e dos indicadores sociais, o que impacta a vida dos cidadãos e, também, chama a atenção para a possibilidade de investimentos produtivos com base nas potencialidades existentes em setores de destaque regional. Entretanto, é importante ter presente que não é qualquer planejamento que surtirá efeitos positivos. É fundamental aprofundar a realização de pesquisas e na organização de uma estratégia regional de fomento ao desenvolvimento socioeconômico, tomando como referência as razões históricas que levaram a montagem da atual configuração espacial da rede urbana regional. Nesse contexto, é preciso legitimar os processos de tomada de decisões políticas, haja vista ser necessário ter em consideração os setores que serão beneficiados e os que poderão ser prejudicados e quais forças políticas e sociais lhes dará sustentação. Portanto, devem-se privilegiar ações que busquem o fomento do desenvolvimento econômico regional, a partir do desenho de uma estratégia que permita disseminar e enraizar cadeias de valor em todos os municípios da rede urbana, respeitando a diversidade de seus perfis socioeconômicos. Enfim, o papel dos principais municípios polos é decisivo, no sentido de fomentar atividades econômicas indutoras de um ciclo virtuoso comum, provocando e mobilizando, nos diversos espaços de representação estadual e nacional, as potencialidades e aptidões que muitas vezes se encontram dispersas ou inertes no espaço regional.

No caso específico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em função da sua localização privilegiada no cenário nacional, destaca-se o fomento de complexos logístico-produtivos, evitando-se especializações setoriais isoladas em prol da diversificação complementar e da implementação de uma estratégia conjunta para o escoamento da produção e para a

prestação de serviços especializados. Esse planejamento da infraestrutura logística regional é fundamental para fortalecer as especializações produtivas da rede urbana regional e criar as devidas condições para que ela absorva as transformações em curso na sua estrutura demográfica.

6. Referências

- AMIN, Ash. Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler*, Series B, Human Geography, v. 86, 2004. p. 33-44. [doi:10.1111/j.0435-3684.2004.00152.x](https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2004.00152.x)
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Dissertação de mestrado, 189 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1989.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70*. São Paulo: Global, 1985.
- CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p.101-41, 1997.
- CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CNT – Confederação Nacional do Transporte. Boletim Estatístico, 01 (Jan) – 2015. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Boletim/boletim-estatistico-cnt>. Acesso em 15 março 2015.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DER. www.der.mg.gov.br (acesso em 20/08/2018)
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
- DINIZ, Clélio Campolina. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. *Revista da ANPEC*, Brasília, v. 7, n. 4, p. 1-18, dez. 2006.
- DINIZ, Clélio Campolina (Org.). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: UnB, 2007a.

DINIZ, Clélio Campolina (Coord.). **Proposta de regionalização do Brasil**. Belo Horizonte: Ministério do Planejamento/CGEE/FUNDEP/CEDEPLAR-UFMG, 2007b.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, mai./ago. 2009.

EGLER, Cláudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (Orgs). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

ELETRONET: <https://eletronet.com/rede>. Acessado em 17/10/2015.

FERREIRA, Ester William. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: características dos fluxos migratórios (1980-91). 1998, 178f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 1998.

FÍGOLI, M. G. B. et al., Projeção populacional, por sexo e grupos de idades quinquenais: mesorregiões e total de Minas Gerais, 2010-2050. In: XIV seminário sobre a economia mineira, 2010, Diamantina-MG. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira.

FREITAS, Paulo Sergio Rais de. SAMPAIO, Roberto Cury. (Coord.). **Sinopse do diagnóstico sócio econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940-80)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de Economia. Gráfica da UFU, 1985.

GASNET. www.gasnet.com.br/gasodutos/operacao.asp. (acesso em 15/10/2016)

GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço Preliminar da Divisão do Brasil nas chamadas “Regiões Homogêneas”. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. de 1967a.

GEIGER, Pedro Pinchas. Geografia e Planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 111-118, jul./set. 1967b.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-25, jan./mar. 1967c.

GEIGER, Pedro Pinchas. Divisão regional e problema regional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 157-170, abr./jun. 1970.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Infraestrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. 1990, 226f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1990.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Transformações na agropecuária comercial e terciarização - 1970-80: área de polarização do núcleo urbano de Uberlândia**. Belo Horizonte: BDMG, 1993. (5º prêmio Minas de economia).

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas. II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO. Realização: Associações de Pós-Graduação e IPEA Brasília, 23 a 25 de Novembro de 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes (Coord.). Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira, Social e Ambiental da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu colar de influência regional. Uberlândia: AMVALE/UFU, 2014. Relatório de pesquisa.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes et al. Os eixos nacionais de integração e desenvolvimento do programa Brasil em Ação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. Anais do congresso. Belo Horizonte: UFMG, 1998. v. 1, p. 247-269.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; FARIA, G. A. **Integração e desenvolvimento regional: uma proposta de regionalização de Minas Gerais**. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

GUIMARÃES, E. N.; MARTINS, R. B. **Análise da regionalização funcional do IBGE: um recorte para Minas Gerais**. Uberlândia: UFU, 2012. Relatório de pesquisa.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra**: Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA. **Eixos do Desenvolvimento Brasileiro – Transporte Ferroviário de Cargas**. Brasília: IPEA, 2010.

IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE (Org.). **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil**. Campinas: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas 3). ISBN: 85-86215-29-5.

IPEA, IBGE, UNICAMP (Org.). **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendência da rede urbana**. Brasília: IPEA, vol. 1, 2001. ISBN: 85-86170-36-4.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: IPEA, vol. 2, 2001. ISBN: 85-86170-35-6.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana**. Brasília: IPEA, vol. 3, 2001. ISBN: 85-86170-26-7.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, vol. 4, 2001. ISBN: 85-86170-20-0.

NORTH, Douglass C. Location theory and regional economic growth. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 63, n. 3, p. 243-258, jun. 1955.

PNLT. Plano Nacional de Logística e Transportes. Ministério dos Transportes. Brasília: Novembro, 2009. 98f. Relatório Executivo. <http://www.transportes.gov.br/conteudo/2819-pnlt-relatorio-executivo-2009.html>. Acessado em 10/10/2015.

RIGOTT, José Irineu Rangel. Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese de (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1999.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAMPAIO, Roberto Cury. **Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica**. 1986, 189f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR/UFGM, Belo Horizonte, 1986.

SILVA, Vitorino Alves da et al. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional. In: HOGAN, Daniel Joseph et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2001. v. 1, p. 195-223.

Capítulo 2

Distribuição espacial das atividades produtivas e capacitação tecnológica

Humberto Eduardo de Paula Martins

1. Introdução

O capítulo 2 focaliza a distribuição espacial das atividades produtivas e a capacitação tecnológica na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período 2000/2010, considerando o contexto da concentração espacial das atividades tecnológicas e produtivas no Brasil.

Em primeiro lugar, é realizada uma breve retomada do debate acerca das tendências recentes da concentração econômica regional no Brasil. Em seguida são apresentadas a metodologia e a base de dados utilizadas analisar a distribuição espacial das atividades produtivas e a capacitação tecnológica na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Depois são apresentados os resultados, com o estabelecimento de três tópicos: o primeiro para o PIB, o segundo para o Emprego Formal, e o terceiro para a capacitação tecnológica, identificada neste trabalho com indicadores de escolaridade da população. Nos três tópicos, são analisados, conjuntamente, o peso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais e no Brasil, e a concentração interna a essa mesorregião, com base no exame da distribuição intermunicipal dos indicadores e sua evolução no período em foco (2000/2010).

2. O debate sobre desenvolvimento regional no Brasil: breves considerações

O debate sobre desenvolvimento regional no Brasil, no período recente, tem sido marcado pela temática da concentração econômica regional. A ideia de reconcentração poligonal (Diniz, 1993), em que se apresentava um cenário de esgotamento da desconcentração regional iniciada no final dos anos 1960, com tendências de reconcentração regional nas Regiões Sudeste e Sul, sobretudo na área denominada como um polígono no entorno do Estado de São Paulo, marcou a retomada do debate acerca da concentração regional no Brasil.

Gradativamente, a partir do exame da evolução dos indicadores, a ideia geral de reconcentração foi sendo relativizada e flexibilizada, com a percepção de que a distribuição regional das atividades econômicas apresentava uma dinâmica setorialmente diferenciada (Diniz, 2006, 2013).

Assim, simultaneamente ao esgotamento do movimento geral de desconcentração econômica, passaram a ser identificadas tendências diferenciadas regionalmente, em que se destaca a incorporação de novas regiões à dinâmica econômica a partir da expansão da agropecuária e das indústrias tradicionais e intensivas em recursos naturais, movimentos populacionais e intensificação da rede urbana, em um contexto de mudança tecnológica, com o crescente desenvolvimento de regiões e centros urbanos interiorizados.

Em outra visão, o esgotamento da desconcentração nas décadas recentes está relacionado a um movimento mais geral de crise, em que a desconcentração adquire um caráter “espúrio”, pois resulta mais da estagnação do “centro” do que do crescimento da “periferia”, apresentando um efeito quase que meramente estatístico (Cano, 1997, 2011). Simultaneamente a essa característica, uma tendência de especialização regressiva, com a perda de dinamismo do setor industrial e reprimarização da pauta de exportações, impulsionam fortemente a produção e exportação de “*commodities*”, com exploração dos recursos naturais e ocupação da fronteira agrícola, que se traduzem em um movimento de desconcentração relacionado à fragmentação e à regressão

da estrutura econômica nacional em um contexto de políticas econômicas neoliberais e aumento da “guerra fiscal” entre Unidades da Federação.

Assim, a dinâmica econômica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada entre as áreas mais industrializadas do Sudeste e do Sul e as regiões mais interiorizadas e de predominância agrícola, pode ser relacionada a, pelo menos, duas perspectivas.

Na primeira, essa dinâmica estaria ligada a um movimento de interiorização, transbordamento e aceleração da rede urbana que favorece a “franja” da região de industrialização mais antiga e pesada, constituindo uma tendência de desconcentração que, mesmo baseada em setores mais tradicionais, significa a incorporação de novas áreas ao crescimento econômico, e representa oportunidades de desenvolvimento econômico.

Em outra perspectiva, a dinâmica econômica dessas regiões estaria limitada e atrelada a um quadro de estagnação e fragmentação da economia brasileira, em que as oportunidades de crescimento seriam muito localizadas e passageiras, estando a desconcentração econômica nacional restritas a algumas ilhas de dinamismo exportadoras.

Para a análise da concentração das atividades produtivas e capacitação tecnológica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, serão consideradas essas duas perspectivas, que podem ser relacionadas a diferentes níveis de concentração das atividades produtivas e de capacitação tecnológica. Assim, pode-se pensar que a primeira perspectiva tende a apresentar níveis menores de concentração intrarregional e maior equidade intermunicipal quanto às atividades produtivas e capacitação tecnológica, enquanto a segunda pode ser relacionada à situação inversa: concentração em poucos municípios e baixo nível de difusão intermunicipal das atividades produtivas e da capacitação tecnológica.

3. Metodologia, base de dados e informações

A metodologia utilizada no capítulo 2 baseou-se em revisão bibliográfica, levantamento e análise de dados secundários de todos os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba,

focalizando o período de 2000 a 2010. Foram utilizados dados referentes a PIB, Emprego Formal e Escolaridade. Os dados referentes ao PIB foram obtidos no Ipeadata. Os dados do Emprego Formal foram retirados da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

São utilizados dados de emprego formal total, e também desagregados nos oito setores da economia: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais e de utilidade pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública, e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Já os dados sobre Escolaridade foram obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano, de 2013, disponibilizado pela Fundação João Pinheiro, que utiliza os Censos de 1991, 2000 e 2010.

4. Resultados

4.1. Distribuição espacial do PIB nos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Os dados do PIB mostram que, ao longo da década, houve estabilidade da participação da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em torno dos 15%, com pequenas oscilações:

Tabela 1. PIB total do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil (em R\$ mil)

Ano	TM e AP	Minas Gerais	Brasil
2000	15.462.692	100.612.293	1.021.648.000
2001	16.973.831	111.315.221	1.118.613.000
2002	19.546.778	127.781.907	1.273.129.000
2003	24.254.165	148.822.788	1.470.614.000
2004	27.840.001	177.324.816	1.666.258.000
2005	29.359.243	192.639.256	1.842.253.000
2006	32.226.857	214.753.977	2.034.421.000
2007	37.041.945	241.293.054	2.287.858.000
2008	42.829.135	282.520.745	2.580.449.000
2009	45.701.961	287.054.748	2.794.379.000
2010	52.242.605	351.380.905	3.227.180.670

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Tabela 2. Participação percentual do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no PIB Total de Minas Gerais e no PIB Total do Brasil (em %)

Ano	TM e AP	Minas Gerais (%)	Brasil (%)
2000	15.462.692	15,37	1,51
2001	16.973.831	15,25	1,52
2002	19.546.778	15,30	1,54
2003	24.254.165	16,30	1,65
2004	27.840.001	15,70	1,67
2005	29.359.243	15,24	1,59
2006	32.226.857	15,01	1,58
2007	37.041.945	15,35	1,62
2008	42.829.135	15,16	1,66
2009	45.701.961	15,92	1,64
2010	52.242.605	14,87	1,62

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Nota-se que, em relação ao Brasil, a participação da mesorregião apresenta um pequeno acréscimo ao longo do período.

A análise dos sete municípios com os maiores PIB's da mesorregião permite observar o nível de concentração intrarregional.

Tabela 3. PIB total dos sete municípios com os maiores PIB's no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (em R\$ mil)

Ano	Uberlândia	Uberaba	Araxá	Araguari	Ituiutaba	Patos de Minas	Patrocínio	Total
2000	5.123.526	2.138.012	722.832	699.798	553.481	679.099	432.581	10.349.329
2001	5.562.347	2.625.389	810.162	750.862	606.367	742.231	496.178	11.593.536
2002	6.435.690	3.017.848	885.293	874.171	679.425	815.124	546.403	13.253.954
2003	7.635.516	3.882.656	1.054.239	1.005.890	874.889	963.627	641.894	16.058.711
2004	8.520.552	4.158.507	1.294.901	1.319.384	971.546	1.141.751	780.441	18.187.082
2005	9.196.838	4.105.596	1.158.810	1.540.196	977.428	1.235.112	844.590	19.058.570
2006	10.344.790	4.466.155	1.286.416	1.665.112	1.079.461	1.290.124	924.158	21.056.216
2007	12.499.059	5.411.379	1.802.638	1.818.911	1.220.690	1.416.356	914.925	25.083.958
2008	14.253.571	6.212.441	2.361.306	1.842.741	1.325.436	1.623.568	1.185.095	28.804.158
2009	16.092.093	6.486.057	2.104.771	1.957.779	1.768.305	1.749.406	1.291.871	31.450.282
2010	18.295.771	7.154.606	2.580.861	2.212.349	2.025.850	1.985.858	1.500.568	35.755.863

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Tabela 4. Participação dos sete municípios com os maiores PIB's no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no PIB Total do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de Minas Gerais e do Brasil (em %)

Ano	Sete maiores*	Demais municípios*	TM e AP (%)	Minas Gerais (%)	Brasil (%)
2000	10.349.329	5.113.363	66,93	10,29	1,01
2001	11.593.536	5.380.295	68,30	10,42	1,04
2002	13.253.954	6.292.824	67,81	10,37	1,04
2003	16.058.711	8.195.454	66,21	10,79	1,09
2004	18.187.082	9.652.919	65,33	10,26	1,09
2005	19.058.570	10.300.673	64,92	9,89	1,03
2006	21.056.216	11.170.641	65,34	9,80	1,03
2007	25.083.958	11.957.987	67,72	10,40	1,10
2008	28.804.158	14.024.977	67,25	10,20	1,12
2009	31.450.282	14.251.679	68,82	10,96	1,13
2010	35.755.863	16.486.742	68,44	10,18	1,11

*em mil reais

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

A participação dos sete municípios com maiores PIB's no PIB total da mesorregião é alta, superior aos dois terços, e apresentou um pequeno crescimento, em torno de dois pontos percentuais, ao longo do período, sobretudo nos últimos anos.

Dentre os sete municípios com maiores PIB's, destacam-se Uberlândia, responsável por mais de um terço do PIB da mesorregião, e Uberaba, com uma participação acima de dos treze por cento:

Tabela 5. Participação dos sete municípios com maiores PIB's no Total do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (em %)

	2000	2005	2010
Uberlândia	33,13	31,33	35,02
Uberaba	13,83	13,98	13,69
Araxá	4,67	3,95	4,94
Araguari	4,53	5,25	4,23
Ituiutaba	3,58	3,33	3,88
Patos de Minas	4,39	4,21	3,80
Patrocínio	2,80	2,88	2,87
Soma dos sete maiores	66,93	64,92	68,44

Observa-se certa estabilidade ao longo do período com pequenas oscilações, e um ligeiro aumento, que se deve, essencialmente, ao crescimento da participação de Uberlândia.

A análise do PIB setorial contribui para maior entendimento da dinâmica da mesorregião e da distribuição das atividades produtivas em nível intrarregional. As próximas tabelas examinam a composição setorial do PIB na mesorregião e nos seus maiores municípios, em comparação com a composição setorial do PIB de Minas Gerais e do Brasil.

Tabela 6. PIB setorial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil (em R\$ mil)

Ano	TM e AP			Minas Gerais			Brasil		
	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços
2000	2.517.354	4.248.295	6.994.941	9.285.595	27.797.815	51.135.614	57.241.000	283.321.000	681.086.001
2001	2.681.531	4.194.099	8.054.733	9.046.612	27.742.475	59.273.888	66.819.000	301.171.000	750.622.998
2002	3.064.554	4.961.629	9.297.932	11.166.793	31.708.302	68.071.130	84.251.000	344.406.000	844.472.004
2003	3.948.832	6.890.074	10.747.255	13.487.660	39.277.111	76.981.650	108.618.999	409.503.997	952.491.002
2004	4.470.224	8.204.719	12.350.960	15.422.704	52.531.304	87.979.793	115.194.000	501.771.000	1.049.293.000
2005	4.463.523	8.024.250	13.679.532	15.568.048	54.302.644	97.430.734	105.163.001	539.282.999	1.197.806.999
2006	4.332.095	9.181.332	15.350.582	15.699.539	59.712.608	112.175.615	111.566.000	584.952.000	1.337.903.000
2007	4.762.373	10.408.433	17.924.046	16.854.735	66.341.687	127.032.176	127.266.999	636.280.001	1.524.311.001
2008	6.365.331	11.616.518	20.011.054	23.231.249	78.923.612	143.168.488	152.612.001	719.987.002	1.707.850.001
2009	6.665.836	11.682.119	21.746.603	22.715.843	75.826.235	153.798.137	157.232.000	749.699.000	1.887.448.000

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Tabela 7. Participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no PIB setorial de Minas Gerais e no PIB Setorial do Brasil (%) – em mil reais

Ano	TM e AP *			Minas Gerais (%)			Brasil (%)		
	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços
2000	2.517.354	4.248.295	6.994.941	27,11	15,28	13,68	4,40	1,50	1,03
2001	2.681.531	4.194.099	8.054.733	29,64	15,12	13,59	4,01	1,39	1,07
2002	3.064.554	4.961.629	9.297.932	27,44	15,65	13,66	3,64	1,44	1,10
2003	3.948.832	6.890.074	10.747.255	29,28	17,54	13,96	3,64	1,68	1,13
2004	4.470.224	8.204.719	12.350.960	28,98	15,62	14,04	3,88	1,64	1,18
2005	4.463.523	8.024.250	13.679.532	28,67	14,78	14,04	4,24	1,49	1,14
2006	4.332.095	9.181.332	15.350.582	27,59	15,38	13,68	3,88	1,57	1,15
2007	4.762.373	10.408.433	17.924.046	28,26	15,69	14,11	3,74	1,64	1,18
2008	6.365.331	11.616.518	20.011.054	27,40	14,72	13,98	4,17	1,61	1,17
2009	6.665.836	11.682.119	21.746.603	29,34	15,41	14,14	4,24	1,56	1,15
2010	7.609.050	13.527.041	23.995.595	29,15	13,09	13,45	4,45	1,49	1,12

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Percebe-se que a mesorregião possui maior participação, tanto em relação a Minas Gerais quanto ao Brasil, no setor de agropecuária, denotando maior especialização nesse setor. A mesorregião apresenta, ainda, uma participação relevante na indústria do estado, bem superior à participação nos serviços. Em relação ao Brasil, a participação nos dois setores é semelhante, bem abaixo dos percentuais relativos à agropecuária.

Essa composição setorial apresentou certa estabilidade ao longo da década, com ligeiro aumento da especialização da mesorregião no setor agropecuário.

A observação de dados municipais permite trazer novos elementos à análise. O conjunto dos sete maiores municípios apresenta uma dinâmica setorial do PIB diferenciada do total da mesorregião.

Tabela 8. Participação dos sete municípios com os maiores PIB's no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no PIB Setorial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de Minas Gerais e do Brasil (%)

Ano	TM e AP (%)			Minas Gerais (%)			Brasil (%)		
	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços	Agro	Indústria	Serviços
2000	26,81	67,48	75,99	7,27	10,31	10,39	1,18	1,01	0,78
2001	27,51	71,69	75,64	8,16	10,84	10,28	1,10	1,00	0,81
2002	27,67	70,75	75,22	7,59	11,07	10,27	1,01	1,02	0,83
2003	26,49	68,31	74,93	7,76	11,98	10,46	0,96	1,15	0,85
2004	26,36	65,97	75,08	7,64	10,30	10,54	1,02	1,08	0,88
2005	29,00	60,66	75,26	8,31	8,96	10,57	1,23	0,90	0,86
2006	27,65	60,60	75,26	7,63	9,32	10,30	1,07	0,95	0,86
2007	28,56	62,80	77,21	8,07	9,85	10,89	1,07	1,03	0,91
2008	28,36	66,14	76,05	7,77	9,74	10,63	1,18	1,07	0,89
2009	27,19	69,03	76,51	7,98	10,63	10,82	1,15	1,08	0,88
2010	27,48	69,14	75,32	8,01	9,05	10,13	1,22	1,03	0,84

Fonte: IBGE; Ipea (vários anos). Acesso on line em 2014

Nota-se que a soma dos sete municípios com maiores PIB apresenta uma composição setorial do PIB bem mais equilibrada, com percentuais setoriais mais próximos entre si, e indicando uma participação relevante nos três setores, tanto em relação a Minas Gerais, quanto em relação ao Brasil.

Em linhas gerais, os dados relativos ao PIB indicam:

- Participação relevante e estável da mesorregião no Estado e no País.
- Participação relevante e ligeiramente crescente dos sete municípios com maior PIB na mesorregião, no Estado e no País, devido, sobretudo, ao crescimento de Uberlândia no período.
- Peso relevante e certa especialização da mesorregião no setor agropecuário, em relação ao Estado e ao País, mas com os sete municípios com maiores PIB's apresentado uma composição setorial mais equilibrada, com participação relevante dos serviços, comércio e, em menor grau, da indústria de transformação.

4.2. Distribuição espacial do emprego formal nos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Tabela 9. Emprego Formal do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil

Ano	TM/AP	MG	Brasil
2002	337.349	3.046.362	28.683.913
2003	350.621	3.138.026	29.543.974
2004	374.572	3.332.775	31.407.576
2005	399.675	3.592.560	33.238.617
2006	421.398	3.744.043	35.155.249
2007	442.299	4.036.203	37.607.430
2008	464.462	4.184.183	39.441.503
2009	487.054	4.350.839	41.207.546
2010	524.374	4.646.891	44.068.355

Fonte: Rais (vários anos). Acesso on line em 2014

Percebe-se que houve uma trajetória de forte aumento do emprego formal no período focalizado, tanto na mesorregião, quanto em Minas Gerais e no Brasil.

Tabela 10. Participação percentual do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Emprego Formal de Minas Gerais e do Brasil (em %)

Ano	TM e AP	% MG	%Brasil
2002	337.349	11,07	1,17
2003	350.621	11,17	1,18
2004	374.572	11,23	1,19
2005	399.675	11,12	1,20
2006	421.398	11,25	1,19
2007	442.299	10,95	1,17
2008	464.462	11,10	1,17
2009	487.054	11,19	1,18
2010	524.374	11,28	1,18

Fonte: Rais (vários anos). Acesso on line em 2014

Verifica-se que a participação da mesorregião manteve-se em patamares inferiores aos do PIB, tanto em relação ao Estado, quanto em relação ao Brasil.

Os dados referentes aos municípios com maior número de empregos formais também diferem em relação ao PIB.

Tabela 11. Emprego formal dos sete municípios com maior número de empregos formais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Ano	Uberlândia	Uberaba	Araxá	Araguari	Ituiutaba	Patos de Minas	Patrocínio	Total
2002	112.284	56.779	15.933	13.972	12.496	22.017	11.625	245.106
2003	117.840	56.729	17.150	14.937	13.173	22.539	12.093	254.461
2004	129.125	58.839	19.645	16.770	13.745	23.131	12.870	274.125
2005	134.242	63.545	19.391	18.518	14.615	25.093	14.191	289.595
2006	139.715	66.493	19.748	20.020	16.653	27.061	15.201	304.891
2007	148.520	67.046	20.692	18.759	18.313	28.721	15.810	317.861
2008	159.576	70.434	21.769	19.563	18.803	29.470	16.381	335.996
2009	167.735	73.478	21.991	20.362	18.612	31.293	16.393	349.864
2010	183.371	81.770	24.166	20.687	18.935	33.812	17.847	380.588

Fonte: Rais (vários anos). Acesso on line em 2014

Tabela 12. Participação dos sete municípios com maior número de empregos formais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Emprego Formal Total do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de Minas Gerais e do Brasil (%);

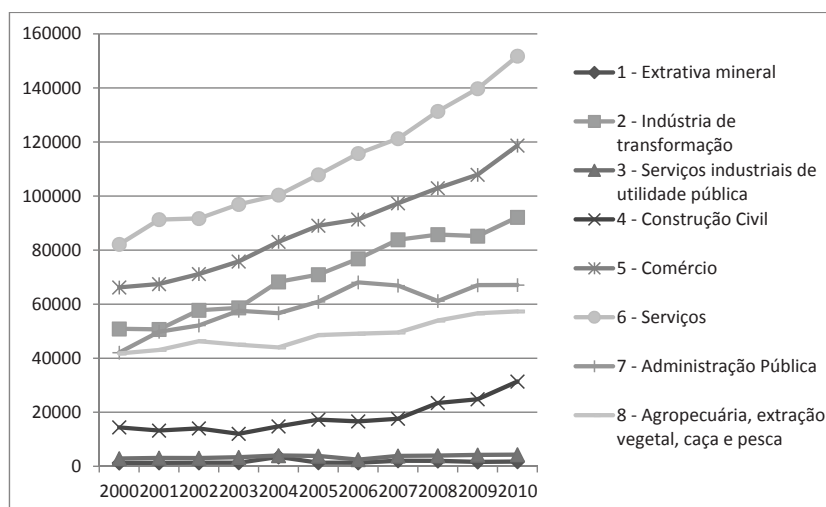
Ano	Sete maiores	%TMAP	% MG	%Brasil
2002	245.106	72,66	8,05	0,85
2003	254.461	72,57	8,11	0,86
2004	274.125	73,18	8,23	0,87
2005	289.595	72,46	8,06	0,87
2006	304.891	72,35	8,14	0,86
2007	317.861	71,87	7,88	0,84
2008	335.996	72,34	8,03	0,85
2009	349.864	71,83	8,04	0,84
2010	380.588	72,58	8,19	0,86

Fonte: Rais (vários anos). Acesso on line em 2014

Verifica-se que os sete municípios apresentam significativa participação em relação ao emprego formal da mesorregião, em patamares superiores em comparação com o PIB. Entretanto, em relação a Minas Gerais e Brasil, os percentuais de participação da mesorregião no emprego formal são inferiores aos percentuais apresentados para o PIB.

A evolução recente da distribuição setorial do emprego formal pode ser observada no Gráfico:

Gráfico 1 – Empregos Formais por Setor no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: Rais (vários anos). Acesso on line em 2014

Destaca-se o setor de serviços, que além de possuir o maior de empregos formais (em 2000 já estava acima dos 80.000), foi o que apresentou maior crescimento, chegando em 2010 com mais de 140.000 empregos. Destacam-se também Comércio, e Indústria de Transformação, tanto na relevância, quanto no crescimento. Mais abaixo, Administração Pública, Agropecuária e, em menor grau, Construção Civil, são setores relevantes, com crescimento moderado no período. Já os setores de Extração Mineral e Serviços industriais e Utilidade Pública mostraram certa estabilidade no período, em patamares mais baixos.

Assim, os dados relativos ao emprego formal na mesorregião mostram:

- Participação relevante e estável da mesorregião no Estado e no País, em patamares inferiores aos apresentados pelo PIB.
- Participação relevante e estável dos sete municípios com maior número de empregos formais na mesorregião, em patamares superiores aos apresentados pelo PIB e no Estado e no País, em patamares inferiores aos apresentados pelo PIB.
- Peso relevante e crescente do setor de serviços e comércio e, em menor grau, da indústria de transformação no emprego formal da mesorregião e dos sete municípios com maior número de empregos formais, com tendências diferentes da apresentada pela composição setorial do PIB, em que a especialização agropecuária foi mais pronunciada.

4.3. Distribuição espacial da capacitação tecnológica – escolaridade nos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

A escolaridade dos ocupados têm aumentado substancialmente na mesorregião, seguindo a tendência do país.

Embora haja certa heterogeneidade entre os municípios com maior número de empregos formais na mesorregião, a escolaridade dos ocupados têm apresentado uma trajetória de aumento significativo todos municípios em todas as faixas de escolaridade. Nas faixas de Fundamental e Superior, pode-se perceber, inclusive certa aproximação das taxas dos diversos municípios.

Tabela 13. Distribuição dos ocupados por faixa de escolaridade dos sete municípios com maior número de empregos formais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em 2000 e 2010 (%)

Municípios	Fund. completo (2000)	Fund. completo (2010)	Méd. completo (2000)	Méd. completo (2010)	Sup. completo (2000)	Sup. completo (2010)
Araguari	47,02	65,41	31,10	44,52	8,06	12,43
Araxá	54,14	70,30	33,92	50,66	9,45	15,07
Ituiutaba	45,41	58,94	28,22	38,22	8,98	11,87
Patos de Minas	47,24	64,64	30,95	46,37	7,08	13,77
Patrocínio	39,96	53,75	26,10	36,12	6,90	11,23
Uberaba	53,39	69,14	36,10	49,51	11,00	16,92
Uberlândia	56,07	71,23	36,77	51,28	10,51	17,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Quando considerados os demais municípios da mesorregião (ver anexo), como esperado, aumenta a heterogeneidade, com os demais municípios apresentando patamares de escolaridade inferiores, mas as tendências assinaladas para os sete municípios, de aumento de escolaridade e de redução das desigualdades intermunicipais se mantêm.

Os dados referentes à escolaridade da população por faixa etária também apresentam tendências semelhantes.

Observa-se que os municípios com maiores níveis de PIB e de Emprego Formal apresentam uma tendência geral de aumento das taxas de escolarização, seguindo a trajetória de Minas Gerais e do Brasil.

De maneira geral, os indicadores desses municípios são ligeiramente superiores aos do Brasil e de Minas Gerais para a faixa dos 6 a 14 anos e também dos 15 aos 17 anos, e mais heterogêneos na faixa dos 18 aos 24 anos, com percentuais bem mais altos para os municípios de Uberlândia e Uberaba.

Nota-se uma tendência de universalização na primeira faixa, de aumento e homogeneização na segunda, enquanto na terceira não se identifica uma tendência clara, pois há um comportamento diverso dentre os municípios.

Tabela 14. População de 6 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos, na escola nos sete municípios com maior número de empregos formais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais e no Brasil

	6 a 14 anos (2000)	6 a 14 anos (2010)	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)	18 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Brasil	93,11	96,69	77,42	83,32	31,25	30,64
Minas Gerais	94,67	97,54	75,82	83,55	28,03	28,89
Araguari	96,74	97,79	78,32	82,65	25,60	30,62
Araxá	97,23	97,14	81,36	84,81	31,14	28,90
Ituiutaba	96,07	98,07	80,23	81,45	35,36	32,48
Patos de Minas	97,93	98,59	82,16	84,86	30,14	32,62
Patrocínio	95,85	97,91	75,50	83,92	24,90	26,63
Uberaba	96,81	97,66	85,04	85,71	33,57	38,85
Uberlândia	96,61	97,98	82,83	84,97	32,75	38,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Tabela 15. População de 6 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos na escola nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais e no Brasil (%)

	6 a 14 anos (2000)	6 a 14 anos (2010)	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)	18 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Brasil	93,11	96,69	77,42	83,32	31,25	30,64
Minas Gerais	94,67	97,54	75,82	83,55	28,03	28,89
Abadia dos Dourados	95,01	98,31	65,24	80,15	27,21	30,17
Água Comprida	98,03	95,22	82,10	91,76	31,19	19,10
Araguari	96,74	97,79	78,32	82,65	25,60	30,62
Araporã	94,82	99,35	66,85	89,54	27,46	20,13
Arapuá	96,06	98,19	68,20	90,12	11,36	38,41
Araxá	97,23	97,14	81,36	84,81	31,14	28,90
Cachoeira Dourada	97,30	98,31	85,37	92,68	37,23	34,52
Campina Verde	97,84	89,17	68,22	72,83	29,20	29,37
Campo Florido	95,22	98,78	71,09	81,18	22,60	24,75
Campos Altos	96,45	97,65	68,24	80,29	20,07	23,64
Canápolis	95,54	99,00	64,00	79,41	24,37	19,96
Capinópolis	97,77	99,56	69,44	80,76	26,61	25,72
Carmo do Paranaíba	96,31	97,49	73,39	83,36	22,83	27,95
Carneirinho	94,90	97,91	70,64	85,27	26,42	34,59

	6 a 14 anos (2000)	6 a 14 anos (2010)	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)	18 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Cascalho Rico	100	96,57	82,61	77,90	15,09	19,81
Centralina	94,04	95,94	55,23	79,42	26,47	22,70
Comendador Gomes	97,01	96,93	84,56	65,77	25,21	21,35
Conceição das Alagoas	95,77	95,60	72,39	78,66	21,95	18,50
Conquista	94,83	99,66	89,97	86,25	37,97	23,97
Coromandel	97,03	96,40	72,42	84,17	23,35	27,05
Cruzeiro da Fortaleza	98,30	97,07	70,70	83,25	22,16	29,41
Delta	90,95	94,46	66,70	83,72	29,72	17,49
Douradoquara	96,01	98,51	82,02	74,58	15,04	35,09
Estrela do Sul	89,56	96,70	59,12	73,79	14,93	29,22
Fronteira	95,94	96,27	80,50	68,79	28,02	16,04
Frutal	94,36	97,58	72,28	83,16	21,94	31,46
Grupiara	99,45	100	80,22	88,66	37,66	31,31
Guimarânia	92,79	97,69	61,44	80,28	20,59	25,28
Gurinhata	94,81	97,13	76,99	83,31	19,81	25,33
Ibiá	93,59	97,87	67,86	85,33	22,90	20,59
Indianópolis	93,04	100	76,73	83,83	34,33	15,42
Ipiacu	98,73	98,69	59,62	79,86	29,80	27,96
Iraí de Minas	96,17	94,98	71,51	71,95	21,95	24,67
Itapagipe	97,54	96,95	71,56	84,03	26,83	31,93
Ituiutaba	96,07	98,07	80,23	81,45	35,36	32,48
Iturama	98,11	98,79	73,35	86,67	28,70	32,05
Lagoa Formosa	95,15	98,69	68,38	80,33	17,55	23,30
Limeira do Oeste	97,61	98,83	88,11	94,48	23,67	20,36
Matutina	94,33	95,43	46,01	74,11	16,05	23,79
Monte Alegre de Minas	96,04	94,44	66,28	78,90	21,01	25,40
Monte Carmelo	94,17	98,45	66,29	81,71	18,82	33,80
Nova Ponte	97,71	96,65	74,18	80,69	25,40	25,29
Patos de Minas	97,93	98,59	82,16	84,86	30,14	32,62
Patrocínio	95,85	97,91	75,50	83,92	24,90	26,63
Pedrinópolis	96,79	95,99	83,46	85,02	23,23	19,47
Perdizes	96,85	97,47	70,07	78,59	21,83	20,35
Pirajuba	97,93	95,89	70,07	76,24	25,94	18,90
Planura	95,31	97,65	66,82	74,33	20,31	23,00
Prata	90,81	96,08	68,39	77,83	27,94	21,86

	6 a 14 anos (2000)	6 a 14 anos (2010)	15 a 17 anos (2000)	15 a 17 anos (2010)	18 a 24 anos (2000)	18 a 24 anos (2010)
Pratinha	89,82	96,00	71,61	77,87	19,45	18,07
Rio Paranaíba	93,27	98,7	59,62	80,02	16,28	32,08
Romaria	92,28	100	69,80	91,08	30,71	32,53
Sacramento	98,08	97,33	73,58	81,09	27,07	24,13
Santa Juliana	97,16	92,06	72,74	85,44	22,56	22,14
Santa Rosa da Serra	94,33	98,77	66,07	83,74	18,51	16,13
Santa Vitória	90,86	97,43	69,35	74,73	26,45	22,63
São Francisco de Sales	94,31	94,90	66,42	73,02	31,36	23,76
São Gotardo	96,14	96,30	67,48	78,27	15,62	22,36
Serra do Salitre	92,92	97,17	62,90	84,35	10,98	21,85
Tapira	95,78	97,28	66,02	86,84	25,21	20,92
Tiros	97,00	97,74	60,26	83,13	17,84	24,81
Tupaciguara	95,90	97,69	64,99	74,22	24,68	29,25
Uberaba	96,81	97,66	85,04	85,71	33,57	38,85
Uberlândia	96,61	97,98	82,83	84,97	32,75	38,63
União de Minas	96,51	97,32	63,20	77,43	21,82	17,36
Veríssimo	93,21	94,38	78,44	68,00	26,64	28,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Assim, o exame dos dados relativos à escolaridade dos empregados formais e da população por faixa etária indica um duplo movimento.

De um lado, uma tendência geral de aumento da escolaridade e de aproximar da universalização do acesso à escola nas faixas iniciais, mais ligadas à educação básica, seguindo a trajetória nacional. Essa tendência envolve aproximação e redução da desigualdade entre os municípios da mesorregião.

Por outro lado, os indicadores ligados ao ensino superior, embora apresentando aumento para o conjunto de municípios, têm se destacado nos municípios de Uberlândia e Uberaba, reforçando maior concentração e especialização nesses municípios.

5. Síntese dos resultados

A análise dos resultados em conjunto indica uma tendência de estabilidade, com ligeiro aumento da importância econômica

da mesorregião no contexto estadual e nacional. Essa tendência é acompanhada por estabilidade também em relação à concentração das atividades produtivas nos maiores municípios, que manteve seu nível do início da década, com algumas oscilações e um pequeno aumento do peso de Uberlândia e, em menor grau, de Uberaba na mesorregião.

Essa trajetória de consolidação da importância econômica da mesorregião ocorre em consonância com um reforço de sua histórica especialização agropecuária em relação ao PIB, mas com um movimento de ampliação do peso do setor terciário e da indústria de transformação em relação ao emprego formal.

Esse quadro de estabilidade e consolidação da importância econômica ocorre em um contexto de ampliação e melhoria geral da escolaridade na mesorregião, em um movimento de equalização da escolaridade básica, simultaneamente a um aumento dos níveis avançados nos maiores municípios.

Em conjunto, os resultados permitem aproximar a dinâmica econômica da mesorregião da primeira perspectiva acerca das tendências recentes da concentração econômica regional no Brasil, discutida na seção inicial. Nessa interpretação, a dinâmica da mesorregião está mais próxima de um movimento de interiorização do crescimento econômico industrial, com certo transbordamento e aceleração da rede urbana que favorece a “franja” da região de industrialização, estando ligada a um movimento de desconcentração que, ao mesmo tempo que se baseia em setores mais tradicionais, pode trazer melhorias para na formalização do emprego e na escolaridade, e, assim, oportunidades de desenvolvimento econômico.

Referências

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, 2013. Acesso on-line em 2014.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil (1970/95). *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 101-41, jun. 1997.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, p. 27-53, nov. 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

DINIZ, Clélio Campolina. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. *Revista Economia, Selecta*, Brasília, v. 7, n. 4, p. 1-18, dez. 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro**: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013. 29 p.

IBGE, IPEA (vários anos) Contas regionais. Base de Dados disponibilizada pelo Ipeadata com base nos dados de PIB calculados pelo IBGE. Acesso on-line em 2014.

RAIS (vários anos) Base de Dados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. Acesso on-line em 2014.

ANEXO A

Tabela 16. Distribuição dos ocupados por faixa de escolaridade dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em 2000 e 2010 (%)

Municípios	Fund. completo (2000)	Fund. completo (2010)	Méd. completo (2000)	Méd. completo (2010)	Sup. completo (2000)	Sup. completo (2010)
Abadia dos Dourados	28,67	42,63	15,37	20,54	2,55	6,87
Água Comprida	35,80	35,80	16,44	18,00	4,11	9,01
Araguari	47,02	65,41	31,10	44,52	8,06	12,43
Araporã	36,31	55,82	20,72	38,74	6,04	9,88
Arapuá	29,24	43,92	23,57	28,51	6,05	7,77
Araxá	54,14	70,30	33,92	50,66	9,45	15,07
Cachoeira Dourada	34,35	56,47	22,04	40,82	7,45	13,55
Campina Verde	30,38	48,80	17,39	28,78	4,33	9,55
Campo Florido	30,21	44,33	19,02	29,2	3,96	8,54
Campos Altos	26,78	44,17	15,79	26,72	3,09	8,44
Canápolis	24,81	44,28	16,56	30,8	3,57	7,3
Capinópolis	36,62	52,80	22,37	31,82	5,43	9,63
Carneirinho	29,14	50,78	16,12	36,18	4,14	11,23
Cascalho Rico	31,51	44,46	18,79	24,53	3,6	6,12
Centralina	32,24	45,94	17,90	26,21	3,17	6,15
Comendador Gomes	34,27	46,39	16,04	25,53	2,45	5,53
Conceição das Alagoas	34,31	47,53	19,21	27,16	5,25	8,01
Conquista	33,00	54,72	19,78	35,67	5,12	11,56
Cruzeiro da Fortaleza	36,57	43,86	23,17	28,99	5,89	6,25
Delta	27,71	34,72	15,64	17,77	1,77	3,28
Douradoquara	20,61	43,91	7,69	24,44	2,00	7,16
Estrela do Sul	32,81	47,16	20,61	31,5	3,71	7,54
Fronteira	37,60	46,98	23,40	31,1	5,06	7,11
Frutal	38,04	54,99	23,95	34,02	5,69	10,54
Grupiara	46,77	54,68	27,48	43,91	4,44	11,26
Guimarânia	33,39	49,44	22,31	31,23	2,78	8,73
Gurinhata	27,65	39,89	18,95	25,49	3,32	7,43
Ibiá	35,87	45,24	21,18	27,38	5,33	6,48
Indianópolis	25,32	39,40	14,64	23,96	4,18	5,35
Ipiacu	30,54	49,17	18,12	30,63	2,06	6,91
Iraí de Minas	30,60	44,86	18,38	30,01	2,52	8,23

Municípios	Fund. completo (2000)	Fund. completo (2010)	Méd. completo (2000)	Méd. completo (2010)	Sup. completo (2000)	Sup. completo (2010)
Itapagipe	34,02	51,10	20,86	35,27	4,66	9,33
Ituiutaba	45,41	58,94	28,22	38,22	8,98	11,87
Iturama	41,66	61,23	27,60	41	8,25	11,69
Lagoa Formosa	27,32	41,71	16,44	26,05	3,22	6,16
Limeira do Oeste	27,58	57,23	14,53	38,86	1,90	11,81
Matutina	19,56	40,69	13,24	21,11	2,5	6,68
Monte Alegre de Minas	31,21	42,58	17,91	25,7	3,89	6,92
Nova Ponte	32,06	49,19	18,17	30,7	3,92	8,65
Patos de Minas	47,24	64,64	30,95	46,37	7,08	13,77
Patrocínio	39,96	53,75	26,10	36,12	6,90	11,23
Pedrinópolis	46,53	54,73	23,75	38,3	6,11	8,32
Perdizes	27,69	44,37	17,60	26,28	3,92	7,69
Pirajuba	33,37	52,05	19,90	31,25	6,51	8,03
Planura	36,14	51,07	22,72	29,59	3,38	6,64
Prata	28,56	44,66	17,64	23,31	4,02	5,50
Pratinha	18,77	50,04	13,20	26,88	2,59	7,67
Rio Paranaíba	23,92	37,21	13,62	23,83	2,28	8,10
Romaria	32,15	48,71	17,27	30,83	2,66	6,35
Santa Juliana	32,48	48,08	19,50	29,14	3,37	8,08
Santa Rosa da Serra	32,11	42,87	15,30	28,33	2,66	10,61
Santa Vitória	33,01	50,15	20,31	32,85	3,48	11,83
São Francisco de Sales	30,72	47,45	15,80	28,68	3,15	6,78
Serra do Salitre	28,54	41,04	17,22	22,88	1,68	5,82
Tapira	32,61	49,12	14,94	32,32	2,10	7,98
Tiros	22,90	36,68	13,22	19,51	2,77	4,86
Tupaciguara	35,33	53,10	23,04	36,11	5,33	11,82
Uberaba	53,39	69,14	36,10	49,51	11,00	16,92
Uberlândia	56,07	71,23	36,77	51,28	10,51	17,15
União de Minas	25,11	39,59	12,57	23,65	4,10	5,69
Veríssimo	24,08	36,17	8,94	15,16	0,68	4,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Capítulo 3

Principais transformações na estrutura industrial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na primeira década dos anos 2000

Soraia Aparecida Cardozo

1. Introdução

Na primeira década dos anos 2000 as taxas de crescimento da economia nacional foram superiores às aquelas observadas nas décadas de 1980 e 1990, levando autores como Corrêa e Santos (2013) apontarem que essa dinâmica esteve relacionada à configuração de um novo padrão de crescimento. Segundo os autores, em 2003 a dinâmica internacional favorável com aumento da demanda e dos preços das *commodities* começou a impulsionar a economia brasileira, mas a partir de 2006, além do cenário internacional favorável, as políticas públicas de transferência de renda, a redução da pobreza, o papel do investimento público – principalmente em infraestrutura – permitiram a configuração de um crescimento impulsionado pela dinâmica interna. Abriu-se um ciclo de crescimento do PIB no período 2004 a 2008 em que a economia brasileira cresceu 4,8%. Nesse contexto nacional específico, em que a economia brasileira alcançou taxas de crescimento expressivas dentro de um padrão em que mesclaram determinantes externos e dinamismo do mercado interno, é de suma importância compreender a dinâmica regional.

Para contribuir com interpretações acerca da dinâmica regional brasileira, o artigo analisa a estrutura industrial do Triângulo Mineiro

e Alto Paranaíba na primeira década dos anos 2000, período em que a região assistiu a expressiva expansão da produção agrícola, particularmente no que diz respeito às culturas de soja e cana-de-açúcar. A economia brasileira, nesse mesmo período, passou por um conjunto de transformações, com intenso dinamismo entre os anos de 2004 e 2008, além de uma expansão da sua inserção comercial associada à ampliação das exportações de *commodities* primárias e industriais. A questão central que se coloca é: quais foram as principais transformações espaciais nessa região mineira, no que diz respeito à estrutura produtiva industrial, decorrentes dos movimentos apresentados pela economia brasileira na primeira década dos anos 2000?

Este capítulo tem como objetivo analisar a distribuição da indústria de transformação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) com o intuito de avaliar se a região consiste em uma área dinâmica ou não no que se refere à geração de emprego industrial, compreender a evolução recente da indústria de transformação nessa região, destacando quais são os ramos de maior dinamismo.

Além desta introdução, o capítulo está estruturado em quatro itens. No item 2 há a exposição de aspectos gerais da estrutura produtiva do TMAP, com destaque para a importância da região no cenário estadual e nacional. No terceiro apresenta-se alguns aspectos da composição setorial do valor agregado da região. No item quatro estão as características gerais da indústria de transformação do TMAP com base em dados de emprego formal, que foi utilizado como uma *proxy* da produção industrial. No quinto item faz-se a análise do Quociente Locacional (QL) para ver se a indústria de transformação do TMAP tem expressiva participação na indústria de transformação de Minas Gerais. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais.

2. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Cenário Nacional e Estadual

A Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui destaque significativo no estado de Minas Gerais no que diz respeito a sua importância econômica, uma vez que aproximadamente

15% da riqueza gerada no estado estava concentrada na região em 2010. Essa informação tem como base os dados de participação da referida região no PIB estadual que, nos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010 foram, respectivamente, de 15,4%, 15%, 16% e 15%, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Participação da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no PIB, no Valor Adicionado Bruto da agropecuária, indústria e serviços do estado de Minas Gerais – 2000, 2006, 2009 e 2010 (em %)

Participação Percentual da Aglomeração Urbana	2000	2006	2009	2010
no PIB do estado de MG	15,4	15,1	16,0	15,0
no VAB industrial do estado de MG	15,3	15,4	15,4	13,4
no VAB agropecuário do estado de MG	27,1	27,6	29,3	29,2
no VAB de serviços do estado de MG	13,7	13,7	14,1	13,5

Fonte: IBGE (2014).

A Tabela 1 também ilustra a importância da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais para os três setores da economia, com destaque para o setor agropecuário, sendo que em 2010 a referida aglomeração urbana foi responsável por quase um terço da produção agropecuária do estado. A participação do TMAP no VAB industrial estadual apresentou queda de 2 pontos percentuais na década. Essa queda de participação, todavia, não reflete uma contração da indústria da região, mas sim que outras regiões do estado cresceram mais que o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ademais, as empresas do ramo industrial instaladas na região são, em grande medida, fabricantes de produtos de menor valor agregado, com maior intensidade de trabalho, notadamente ramos relacionados à agroindústria. Há uma certa estabilidade da participação no VAB de serviços do estado de Minas Gerais, que em 2010 foi de 13,5%.

A Tabela 2, que ilustra a participação do PIB de alguns municípios selecionados do TMAP no PIB estadual, mostra que há expressiva heterogeneidade dentro da região. Destaca-se os municípios de Uberlândia e Uberaba que, juntos, compreendem mais de 7% do PIB estadual. A participação de Uberlândia no PIB estadual para os anos de 2000, 2006, 2009 e 2010 foi de 5,1%, 4,8%, 5,6% e 5,2%. Uberaba, nos mesmos

anos, apresentou participação de 2,1%, 2,1%, 2,3% e 2%. Sem dúvida esses dois municípios, além de concentrarem a maior parte da riqueza gerada na região, possuem uma maior diversificação de suas estruturas produtivas e exercem grande influência sobre os demais municípios da região como será apresentado mais adiante. Os municípios de Araxá, Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas e Patrocínio apresentaram, em 2010, participação no PIB estadual de, respectivamente, 0,8%, 0,6%, 0,6% e 0,4%. Os demais municípios apresentaram participação inferior a essas.

Tabela 2. Participação municipal no PIB estadual, municípios selecionados 2000, 2006, 2009 e 2010.

Municípios	2000	2006	2009	2010
Araguari	0,7	0,8	0,7	0,6
Araporã	0,3	0,5	0,3	0,3
Araxá	0,7	0,6	0,7	0,8
Fronteira	0,4	0,4	0,3	0,2
Frutal	0,3	0,3	0,3	0,3
Ituiutaba	0,6	0,5	0,6	0,6
Patos de Minas	0,7	0,6	0,6	0,6
Patrocínio	0,4	0,4	0,5	0,4
Uberaba	2,1	2,1	2,3	2,0
Uberlândia	5,1	4,8	5,6	5,2
Demais municípios da Mesorregião	4,1	4,1	4,2	4,0

Fonte: IBGE (2014).

Esses dados são ilustrativos de que a geração de riqueza é espacialmente concentrada nos maiores municípios, disso decorre que há uma hierarquia espacial entre os municípios que conformam o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, embora haja articulações dentro da aglomeração urbana, ela é altamente polarizada por Uberlândia e Uberaba, notadamente pelo primeiro município.

Outro indicador que revela a importância da região no cenário nacional, estadual e regional consiste no PIB per capita dos municípios da região. Cerca de trinta e sete dos sessenta e seis municípios apresentaram PIB per capita superior à média nacional, ao passo que quarenta municípios apresentaram PIB per capita superior ao PIB per capita do estado de

Minas Gerais (Tabela 3). As taxas de crescimento deste indicador para quarenta municípios, entre os anos de 2000 e 2010, foram superiores ao crescimento nacional. Dois municípios apresentaram crescimento idêntico ao crescimento da média nacional, dezenove apresentaram crescimento positivo, embora abaixo da média nacional, e quatro apresentaram taxa negativa na variação do PIB per capita entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 3. PIB per capita, Brasil, Minas Gerais, municípios selecionados da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010.

Municípios	2000	2010
Brasil	6.955	10.036
Minas Gerais	5.631	9.105
Água Comprida	12.425	31.343
Araguari	6.863	10.232
Araporã	63.040	76.222
Arapuá	6.079	11.963
Araxá	9.150	15.975
Campo Florido	9.307	20.715
Canápolis	10.978	12.519
Carneirinho	6.379	11.278
Comendador Gomes	11.038	17.632
Conceição das Alagoas	7.561	13.944
Conquista	8.905	12.533
Coromandel	5.508	10.196
Delta	8.742	17.058
Estrela do Sul	4.694	12.873
Fronteira	39.014	28.499
Ibiá	9.253	12.961
Indianópolis	26.262	23.726
Ituiutaba	6.213	10.583
Limeira do Oeste	5.657	14.009
Nova Ponte	18.501	19.913
Pedrinópolis	5.630	10.723
Perdizes	8.217	15.642
Pirajuba	28.399	19.443
Planura	19.212	17.373

Municípios	2000	2010
Prata	4.846	10.079
Rio Paranaíba	12.656	16.634
Romaria	10.338	14.197
Sacramento	7.776	12.548
Santa Juliana	7.261	14.174
Santa Vitória	4.833	11.045
São Francisco de Sales	6.065	11.199
Serra do Salitre	6.616	11.247
Tapira	27.238	41.937
Uberaba	8.482	12.275
Uberlândia	10.222	15.373
União de Minas	7.254	14.481
Veríssimo	9.215	14.269

Fonte: IBGE (2014).

Os municípios que despontam com os maiores PIBs per capita, com valores bem superiores à média nacional e estadual, são municípios com baixo contingente populacional e com baixa diversificação de suas estruturas econômicas, com a atividade econômica bastante dependente, em grande medida, da produção de açúcar e álcool e atividades extrativas. Os pequenos municípios que apresentam elevado PIB per capita não possuem uma estrutura produtiva muito diversificada, principalmente no que diz respeito ao setor terciário. Nesse sentido, grande parte da renda gerada nesses municípios é gasta no consumo de bens e serviços nas maiores cidades da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, notadamente Uberlândia e Uberaba, configurando um expressivo fluxo de mercadorias, serviços e pessoas entre os municípios da região.

3. Estrutura Produtiva da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB)

A partir dessa apresentação mais geral da importância da região no cenário nacional e estadual, é preciso um estudo mais detalhado da estrutura produtiva do conjunto de municípios que compõem

a Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Primeiramente, apresenta-se os dados correspondentes à composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB), que expressa qual é a participação no VAB de cada setor de atividade econômica no VAB total. A importância desses dados relaciona-se ao fato deles permitirem indicativos do grau de complexidade da estrutura produtiva municipal. Quanto maior a participação das atividades primárias, ligadas à agropecuária, embora se saiba que há presença de uma agricultura moderna na região, menos complexa e diversificada é a estrutura produtiva municipal, havendo um maior comando do setor agropecuário sobre os demais setores de atividade. Por outro lado, a ampliação da presença do setor secundário revela que as atividades industriais podem estar em processo de expansão e podem causar uma modificação, no sentido de maior complexidade, da estrutura produtiva. Contudo, por outro lado, nem sempre pode-se afirmar que a presença significativa da atividade secundária revela elevado grau de complexidade da estrutura produtiva, como veremos para alguns municípios da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Além disso, mudanças na composição setorial do VAB levam, também, a modificações na estrutura ocupacional.

A Tabela 4 permite uma comparação da estrutura produtiva do TMAP e das microrregiões que a compõem com a estrutura produtiva do país e do estado de Minas Gerais. A primeira observação a se fazer consiste na importância do setor agropecuário para a região. Embora para a referida Aglomeração Urbana como um todo a participação da agropecuária na composição setorial do VAB seja superior à participação do mesmo setor no VAB nacional e estadual, esse setor perde participação entre os anos de 2000 e 2010 em contrapartida a uma elevação na participação do setor de serviços. A participação do setor industrial, para a Aglomeração Urbana em análise, embora tenha sofrido pequenas oscilações na década, se mantém estável em 2010 em comparação ao ano de 2000.

Tabela 4. Composição setorial do VAB – Brasil, Minas Gerais, Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Microrregiões, 2000, 2006, 2009 e 2010.

Anos	Setores Econômicos	Brasil	Minas Gerais	Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Microrregiões						
					Ituiutaba	Uberlândia	Futal	Uberaba	Patrocínio	Patos de Minas	Ataxá
2000	Agricultura	5,6	10,5	18,3	19,5	9,8	31,9	13,6	39,2	28,5	23,6
	Indústria	27,7	31,5	30,9	29,7	32,5	36,7	33,5	10,3	16,3	40,4
	Serviços	66,7	58,0	50,8	50,9	57,7	31,5	53,0	50,5	55,2	36,1
2006	Agricultura	5,5	8,4	15,0	19,3	6,6	21,8	14,8	33,5	25,0	23,1
	Indústria	28,8	31,8	31,8	19,1	36,3	43,1	32,3	10,0	13,2	35,6
	Serviços	65,8	59,8	53,2	61,6	57,1	35,1	52,9	56,6	61,7	41,4
2009	Agricultura	5,6	9,0	16,6	17,6	7,8	26,1	13,0	36,0	27,8	27,8
	Indústria	26,8	30,1	29,1	17,6	31,2	37,2	34,2	10,6	13,6	35,1
	Serviços	67,5	61,0	54,2	64,7	61,0	36,7	52,8	53,4	58,6	37,1
2010	Agricultura	5,3	8,5	16,7	18,5	7,5	27,7	14,6	36,3	26,1	23,7
	Indústria	28,1	33,6	30,5	18,2	33,7	35,8	33,5	11,1	14,5	39,6
	Serviços	66,6	57,9	52,8	63,3	58,7	36,5	51,9	52,7	59,4	36,8

Fonte: IBGE (2014).

A participação do setor industrial na estrutura produtiva do TMAP é superior à média nacional, mas isso não significa que se trata de uma região que apresente grande concentração industrial e indústria de ponta. Os ramos industriais presentes na região estão ligados, predominantemente, à atividade agroindustrial, com destaque para indústria de alimentos, açúcar e álcool, sementes e fumo (esse último ramo em Uberlândia), além de outros ramos produtores de bens de consumo não duráveis.

Interessante notar, na Tabela 4, que as composições setoriais do VAB das microrregiões que compõem o TMAP são bastante diferentes entre si.

A Microrregião de Patrocínio consiste naquela que apresenta maior peso do setor agropecuário e menor peso do setor industrial, revelando uma baixa diversificação da estrutura produtiva da microrregião.

Entre os municípios que compõem a microrregião, em Romaria cerca de 66,8% do VAB provinham de atividades agropecuárias em 2010, com participação de apenas 4,4% da indústria. Outros municípios que apresentam participação do setor agropecuário superior à média da microrregião são Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro das Fortalezas, Douradoquara, Estrela do Sul e Serra do Salitre. Uma análise do conjunto da Microrregião mostra que há uma pequena perda de participação do setor agropecuário entre 2000 e 2010, que se dá em contrapartida a uma pequena elevação do setor industrial (menos de um ponto percentual) e um ganho um pouco mais expressivo para o setor de serviços (pouco mais de dois pontos percentuais).

A microrregião de Frutal tem uma estrutura produtiva diferenciada em comparação às demais microrregiões, com participações muito próximas dos três grandes setores na sua estrutura produtiva. Entretanto, essa informação, ao se referir à média da microrregião, esconde algumas especificidades. Apenas três municípios da microrregião apresentavam em 2010 uma participação do setor agropecuário inferior à média da microrregião, sendo eles Fronteira com a pequena participação de 3,7% do setor agropecuário na composição setorial do VAB, Iturama (20,8%) e Planura (12,3%).

Esses municípios interferiram na redução da média da microrregião, visto que dentre os municípios que compõem essa microrregião, alguns apresentam uma estrutura produtiva bastante dependente da produção primária, com participações elevadas do setor agropecuário: Carneirinho (40,3%), Comendador Gomes (72,9%), Itapagipe (37,8%), Limeira do Oeste (49,1%), Pirajuba (36%), São Francisco de Sales (61,4%), União de Minas (70,2%). Tratam-se de municípios com pequeno grau de diversificação de suas estruturas produtivas. Os municípios de Iturama e Frutal são os que apresentam maior diversificação de suas estruturas produtivas. O município de Fronteira apresentou, na última década, importante incremento populacional, cuja população total passou de 9.024 para 14.041 pessoas entre 2000 e 2010, sendo que neste mesmo período a taxa de urbanização do município passou de 76,75% para 96,23% e a importância do setor agropecuário no VAB municipal caiu de 8,6% em 2000 para 3,7% em 2010.

A terceira microrregião que apresenta grande peso do setor agropecuário na composição setorial do VAB consiste na microrregião de Patos de Minas. Entre 2000 e 2010 essa microrregião apresentou uma pequena queda de participação desse setor com perda também da indústria e ganho do setor de serviços. Arapuá sofreu grande queda de participação do setor agropecuário na composição setorial, passando de 54,2% em 2000 para 23% em 2010. Os municípios de Tiros e Rio Paranaíba possuem mais de 50% do VAB proveniente da produção agropecuária, mostrando uma baixa diversificação de sua base econômica. Os municípios que apresentam uma estrutura produtiva diferenciada em relação aos demais municípios da microrregião são Patos de Minas e São Gotardo, com baixa participação de agropecuária e indústria e uma participação de serviços bastante elevada, que se aproxima da participação de serviços na estrutura produtiva nacional.

Os dados referentes a microrregião de Araxá apresentam uma composição setorial parecida com a de Frutal, com destaque para uma elevada participação da indústria. Entretanto, os ramos de atividade dos três setores que se destacam nas duas microrregiões são distintos. Os municípios que elevam a participação da indústria na composição setorial dessa microrregião são Araxá, Nova Ponte e Tapira. Por outro lado, nessa microrregião estão localizados municípios que possuem uma base produtiva com grande força da agropecuária, com o setor agropecuário correspondendo a mais de 50% do VAB, tais como Campos Altos, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha.

As microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia e Uberaba são as que apresentam maior complexidade de suas estruturas produtivas. Entretanto, dentre essas três microrregiões, a de Ituiutaba apresentou perda de participação da indústria na composição setorial do VAB. Os municípios que contribuíram para essa pequena queda de participação do setor industrial foram Gurinhatã, Ipiacu e Ituiutaba. Vale a pena destacar o comportamento dos dados desse último município: entre 2000 e 2010 a participação da agropecuária teve uma pequena queda de dois pontos percentuais na composição setorial do VAB, ao passo que a indústria apresentou queda de dezessete pontos percentuais nesse mesmo indicador. Por outro lado, o setor de serviços foi o que mais cresceu, com

ganhos de dezoito pontos percentuais no mesmo período, perfazendo 72,1% do VAB em 2010.

A microrregião de Uberaba também figura entre aquelas com maior diversificação de suas estruturas produtivas, sendo que Uberaba consiste no município que apresenta maior diversificação econômica, com apenas cerca 8,9% do VAB correspondente à atividade agropecuária, sabendo-se, também, que nesse município há uma agropecuária moderna. Seu setor industrial corresponde a 34,5% do VAB e o setor de serviços por 56,6%. Alguns municípios se distanciam bastante dos dados médios da microrregião, com o setor agropecuário perfazendo mais de 50% do VAB, tais como Água Comprida (73,1), Conquista (55,3%) e Veríssimo (56,8%). Destaque tem que ser dado à modificação da estrutura produtiva de Delta, que apresentou perda de importância do setor agropecuário cuja participação no VAB caiu de 23,1% para 6,8% entre 2000 e 2010, com correspondente ganho de participação do setor industrial que passou de 37,6% para 59,3%.

Por fim, a microrregião de Uberlândia é a que apresenta maior diversificação e complexidade e uma estrutura que mais se aproxima das estruturas nacional e estadual. Em termos relativos, na última década a microrregião apresentou queda na participação do setor agropecuário no VAB, com ganhos para indústria e setor de serviços. Nessa microrregião todos os municípios apresentaram a mesma tendência de queda de participação do setor agropecuário no VAB e apenas Monte Alegre de Minas apresentava uma participação do setor agropecuário superior a 50% do VAB. Por outro lado, percebe-se que outros municípios possuem uma vocação agrícola bem definida, com mais de 40% do VAB correspondente ao setor agropecuário, tais como Canápolis, Cascalho Rico, Centralina e Prata. Uberlândia consiste no município polo da região e apresentava, em 2010, uma pequena participação da agricultura no VAB, cerca de 3%, à medida que participação da indústria e dos serviços eram de, respectivamente, 31,2% e 65,8%.

Embora com uma estrutura produtiva com grande peso do setor agropecuário, a Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui uma agricultura e uma pecuária moderna e produtiva

e grande parte de sua indústria e do setor de serviços possui dinamismo decorrente dos efeitos desencadeados pelo setor primário.

4. Características Gerais da Indústria de Transformação Regional

Figueiredo e Diniz (2000), ao estudarem a distribuição regional da indústria mineira (indústria de transformação mais extrativa mineral), para o período 1970-1994, tomaram as microrregiões como unidades de análise. Em virtude da falta de disponibilidade de dados municipais desagregados por ramo de atividade, os autores utilizaram o Censo Industrial para informações até 1985, para os anos de 1990 e 1994 foram utilizados dados da Rais; como proxy do VTI utilizou-se o PIB industrial. Em virtude da dificuldade de utilização de dados monetários, utilizou-se os dados de trabalho como *proxy* do crescimento industrial. Os autores classificaram as microrregiões de Minas Gerais em cinco grupos: microrregiões em depressão, aquelas que tiveram crescimento negativo do emprego; microrregiões estagnadas ou com lento crescimento, aquelas que tiveram crescimento percentual abaixo de 100%; crescimento moderado, aquelas que tiveram crescimento entre 100% e 148,71% (média mineira); microrregiões com rápido crescimento, aquelas que tiveram crescimento entre 145,71% e 223,07% (50% acima da média mineira); microrregiões em crescimento acelerado, aquelas que tiveram crescimento superior a 50% da média mineira (Figueiredo e Diniz, 2000, p. 43).

Naquele trabalho, as microrregiões que compõem o TMAP foram classificadas da seguinte forma: Frutal, Ituiutaba e Araxá, com crescimento percentual, respectivamente, de 101,68%, 131,59% e 134,41%, foram classificadas com crescimento moderado. Patos de Minas, com crescimento de 180,44%, foi considerada com crescimento rápido. Uberaba, Patrocínio e Uberlândia foram classificadas com crescimento acelerado, 223,73%, 273,38 e 310,07.

No período abordado por Figueiredo e Diniz, a economia brasileira apresentou uma dinâmica bem distinta da observada para os anos mais recentes. De 1970 a 1994, a economia brasileira passou por um processo, na década 1970, de intensificação do crescimento industrial em

simultâneo com um processo de desconcentração da atividade produtiva. Esse processo foi seguido de uma década de crise, hiperinflação, com anos de recessão econômica.

O período analisado por Figueiredo e Diniz (2000) não compreende a realidade da economia brasileira pós-1994, que é de estabilidade de preços, maior abertura comercial e predominância de valorização da moeda nacional. Essa combinação, como mostram vários estudos sobre a economia brasileira, levará a um processo de regressividade da estrutura produtiva do país, com perda de participação relativa da indústria de transformação no valor agregado e no emprego formal, sendo que alguns autores consideram a existência de um processo de desindustrialização (Carneiro, 2008; Rocha, 2012).

Nesse sentido, o comportamento do crescimento percentual do emprego formal na indústria de transformação para o período analisado é bastante distinto daquele apresentado por Figueiredo e Diniz (2000). Nosso período de análise é muito pequeno, analisa-se apenas seis anos, que coincidem com um momento em que a economia brasileira apresenta um ciclo de crescimento do PIB com taxa de crescimento média superior à das duas últimas décadas (a economia brasileira cresceu 4,3% entre 2004 e 2011). Outra particularidade do período 2006-2011 é que ele está inserido em um momento em que o crescimento do PIB brasileiro foi puxado mais pelo crescimento do setor de serviços que pelo da indústria. Além disso, a indústria de transformação passou por significativas mudanças em seu padrão tecnológico, com mudanças no nível de produtividade, influenciando diretamente na capacidade de geração de emprego.

Dessa forma, utilizou-se parâmetros distintos para classificação do ritmo de crescimento da indústria de transformação. Nenhuma microrregião apresentou crescimento percentual negativo do emprego formal na indústria de transformação, não havendo, portanto, nenhuma microrregião em depressão. Baseando-nos na metodologia de Diniz e levando em consideração as diferenças entre o período analisado por eles e o período analisado neste capítulo, assim como o curto espaço de tempo que forma nosso recorte temporal, chegamos à seguinte classificação:

- 1) Microrregiões em depressão: crescimento percentual negativo.
- 2) Microrregiões com crescimento lento: aquelas que apresentarem crescimento equivalente a 50% da média mineira.
- 3) Microrregiões com crescimento moderado: aquelas que apresentarem crescimento entre 50% da média mineira e a média mineira.
- 4) Microrregiões com crescimento rápido: aquelas que apresentarem crescimento entre a média mineira e 50% acima da média mineira.
- 5) Microrregiões de crescimento acelerado: aquelas que apresentarem crescimento acima de 50% da média mineira.

Para complementar essa análise avaliaremos também a taxa de crescimento média¹⁵ do emprego da indústria de transformação para o período estudado.

A Tabela 5 apresenta o crescimento percentual do emprego formal da indústria de transformação e a taxa média de crescimento. Seguindo a metodologia destacada acima, verifica-se que não há nenhuma microrregião classificada como em depressão. Araxá, que no período de 1970 a 1994 pode ser considerada uma microrregião de crescimento moderado, pode ser considerada, com base na metodologia aqui adotada para o período de 2006 a 2011 como de crescimento rápido. Frutal e Ituiutaba, que também apresentaram crescimento moderado, podem ser classificados no período mais recente como de crescimento acelerado. Patos de Minas, que havia apresentado rápido crescimento, pôde ser classificada no período mais recente como de crescimento acelerado.

¹⁵ A verificação empreendida para captar a existência ou não de tendência estatística na evolução do emprego formal no período 2006-2011 baseou-se em um modelo de regressão log-linear contra o tempo. O modelo de regressão log-linear é utilizado para a determinação de taxas de crescimento *ao longo do tempo* e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal – de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar à subestimação ou superestimação da taxa de crescimento. Para maiores detalhes e exemplos empíricos da aplicação do modelo log-linear (Gujarati, 2006). O teste *t* também foi utilizado para verificar se, ao nível de significância adotado, deve-se concluir se os dados permitem ou não aceitar a hipótese de existência de tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada.

Ao contrário das microrregiões acima, que melhoraram a classificação de seus crescimentos, Uberaba, Patrocínio e Uberlândia perderam dinamismo no que se refere à geração de emprego na indústria em comparação ao período anterior. Essas três microrregiões foram classificadas anteriormente como de crescimento acelerado, mas para o período mais recente Patrocínio teve crescimento lento, Uberaba crescimento moderado e Uberlândia teve crescimento rápido.

Parte da explicação para essas modificações nas classificações dessas microrregiões em comparação ao trabalho de Figueiredo e Diniz (2000) deve-se ao fato de que essas microrregiões apresentaram um crescimento muito intenso na década de 1970, sendo que o crescimento percentual apresentado no período de 1970 a 1994 foi extremamente influenciado pelo crescimento apresentado de 1970 a 1980. Foi nesse momento que essas economias apresentaram bastante crescimento da indústria, impulsionado pela dinâmica mais geral da economia brasileira de intensificação de um processo de industrialização mais desconcentrado, intensificando também sua integração econômica regional, com fortes ligações de parte dessa região ao estado de São Paulo e outra parte ao estado de Goiás, além de certa articulação dentro do estado de Minas Gerais também.

Destaca-se o comportamento da microrregião de Uberlândia, que contém o município que polariza principalmente o Triângulo Mineiro. Uberlândia tem um setor de serviços muito forte, principalmente ligado a logística e ao setor atacadista. Além disso, passou nos anos recentes por uma expansão importante do comércio varejista, do setor educacional, dentre outras atividades que compõe o setor terciário, que chegou a ser responsável por 70% do emprego gerado no município.

Os dados da Tabela 5 mostram claramente que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apesar das mudanças destacadas para as microrregiões de Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, apresentou uma situação de expansão do emprego industrial, podendo ser considerada uma região industrialmente dinâmica. Entretanto, essa análise agregada e de taxas de crescimento escondem algumas particularidades da região.

Tabela 5. Emprego Formal na Indústria de Transformação, Crescimento Percentual e Taxa Média de Crescimento Anual – microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2006-2011.

Minas Gerais e Microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Crescimento Percentual 1970/1994	Taxa de crescimento anual média (a)	
Minas Gerais	544.096	586.012	603.323	604.090	663.964	686.463	26,2	4,5	***
Araxá	6.319	7.425	7.809	6.945	7.240	8.556	35,4	3,9	*
Frutal	5.669	6.990	6.159	6.562	7.753	8.656	52,7	7,4	***
Ituiutaba	5.469	6.502	7.998	6.863	8.315	8.172	49,4	7,7	***
Patos de Minas	3.524	3.514	3.735	4.101	4.843	5.431	54,1	9,6	***
Patrocínio	5.387	5.830	5.669	5.656	6.031	6.122	13,6	2,1	***
Uberaba	15.938	15.786	14.592	14.949	17.167	19.710	23,7	3,9	*
Uberlândia	24.178	27.496	29.512	29.669	30.179	33.050	36,7	5,4	***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo, indicando uma taxa média anual.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Rais/MTE (2014).

A Tabela 5 apresenta também, para complementar a análise, as taxas médias de crescimento para evitar apenas uma análise dos anos inicial e final do período. Com base nessas informações, Araxá, Uberaba e Patrocínio tiveram crescimento médio anual do emprego formal na indústria de transformação inferior ao crescimento médio do estado. Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas e Uberlândia, cresceram acima da média mineira.

Primeiramente deve-se enfatizar que apenas as microrregiões de Uberlândia e Uberaba apresentam mais de 10.000 empregados formais na indústria de transformação. Uberlândia concentra cerca de 70% do emprego formal da indústria de transformação da microrregião, ao passo que Uberaba concentra um pouco mais de 60% do emprego formal na indústria de transformação da sua microrregião. Portanto, naquelas microrregiões em que há um patamar de emprego formal na indústria de transformação superior a 10.000, verifica-se também uma grande concentração nos seus respectivos polos.

Outra característica corresponde ao baixo grau de diversificação da

indústria de transformação das microrregiões que compõem o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como será possível verificar nas tabelas 6 a 12.

Como mostra a Tabela 6, na microrregião de Araxá, cerca de oito ramos industriais correspondem a mais de 95% do total de emprego formal na indústria de transformação. A indústria de transformação da microrregião de Araxá corresponde a cerca de 10% da indústria de transformação do TMAP. Os ramos de atividade mais importantes são alimentos e bebidas, biocombustível (com ampliação de participação a partir de 2009) e metalurgia. Há uma grande concentração dessas atividades do município de Araxá, que é o município polo dentro da microrregião.

Tabela 6. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Araxá, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Produtos de Madeira	Petróleo e Biocombustíveis	Produtos Químicos	Minerais Não-Metálicos	Metalurgia	Produtos de Metal	Máquinas e Equipamentos	Total
2006	23,0	29,0	7,5	7,9	8,3	11,2	4,6	3,2	94,8
2007	17,7	27,9	17,1	7,8	3,7	12,8	5,0	3,2	95,2
2008	16,9	25,8	18,0	7,4	3,7	13,6	6,3	3,7	95,3
2009	19,2	19,4	26,2	1,6	4,9	13,8	7,8	2,2	95,1
2010	22,7	15,7	24,2	1,0	5,4	16,2	6,9	3,1	95,2
2011	22,3	9,9	26,1	8,6	5,2	16,0	5,8	2,1	96,0
2012	24,1	10,6	24,7	1,6	5,7	19,1	7,8	2,6	96,3
2013	27,1	11,0	22,7	1,4	7,3	18,4	6,4	2,6	97,0

Fonte: Rais/MTE (2014).

A Tabela 7 ilustra que a microrregião de Frutal ampliou sua participação no total de emprego formal da indústria de transformação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, passando de uma participação de 8,5% em 2006 para 10,6% em 2013. Entretanto, há uma baixa diversificação da sua atividade industrial, com quatro ramos industriais correspondendo a mais de 97% do emprego formal na indústria de transformação, sendo que apenas o ramo de Alimentos, que ampliou sua participação, correspondia a 90% do emprego formal da indústria de transformação na microrregião. Houve uma queda da participação do

emprego formal na produção de biocombustível, e também uma queda de participação no total e uma reconfiguração dentro da microrregião, com perda de participação do município de Fronteira e uma ampliação da participação do município de Frutal.

Tabela 7. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Frutal, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Bebidas	Têxteis	Petróleo e Biocombustíveis	Minerais Não-Metálicos	Total
2006	78,7	0,2	5,2	10,8	1,1	96,0
2007	90,5	1,3	3,9	0,2	1,4	97,3
2008	83,4	1,9	4,8	3,7	2,0	95,8
2009	78,0	1,8	5,1	9,6	1,7	96,2
2010	86,8	1,1	4,0	3,4	1,6	96,9
2011	87,7	1,4	3,8	2,4	1,9	97,2
2012	90,2	1,2	2,9	1,4	1,9	97,6
2013	90,4	1,4	1,6	1,5	2,3	97,2

Fonte: Rais/MTE (2014).

Tabela 8. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Ituiutaba, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Petróleo e Biocombustíveis	Produtos Plástico	Minerais Não-Metálicos	Produtos de Metal	Total
2006	78,0	0,0	1,5	15,3	1,4	96,3
2007	80,2	0,0	1,4	13,5	1,2	96,3
2008	82,7	0,0	1,1	11,4	1,6	96,8
2009	73,2	6,9	1,4	13,4	1,6	96,5
2010	73,0	5,8	1,1	11,5	1,4	92,9
2011	77,4	6,3	1,2	11,3	1,3	97,5
2012	76,5	8,4	1,0	10,4	1,7	97,9
2013	74,8	9,6	1,1	10,1	2,1	97,6

Fonte: Rais/MTE (2014).

A microrregião de Ituiutaba, de acordo com a Tabela 8, também apresenta a característica de concentração do emprego formal da

indústria de transformação em poucas atividades, com ênfase nos ramos de Alimentos, Biocombustíveis e Minerais Não-Metálicos. A ampliação da participação de biocombustíveis está relacionada à expansão da cana-de-açúcar na região.

A microrregião de Patos de Minas praticamente dobrou sua participação no total de emprego formal da indústria de transformação da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Mais de 50% do emprego formal da industrial é proveniente do ramo de alimentos. Há, por outro lado, uma expressiva participação de produtos químicos, minerais não-metálicos, produtos de metal e móveis (Tabela 9).

Tabela 9. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Patos de Minas, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Químicos	Minerais Não-Metálicos	Produtos de Metal	Móveis	Total
2006	51,5	6,2	8,3	9,4	7,5	82,9
2007	49,9	4,6	10,0	12,3	7,1	83,9
2008	49,4	4,7	10,9	12,2	5,8	82,9
2009	52,0	5,5	10,8	9,2	5,8	83,2
2010	55,0	5,0	8,8	9,8	4,7	83,4
2011	54,2	5,3	8,4	9,5	5,8	83,1
2012	54,8	7,1	8,5	8,8	5,3	84,4
2013	56,7	6,4	8,4	9,4	4,7	85,6

Fonte: Rais/MTE (2014).

A microrregião de Patos de Minas destoa das demais por sua baixa participação da indústria produtora de alimentos em comparação com as demais microrregiões. Essa microrregião, como mostra a Tabela 10., tem participação expressiva de minerais não-metálicos. Apresenta uma grande concentração em poucos ramos industriais à medida que apenas cinco ramos correspondem a mais de 90% do emprego formal na indústria de transformação.

Tabela 10. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Patos de Minas, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Produtos de Madeira	Minerais Não-Metálicos	Produtos de Metal	Móveis	Total
2006	35,1	10,5	44,6	2,0	1,9	94,1
2007	38,1	9,0	40,3	2,4	2,2	92,1
2008	36,2	10,8	40,6	2,3	2,4	92,4
2009	36,8	7,6	42,3	2,2	2,7	91,6
2010	34,8	9,8	39,3	2,7	2,6	89,1
2011	36,0	8,5	40,7	3,2	2,9	91,2
2012	36,9	7,9	39,6	3,6	2,6	90,6
2013	37,5	8,7	38,1	4,4	2,9	91,7

Fonte: Rais/MTE (2014).

Na microrregião de Uberaba, o ramo de atividade industrial que mais se destaca consiste em Alimentos, seguido de biocombustíveis e produtos químicos como mostra a Tabela 11. O crescimento de biocombustíveis deve-se à expansão da cana-de-açúcar na região. A importância de produtos químicos relaciona-se à presença de fábricas de produtos de perfumaria. Percebe-se, também, uma grande concentração da estrutura produtiva da microrregião em poucos ramos de atividade.

Tabela 11. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Uberaba, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Produtos de Madeira	Petróleo e Biocombustíveis	Produtos Químicos	Produtos de Plástico	Minerais Não-Metálicos	Produtos de Metal	Máquinas e Equipamentos	Móveis	Total
2006	53,3	2,9	0,1	13,3	3,4	4,2	4,5	1,8	3,9	87,4
2007	50,9	3,3	0,1	12,8	3,4	4,0	5,1	3,3	4,1	86,9
2008	47,7	3,0	0,7	13,8	3,5	4,1	4,9	3,4	5,2	86,3
2009	51,7	2,9	3,4	14,8	4,1	3,4	3,9	3,3	5,0	92,6
2010	47,6	2,9	5,4	15,0	4,6	3,0	3,7	3,7	4,8	90,5
2011	45,8	2,6	7,3	14,2	2,6	2,6	3,6	2,8	4,5	86,1
2012	46,3	2,4	9,5	15,9	3,0	2,7	3,7	3,5	4,1	91,1
2013	45,6	2,4	9,8	16,5	2,7	3,0	3,4	3,7	3,7	90,9

Fonte: Rais/MTE (2014).

A microrregião que concentra maior parte do emprego da indústria de transformação consiste na microrregião de Uberlândia que, por sua vez, é também a microrregião que apresenta maior diversificação, embora o grande peso também seja da indústria de alimentos. Esse ramo industrial perdeu participação relativa para outros tais como bebidas, produtos químicos, biocombustível e minerais não metálicos, como mostra a Tabela 12. Essa microrregião compreende mais de um terço do emprego formal da indústria de transformação da região.

Tabela 12. Distribuição percentual do emprego formal na indústria de transformação por ramos de atividade – microrregião de Uberlândia, 2006 a 2013.

Anos	Alimentos	Bebidas	Fumo	Madeira	Produtos de Plástico	Produtos Químicos	Produtos de Plástico	Minerais Não-Metálicos	Produtos de Metal	Máquinas e Equipamentos	Móveis	Produtos Diversos	Manutenção e Reparação	Total
2006	57,1	5,2	4,3	-	0,0	3,5	2,3	3,3	6,8	2,1	2,1	1,6	0,9	92,8
2007	59,3	4,5	4,3	3,4	0,0	3,2	2,3	3,3	6,5	2,1	1,9	2,3	1,0	94,1
2008	59,9	4,3	4,0	3,2	0,1	2,8	2,4	3,2	6,7	2,0	1,9	1,5	2,1	94,2
2009	55,9	4,5	4,1	3,0	0,1	5,0	3,1	3,7	6,4	2,7	1,9	1,9	1,3	93,5
2010	54,4	4,8	4,1	3,4	0,4	4,0	3,0	4,0	6,5	3,3	1,9	2,2	1,3	93,2
2011	52,2	4,2	4,2	3,2	1,4	6,8	3,1	3,9	6,6	2,7	2,0	2,1	1,1	93,4
2012	36,7	6,0	4,9	4,3	1,6	9,0	4,2	4,9	8,5	3,5	2,8	2,8	1,7	90,9
2013	38,6	7,8	4,6	4,2	2,3	6,2	4,1	5,0	8,2	3,6	2,4	2,6	2,2	91,8

Fonte: Rais/MTE (2014).

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tem uma estrutura produtiva muito ligada a atividades agrícolas e ao setor de serviços, e sua indústria de transformação apresenta grande peso dos ramos produtores de alimentos e bebidas e de biocombustível, o que, em grande medida, está bastante relacionado ao seu processo de formação econômica. Ademais, a forte presença da agropecuária na região influencia o perfil da indústria de transformação à medida que há grande presença de laticínios, frigoríficos, empresas de sementes, usinas de cana-de-açúcar e álcool.

5. Complementando a análise com o Coeficiente Locacional

Queremos deixar bem claro que o coeficiente locacional, por si só, não é capaz de explicar a dinâmica industrial nem o grau de concentração industrial. Sua utilização, neste capítulo, tem como objetivo complementar a análise que vem sendo desenvolvida.

Através dos dados da RAIS também será possível calcular o Quociente Locacional da indústria de transformação para o recorte espacial delimitado neste livro. O Quociente Locacional é dado por:

$$QL = (E_{ij}/E_j) / (E_{ie}/E_e)$$

Onde:

E_{ij} = Emprego na indústria de transformação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;

E_j = Emprego total no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;

E_{ie} = Emprego na indústria de transformação no Estado de Minas Gerais;

E_e = Emprego total no estado de Minas Gerais.

Através do Quociente Locacional temos algumas indicações de qual é o grau de concentração da atividade industrial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em relação à indústria de transformação do estado de Minas Gerais. Se $QL > 1$, o setor industrial, setor selecionado para análise no nosso caso, é relativamente mais importante em termos de emprego para nosso recorte espacial em relação ao que ele representa para o estado de Minas Gerais. Se $QL < 1$, significa que a indústria de transformação é relativamente menos importante em termos de emprego para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em relação à importância desse mesmo setor para o estado de Minas Gerais. O cálculo do QL para o período 2006-2011 possibilitou analisar as transformações no grau de importância da indústria de transformação para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A Tabela 13 Mostra que a indústria de transformação do TMAP é levemente mais relevante no que se refere a geração de emprego formal em comparação com o conjunto do estado de Minas Gerais. Isso significa que a região em análise pode ter maior grau de produção industrial em

relação a outras regiões de Minas. Entretanto, o TMAP não é a região mais industrializada de Minas, e também não tem predominância de empresas com uso elevado de ciência e tecnologia.

O estado de Minas tem, na região central, próximo a Belo Horizonte uma grande concentração industrial, com presença de indústria automotiva, tem o vale do aço que se destaca com a produção siderúrgica e o Sul de Minas, com presença de parques tecnológicos.

Tabela 13. QL da indústria de Transformação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em relação a Minas Gerais, 2006-2011.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
QL TMAP/Minas Gerais	1,09	1,15	1,13	1,11	1,09	1,13

Nota: Calculado a partir dos dados da RAIS.

Fonte: A autora.

O QL levemente mais elevado para o TMAP pode ter sido influenciado pela realidade de outras regiões, como é o caso do Norte de Minas, que é mais agrária e com indicadores menores de produção industrial.

6. Considerações finais

Embora a região do TMAP apresente uma tendência a crescimento do emprego industrial, podendo ser considerada uma área dinâmica no que se refere à geração de emprego, há predominância de atividades intensivas em trabalho ligadas majoritariamente à produção de alimentos. Outra tendência em alguns anos é o aumento do emprego relacionado à produção de biocombustível, o que se relaciona à expansão da cana-de-açúcar na região.

Este capítulo mostrou que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como um todo, apresentou as mesmas tendências destacadas no texto de Figueiredo e Diniz (2000): de que o Triângulo Mineiro é uma das regiões que concentra parte significativa da indústria mineira. Por outro lado, o estudo também confirmou que a região concentra uma indústria leve, com grande participação da agroindústria e que em algumas microrregiões houve expansão do emprego nas atividades de produção de açúcar e álcool. Ou seja, as atividades da indústria de

transformação estão bastante relacionadas às atividades agropecuárias da região.

Algumas diferenças que encontramos em relação ao estudo de Figueiredo e Diniz (2000) estão relacionadas à classificação do crescimento das microrregiões do TMAP: duas microrregiões que haviam apresentado crescimento moderado foram classificadas no período mais recente com crescimento acelerado (Frutal e Ituiutaba); Araxá, que primeiramente foi classificado com crescimento moderado, no período mais recente teve crescimento rápido; Patos de Minas passou de crescimento rápido para acelerado.

Por outro lado, algumas microrregiões parecem ter perdido dinamismo na geração de emprego industrial: Patrocínio passou de acelerado a lento; Uberaba de acelerado moderado; Uberlândia de acelerado para rápido. É importante destacar a diferença entre as microrregiões de Uberaba e Uberlândia e a microrregião de Patrocínio. Essa última concentra apenas 7% do emprego industrial do TMAP, perdeu participação relativa dentro da região e é a menor microrregião em termos de concentração de emprego industrial.

As microrregiões de Uberaba e Uberlândia concentram, juntas, mais de 50% do emprego industrial. Uberaba concentra 23% e Uberlândia, 30%. Uberlândia exerce influência no conjunto do TMAP, ao passo que a área de influência de Uberaba é um pouco menor. São duas microrregiões dinâmicas, mas com dinamismo bastante concentrado em seus polos. A microrregião de Uberaba passou por expressivo crescimento agropecuário nos últimos anos, ao passo que Uberlândia passou por grande crescimento do setor de serviços, processo que contribuiu para o reforço de sua área de influência.

É importante para o TMAP que surja uma institucionalidade com a função de promover políticas de desenvolvimento regional com uma característica que transcenda as barreiras municipais e possa, dessa forma, identificar sinergias, problemas comuns e soluções conjuntas, como aponta no relatório “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Social da Aglomeração Urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seu colar de influência regional com vistas à implantação da região metropolitana”.

7. Referências

CARNEIRO, Ricardo. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**. Campinas: IE/Unicamp, n.153, 2008.

CORRÊA, V. P.; SANTOS, C. H. dos. Modelo de Crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli (Org). **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

DINIZ, Gustavo Figueiredo Campolina; SOUZA, Osmar Tomaz. Mudanças estruturais e aglomerações territoriais na indústria de transformação de Minas Gerais: uma abordagem preliminar do período pós-1970. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, ano 6, v. 23, p. 77-87, out./dez., 2010.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; DINIS, Clelio Campolina. Distribuição regional da indústria mineira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, dez. 2000.

GOMES, Darcilene; CARDOZO, Soraia Aparecida. Dinâmica Recente da Produção e do Emprego na Região Sudeste. In: MANZANO, Marcelo. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília: CGEE, 2015.

GUIMARAES, Eduardo Nunes (Org.). **Estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e social da aglomeração urbana do triângulo mineiro e alto paranaíba e seu colar de influência regional**. Uberlândia, UFUAMVAP, 2014. Relatório de Pesquisa.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais – Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/>. (acesso em 29 de janeiro de 2014).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Industrial Anual (PIA)**. www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html. (acesso em 30 de janeiro de 2014).

RAIS/MTE. Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. (acesso em 05 de março de 2014).

ROCHA, I. L. Desarticulação produtiva e dinâmica estrutural: uma análise da densidade das cadeias produtivas (1995 a 2008). **Boletim NEIT**, n. 21, p. 7-14, jan./abr. 2012.

Capítulo 4

Mercado de Trabalho no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: balanço de uma década

Darcilene Cláudio Gomes

1. Introdução

Nos anos 2000 o ciclo das *commodities*, o intenso fluxo de capitais e o acúmulo de reservas, dentre os fatores externos favoráveis; permitiram ao país exibir taxas positivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período. Ao mesmo tempo, o mercado interno se fortaleceu em virtude da retomada do crescimento econômico, que ocorreu com ampliação do salário mínimo, da formalização das relações de trabalho, da maior cobertura das políticas de transferência de renda e da ampliação do crédito habitacional.

Para o mercado de trabalho os anos 2000 foram muito positivos. O movimento de desestruturação, observado na década de 1990, foi parcialmente interrompido em decorrência da melhoria das condições econômicas indicadas acima. A ampliação do produto, estimulada inicialmente pela expansão do comércio mundial, repercutiu favoravelmente sobre a geração de novos postos de trabalho, a qual foi sustentada por meio do aumento do consumo de bens duráveis – encorajadas pela ampliação da renda, destacando-se os ganhos reais do salário mínimo; e pelo investimento público e privado (Baltar, 2010). Registrou-se crescimento expressivo das ocupações (2,8% a.a. entre 2000 e 2010, segundo dados do IBGE), especialmente do emprego

formalizado em estabelecimentos (5,3% a.a. no período 2000-2010, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS), queda da desocupação (de 15,3% em 2000 para 7,6% em 2010, conforme IBGE) e crescimento da renda média com redução da desigualdade de rendimentos (o Gini caiu de 0,64 em 2000 para 0,60 em 2010 (IBGE, 2000 e 2010). Todavia, grande parte dos empregos foram gerados em ocupações de baixa remuneração, ou *workingpoor*, ou seja, aquelas que percebem rendimentos próximos ao valor do salário mínimo nacional (Pochmann, 2012).

O ciclo de crescimento da economia brasileira nos anos 2000 impactou de diferentes modos as economias regionais, as quais se ajustaram ao novo ambiente econômico a partir do aparelho produtivo que dispunham (Gomes; Cardoso, 2015). No caso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (doravante denominada TMAP) não parece ter sido diferente.

A mesorregião é considerada uma das mais ricas do Brasil, sendo atualmente responsável pela produção de 15% do PIB de Minas Gerais, concentra 10,9% da população e 11,8% do total dos ocupados no estado. A região se desenvolveu a partir de uma articulação e de uma integração econômica específica, com especial ênfase em sua vocação de entreposto comercial (ligando o estado de São Paulo ao interior do território brasileiro). Possui, de modo geral, uma economia complexa e com certo grau de diversificação.

Mas quais foram os impactos de tais transformações nos mercados de trabalho regionais? O movimento de estruturação foi observado em todas as regiões? Nessa perspectiva, o objetivo deste texto é o de lançar um olhar investigativo sobre o mercado de trabalho da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, observando o comportamento dos segmentos produtivos e da população ocupada/empregada, procurando captar algumas tendências esboçadas a partir do ciclo mais recente de crescimento.

Para tanto, o texto está assim dividido. No primeiro item serão analisados os indicadores básicos de mercado de trabalho: PIA, PEA, população ocupada, taxa de participação e população desocupada. No segundo item será descrita a estrutura ocupacional da região. E por fim,

o terceiro item será dedicado à população empregada. No artigo foram utilizados dados secundários extraídos dos Censos Demográficos e da RAIS no período 2000-2010.

2. Mercado de trabalho no TMAP, indicadores básicos: PIA, PEA, população ocupada, taxa de participação e população desocupada

Os dados referentes ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) evidenciam, de um modo geral, menor crescimento da População em Idade Ativa (PIA) e expansão expressiva da População Economicamente Ativa¹⁶ (PEA), indicando mercados de trabalho aquecidos em vários municípios da região. Nota-se, na Figura 1, que em 42,4% dos municípios do TMAP as taxas médias de crescimento da PEA foram superiores à taxa nacional (o leque verde na Figura 1) e maiores que o crescimento da PIA. Em outros municípios, vale mencionar, notou-se movimento inverso, com a PIA apresentando crescimento superior à PEA, o que indica pouco dinamismo do mercado de trabalho local¹⁷ (a faixa vermelha na Figura 1). Os municípios do semicírculo azul reproduzem o padrão de crescimento da PEA nacional.

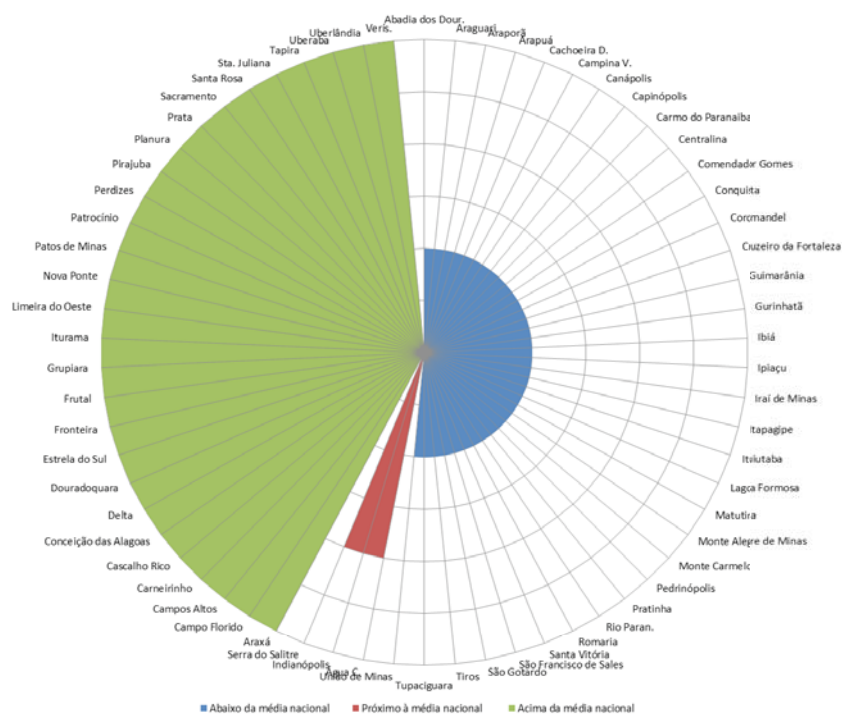
No TMAP, o crescimento da oferta de trabalho foi acompanhado pelo aumento de postos de trabalho, que cresceu, inclusive, em ritmo superior ao observado em Minas Gerais e no Brasil como um todo (Gráfico 1). Nota-se, no Gráfico 2, que a região de planejamento correspondente ao Triângulo Mineiro apresentou taxa de crescimento da população ocupada (3,2% a.a.) superior à nacional (2,8% a.a.) e estadual (2,6% a.a.). O Alto Paranaíba cresceu de forma significativa (2,5% a.a.), mas em ritmo inferior ao observado no Brasil e em Minas Gerais. As taxas de crescimento dos ocupados nas microrregiões de Araxá, Uberlândia, Uberaba e Frutal foram superiores a 3%, as mais elevadas da região. Sublinha-se que um grupo de municípios exibiu taxas muito expressivas de crescimento da população ocupada, a saber:

¹⁶ Considerou-se a idade de 10 anos como limite inferior da PIA e da PEA.

¹⁷ Uma vez que parte da PIA, provavelmente, vive em situação próxima ao desalento (quando as pessoas deixam de efetuar uma busca ativa por trabalho por não encontrarem com facilidade vagas disponíveis) ou em situação de inatividade (situação das donas de casa, estudantes e aposentados).

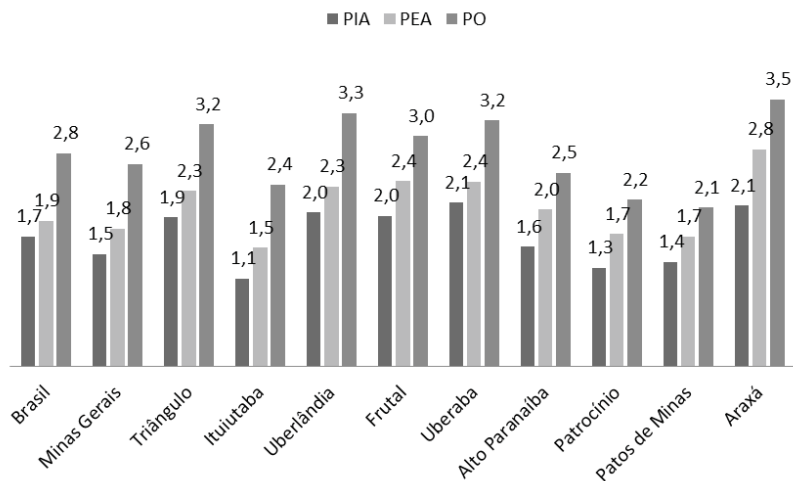
Fronteira (6,5% a.a.), Santa Juliana (5,9% a.a.), Delta (5,8% a.a.), Pirajuba (5,8% a.a.), Tapira (4,6% a.a.), Conceição das Alagoas (4,5% a.a.), Nova Ponte (4,4% a.a.) e Planura (4,4% a.a.).

Figura 1. Padrões relativos de crescimento da População Economicamente Ativa dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000-2010 (%)



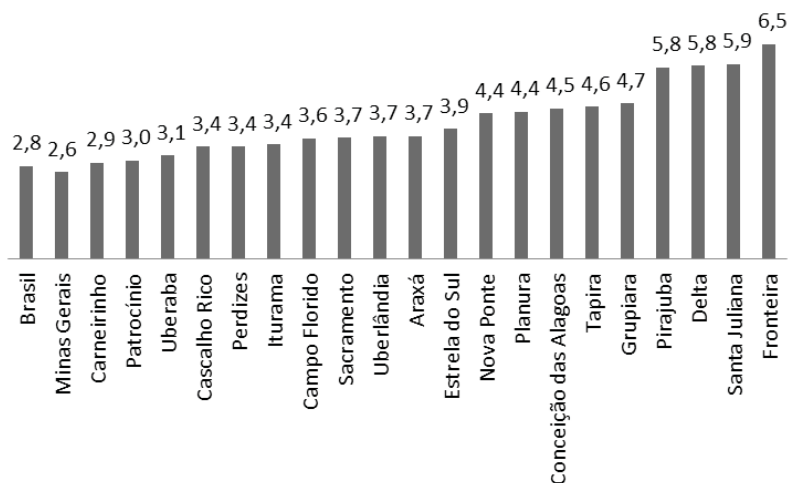
Fonte: IBGE (2000, 2010).

Gráfico 1. Evolução da PIA, PEA e PO, Brasil, Minas Gerais, mesorregião, regiões de planejamento de Minas Gerais e microrregiões selecionadas – 2000-2010



Fonte: IBGE (2000, 2010).

Gráfico 2. Taxas de crescimento médio anual da População Ocupada, municípios selecionados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Brasil e Minas Gerais – 2000-2010 (%)



Fonte: IBGE (2000, 2010).

Confirmando o bom desempenho do mercado de trabalho regional, as taxas de participação da força de trabalho também cresceram entre 2000 e 2010 em todas as microrregiões, conforme a Tabela 1 (com poucas exceções entre os municípios¹⁸). Assim, a oferta de trabalho cresceu, a população em busca de trabalho também cresceu e a ocupação se expandiu.

Tabela 1. Taxas de participação da força de trabalho, Brasil, Minas Gerais, mesorregiões e microrregiões selecionadas, 2000 e 2010 (%)

	2000	2010
Brasil	47,9	53,3
Minas Gerais	48,9	54,8
Triângulo	52,4	58,9
Ituiutaba	50,4	56,9
Uberlândia	52,7	59,7
Frutal	51,5	57,0
Uberaba	53,0	58,8
Alto Paranaíba	53,3	58,6
Patrocínio	53,9	58,8
Patos de Minas	54,0	57,9
Araxá	51,7	59,2

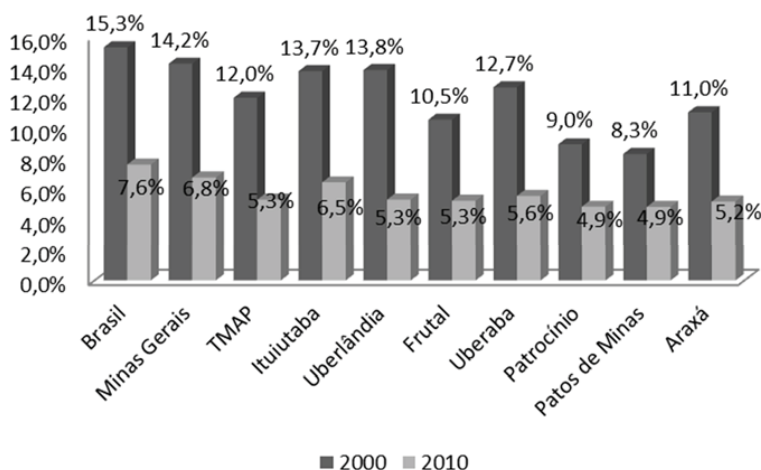
Fonte: IBGE (2000, 2010).

O nível de ocupação crescendo em ritmo forte no período 2000-2010, acima do crescimento da PEA conforme indicado anteriormente, resultou em queda consistente das taxas de desocupação em todas as microrregiões do TMAP e em quase todos os seus municípios, o mesmo movimento foi verificado para Minas Gerais e Brasil (Gráfico 3). Além de ter apresentado queda, a taxa de desocupação no TMAP, calculada em 5,3% da PEA, pode ser considerada baixa¹⁹, sendo inferior às taxas observadas no País, 7,6%, e em Minas Gerais, 6,8%.

¹⁸ Ipiacú, Veríssimo, Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarães, Matutina, Santa Rosa da Serra e Pratinha.

¹⁹ Alguns pesquisadores chegaram a caracterizar os baixos níveis de desemprego como “pleno emprego”. Ver debate em Proni (2012).

Gráfico 3. Taxas de desocupação por microrregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil – 2000 e 2010 (%)



Fonte: IBGE (2000, 2010).

Em doze municípios (18% do total) registrou-se crescimento da taxa de desocupação entre 2000 e 2010, sendo eles: Fronteira, Limeira do Oeste, Pirajuba, Veríssimo, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Arapuá, Santa Rosa, Pratinha, Sacramento e Tapira. Na metade deles – Fronteira, Pirajuba, Estrela do Sul, Sacramento e Tapira – observa-se que o crescimento da PIA e/ou da PEA, bem como da População Ocupada se mostraram elevados em relação à média nacional, estadual e regional. São municípios pequenos, que apresentaram saldos migratórios positivos no período²⁰ (Guimarães et al., 2014), os quais foram provavelmente motivados pelo dinamismo de algumas atividades econômicas (como a canaveira em Limeira do Oeste, Pirajuba e Tapira).

Por outro lado, nota-se que alguns municípios convivem com baixo crescimento da PIA e PEA e apresentaram elevação das taxas de desocupação (Cruzeiro da Fortaleza, Arapuá, Santa Rosa e Pratinha).

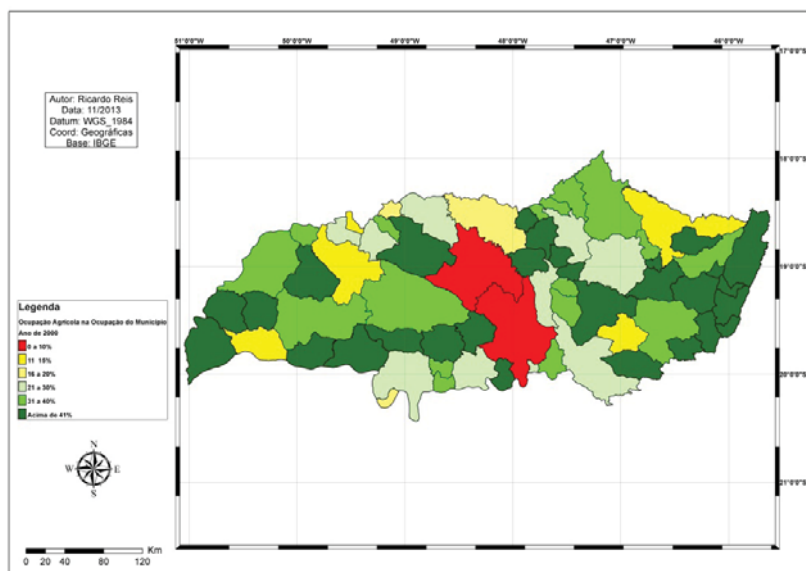
²⁰ Exceto Sacramento.

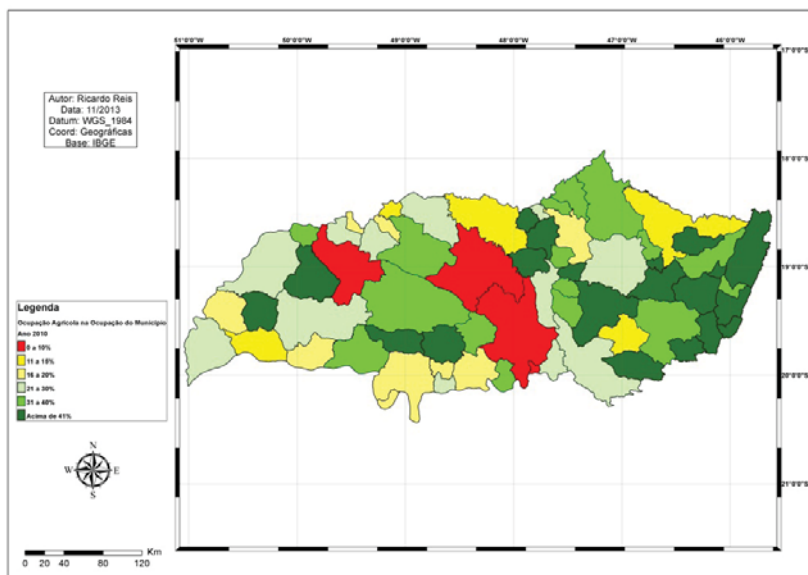
3. Estrutura ocupacional do TMAP

A repartição dos ocupados por setor agrícola e não-agrícola permite uma primeira aproximação sobre a estrutura ocupacional dos municípios do TMAP. A Figura 2 mostra o percentual de ocupados na atividade agrícola nos municípios do TMAP, os tons verdes indicam percentuais acima de 21%. Mesmo apresentando queda, em 2010 o peso da ocupação agrícola era mais elevado na maior parte dos municípios do TMAP do que a média de Minas Gerais (17,2%) e do Brasil (14,2%). Cabe mencionar que em 24% dos municípios esse peso superava a marca de 50%.

Vale ressaltar que apenas 15% dos municípios do TMAP exibiam participação da ocupação agrícola em patamares inferiores à média nacional e estadual, são eles: os municípios-sede das microrregiões (exceto Patrocínio e Frutal), Delta, Araporã, Araguari, Ituiutaba, Iturama e Cachoeira Dourada.

Figura 2. Percentual de ocupados na atividade agrícola nos municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)





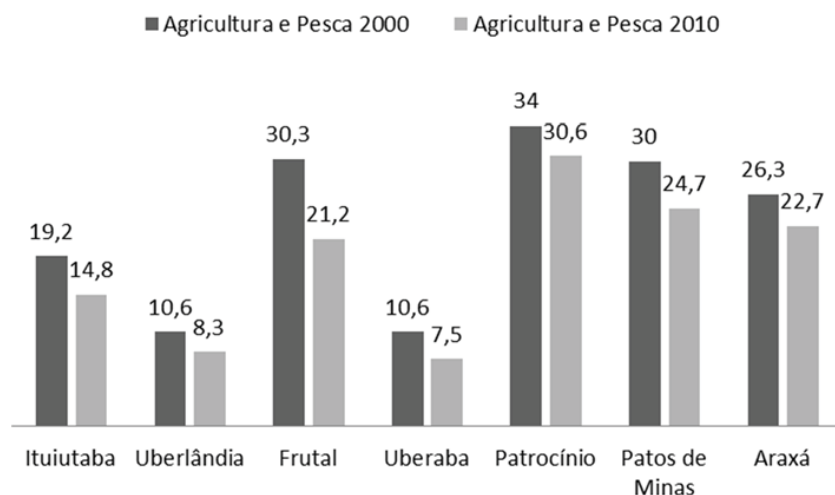
Fonte: Guimarães et al. (2014).

Ainda sobre a população ocupada, os dados do Censo Demográfico mostram que os municípios pequenos, considerando o tamanho da população, possuem estrutura ocupacional muito concentrada, além do setor agrícola, no setor público. Em 2000, em sete a cada dez municípios da aglomeração, a participação da ocupação agrícola e do setor público ultrapassava o percentual de 40% em relação ao total de ocupados. Em Pratinha, Santa Rosa da Serra, Rio Paranaíba, Arapuá, Serra do Salitre, Romaria, Iraí de Minas, Douradoquara, Comendador Gomes, Indianópolis e Gurinhatã essa mesma participação ultrapassava 60% do total das ocupações. No período 2000-2010, observa-se que tal dependência caiu em quase todos os municípios do TMAP. Todavia, cerca de dois em cada três municípios da TMAP têm na atividade agrícola e no setor público mais de um terço das ocupações.

Assim, percebe-se que a composição setorial da ocupação apresentou alterações importantes no período 2000-2010. Em primeiro lugar evidenciou-se queda expressiva da participação do setor agrícola na estrutura ocupacional em todas as microrregiões (Gráfico 4) e em quase

todos os municípios do TMAP (exceto: Cachoeira Dourada, Cascelho Rico, Guimarães e Estrela do Sul). Em alguns desses, a perda de participação supera os dez pontos percentuais (Centralina, Carneirinho, Comendador Gomes, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales, Água Comprida, Conquista, Delta, Veríssimo, Romaria, Arapuá, Matutina e Rio Paranaíba).

Gráfico 4. Participação da atividade agrícola na estrutura ocupacional por microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000-2010 (%)



Fonte: IBGE (2000, 2010).

Considerando que a mesorregião era responsável em 2010 por cerca de um terço do PIB agrícola estadual (29,2%), tendo inclusive ampliado sua participação na última década, que era de 27,1% em 2000 (Guimarães et al., 2014)²¹, é possível que a menor participação da atividade agrícola no total das ocupações tenha relação com a continuidade do processo de modernização na agricultura, especialmente com a expansão da agricultura canavieira²². Vale ressaltar que as bases

²¹ Embora se registre perda de participação da atividade agrícola no Valor Adicionado Bruto da mesorregião.

²² Como mostram os dados do crescimento da área plantada de cana-de-açúcar (Produção Agrícola Municipal, IBGE), muito estimulada pela presença de um número considerável de usinas na região (mais de vinte usinas, algumas em recuperação judicial) (Nova, 2014) e por

de dados disponíveis não mostram queda no número de ocupados na agropecuária no TMAP, a perda de participação da ocupação agrícola possivelmente tem mais relação com o crescimento dos ocupados nos demais setores da atividade econômica.

4. População empregada

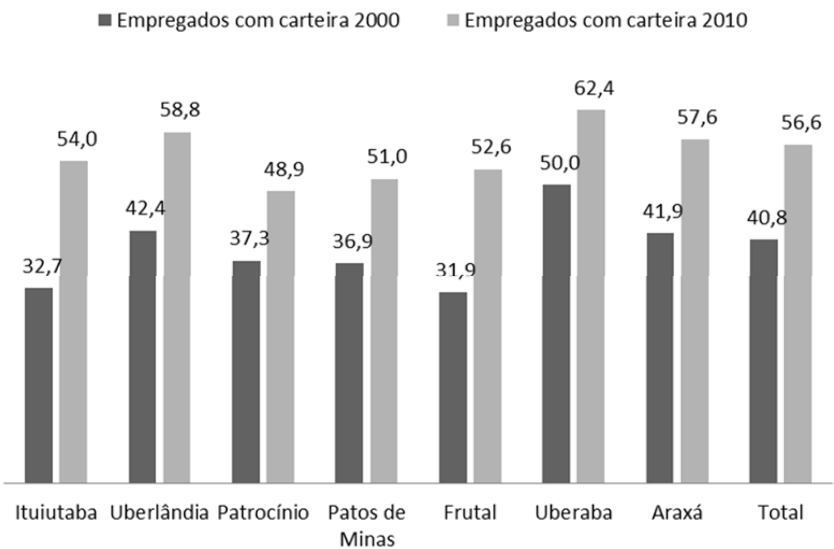
Os empregados correspondem a um subgrupo entre os ocupados. Em mercados de trabalhos organizados em moldes capitalistas típicos, a inserção no mercado de trabalho, da maioria da população, ocorre por meio do assalariamento em estabelecimentos (públicos ou privados). Em países como o Brasil, que possuem mercados de trabalho heterogêneos, o assalariamento não alcançou posição predominante entre as formas de ocupação da força de trabalho. Ademais os assalariados ainda conformam dois subgrupos distintos, organizados em função do registro legal de seu posto de trabalho, tratam-se dos empregados formalizados e informalizados. Esses últimos estão submetidos a uma situação de assalariamento, mas não possuem contrato formal de trabalho que lhes garanta o usufruto de determinados direitos sociais. Dentre os assalariados há ainda aqueles que são contratados pelas famílias e realizam seu trabalho no domicílio dos contratantes, como é o caso dos empregados domésticos, os quais podem possuir ou não contrato formal de trabalho.

Os dados do Gráfico 5 revelam que entre 2000 e 2010 todas as microrregiões do TMAP ampliaram os percentuais de empregados formalizados, o que ocorreu em todos os municípios da região. Em simultâneo, caiu o peso da população assalariada sem carteira assinada em relação ao total dos ocupados, no conjunto das microrregiões (Tabela 2) e de todos os municípios analisados. E, para complementar o quadro, as demais posições ocupacionais também perderam espaço em todas as microrregiões (e na maior parte dos municípios), indicando avanço no grau de estruturação dos mercados de trabalho locais. Todavia, vale destacar, tanto a informalidade quanto as outras formas de inserção da

condições favoráveis de clima e solo. Na lavoura, a adoção da colheita mecanizada é uma realidade na região do TMAP.

força de trabalho na estrutura ocupacional ainda podem ser consideradas elevadas em relação aos padrões vigentes em economias mais organizadas em moldes tipicamente capitalistas.

Gráfico 5. Percentual de empregados formalizados no total dos ocupados por microrregiões do TMAP, 2000 e 2010 (%)



Fonte: IBGE (2000, 2010).

Tabela 2. Ocupados por posição na ocupação, municípios do TMAP, 2000 e 2010 (%)

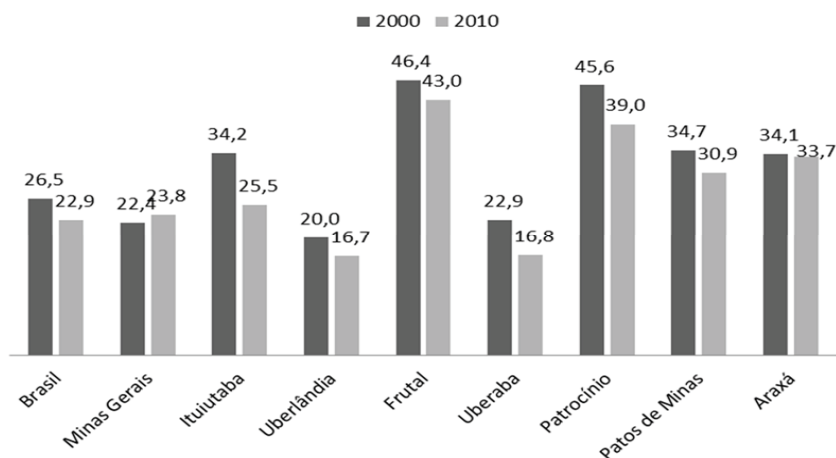
	Empregados com carteira		Empregados sem carteira		Outros		Total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Ituiutaba	32,7	54,0	39,0	21,4	28,3	24,6	100,0
Uberlândia	42,4	58,8	29,2	16,1	28,5	25,1	100,0
Patrocínio	37,3	48,9	36,1	25,4	26,6	25,7	100,0
Patos de Minas	36,9	51,0	33,4	20,8	29,7	28,2	100,0
Frutal	31,9	52,6	37,7	21,6	30,4	25,7	100,0
Uberaba	50,0	62,4	22,3	14,4	27,6	23,2	100,0
Araxá	41,9	57,6	30,4	19,8	27,7	22,7	100,0
Total	40,8	56,6	30,8	18,4	28,4	25,0	100,0

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Para analisar o *emprego formalizado* em estabelecimentos²³, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) organiza e disponibiliza registros administrativos que contabilizam informações prestadas por todo o universo de empresas formalmente em operação no País (trata-se da RAIS).

Em geral, os dados da RAIS mostram a estrutura de emprego nos municípios do TMAP muito especializada em determinadas atividades econômicas. Da mesma forma que na estrutura ocupacional, o peso do emprego agrícola e do emprego no setor público, isto é, do emprego em estabelecimentos formalizados, é muito elevado: de sete em cada dez municípios este percentual é superior a 35%. O Gráfico 6 mostra o peso do emprego agrícola e público nas microrregiões do TMAP, observa-se que na maioria delas, exceto as microrregiões de Uberlândia e Uberaba, esse peso é superior ao verificado no Brasil e em Minas Gerais. Todavia, merece registro, a queda do peso dos setores agrícola e público em todas as microrregiões do TMAP entre 2000 e 2010, o que indica algum avanço no grau de diversificação da estrutura de emprego na região.

Gráfico 6. Participação dos setores agrícola e público no total do emprego formalizado em estabelecimentos, microrregiões do TMAP, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

²³ O emprego formalizado pode ser encontrado em domicílios, trata-se do trabalho doméstico, e em estabelecimentos (em empresas formalmente estabelecidas). O primeiro costuma ser associado ao atraso econômico, pois são, em geral, mal remunerados e os direitos trabalhistas são restritos.

No emprego agrícola destacam-se as culturas de café, soja, cereais, laranja, cana-de-açúcar, além da atividade pecuária. Chama atenção, por exemplo, os municípios que receberam lavouras de cana-de-açúcar e/ou usinas (de açúcar ou álcool), os quais mostram alta dependência do setor na estrutura de emprego local, como é o caso do Delta, em que 64% do estoque de emprego em 2011 foi registrado no segmento de fabricação de açúcar²⁴. Cabe registrar que em 2010 as lavouras de cana e/ou seu processamento industrial já estavam presentes em quase 60%²⁵ dos municípios da mesorregião.

O Gráfico 7 mostra os empregados formalizados em estabelecimentos distribuídos por setores da atividade econômica, o que permite conhecer de modo bem aproximado a estrutura produtiva do TMAP. Observam-se pequenas modificações da estrutura setorial do emprego entre 2000 e 2010. A queda da participação das atividades agrícolas e do setor público foi mencionada anteriormente. A indústria extrativa nunca envolveu grande número de trabalhadores na região, o que permanece (peso de 0,4% em 2000 e 0,3% em 2010 no total do emprego), mas com movimento de queda de participação (contrário ao que mostram os dados do Brasil e de Minas Gerais). Isso também ocorreu com serviços industriais de utilidade pública (SIUP). Cresceu o peso do emprego na construção civil, que passou de 4,8% em 2000 para 6% em 2010. No caso do comércio, o peso manteve-se praticamente inalterado (de 22% para 22,6%) no período, estando em nível superior ao peso do setor no Brasil (19% em 2010) e em Minas Gerais (19,1% em 2010)²⁶. A participação dos serviços cresceu de 27,2% para 28,9% e da indústria de transformação de 16,9% para 17,6%. Assim, ao que parece, a estrutura produtiva caminhou no sentido de ampliação das especializações regionais: de fortalecimento do terciário “moderno” e de ampliação da agroindústria (especialmente a que produz derivados da cana-de-açúcar). O emprego na construção civil respondeu aos investimentos públicos e privados em edificações comerciais/industriais, habitacionais e infraestrutura.

²⁴ Unidade Delta da Delta Sucroenergia (que tem duas outras usinas na região, nos municípios de Conceição das Alagoas e Conquista) (Nova, 2014).

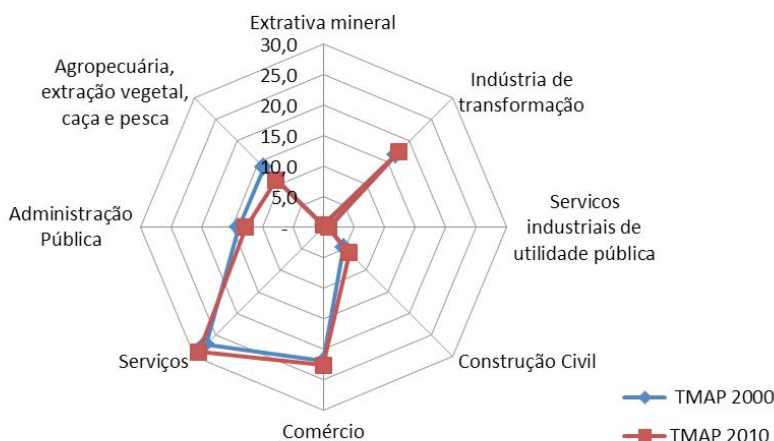
²⁵ Considerando os dados da RAIS.

²⁶ No caso do Brasil e de Minas Gerais o peso do comércio na estrutura de emprego cresceu entre 2000 e 2010.

Na microrregião de Ituiutaba (ver Gráfico 8), chama a atenção o aumento do peso da indústria de transformação (de 17,8% em 2000 para 29% em 2010), o que está certamente relacionado com a instalação de uma usina²⁷ de produção de derivados da cana-de-açúcar.

Na microrregião de Uberlândia os dados (Gráfico 9) mostram avanço do setor de serviços, que mobilizava em 2000 33,2% dos trabalhadores formalizados em estabelecimentos e ampliou seu peso para 36,5% em 2010. Cabe mencionar que o crescimento do emprego ocorreu em serviços mais estruturados, tais como: transporte de passageiros e de carga, intermediação financeira, serviços profissionais, saúde, educação, telecomunicações.

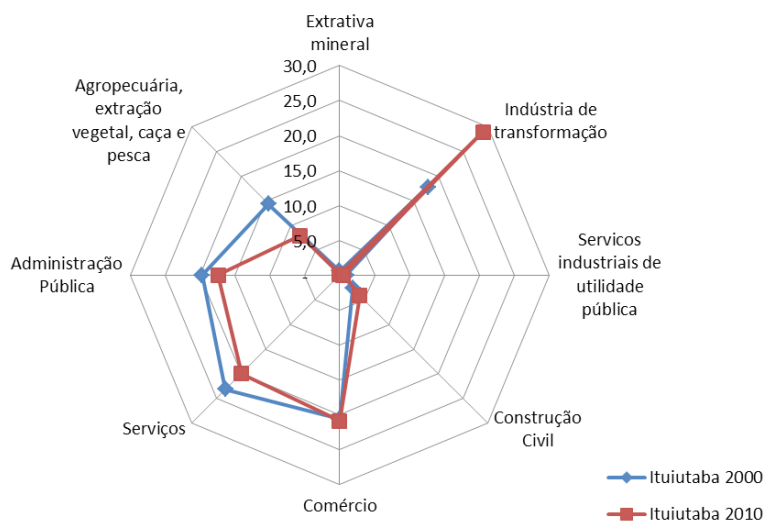
Gráfico 7. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

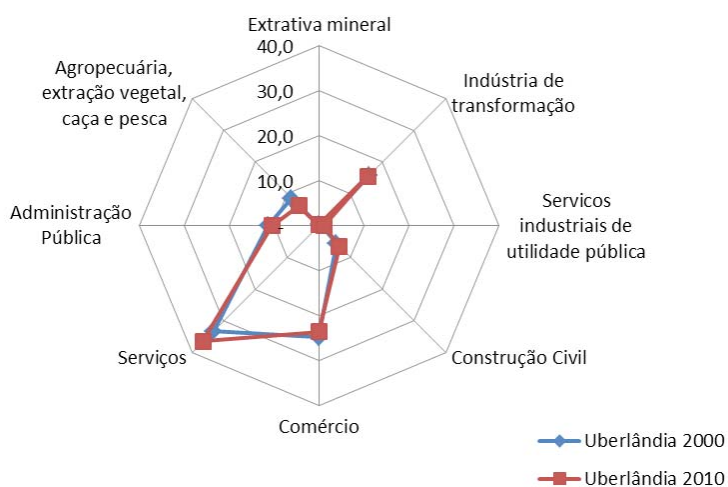
²⁷ Usina Ituiutaba da BP Biocombustíveis.

Gráfico 8. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Ituiutaba, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

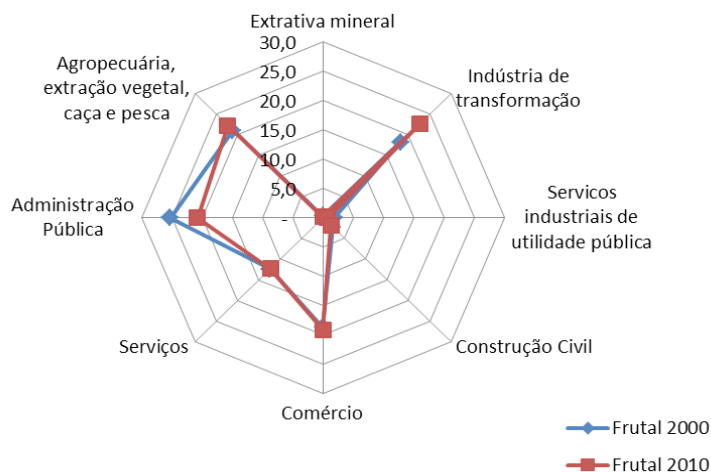
Gráfico 9. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Uberlândia, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

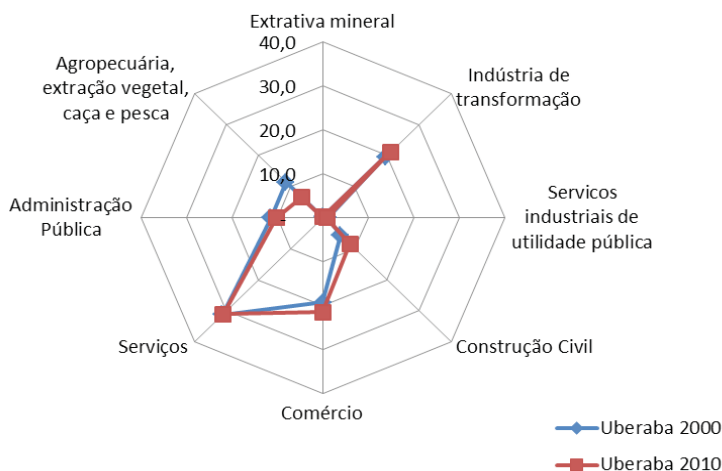
Na microrregião de Frutal o destaque fica por conta do maior peso da indústria de transformação (de 18,2% para 22,7% entre 2000 e 2010), com ênfase para agroindústria canavieira, e para a atividade agrícola (de 21,1% para 22,3%), em especial da lavoura de cana-de-açúcar.

Gráfico 10. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Frutal, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

Gráfico 11. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Uberaba, 2000 e 2010 (%)



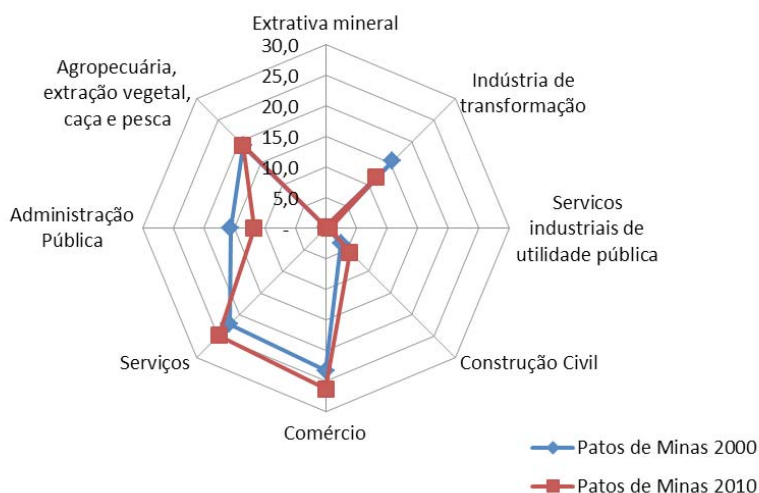
Fonte: MTE (2000, 2010).

Já a microrregião de Uberaba apresenta uma sensível alteração na estrutura de emprego (Gráfico 11). A indústria de transformação teve seu peso ampliado (de 19,6% em 2000 para 21,2% em 2010), a construção civil também (5,6% para 8,4%), o mesmo ocorreu no comércio (de 19,3% para 21,5%).

Na microrregião de Patos de Minas os dados do Gráfico 12 mostram crescimento na participação do emprego em serviços (22,3% em 2000 para 24,8% em 2010), comércio (de 23,3% para 26%) e construção civil (3,5% para 5,6%).

E por fim, na microrregião de Araxá cresceu o peso da indústria de transformação (de 15,2% em 2000 para 17,5% em 2010) – com destaque para a indústria canavieira²⁸, do comércio (18% para 19,7%) e da administração pública (de 15% para 18,1%).

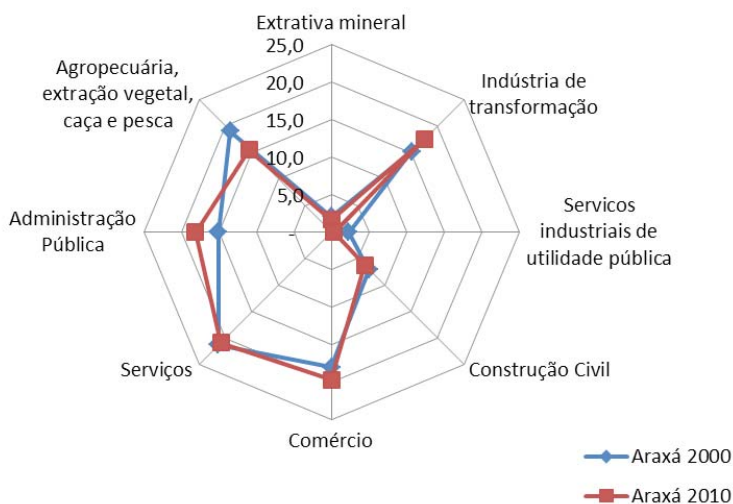
Gráfico 12. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Patos de Minas, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

²⁸ Como as usinas Araguari, em Ibiá, e Santa Juliana, no município de mesmo nome.

Gráfico 13. Empregados formalizados em estabelecimentos por setor de atividade, microrregião de Araxá, 2000 e 2010 (%)



Fonte: MTE (2000, 2010).

Considerações finais

O artigo buscou descrever os impactos das mudanças econômicas da última década sobre o mercado de trabalho da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. De uma forma geral, observa-se que cada uma das economias regionais se adaptou ao novo ambiente econômico a partir do aparelho produtivo herdado (Gomes; Cardoso, 2015) e no TMAP não foi diferente.

Os dados aqui reunidos mostraram que o mercado de trabalho no TMAP mostrou-se bastante dinâmico nos anos 2000. Tanto a oferta de trabalho quanto a demanda de trabalho apresentaram crescimento. A ocupação cresceu a um ritmo superior ao nacional (3,2% a.a.) e a taxa de desocupação caiu em quase todos os municípios da região.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, o TMAP experimentou queda no peso da ocupação agrícola – mas que ainda segue muito importante para a região. Nos municípios pequenos, a

ocupação segue concentrada nos setores agrícola e público. O menor peso da ocupação agrícola não ocorreu devido a uma queda no número de trabalhadores ocupados na atividade, ainda que a produtividade tenha crescido, mas sim ao crescimento de ocupações em outros setores da produção.

A formalização do trabalho também cresceu no TMAP e o movimento foi de estruturação dos mercados de trabalho locais em moldes tipicamente capitalistas (emprego assalariado, contratos por tempo indeterminado, com registro em carteira e obediência às normas trabalhistas).

Os empregos formalizados em estabelecimentos também apresentaram crescimento expressivo. Da mesma forma que a ocupação, os dados mostram queda do peso do emprego nos setores agrícola e público, indicando um pequeno avanço no grau de diversificação da estrutura de emprego na região. O emprego na construção civil cresceu em quase todas as microrregiões, o comércio cresceu em algumas microrregiões, o peso da indústria de transformação também cresceu, bem como os serviços. Ao que parece, a estrutura produtiva caminhou no sentido de ampliação das especializações regionais: de fortalecimento do terciário “moderno” e de ampliação da agroindústria (especialmente a que produz derivados da cana-de-açúcar).

Referências bibliográficas

BALTAR, Paulo Eduardo. A. Crise econômica e emprego no Brasil. In: MORETO, A. et al. *Economia, desenvolvimento regional e Mercado de trabalho no Brasil*. Fortaleza: IDT/CESIT/BNB, 2010.

GOMES, Darcilene; CARDOSO, Soraia. Dinâmica recente da produção e do emprego na região sudeste. In: CGEE. *Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes et al. *Estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e social da aglomeração urbana do triângulo mineiro e alto paranaíba e seu colar de influência regional*. Uberlândia, UFU-AMVAP, 2014. 276 p. (Relatório de Pesquisa).

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2000.

MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

NOVA CANA. 2014. Disponível em: <<http://www.novacana.com>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** Trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRONI, M. W. O debate sobre a tendência ao pleno emprego no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, Curitiba, v. 8, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%208%20n%202/06%20Marcelo%20Weishaupt%20Proni.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

Capítulo 5

Desenvolvimento Social

Henrique Dantas Neder

Ana Márcia Rodrigues da Silva

1. Introdução

O propósito deste ensaio é o de analisar diversos aspectos da pobreza na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, destacando as diferenças existentes. A ideia preliminar é a de trabalhar com o conceito de pobreza multidimensional que já adquire proeminência na literatura sobre o tema a partir dos trabalhos de Amartya Sen e outros.

De acordo com os estudos de Sen (1993, 1997, 2000, 2001) a pobreza é definida como privação de capacitações básicas. As capacitações são as potencialidades dos indivíduos para a realização do bem-estar. Portanto, as privações de capacitações básicas resultam, dentre outros aspectos, em privação de serviços de saúde, saneamento básico, água potável, vulnerabilidade à morte prematura, carência de acesso à educação e emprego remunerado, insegurança econômica e social, ausência de direitos civis básicos e políticos. Por esse motivo, o conceito de pobreza é mais amplo do que a insuficiência de renda, tradicionalmente utilizada, e envolve múltiplas dimensões além desta. Nesse sentido, torna-se importante a mensuração e o estudo da pobreza na sua multidimensionalidade para uma análise precisa da situação de pobreza.

Na seção 2 deste trabalho apresentaremos a estrutura matemática

do índice de Alkire e Foster utilizado para a mensuração da pobreza multidimensional. Essa apresentação baseia-se exatamente em exposições dos autores que criaram o índice. Apesar de ser realizada uma exposição rigorosamente formal sobre o método de cálculo deste índice, veremos que sua estrutura é relativamente simples, baseando-se na consideração de diversos indicadores básicos de privação (que no caso específico do presente trabalho são indicadores binários), um sistema de identificação e um método de agregação.

Iniciamos a seção 3 com a apresentação da descrição dos indicadores básicos. Posteriormente realizamos uma análise descritiva para estes indicadores, com os resultados do índice de Alkire e Foster para os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

2. O índice de Alkire e Foster para mensuração da pobreza multidimensional

Para a mensuração da pobreza multidimensional utilizamos a metodologia sugerida por Alkire e Foster (2007). Segundo os autores, essa metodologia tem um aparato conceitual que se apoia na abordagem das capacitações de Amartya Sen.

Os autores construíram uma medida de pobreza multidimensional denominada *Multidimensional Poverty Index* (MPI) representada pelo índice M_0 . M_0 é uma medida apropriada quando uma ou mais dimensões a serem consideradas tem uma natureza ordinal, significando que seus valores não têm significado cardinal²⁹.

Para a compreensão desta medida, consideramos que: n é o número de domicílios, e pode variar em todos os números positivos e inteiros; $d \geq 2$ é o número de dimensões consideradas (fixas e determinadas); $y = [y_{ij}]$ é a matriz de realizações $n \times d$, onde $y_{ij} \geq 0$ é a realização do domicílio $i = 1, 2, \dots, n$ na dimensão $j = 1, 2, \dots, d$; z é o vetor de corte dentro da dimensão; $z_j > 0$ é o nível de corte que representa a privação de

²⁹ Por exemplo, o tipo de fonte de água potável pode ser codificado como 4, se a fonte de água é de alguma forma de água canalizada, 3, se for uma torneira ou fonte pública, 2 se um tubo ou furo bem protegidos, e 1 se é alguma fonte desprotegida. No entanto, os valores 1, 2, 3, 4 não têm significado em si: com um valor de 3, não significa que a pessoa é três vezes melhor do que o outro que tem um valor de 1.

um domicílio na dimensão j ; e $Y = \{y \in R^{nd}: n \geq 1\}$ é o domínio da matriz em questão.

Cada vetor linha, $y_i = (y_{i1}, y_{i2}, \dots, y_{id})$, demonstra a realização do domicílio i em diferentes dimensões. Cada vetor coluna, $y_{*j} = (y_{1j}, y_{2j}, \dots, y_{nj})$, representa a distribuição de realizações da dimensão j ao longo de um conjunto de domicílios.

Dito isso, a mensuração da pobreza multidimensional é dividida em duas etapas. A primeira etapa é a de identificação, baseada em um método de duplo corte, em que determinamos níveis de cortes em cada indicador que compõe as dimensões (z); e um número mínimo de privações nas dimensões para caracterizar a situação de privação (k). A segunda é a etapa de agregação, que consiste na constituição da medida agregada de pobreza.

Com relação à etapa de identificação, é preciso iniciar determinando privações dentro dos indicadores básicos de pobreza. Dependendo do número de variáveis disponíveis, pode acontecer de uma dimensão possuir mais indicadores para representá-las que as outras. Nesse sentido, a metodologia de Alkire e Foster (2007) possui vantagens por permitir a atribuição de pesos às dimensões e aos indicadores básicos que as compõem.

O peso pode ser representado pelo vetor w . Assim, w_j pode ser entendido como um elemento que representa o peso da dimensão j . Na mensuração da pobreza multidimensional, $\sum_{j=1}^d w_j = d$. Isso significa que a soma dos pesos é igual ao número total de dimensões.

A partir disso, é possível pensar em uma matriz de privações $g^0 = g_{ij}^0$, cujo elemento típico, g_{ij}^0 , é igual a w_j quando $y_{ij} < z_j$; e igual a zero quando $y_{ij} \geq z_j$. Então, é uma matriz $n \times d$, cuja entrada $ij^{ésima}$ é equivalente ao peso quando o domicílio i está privado na dimensão $j^{ésima}$, e igual a zero, caso contrário. Esta última matriz, permite construir um vetor c de contagem de privação. Neste caso, a $i^{ésima}$ entrada $c_i = \sum_{j=1}^d g_{ij}^0$, denota a soma ponderada das privações enfrentadas domicílio i (Alkire; Santos, 2010).

Para a identificação dos pobres é preciso, na sequência, considerar outro nível de corte, denominado k . Para tanto, deve ser selecionado $k > 0$, e esse nível deve ser aplicado ao vetor coluna c . Assim como não há um nível de corte determinado para os indicadores básicos de pobreza, não

há um nível de k pré-determinado, de tal forma que, os vários níveis de k podem ser condizentes com a realidade de cada objeto de estudo. Esse nível de corte é uma medida arbitrária. Maiores valores de k , indicam maiores possibilidades de privações simultaneamente (Alkire, 2011).

No processo de identificação das famílias pobres, os autores partem da função de identificação, $p: R^d_+ \times R^d_+ \rightarrow \{0,1\}$, sugerida por Bourguignon e Chakravarty (2003). Entendendo p_k como a função de identificação que demonstra o vetor de realizações do domicílio i , $y_i \in R^d_+$ é o vetor de pontos de corte de z em p para um indicador básico. Na verdade, p_k assume o valor 1 se $c_i \geq k$; e $p_k(y_p, z)$ assume o valor zero quando $c_i < k$. Portanto, um domicílio pode ser identificado como multidimensionalmente pobre, quando sua contagem de privações ponderadas for maior ou igual a k .

Quanto à constituição da medida agregada, é preciso se concentrar nos domicílios pobres. Podemos fazer isso, por meio de um procedimento chamado *censoring* das privações das famílias privadas, mas que ainda assim podem ser consideradas como não pobres, dado o valor de k . Com esse objetivo, geramos outra matriz $g^0(k)$ a partir de g^0 substituímos sua i ésima linha, g_i^0 , por um vetor de zeros, todas as vezes que p_k fosse igual a zero (Alkire; Santos, 2010).

A partir da matriz *censored*, construímos um vetor *censored* de contagem de privações $c(k)$. Esse último é diferente do vetor c definido anteriormente, haja vista que ele não atribui privações para os domicílios que não são reconhecidos como multidimensionalmente pobres.

O índice agregado M_0 é uma média da matriz $g^0(k)$. Dessa forma, $M_0 = \mu(g^0(k))^{30}$. Em outras palavras, esse índice, é a soma ponderada das privações dos pobres dividido pelo número total de famílias, multiplicado pelas dimensões utilizadas na análise:

$$M_0 = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^d g^0_{ij} / nd.$$

Este índice pode ser apresentado de forma intuitiva assim como a família de índices FGT³¹. Pode-se iniciar com a incidência da população

³⁰ μ denota a média.

³¹ Índices de Foster, Greer e Thorbecke. Os índices FGT são tradicionalmente obtidos com base nas seguintes expressões: $FGT(0) = q/n$; $FGT(1) = 1/n \sum_{i=1}^q z - y_i/z$; $FGT(1) = 1/n \sum_{i=1}^q (z - y_i/z)$. Onde: q é o número de pobres (pessoas cuja renda *per capita* domiciliar é menor que a linha de pobreza); n é o tamanho da população; z é a linha de pobreza; y_i é a

considerada multidimensionalmente pobre, isto é, com o *headcount ratio* (H) análogo ao da pobreza por renda, definido como:

$$H = \frac{q}{n}.$$

Onde, q é o número de domicílios pobres extraído do método de duplo corte.

Para que H não permaneça inalterado caso uma pessoa se torne privada em uma dimensão na qual não era, devem-se incluir informações adicionais sobre a intensidade das privações experimentadas pela população multidimensionalmente pobre (A). Para o melhor entendimento de A , nota-se que a fração de indicadores ponderados em que as famílias estão privadas é representada por $c_i(k) / d$. Então, a média da fração entre as famílias que são pobres (q) é necessariamente A , definido como:

$$A = \sum_{i=1}^n c_i(k) / dq.$$

Onde A indica a intensidade da pobreza multidimensional.

Quanto à medida de pobreza multidimensional (M_0), ela combina informações sobre a prevalência da pobreza e sobre a extensão média das privações dos pobres e é denominada índice de incidência ajustado. Sendo assim, M_0 é produto de dois índices parciais, H e A :

$$M_0 = H.A.$$

Essa medida não requer a cardinalidade dos indicadores. Então, os indicadores podem ser dicotômicos ou ordinais (Santos; Roche, 2012). Além disso, o índice de pobreza multidimensional (M_0) deve atender a propriedades³², compreendidas como restrições ao método de identificação e à medida agregada.

Uma importante propriedade satisfeita é a monotonicidade dimensional, por meio da qual, se um domicílio pobre se tornar privado em uma dimensão adicional, M_0 irá aumentar. Nesta linha de raciocínio, a pobreza deve reduzir, caso uma privação seja totalmente removida.

Existe uma propriedade que é relevante para gerar perfis de pobreza. Trata-se da decomposição por subgrupos, em que pobreza total

renda *per capita* domiciliar da i -ésima pessoa. Pode-se perceber uma correspondência entre os índices de Alkire e Foster e a família de índices FGT aplicada à pobreza unidimensional.

³² Ver Alkire e Foster (2007).

é a média ponderada dos níveis dos subgrupos de pobreza, onde os pesos são entendidos como a distribuição populacional dos subgrupos. Isso pode ser demonstrado com base nas matrizes x e y , sendo (x, y) a matriz obtida da fusão das duas anteriores.

Sendo que $n(x)$ é o número de famílias em x e $n(y)$ é o número de famílias em y (o mesmo é válido para $n(x, y)$), para duas matrizes quaisquer de dados x e y , tem-se que:

$$M_0(x, y; z) = \frac{n(x)}{n(x, y)} M_0(x; z) + \frac{n(y)}{n(x, y)} M_0(y; z).$$

O índice M_0 também pode ser decomposto por dimensão. Partindo da fórmula:

$$M_0 = \sum_{j=1}^d \mu(g_{*j}^0(k)) / d,$$

em que, $g_{*j}^0(k)$ é a j^{th} coluna da matriz $censoredg^0(k)$, a contribuição da dimensão j para a pobreza é:

$$Contr_j = (\mu(g_{*j}^0(k)) / d) / M_0.$$

A contribuição de cada dimensão produz informações também importantes sobre a configuração das privações de grupos ou regiões particulares. A aplicação dessas propriedades comprova que o índice é essencialmente robusto e relevante para a comparação internacional (e também nacional e regional).

Alkire e Foster (2007) não determinam quais as dimensões devem ser utilizadas, bem como, os indicadores que devem representá-las, os níveis de corte e os pesos. Isso torna a metodologia passível de adaptação às situações distintas.

3. Dados e indicadores básicos de privação

Em termos dos requisitos listados para identificar privações, a análise realizada neste trabalho envolve privações que causarão sérios prejuízos aos indivíduos uma vez que evidenciam privações de suas potencialidades para levar o tipo de vida valorizado por eles em todos os contextos culturais que são: habitação adequada, saneamento e ausência

de superlotação. Outras questões importantes como renda monetária e proteção à criança (tendo como *proxy* o trabalho infantil) também foram enfatizadas. Vale lembrar que indicadores mais abrangentes não foram utilizados em virtude da disponibilidade dos dados. Sen (2005, p. 160) ressalta que algumas capacitações são relevantes em qualquer sociedade. Entretanto, a lista exata a ser utilizada dependerá do exercício a que se presta.

Neste estudo, foram selecionados dados do Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010)³³, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Segundo Silva (2014), essa mesorregião era a que possuía menor índice de pobreza multidimensional no estado de Minas Gerais. O índice M_0 era de 0,046 em 2000, e caiu para 0,018 em 2010. Apesar da queda, é importante analisar os municípios da mesorregião no sentido de conhecer a pobreza multidimensional com maiores especificidades. Este conhecimento nos permite caracterizar os municípios da região em termos do seu desenvolvimento social.

Os indicadores extraídos do Censo foram classificados nas seguintes dimensões: Vulnerabilidade Econômica, Condições Ocupacionais, Características Educacionais, Condições de Moradia, Condições Sanitárias, Ausência de Bens e Saúde. As variáveis para representá-los foram selecionadas dos Censos, e em seguida, foram recodificadas e trabalhadas de maneira que, a partir das originais, fossem geradas outras variáveis para melhor expressarem dimensões básicas de pobreza. Foram utilizadas variáveis dicotômicas com base no seguinte critério: o indivíduo está privado ou não? Desse modo, atendendo à metodologia sugerida por Alkire e Foster (2007), todas as informações se relacionam às características de privação.

As variáveis utilizadas para refletir privações domiciliares na região, de acordo com a Tabela 5.1 foram: Pobreza monetária (pobrenda); Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos (maefilmen); Ausência de ocupação remunerada (ausocupremun); Ausência de ocupado com rendimento de pelo menos um salário mínimo (ausocupsalm); Menos da metade dos membros em idade ativa (midadeativ); Menos da metade

³³ Foi utilizado também o Censo agropecuário de 2006, também realizado pelo IBGE (IBGE, 2006).

dos membros em idade ativa ocupados (menosmetocup); Ausência de trabalhador com carteira assinada, RJFP civil ou militar (austrabcart); Ocupação inadequada (ocupinadeq); Participação da mulher no mercado de trabalho (partrabmulher); Trabalho infantil (trabinf); Existência de adulto analfabeto (analfa); Existência de adulto que não concluiu o ensino fundamental (fundam); Crianças fora da escola (criforesc); Crianças em defasagem escolar (cridefas); Existência de mais de três pessoas por dormitório (pdormit); Domicílio não próprio (domicnprop); Ausência de água canalizada (ausaguacan); Abastecimento de água inadequado (aguainad); Ausência de energia elétrica (ausenergia); Ausência de sanitário (aussanit); Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica (ausescoad); Destino inadequado do lixo (destinlixo); Ausência de geladeira (ausgelad); Ausência de máquina de lavar (ausmaqlav); Ausência de automóvel (ausautom); Ausência de rádio (ausradio); Ausência de televisor (austv); Ausência de computador (auscomp); Dificuldade para enxergar (difenxerg); Dificuldade para ouvir (difouvir); Dificuldade para andar (difandar); Deficiência mental permanente (defmental); Óbito fetal (obtifet).

A seguir será apresentada a composição de cada variável. Esses indicadores, na verdade, representam funcionamentos. Funcionamentos é um termo utilizado por Amartya Sen para se referir ao bem-estar realizado pelo indivíduo. “Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc. até realizações mais complexas, tais como ser feliz [...]” (Sen, 2001, p. 79).

Entende-se, portanto, que serão requisitos para que se possa obter uma vida plena. Além disso, vislumbra demonstrar as capacidades básicas dos indivíduos. Foram utilizados 33 indicadores básicos e que estão agrupados nas sete dimensões mencionadas.

Na Tabela 1 é possível observar a classificação das variáveis conforme as dimensões. Foram atribuídos pesos iguais às dimensões de maneira que cada uma contribui igualmente para a pobreza total. Assim sendo, o peso das variáveis ou indicadores representantes das dimensões foram atribuídos conforme a quantidade de variáveis em cada dimensão, apresentando-se um número mínimo de quatro variáveis com peso 0,25

cada uma (dimensão de Vulnerabilidade Econômica e dimensão de Condições Educacionais) e máximo de seis variáveis com peso 0,166 cada uma (dimensão de Condições Ocupacionais e dimensão de Ausência de Bens). Além disso, na Tabela 1 está melhor especificado o nível de corte nas dimensões, isto é, o nível z – critério utilizado para identificar a privação em cada um dos indicadores que comporão o indicador agregado de pobreza. Por exemplo, o indicador básico de privação denominado “Ausência de ocupação remunerada” tem como nível de corte (z) a inexistência de ocupação remunerada no domicílio. Como estamos tratando de um cálculo de um indicador medido no âmbito de pessoas, um indivíduo estará provado para esse indicador básico caso seja parte de um domicílio nesta condição.

Tabela 1. Indicadores básicos de privação que foram utilizados no cálculo do índice de Alkire e Foster

Dimensão	Indicadores	Nível de corte (z)	Peso
Vulnerabilidade Econômica	Pobreza monetária	Possuir renda menor que a linha de pobreza	0,25
	Mãe com pelo menos um filho menor de 14 anos	Quando o domicílio é chefiado por mulher com tenha filho menor de 14 anos	0,25
	Ausência de ocupação remunerada	Inexistência de ocupação remunerada no domicílio	0,25
	Ausência de ocupado com rendimento de pelo menos um salário mínimo	Inexistência de pessoa ocupada cujo rendimento seja pelo menos um salário mínimo	0,25
Condições Ocupacionais	Menos da metade dos membros em idade ativa	Se menos da metade dos moradores do domicílio não se encontram em idade ativa	0,166
	Menos da metade dos membros em idade ativa ocupados	Se menos da metade dos moradores do domicílio em idade ativa não se encontram ocupados	0,166
	Ausência de trabalhador com carteira assinada, RJFP civil ou militar	Quando não há no domicílio trabalhador com carteira assinada ou funcionário público	0,166
	Ocupação inadequada	Presença de subemprego ou pessoa que trabalhe mais de 40 horas semanas e possuem salário inferior ao salário mínimo	0,166
	Participação da mulher no mercado de trabalho	Existência de mulher adulta que participe do mercado de trabalho	0,166
	Trabalho infantil	Quando há no domicílio presença de criança que trabalha	0,166
Características Educacionais	Existência de adulto analfabeto	Se no domicílio há pelo menos um adulto analfabeto	0,25
	Existência de adulto que não concluiu o ensino fundamental	Se no domicílio há pelo menos um adulto que não concluiu o ensino fundamental	0,25
	Crianças fora da escola	Quando existe alguma criança que não frequente escola ou creche	0,25
	Crianças em defasagem escolar	Se há alguma criança cuja idade não condiz com a série frequentada	0,25

Dimensão	Indicadores	Nível de corte (z)	Peso
Condições de Moradia	Existência de mais de três pessoas por dormitório	Domicílios superlotados em que há mais de três pessoas por dormitório	0,20
	Domicílio não próprio	Se o domicílio não pertence a algum morador	0,20
	Ausência de água canalizada	Quando não há água canalizada em pelo menos um cômodo no domicílio	0,20
	Abastecimento de água inadequado	Quando a água não provém de rede geral no caso dos domicílios urbanos; ou ainda se adicionando a possibilidade de ser proveniente de poço ou nascente localizado na propriedade para os domicílios rurais	0,20
	Ausência de energia elétrica	Quando não há energia elétrica no domicílio	0,20
Condições Sanitárias	Ausência de sanitário	Quando não há pelo menos um sanitário no domicílio	0,33
	Ausência de rede de esgoto ou fossa séptica	Se o escoadouro não se trata de rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica	0,33
	Destino inadequado do lixo	Se não há coleta direta ou indireta de lixo para os domicílios urbanos estendendo-se a possibilidade de ser enterrado ou queimado na propriedade para os domicílios rurais	0,33
Ausência de Bens	Ausência de geladeira	Quando não há geladeira no domicílio	0,166
	Ausência de máquina de lavar	Inexistência de máquina de lavar no domicílio	0,166
	Ausência de automóvel	Inexistência de automóvel no domicílio	0,166
	Ausência de rádio	Inexistência de rádio no domicílio	0,166
	Ausência de televisão	Inexistência de televisão no domicílio	0,166
	Ausência de computador	Inexistência de computador no domicílio	0,166
Saúde	Dificuldade para enxergar	Se algum morador possui dificuldade para enxergar	0,20
	Dificuldade para ouvir	Quando há pelo menos um morador do domicílio com dificuldade para ouvir	0,20
	Dificuldade para andar	Se algum morador possui dificuldade para andar ou subir escadas	0,20
	Deficiência mental permanente	Se há algum morador com deficiência mental permanente	0,20
	Óbito fetal	Existência de pelo menos um filho ou filha de morador que tenha nascido morto	0,20

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Na Tabela 2 são apresentadas as principais estatísticas descritivas referentes a cada indicador básico e para o conjunto dos 66 municípios da mesorregião. Existe grande variabilidade relativa e assimetria para alguns indicadores como é o caso do indicador “Ausência de água encanada” e “Ausência de energia” com coeficientes de variação de respectivamente 1,462 e 1,277. É importante lembrar que aqui estamos analisando as estatísticas descritivas para as proporções de privação para os municípios (na medida em que os indicadores são binários).

O primeiro indicador (“Ausência de água encanada”) têm um valor mínimo igual a 0 e um valor máximo de 0,207, significando que existe um dos 66 municípios onde não foi encontrado na amostra nenhuma pessoa com tal privação e no outro extremo do espectro temos um município com proporção de pessoas privadas nesse indicador igual a 0,207. Para o caso do indicador de “Ausência de energia elétrica” a amplitude de variação é bem mais reduzida, situando-se entre valores limites de 0 e 0,041. Da mesma forma, ambos os indicadores possuem coeficiente de assimetria elevado e positivo o que indica uma elevada concentração de frequência de municípios com reduzida proporção de pessoas privadas.

Outros indicadores já apresentam menor variabilidade relativa entre os municípios como é caso da proporção de domicílios não próprios e da proporção de pessoas em domicílios onde existam crianças em situação de defasagem escolar. Esses indicadores mostram valores de coeficientes de variação de 0,220 e 0,182, respectivamente. Temos um município com uma proporção mínima de pessoas em domicílios não próprios igual a 0,172 e outro município com uma proporção máxima para o mesmo indicador de 0,492, o que significa que praticamente a metade da população representada na amostra reside em domicílios alugados ou em outra condição distinta de domicílio próprio.

Tabela 2. Estatísticas descritivas para os indicadores binários de privação considerando os 66 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Variável	min	max	mean	assim	cv	p25	p50	p75
pobrenda	0,028	0,167	0,077	0,992	0,360	0,058	0,071	0,091
maefilmen	0,021	0,055	0,035	0,129	0,243	0,028	0,034	0,044
ausocupremun	0,008	0,208	0,052	1,900	0,848	0,024	0,039	0,057
ausocupsalm	0,008	0,208	0,052	1,900	0,848	0,024	0,039	0,057
midadeativ	0,107	0,198	0,150	0,086	0,136	0,136	0,147	0,168
menosmetocup	0,000	0,039	0,017	0,423	0,473	0,010	0,017	0,021
austrabcart	0,127	0,572	0,294	0,771	0,244	0,243	0,297	0,333
ocupinadeq	0,026	0,259	0,125	0,759	0,406	0,090	0,111	0,147
trabinf	0,004	0,071	0,028	0,723	0,446	0,018	0,027	0,035
Analfa	0,076	0,286	0,168	0,240	0,263	0,143	0,166	0,201

Variável	min	max	mean	assim	cv	p25	p50	p75
fundam	0,529	0,848	0,745	-1,291	0,090	0,726	0,753	0,787
criforesc	0,000	0,030	0,011	0,980	0,597	0,006	0,010	0,014
cridefas	0,094	0,232	0,153	0,316	0,182	0,132	0,152	0,169
pdormit	0,006	0,160	0,036	2,988	0,609	0,025	0,033	0,042
domicnprop	0,172	0,492	0,335	-0,136	0,220	0,298	0,342	0,376
ausaguacan	0,000	0,207	0,022	3,698	1,462	0,005	0,013	0,025
aguainad	0,002	0,203	0,072	0,855	0,546	0,044	0,062	0,095
ausenergia	0,000	0,041	0,006	2,286	1,277	0,002	0,003	0,007
aussanit	0,000	0,041	0,009	1,823	0,813	0,005	0,008	0,011
ausescoad	0,019	0,984	0,220	1,776	0,771	0,102	0,171	0,283
destinlixo	0,003	0,171	0,033	2,488	0,921	0,013	0,026	0,045
austelfixo	0,441	0,937	0,759	-0,780	0,152	0,690	0,777	0,846
ausgelad	0,003	0,090	0,041	0,766	0,440	0,030	0,036	0,053
ausmaqlav	0,382	0,878	0,702	-0,914	0,154	0,648	0,712	0,777
Austv	0,016	0,114	0,046	1,075	0,473	0,031	0,041	0,057
ausautom	0,379	0,713	0,532	0,325	0,127	0,485	0,523	0,573
auscomp	0,472	0,865	0,713	-0,687	0,116	0,659	0,727	0,772
ausradio	0,099	0,296	0,187	0,253	0,269	0,149	0,184	0,221
difenxerg	0,180	0,540	0,362	-0,008	0,213	0,315	0,357	0,412
difouvir	0,064	0,200	0,134	0,045	0,208	0,115	0,134	0,154
difandar	0,092	0,250	0,169	0,052	0,225	0,136	0,170	0,199
defmental	0,009	0,066	0,036	0,524	0,325	0,029	0,035	0,042
Obtifet	0,864	0,962	0,920	-0,338	0,021	0,908	0,919	0,934

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Fonte: IBGE, 2010.

O coeficiente de assimetria para este indicador é negativo apesar de ser baixo em termos absolutos (-0,136) o que indica uma concentração de frequência de municípios levemente direcionada para valores mais elevados dessa proporção. Já o segundo indicador (credefas) tem uma assimetria positiva o que mostra uma concentração de valores maior em valores mais reduzidos de proporção de pessoas residindo em domicílios que tenham pelo menos uma criança em situação de defasagem escolar.

E digno de nota a distribuição de alguns indicadores que se referem à inserção produtiva das pessoas na amostra. O primeiro caso é o indicador “Ausência de trabalhador com carteira assinada”. Esse indicador oscila entre um valor mínimo de 0,127 e 0,572. Essa última estatística mostra que existe um município na região que tem na amostra do Censo Demográfico de 2010 uma proporção de pessoas em domicílios em que não existe a ocorrência de qualquer trabalhador ocupado com carteira assinada igual a 57,2 %.

Na Tabela 3 são apresentados os valores dos índices de Alkire e Foster para a pobreza multidimensional e referentes aos 66 municípios da mesorregião³⁴. Observa-se que o primeiro município no “*ranking*” para este indicador (município com menor valor para a pobreza multidimensional) é Araxá, seguido de Uberaba, Uberlândia, Pirajuba, Santa Juliana e Cachoeira Dourada. Nas situações mais inadequadas quanto à pobreza multidimensional vemos os municípios de Gurinhatã, Comendador Gomes, Centralina, Tiros e Douradoquara. Quando comparados na sequência com o indicador unidimensional de pobreza por insuficiência de rendimentos (segunda coluna da tabela) vemos que os dois indicadores não se ajustam em termos classificatórios dos municípios. Isso ocorre porque o segundo indicador (Alkire e Foster) incorpora uma maior quantidade de informação sobre a diversidade do desenvolvimento social dos municípios na região estudada. Em síntese, é um indicador que contempla uma quantidade mais diversificada de dimensões e é mais adequado para refletir a diversidade das distintas situações de desenvolvimento dos municípios. O estudo da pobreza multidimensional permite evidenciar que a heterogeneidade social na região é mais ampla do que quando o estudo é unidimensional.

³⁴ Para o cálculo do índice de Alkire e Foster foi adotado nesta pesquisa, tal como é exposto na seção metodológica, um método de duplo corte. O primeiro nível de corte refere-se a adoção de um critério para cada indicador primário de privação, que define uma situação de privação. Este primeiro critério de corte é apresentado na Tabela 5.1. O segundo nível de corte é definido como o número de dimensões (k) de privação acima do qual o domicílio passa a ser considerado pobre multidimensionalmente. Na presente pesquisa foi adotado o valor de $k = 2$.

Tabela 3. Valores do índice de pobreza multidimensional de Alkire e Foster para os municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Município	Índice de pobreza por renda	Índice de Alkire e Foster	Ranking
Araxá	0,0493	0,0171	1
Uberaba	0,0511	0,0171	2
Uberlândia	0,0571	0,0181	3
Pirajuba	0,1140	0,0206	4
Santa Juliana	0,0741	0,0212	5
Cachoeira Dourada	0,0283	0,0251	6
Araporã	0,0813	0,0251	7
Ipiacú	0,0786	0,0273	8
Delta	0,0941	0,0282	9
Patos de Minas	0,0517	0,0282	10
Araguari	0,0557	0,0287	11
Sacramento	0,0470	0,0289	12
Frutal	0,0672	0,0305	13
Nova Ponte	0,0706	0,0313	14
Água Comprida	0,0410	0,0315	15
Campos Altos	0,0459	0,0321	16
Ituiutaba	0,0604	0,0326	17
Pedrinópolis	0,0645	0,0328	18
Perdizes	0,0438	0,0330	19
Iturama	0,0590	0,0331	20
Capinópolis	0,0762	0,0342	21
Planura	0,0793	0,0344	22
Conquista	0,0569	0,0351	23
Ibiá	0,1025	0,0352	24
Canápolis	0,0701	0,0352	25
Fronteira	0,0756	0,0360	26
Monte Carmelo	0,0650	0,0364	27
Conceição das Alagoas	0,0791	0,0366	28
Indianópolis	0,0790	0,0366	29
Patrocínio	0,0656	0,0369	30
Romaria	0,0515	0,0380	31
São Francisco de Sales	0,1319	0,0386	32
Cruzeiro da Fortaleza	0,1002	0,0387	33

Município	Índice de pobreza por renda	Índice de Alkire e Foster	Ranking
São Gotardo	0,0578	0,0397	34
Monte Alegre de Minas	0,0972	0,0398	35
Tupaciguara	0,0854	0,0401	36
Iraí de Minas	0,0581	0,0402	37
Carmo do Paranaíba	0,0926	0,0428	38
Itapagipe	0,0738	0,0434	39
Rio Paranaíba	0,0644	0,0453	40
Santa Vitória	0,0637	0,0455	41
Guimarânia	0,1073	0,0456	42
Arapuá	0,0413	0,0460	43
Prata	0,0535	0,0489	44
Coromandel	0,0489	0,0489	45
Matutina	0,0891	0,0495	46
Cascalho Rico	0,0465	0,0527	47
Campina Verde	0,1262	0,0548	48
Limeira do Oeste	0,1262	0,0548	49
Santa Rosa da Serra	0,0721	0,0558	50
Grupiara	0,0646	0,0569	51
Tapira	0,0914	0,0576	52
Estrela do Sul	0,0757	0,0579	53
Lagoa Formosa	0,0642	0,0582	54
Veríssimo	0,1251	0,0586	55
Campo Florido	0,0738	0,0626	56
Carneirinho	0,0624	0,0638	57
Serra do Salitre	0,0859	0,0649	58
União de Minas	0,1270	0,0677	59
Abadia dos Dourados	0,0663	0,0710	60
Pratinha	0,1669	0,0711	61
Douradoquara	0,0682	0,0756	62
Tiros	0,1399	0,0797	63
Centralina	0,1249	0,0858	64
Comendador Gomes	0,0728	0,0899	65
Gurinhata	0,1041	0,1207	66

Fonte: IBGE (2010).

As figuras 1 a 6 mostram a distribuição espacial dos indicadores sociais no mapa dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estas figuras são coloridas em intensidade branco-cinza-preto, sendo que as cores mais escuras representam valores mais elevados (maior privação) para estes indicadores. Os valores dos indicadores para os municípios são alocados em um de quatro intervalos interquartil. O primeiro intervalo está situado entre o valor mínimo do indicador para os 66 municípios da mesorregião e o primeiro quartil; o segundo intervalo situa-se entre o primeiro quartil e a mediana; o terceiro intervalo situa-se entre a mediana e o terceiro quartil e o último intervalo delimitam-se pelo terceiro quartil e valor máximo do indicador.

Por meio da Figura 1 podemos observar que existem alguns *clusters* de pobreza multidimensional. O primeiro cluster (agrupamento) é formado pelos municípios Comendador Gomes, Campo Florido e Veríssimo. Esses municípios caracterizam-se por valores do índice de pobreza multidimensional de Alkire e Foster no intervalo interquartil mais elevado. Observamos também agrupamentos de municípios com valores médios-elevados (terceiro intervalo interquartil) formado pelos municípios: Romaria, Monte Carmelo, Patrocínio, Pedrinópolis e Ibiá. O grupo de municípios contíguos constituído por Araguari, Uberlândia, Nova Ponte, Santa Juliana e Uberaba caracterizam-se por apresentarem valores reduzidos para a pobreza multidimensional.

Esta configuração espacial para o índice de pobreza multidimensional reflete que as condições complexas de desenvolvimento social estão fortemente associadas no espaço. Em outras palavras, pode-se dizer que o desenvolvimento social é um fenômeno que se desenvolve com fortes interações espaciais e sub-regionais.

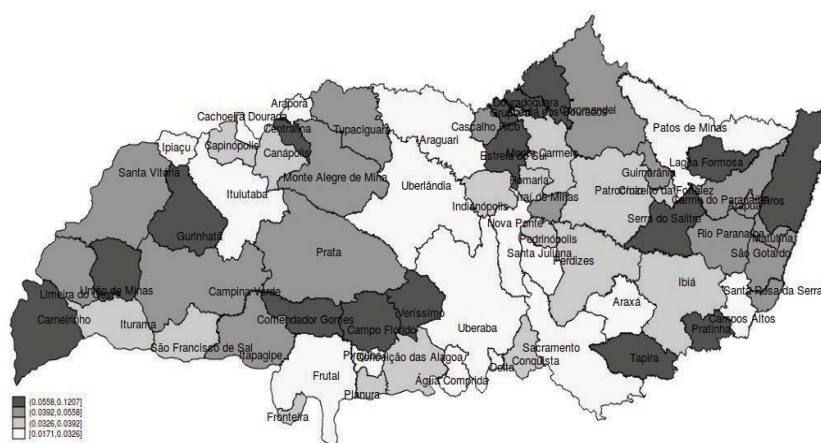
As Figuras 2 a 6 representam a distribuição espacial de diversos indicadores de privação (que compõem o cálculo do índice de Alkire e Foster). Na Figura 2 podemos observar que embora muitas das áreas de cores mais claras que indicam os municípios com menor insuficiência de renda na mesorregião sejam similares às apresentadas no gráfico anterior, em geral, acontece uma mudança quando se passa da medida multidimensional para a medida unidimensional. Isso demonstra que a pobreza é diferente quando estudada pelas óticas distintas, uma vez que

este é apenas um dos muitos indicadores utilizados para a constituição da medida multidimensional.

A Figura 3 mostra que existe um conjunto de municípios com valor do indicador “Proporção de domicílios com mais do que três pessoas por dormitório” situados no mais elevado intervalo interquartílico para esse indicador. Esse conjunto de municípios incluem Uberaba, Delta, Água Comprida, Conceição das Alagoas, Veríssimo, Campo Florido, Prata, Itapagipe, Campina Verde, Gurinhatã, Iturama, União de Minas e Limeira do Oeste.

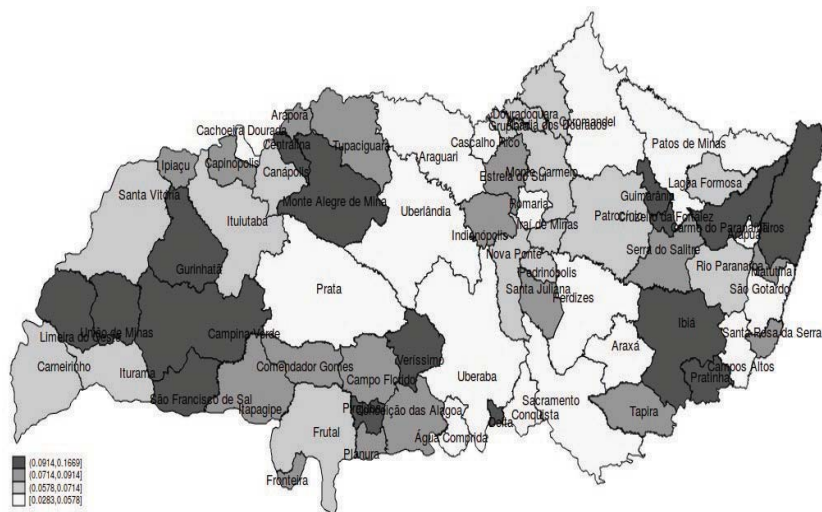
Quanto ao analfabetismo, na Figura 4, demonstra-se a distribuição espacial da proporção de analfabetos entre os municípios da mesorregião. Os municípios com menor proporção de analfabetos (situados no intervalo menos elevado) são Uberaba, Uberlândia, Araguari, Araxá, Frutal, Comendador Gomes, Sacramento, Tapira, Ibiá, São Gotardo, Santa Juliana, Patrocínio, Patos de Minas, Monte Carmelo, Douradoquara e Cascalho Rico. Por sua vez, os municípios com maiores proporções de analfabetos (situados no intervalo mais alto) são: Carneirinho, União de Minas, Gurinhatã, Santa Vitória, Ipiacaçu, Capinópolis, Canápolis, Centralina, Estrela do Sul, Pedrinópolis, Fronteira, Delta, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Matutina.

Figura 1. Índice de Alkire e Foster (pobreza multidimensional) – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



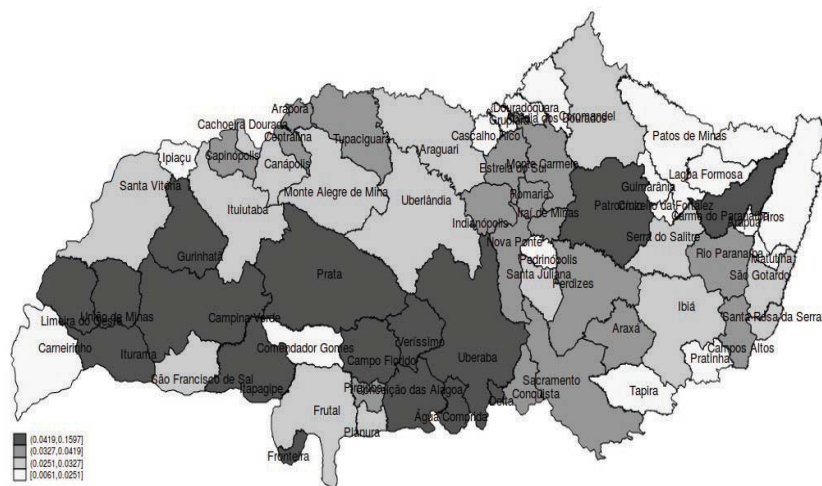
Fonte: IBGE (2010).

Figura 2. Pobreza por insuficiência de renda (Índice de Foster com parâmetro 0) – proporção de pessoas pobres – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



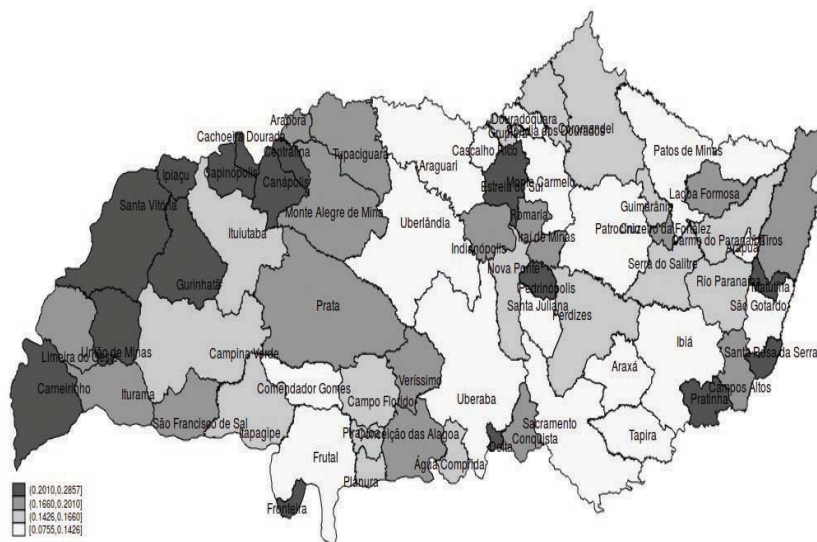
Fonte: IBGE (2010).

Figura 3. Proporção de domicílios com mais de três pessoas por dormitório – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



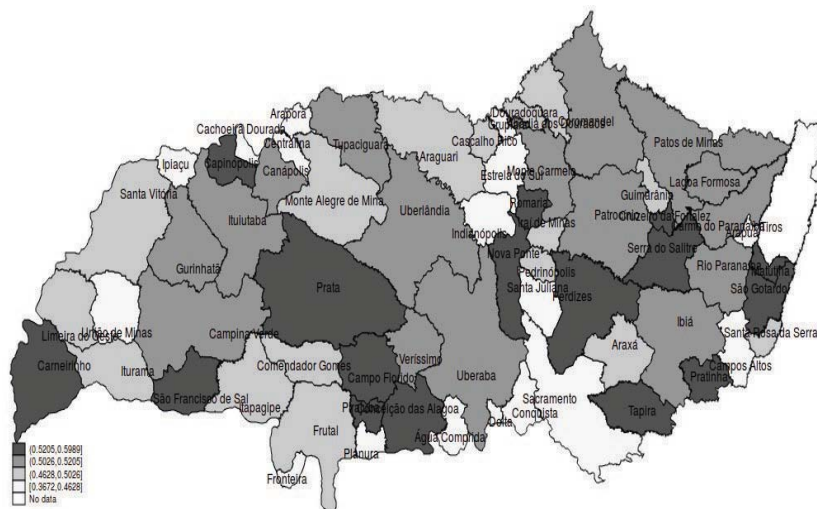
Fonte: IBGE (2010).

Figura 4. Proporção de pessoas analfabetas – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



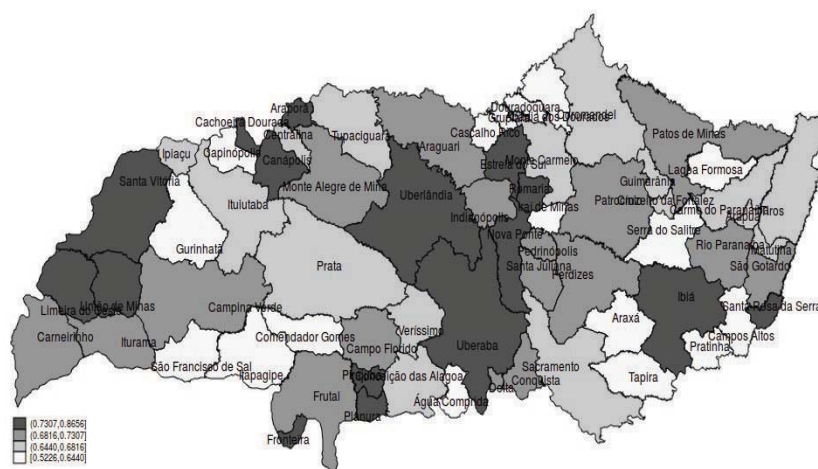
Fonte: IBGE (2010).

Figura 5. Índice de Gini do rendimento per capita domiciliar – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: IBGE (2010).

Figura 6. Índice de Gini da posse da terra – ano de 2010 – Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba



Fonte: IBGE (2006).

Os valores do índice de Gini do rendimento per capita domiciliar³⁵ encontram-se bastante diferenciados no espaço dos municípios da mesorregião. Percebe-se pela Figura 5 uma aglomeração espacial de municípios com elevados valores para esse indicador (Prata, Campo Florido e Conceição das Alagoas).

Os maiores valores de concentração fundiária (dados pelo índice de Gini para a posse da terra) estão situados em um grupo de municípios localizados no centro da mesorregião (Uberlândia, Uberaba e Nova Ponte). Esses municípios possuem elevado grau de urbanização restando para eles muito pouca população rural e os valores elevados deste indicador refletem um forte processo de exclusão de pequenos agricultores familiares em áreas de terras mais valorizadas (Figura 6).

A Figura 7 mostra o grau de associação existente entre pobreza multidimensional e pobreza por insuficiência de rendimentos. O objetivo

³⁵ Este indicador não é incluído no cálculo do índice de Alkiree Foster. De acordo com a metodologia de cálculo deste indicador de pobreza multidimensional, podemos calcular também um índice de concentração multidimensional de privações, baseado no índice de Gini e outros métodos de cálculo de indicadores de concentração. Isto não foi realizado nesta pesquisa, mas pretendemos desenvolver em próximos estudos.

Scatter plot showing the relationship between the Alkire-Foster Index (M0) on the x-axis and the Index of poverty by income (FGTO) on the y-axis. The x-axis ranges from 0.02 to 0.12, and the y-axis ranges from 0.0000 to 0.2000. A positive linear regression line is shown. Data points are labeled with municipality names, including Pratiânia, Tiroso, São Francisco de Sales, and others.

Verifica-se uma associação (correlação) positiva, mas também vemos que existem muitos municípios que se deslocam da reta de regressão linear entre as duas variáveis. Isso mostra que o índice pobreza multidimensional (que considera também a situação de pobreza por insuficiência de renda em seu cálculo) introduz um conjunto de informações mais rico e diversificado sobre a situação de privação dos domicílios.

Uma maneira mais completa de se estudar a pobreza envolve a incorporação de múltiplas dimensões além da monetária. Essa visão é especialmente importante porque tende a favorecer a provisão pública em detrimento da promoção de renda privada. A política pública possui um papel relevante dentro do processo de desenvolvimento porque

ela permite a expansão das capacitações das pessoas, melhorando sua condição de bem-estar e seu potencial para influenciar sua própria vida e a vida de outras pessoas. Assim, a visão multidimensional aponta para o papel do Estado, sem menosprezar a liberdade de trocas realizada no mercado, para o enfrentamento do problema da pobreza. A metodologia que foi adotada nesta pesquisa baseia-se em dois níveis de corte, o que torna mais precisa a identificação dos pobres. O primeiro é o nível de corte nos indicadores básicos que identifica a situação de privação em cada indicador. O segundo é o nível de corte ao longo das dimensões, pelo qual, determina-se um número mínimo de dimensões em que as famílias precisam estar privadas para caracterizar a situação de pobreza multidimensional.

A criação de índices de pobreza com base nesta metodologia trata-se da estimação da proporção da pobreza multidimensional (H), da intensidade da pobreza multidimensional (A), e por fim, do índice de pobreza multidimensional (M_0) produto dos dois primeiros índices. O estudo da pobreza multidimensional permite evidenciar que a heterogeneidade social na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é mais ampla do que quando o estudo é meramente unidimensional.

5. Referências

- ALKIRE, Sabine; FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty Measurement. **OPHI WorkingPaper**, n. 7. Oxford: University of Oxford, 2007.
- ALKIRE, Sabine; SANTOS, Maria Emma. Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries. **OPHI WorkingPaper**, n. 38. Oxford: University of Oxford, 2010.
- ALKIRE, Sabine. Multidimensional Poverty and its Discontents. **OPHI Working Paper**, n. 46. Oxford: University of Oxford, 2011.
- BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**, Springer US, v. 1, p. 25-49, 2003. ISSN 1573-8701 (electronic version)
- IBGE (2006). Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- IBGE (2010). Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- SANTOS, E. M.; ROCHE, J. M. In search of a multidimensional poverty index

for Latin America. In: **Society for the Study of Economic Inequality (ECINEQ):** Verona, 2012. Disponível em: <http://www.ecineq.org/ecineq_bari13/FILESxBari13/CR2/p170.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

SEN, A. K. Capability and Well-Being. In: SEN, A.; NUSSBAUM, M. Eds. **The Quality of Life**. Oxford: Clarendon Press, 1993. p. 30-53.

SEN, A. K. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: **Human Development Report 1997**. Published for the United Nations Development Program. New York: Oxford University Press, 1997, p.15-23.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. Human Rights and Capabilities. **Journal of Human Development**. Published for the United Nations Development Program. New York: v. 6, n. 2, p. 151-166, july, 2005. DOI: 10.1080/14649880500120491

SILVA, Ana Marcia Rodrigues da. **Abordagens das Necessidades Humanas e das Capacitações: uma aplicação da metodologia de Alkire e Foster para o estudo da pobreza multidimensional em Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010**. 2014, 249f. Tese (de doutorado) apresentada a Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia, 2014.

Capítulo 6

Uma breve análise da inserção internacional de Uberlândia e do Triângulo Mineiro na primeira década do século XXI

Armando Gallo Yahn Filho

1. Introdução

Ao acompanharmos o processo evolutivo do desenvolvimento econômico da Região do Triângulo Mineiro, é perceptível uma relação de interdependência econômica entre as cidades e todos os seus demais atores públicos e privados. Assim sendo, ainda que Uberlândia tenha se tornado o polo regional de desenvolvimento do Triângulo Mineiro, esse processo não aconteceu de forma isolada, com base tão somente na economia municipal, mas sim, a partir de uma diversificação econômica regional que se expandiu graças a uma infraestrutura financiada com o apoio de órgãos estaduais e federais, que tinham uma percepção estratégica da vantagem comparativa potencial da Região do Triângulo para fins de desenvolvimento econômico de Minas Gerais, do Brasil e da inserção internacional do País, de forma geral.

Portanto, ainda que tenhamos como um polo centralizador a cidade de Uberlândia, e os diversos atores que se concentram em seu território, é preciso considerar que esse município é a base de uma governança multinível que envolve governos municipais do Triângulo, o estadual mineiro e o federal na busca de um desenvolvimento econômico mais amplo.

Importante notar que a participação dos atores subnacionais nas relações internacionais deu origem a uma corrente de pensamento econômico denominada “localista”, que defende a hipótese de que as cidades podem levar adiante um processo de desenvolvimento isolado e superar todos os problemas enfrentados pelo Estado-nação. Inclusive, alguns desses autores são defensores da ideia do fim do Estado-nação. Mas, por outro lado, há outros autores que condenam essa teoria e demonstram como o desenvolvimento das cidades e regiões estão totalmente atrelados a uma estratégia de desenvolvimento da própria nação.

Ao focarmos nos temas da paradiplomacia e da inserção internacional de uma cidade ou região, é interessante perceber que todos os fatos relacionados ao desenvolvimento local estão associados à própria política externa, e acabam sendo fatores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, pretendemos tomar como exemplo o histórico de desenvolvimento do Triângulo Mineiro na década de 2000 e compará-lo com a política externa brasileira do governo Lula.

Ademais, pretendemos demonstrar, a partir da teoria da governança multinível, a forma articulada entre o governo federal, o estadual mineiro e os governos municipais do Triângulo no processo de inserção internacional de Uberlândia. Ou seja, nossas duas hipóteses principais são: 1) a de que a inserção internacional de Uberlândia está condicionada à sua relação com os governos estadual e federal, não se podendo levar adiante uma iniciativa paradiplomática sem internalizar os interesses dos demais níveis de governo; 2) a inserção internacional de Uberlândia ocorre não somente com a participação dos gestores públicos, mas também por meio de outros atores não-governamentais, tais como empresas, organizações, universidade etc.

2. O reescalonamento do Estado

O fim da ideia de que somente os Estados-nação eram atores nas relações internacionais aconteceu na década de 1970, com a teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye (1989). Em um mundo cada vez mais interligado, e com temas demasiadamente complexos, o militarismo e o equilíbrio de poder

dividem espaço com processos de cooperação, baseados em princípios e normas segundo os quais o Estado não é o único ator.

A teoria da interdependência complexa baseia-se em três características principais, quais sejam: múltiplos canais de negociação, ausência de hierarquia entre os temas da agenda internacional e menor papel da força militar.

A partir da década de 1990, e com o fim da Guerra Fria, o processo de globalização ensejou uma grande discussão, carregada de controvérsias, a respeito do papel do Estado como ator central no sistema internacional e na manutenção da sua estrutura. No plano internacional, se para alguns autores esse processo representou o fim do Estado e a construção de uma “sociedade global”, para outros ele mostrou o fortalecimento do Estado, haja vista o crescimento das economias nacionais que acompanhou o aumento da participação de novos atores nas relações internacionais e a expansão do fluxo de comércio e de pessoas, em razão de uma evolução nas redes de transporte e nas tecnologias de comunicação. Além disso, a capacidade de penetração e intercâmbio entre novos atores, a despeito das fronteiras nacionais, teria aumentado a vulnerabilidade dos Estados, implicando na necessidade desses de se prepararem para possíveis reações.

Já no plano interno, tanto os adeptos da tese do fim do Estado quanto seus críticos viram no processo de liberalização econômica o fim do estado-centrismo, com uma descentralização política e econômica. Realmente, houve um processo intenso de privatizações, uma abertura para o capital estrangeiro, uma perda de controle do Estado sobre o fluxo de capitais, de empresas e de pessoas. Porém, tudo isso não retira do Estado sua característica principal, a soberania, atribuindo-lhe a capacidade de decisão, organização e controle sobre tudo o que está em seu território.

Um exemplo de pensamento econômico *localista* está na teoria de Kenichi Ohmae. Ao se fazer uma leitura ingênua e desatenta do livro *O fim do Estado-nação* (Ohmae, 1996), corre-se o risco de, facilmente, chegar à mesma conclusão do autor quanto à tendência de estarmos caminhando para uma nova era em que o Estado não terá mais importância e perderá completamente seu poder de decisão e controle dentro das suas próprias fronteiras.

De acordo com o economista Carlos Brandão, crítico daqueles adeptos da visão *localista*, “a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo”, dando origem a “essa ‘endogenia exagerada’ das localidades” que “crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira” (Brandão, 2007, p. 38).

Ao contrário, para Carlos Brandão, ao se pensar em desenvolvimento levando-se em consideração a questão territorial, não se pode colocar o Estado como escala descartável na ligação entre o local e o global. Ademais, ao se pensar no desenvolvimento de um Estado de dimensão continental, como é o caso do Brasil, quaisquer outras escalas intermediárias, tais como os estados federados, também devem fazer a ponte entre o local e o internacional (Brandão, 2007).

Portanto, seguindo o pensamento de Brandão, ao levarmos o debate do desenvolvimento territorial para as relações internacionais, falando em inserção internacional das cidades e tomando como base a teoria da interdependência complexa, não se pode concluir que o Estado perdeu sua importância. Ainda que tenhamos a participação de outros atores nas relações internacionais, o Estado continua sendo o principal ator e qualquer atividade paradiplomática de uma cidade, ou região, deve ser pensada em conjunto com o governo central, tomando como referência sua política externa e os seus interesses conjuntos.

Tomando Neil Brenner como referência e seu estudo sobre reterritorialização ou reescalonamento do Estado, podemos demonstrar que a relação entre os governos central, provincial/estadual e municipais tem como base a percepção dos gestores da União de que suas unidades federativas são condutoras da inserção internacional do próprio Estado, e que todo o processo cooperativo que tem início no âmbito local pode ser de interesse nacional.

Brenner contrapõe-se às teses da globalização – como aquelas chamadas por Brandão de “localistas” –, que apontam como resultado dela o fim do papel do Estado e de sua importância no desenvolvimento local. Essas teorias apontam para uma “desterritorialização”. A

corrente de análise seguida por Neil Brenner e Bob Jessop, de inspiração regulacionista, “vinculou os processos de reestruturação urbana a várias transformações da organização espacial do Estado que estão desprivilegiando o nível regulatório nacional e dando nova importância às formas de governança supranacional e subnacional” (Brenner, 2009, p. 67).

Dessa forma, Brenner considera, em sua corrente de análise, que existe uma diminuição da centralização do Estado no processo regulatório nacional, porém essa distribuição de responsabilidades para as escalas urbanas e regionais não retira, de forma total, o papel do Estado no seu processo de desenvolvimento. Ademais, esta “reestruturação multiescalar” traz consigo o conceito de *governança*, que extrapola a fronteira nacional. Ou seja, a cidade é o local onde as coisas acontecem em um mundo globalizado, porém o Estado não deixa de ser o ator central deste sistema internacional, redistribuindo suas funções ao longo das principais cidades e regiões que compõem seu território, caracterizando uma *governança multinível*.

Tomando a obra *New StateSpaces*, de Neil Brenner (2004), sua primeira hipótese está centrada no fato de que as cidades e as regiões se tornaram locais-chave, do ponto de vista institucional, nos quais se desdobrou um grande reescalonamento do poder estatal. Como segunda hipótese central de seu trabalho, Brenner sustenta que as instituições públicas nacionais continuam exercendo um papel primordial na formulação, implementação, coordenação e supervisão de iniciativas de políticas públicas urbanas, mesmo tendo havido uma primazia da descentralização político-econômica da esfera nacional para a local (Brenner, 2004).

Ressalta-se aqui o reconhecimento pelo autor da descentralização do poder político-econômico sem, contudo, retirar o papel da funcionalidade do Estado. Interessante notar que, ao reconhecer o papel do Estado, Brenner não distingue sua análise política da econômica, fazendo-a de forma interdisciplinar.

Quanto à consolidação de instituições supranacionais e transfronteiriças, Brenner segue a mesma linha de pensamento de Keohane e Nye, ao afirmar que o desenvolvimento de tais instituições

“sugere que as economias capitalistas não mais representam unidades geográficas perfeitamente autônomas e coerentes, mas hoje estão sendo permeadas por novos tipos de ligações verticais e horizontais entre formas institucionais diversas e multiescalares” (Brenner, 2004, p. 6).

O reconhecimento de Brenner dessa característica da interdependência complexa (múltiplos canais de comunicação) reforça o papel do Estado e da sua política externa nas relações internacionais. No entanto, ao afirmar que os Estados não são unidades perfeitamente autônomas, Brenner considera a autonomia dos atores subnacionais e não-estatais nas relações internacionais paralelamente à soberania do Estado.

3. Governança multinível e relações internacionais

Segundo a definição de Gary Marks (1993, p. 392), governança multinível é “um sistema de contínua negociação entre governos ligados em diversos níveis territoriais”, além de inseridos dentro de redes políticas que ultrapassam os limites da esfera pública (Bache; Flinders, 2004). Dessa forma, segundo Ian Bache e Matthew Flinders, o conceito de governança multinível contém tanto a dimensão horizontal como a vertical. A palavra multinível refere-se ao “aumento da interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais”, enquanto governança “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais” (Bache; Flinders, 2004, p. 3).

A ideia de governança multinível está centrada, principalmente, no fato de que há uma grande variação de externalidades na provisão dos bens públicos. E tais externalidades não são internalizadas por uma única escala de governo, requerendo uma negociação entre diversas escalas para se chegar a uma decisão final. Muitas vezes, essa negociação também envolve setores da sociedade, como empresas, organizações não-governamentais, entidades de classe etc. (Marks; Hooghe, 2004).

Afinal, se o Estado-nação não consegue proteger suas unidades subnacionais dos efeitos devastadores externos (econômicos, principalmente), não há que se impedir que essas unidades defendam seus interesses por conta própria, às vezes, contribuindo com o próprio

Estado-nação (Kincaid, 1990). No entanto, essa ação por conta própria nem sempre ocorre sem a participação, ainda que indireta, de outros níveis de governo ou de outros atores não-governamentais, conforme já vimos no item anterior, com base nas visões de Neil Brenner e Carlos Brandão.

De acordo com Marks e Hooghe (2004), a governança multinível pode ser dividida em dois tipos. A primeira (tipo I) está intimamente ligada ao federalismo e consiste da dispersão de autoridade para jurisdições em um número limitado de níveis, tais como: internacional, nacional, regional e local. Essas jurisdições têm suas funções baseadas em diversos temas. Ademais, o tipo I de governança se destaca pelo fato de que não há interseção entre as suas jurisdições. No Brasil, a Constituição deixa clara esta divisão jurisdicional em três esferas de governo (federal, estadual e municipal), cada qual com suas competências delimitadas, porém nem sempre exclusivas.

O segundo tipo de governança (tipo II) consiste de jurisdições especializadas, restritas à solução de problemas específicos. A grande diferença desse tipo de governança está no fato de que ela não se restringe a um número específico dentro dos diferentes níveis de jurisdição, são flexíveis, na medida em que a demanda as requer, e contam com a participação de atores não-governamentais. Outro ponto que a diferencia é o fato de haver interseção entre seus membros (Marks; Hooghe, 2004).

Importante salientar que esta governança metropolitana não se restringe aos atores nacionais. Trata-se de uma governança que, por estar jogando com os impactos da globalização, também age no plano internacional, por redes de contatos, acordos transnacionais, contratos de prestação de serviços, comércio exterior etc. O próprio processo de integração regional trouxe para as esferas subnacionais suas repercussões, tornando os governos subnacionais atores desse processo, por meio de redes de governança, como é o caso da Rede Mercocidades.

4. O perfil de uma cidade internacional

Para Panayotis Soldatos (1996), há um conjunto de treze características que conformam uma cidade internacional moderna: 1)

sua posição geográfica de abertura para o mundo; 2) o fato de receber fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços); 3) abrigar instituições estrangeiras instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas, organizações internacionais); 4) exportar fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas terem presença no exterior; 5) multiplicidade de comunicações sociais como exterior; 6) estar diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações; 7) possuir um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.); 8) ter uma mídia de repercussão e difusão internacionais; 9) acolher regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.); 10) abrigar instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; 11) exercer uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização; 12) manter entendimentos (acordos, protocolos etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participar de redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades; e 13) ter uma população com composição étnica diversificada.

A partir deste perfil, Soldatos (1996) identifica dois tipos de internacionalização das cidades: a *passiva* e a *ativa*. A internacionalização passiva é aquela desempenhada pelas *cidades-espaço*, que acolhem atividades e instituições internacionais, mas não acolhem instituições e serviços de importância estratégica para o desenvolvimento de funções de influência ou de controle (sedes de grandes organizações internacionais, sedes de grandes empresas multinacionais, serviços estratégicos, etc.); seu papel é de peso regional (Soldatos, 1996).

Por sua vez, a internacionalização ativa é aquela desempenhada pelas *cidades-atores*, que se distinguem por uma atuação dinâmica. Estas cidades possuem uma rede de serviços de suporte para as atividades internacionais (grandes escritórios internacionais de

advocacia, grandes escritórios de arbitragem internacional, grandes instituições bancárias, estrutura sofisticada de transportes e comunicações etc.). (Soldatos, 1996)

É a partir dessas 13 características e dos dois tipos de internacionalização (passiva e ativa) que analisaremos o processo de inserção internacional de Uberlândia, que vem acontecendo desde o início do século XXI.

5. A política externa do governo Lula e a inserção internacional do Triângulo Mineiro

Ainda que não exista uma paradiplomacia formalizada no âmbito de uma determinada região ou localidade, é possível avaliar os impactos das relações interestatais no seu desenvolvimento, ainda mais em um mundo globalizado. O próprio fluxo de entrada e saída de determinados produtos num determinado país representa uma relação comercial com bases contratuais, que acabam resultando na composição de uma rede da qual depende o desenvolvimento nacional e, por consequência, também o regional, e vice-versa.

Ou seja, a paradiplomacia, pública ou privada, não é o único fator determinante da inserção internacional de uma determinada cidade ou região, conforme se viu no item acima (item 4) e, mesmo que haja uma estratégia paradiplomática no âmbito local ou regional, ela não estará desvinculada dos interesses dos demais níveis de governos e da conjuntura na qual ela está sendo implementada, conforme a teoria da *governança multinível*.

Como bem colocado por Guimarães, num estudo de economia regional sempre “está presente a ideia de que cada parte ou região econômica guarda sua singularidade, mas não pode ser entendida fora do contexto histórico e espacial mais geral” (Guimarães, 2010, p. 17).

Ademais, conforme o mesmo autor:

a emergência concreta de regiões, seja na escala subnacional ou internacional, não implica na constituição de ambientes econômicos isolados, homogêneos e independentes. Pelo contrário, na economia

moderna, o surgimento e a diferenciação das estruturas produtivas regionais ocorrem a partir de uma particular e complexa combinação entre o todo e as partes, marcando suas identidades e características comuns. (Guimarães, 2010, p. 17).

(...)

todo estudo regional precisa ser realizado à luz dos grandes eventos nacionais e internacionais, que delineiam o espaço de fluxos principal, no qual cada área específica se insere e se singulariza. Ou seja, a análise de uma região não pode ser realizada tendo como procedimento metodológico um recorte isolado do todo, pelo contrário, deve ser assumida como uma experiência de desenvolvimento específica e participante de um contexto mais geral, em suas respectivas fases históricas. (Guimarães, 2010, p. 31).

Numa divisão internacional do trabalho, nenhum país está preparado para atender a todas as suas demandas, produzindo tudo o que precisa, e nem sempre tem conhecimento técnico ou capital para investir em obras de infraestrutura necessárias para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, essa busca de produtos, conhecimento e/ou capital se faz por meio de uma cooperação internacional e resulta de um mundo cada vez mais interdependente.

Trazendo o debate mais especificamente para o Triângulo Mineiro, o Prof. Eduardo Nunes Guimarães ressalta que essa é uma região que “precisa ser entendida como uma construção econômica e social histórica, sempre inserida na dinâmica mais geral da economia nacional e internacional” (Guimarães, 2010, p. 20).

Assim sendo, de acordo com o objetivo deste artigo, pretendemos demonstrar a ligação da inserção internacional de Uberlândia, e do Triângulo Mineiro, na primeira década do século XXI, com as linhas de política externa brasileira do Governo Lula, que se estendeu de 2003 a 2010. O importante é deixar claro como uma região não consegue se desenvolver e se inserir internacionalmente de forma isolada, mesmo num mundo que já é considerado como globalizado desde o século XIX, segundo Eric Hobsbawm (2000). Ademais, é importante destacar o fato de que a inserção internacional do Estado também está associada ao processo de inserção das suas ilhas de desenvolvimento, que são regiões

que atingem esse *status quo* por meio da governança multinível.

Segundo Guimarães (2010, p. 26):

a formação histórica regional não pode ser apreendida por meio de uma simples articulação de fatores e variáveis ocorridos internamente. Muito pelo contrário, desde o início, qualquer estudo regional demanda ter por eixo básico o entendimento de que a análise desta “região” específica só poderia ser inteligível se articulada à estrutura dos fluxos econômicos e demográficos, estado das artes e interesses político-sociais nacionais e internacionais.

Ao falarmos justamente de interesses políticos e sociais estamos estendendo o debate para além de órgãos governamentais, ressaltando o papel de atores sociais no processo de desenvolvimento. Destarte, isso nos chama a atenção para a linha de análise de política externa proposta por Robert Putnam (1988), conhecida como “jogo de dois níveis”. Ou seja, uma política externa que tem total influência de atores internos e externos, tendo que negociar os interesses de ambos.

Segundo Cervo (2008, p. 56), o governo Lula corrigiu os rumos da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de três linhas de frente, que ele denominou como *Estado logístico*:

a) tirar a política exterior das ilusões da harmonia kantiana e de divisas e orientá-la para a conquista da reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo da reciprocidade entre países centrais e emergentes; b) o enfrentamento das dependências estruturais – financeira, empresarial e tecnológica – com o fim de atenuá-las; c) a ideia de reforçar a América do Sul como polo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros.

Interessante notar que o paradigma de Estado logístico adotado pela política externa do governo Lula, caracterizada pelo *multilateralismo da reciprocidade*, “diferencia-se do paradigma desenvolvimentista” (marca da política externa brasileira entre 1930 e 1989) “ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário”, ao mesmo

tempo em que se diferencia do Estado normal, característica do governo Cardoso, “consignando ao Estado não apenas a função de prover estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na realização de seus interesses” (Cervo, 2008, p. 86)

Ao argumentar que “o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas”, Amado Cervo (2008, p. 86) reforça que

a política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração empresarial e o desenvolvimento tecnológico; dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar.

Portanto, fica clara a sintonia do conceito de *Estado logístico* com a teoria da reterritorialização do Estado, de Neil Brenner, e da governança multinível, na medida em que o Estado continua a ser o ator principal nas relações internacionais, agindo dentro dos princípios do realismo clássico, mas sem deixar de lado o papel dos atores subnacionais, públicos e privados, que, num mundo caracterizado pela interdependência complexa, devem compartilhar com o governo central as ações estratégicas de inserção internacional.

Ao se aproximar da teoria realista das relações internacionais, o *Estado logístico* projeta a internacionalização econômica e “põe em marcha dois componentes de conduta advogados pelos realistas: a construção de meios de poder e sua utilização para fazer valer vantagens comparativas, não mais naturais, mas intangíveis, como ciência, tecnologia e capacidade empresarial” (Cervo, 2008, p. 87).

Nesse sentido, é imprescindível a necessidade do governo federal de identificar as *ilhas de desenvolvimento* do País, a fim de repassar aos governos dessas regiões responsabilidades que estavam centralizadas no nível federal. Ou seja, um Estado logístico deve encontrar espaços e atores adequados, e vocacionados, para cada atividade voltada para o desenvolvimento, de modo a fazer valer os investimentos e as ações advindas do governo central para fins de inserção internacional.

Na medida em que o Triângulo Mineiro se caracteriza pela interdependência econômica entre as cidades da região, somando-se o setor agropecuário, em sua grande maioria, à evolução dos setores industrial e terciário na cidade polo de Uberlândia, no decorrer da década de 2000, ficou evidente a necessidade de incorporar a Região na estratégia de política externa do governo Lula, baseada no paradigma do Estado logístico.

6. A inserção internacional de Uberlândia e do Triângulo Mineiro: um processo incipiente

Se havia, até recentemente, algum ator público pensando de forma estratégica a inserção internacional de Uberlândia, esse é o próprio governo federal que observa a região do Triângulo Mineiro como sendo uma *ilha de desenvolvimento* no território nacional.

Nesse sentido, todos os investimentos advindos do governo nacional para ampliar o desenvolvimento da região se fazem em consonância com a visão compartilhada por Brandão (2007) e Brenner (2004), segundo a qual a escala federal é a ponte de ligação entre o local e o global. E, portanto, se a política externa do governo Lula estava pautada pelo *multilateralismo da reciprocidade*, na qual se insere o paradigma de Estado logístico, que objetiva uma inserção maior do Brasil no mercado internacional, então era preciso fortalecer o elo de ligação entre as *ilhas de desenvolvimento* nacionais e os atores estrangeiros, ampliando, *a priori*, o investimento nacional no exterior, ao invés de somente abrir portas para os investimentos estrangeiros no País.

Mesmo que a Região do Triângulo ainda não constitua uma região metropolitana legalizada por norma estadual, percebe-se a interdependência econômica entre as cidades da Região, na medida em que se destaca a cidade-polo de Uberlândia, centralizadora dos setores industrial e terciário, este último oferecendo serviços a toda Região, cuja economia está baseada no setor agropecuário. Dessa forma, pode-se perceber a metropolização do Triângulo, de acordo com a teoria do “novo regionalismo”. Podemos perceber toda essa divisão econômica do Triângulo Mineiro e suas variações, pelas tabelas 1, 2 e 3, nas páginas

seguintes.

Desenvolvida pelos estudiosos da questão metropolitana nos Estados Unidos, na década de 1990, a teoria do “novo regionalismo” parte do princípio de que a metropolização tem como função manter a competitividade econômica em um mundo em processo de globalização econômica. Destarte, os teóricos demonstram que os municípios inseridos em uma região metropolitana são economicamente interdependentes, não sendo as fronteiras políticas barreiras para os fluxos econômicos e que as empresas privadas estão mais preocupadas com as vantagens competitivas regionais do que com as políticas públicas dos governos locais (Hamilton; Miller; Paytas, 2004).

Se atentarmos bem, a tese do novo regionalismo vai ao encontro da tese do reescalonamento do Estado, de Neil Brenner, na medida em que esse também coloca as regiões metropolitanas como polos de desenvolvimento, de acordo com as suas vantagens competitivas, tornando-se espaços estratégicos para as políticas nacionais e estaduais (ou provinciais) de desenvolvimento, e desconsiderando as fronteiras entre os municípios que as compõem (Brenner, 2004).

Interessante que o “novo regionalismo” não foca na consolidação do governo metropolitano, como outras teorias sobre modelos de urbanização, mas sim na estrutura. Ou seja, o que garante a funcionalidade de uma região metropolitana são os seguintes fatores: cooperação, redes de contato, parceria entre os governos locais e com setores privados, direcionando para uma governança regional (Hamilton; Miller; Paytas, 2004).

Destaca-se, no momento, a proposta de diversos políticos, entre eles prefeitos e deputados federais e estaduais, com o apoio de especialistas, como os Professores do Núcleo de Estudos em Economia Regional e Urbana (Nesur) do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na formalização da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro.

Tabela I. Participação Percentual do Valor Agregado Bruto do setor agropecuário do município no Valor Agregado Bruto do setor agropecuário da Região de Planejamento

	2000	2006	2009	2010
Região do Triângulo Mineiro	100%	100%	100%	100%
Microrregião de Ituiutaba				
Cachoeira Dourada	0,51	0,28	0,45	0,41
Capinópolis	2,16	2,36	2,07	1,92
Gurinhata	1,43	1,27	1,44	1,45
Ipiacu	0,72	1,61	0,73	0,65
Ituiutaba	2,79	3,76	3,71	3,42
Santa Vitória	2,13	1,94	2,69	3,68
Microrregião de Uberlândia				
Araguari	8,21	5,89	6,28	6,57
Araporã	0,80	0,76	0,72	0,66
Canápolis	4,19	4,59	3,44	2,79
Cascalho Rico	0,50	0,55	0,38	0,38
Centralina	1,08	0,99	1,12	1,02
Indianópolis	2,60	2,08	2,26	1,63
Monte Alegre de Minas	6,28	4,66	6,13	4,06
Prata	2,81	2,98	4,21	4,63
Tupaciguara	3,05	2,71	3,21	2,50
Uberlândia	9,65	8,71	10,04	10,04
Microrregião de Frutal				
Campina Verde	2,36	2,25	2,07	2,76
Carneirinho	2,13	1,75	1,97	1,94
Comendador Gomes	1,53	1,41	2,04	1,79
Fronteira	2,06	1,04	0,74	0,70
Frutal	7,52	6,07	6,84	6,09
Itapagipe	2,57	1,81	2,53	2,27
Iturama	3,27	3,30	2,32	3,05
Limeira do Oeste	1,42	1,73	1,69	2,15
Pirajuba	3,25	1,69	1,51	1,44
Planura	2,22	1,70	1,18	1,01
São Francisco de Sales	1,03	1,11	1,50	1,85
União de Minas	1,44	1,50	1,68	2,10
Microrregião de Uberaba				
Água Comprida	1,16	1,69	1,49	2,17
Campo Florido	2,32	4,09	2,55	2,72
Conceição das Alagoas	3,89	5,49	4,29	5,06
Conquista	1,98	1,91	1,59	2,08
Delta	0,63	0,84	0,28	0,39
Uberaba	9,39	14,53	13,66	13,34
Veríssimo	0,92	0,92	1,17	1,30

Fonte: BRASIL (2015).

Tabela 2. Participação Percentual do Valor Agregado Bruto do setor industrial do município no Valor Agregado Bruto do setor industrial da Região de Planejamento

	2000	2006	2009	2010
Região do Triângulo Mineiro	100%	100%	100%	100%
Microrregião de Ituiutaba				
Cachoeira Dourada	0,02	0,04	0,03	0,02
Capinópolis	0,43	0,53	0,40	0,44
Gurinhata	0,08	0,07	0,04	0,06
Ipiaçu	0,03	0,03	0,03	0,02
Ituiutaba	5,67	2,70	3,35	3,30
Santa Vitória	0,24	0,20	0,33	0,50
Microrregião de Uberlândia				
Araguari	6,32	11,21	8,21	7,68
Araporã	8,62	13,50	6,49	6,99
Canápolis	0,60	0,70	0,53	0,59
Cascalho Rico	0,02	0,02	0,03	0,03
Centralina	0,20	0,08	0,07	0,07
Indianópolis	2,67	2,23	1,88	1,59
Monte Alegre de Minas	0,15	0,11	0,18	0,18
Prata	0,52	0,47	0,56	0,58
Tupaciguara	0,34	0,19	0,23	0,26
Uberlândia	36,90	31,36	38,86	40,61
Microrregião de Frutal				
Campina Verde	0,63	0,33	0,24	0,63
Carneirinho	0,14	0,09	0,31	0,41
Comendador Gomes	0,02	0,02	0,03	0,02
Fronteira	8,55	8,80	7,00	6,12
Frutal	1,09	0,71	1,28	1,47
Itapagipe	0,39	0,61	0,57	0,59
Iturama	1,63	1,92	1,67	1,44
Limeira do Oeste	0,06	0,28	0,22	0,34
Pirajuba	0,24	0,35	0,52	0,52
Planura	2,44	2,84	2,04	1,73
São Francisco de Sales	0,14	0,07	0,06	0,07
União de Minas	0,08	0,04	0,04	0,05
Microrregião de Uberaba				
Água Comprida	0,03	0,02	0,02	0,02
Campo Florido	0,06	0,57	0,79	0,71
Conceição das Alagoas	0,42	1,21	1,39	1,56
Conquista	0,20	0,14	0,13	0,17
Delta	0,45	1,40	1,24	1,32
Uberaba	20,50	17,00	21,12	19,78
Veríssimo	0,13	0,17	0,10	0,12

Fonte: BRASIL, 2015.

Tabela 3. Participação Percentual do Valor Agregado Bruto do setor de serviços do município no Valor Agregado Bruto do setor de serviços da Região de Planejamento

	2000	2006	2009	2010
Região do Triângulo Mineiro	100%	100%	100%	100%
Microrregião de Ituiutaba				
Cachoeira Dourada	0,13	0,11	0,12	0,12
Capinópolis	0,68	0,66	0,57	0,54
Gurinhata	0,23	0,20	0,19	0,19
Ipiacu	0,15	0,18	0,14	0,13
Ituiutaba	5,09	5,71	6,68	7,09
Santa Vitória	0,69	0,66	0,86	0,93
Microrregião de Uberlândia				
Araguari	5,94	4,88	4,95	5,21
Araporã	0,55	0,71	0,53	0,63
Canápolis	0,58	0,56	0,47	0,47
Cascalho Rico	0,11	0,10	0,09	0,10
Centralina	0,38	0,34	0,29	0,30
Indianópolis	0,26	0,26	0,26	0,25
Monte Alegre de Minas	0,83	0,68	0,72	0,69
Prata	0,94	1,10	1,19	1,23
Tupaciguara	1,03	1,03	0,88	0,91
Uberlândia	52,41	52,17	52,94	51,14
Microrregião de Frutal				
Campina Verde	0,79	0,72	0,66	0,75
Carneirinho	0,37	0,37	0,38	0,41
Comendador Gomes	0,15	0,14	0,15	0,14
Fronteira	0,61	0,66	0,50	0,50
Frutal	2,52	2,58	2,26	2,48
Itapagipe	0,51	0,50	0,48	0,50
Iturama	1,68	1,84	1,66	1,78
Limeira do Oeste	0,21	0,26	0,26	0,31
Pirajuba	0,37	0,28	0,31	0,27
Planura	0,74	0,89	0,70	0,61
São Francisco de Sales	0,21	0,19	0,20	0,22
União de Minas	0,18	0,15	0,15	0,18
Microrregião de Uberaba				
Água Comprida	0,15	0,14	0,14	0,17
Campo Florido	0,25	0,40	0,40	0,40
Conceição das Alagoas	0,97	1,11	1,06	1,12
Conquista	0,32	0,30	0,25	0,28
Delta	0,29	0,50	0,43	0,45
Uberaba	19,56	19,47	18,95	19,34
Veríssimo	0,14	0,15	0,14	0,16

Interessante notar que as Agências Metropolitanas são órgãos gestores dessa governança, fazendo o elo entre atores públicos e privados por meio de suas câmaras temáticas. Diferentemente do que ocorre nos governos municipais, em que as Secretarias são muitas vezes uma moeda de troca para obtenção de apoio político na Câmara Municipal, as Agências Metropolitanas unem todos os governantes, independentemente de partido, além de empresários, organizações não-governamentais e cidadãos, para um trabalho conjunto visando ao desenvolvimento da região, de forma a eliminar a competição e as disputas, garantindo que o espaço físico da região seja visto como uma economia integrada e gerido sem rivalidades políticas (Yahn Filho, 2013).

Ao tomarmos a **posição geográfica de abertura para o mundo**, conforme colocado por Soldatos (1996) como primeiro fator de internacionalização de uma cidade, é preciso pensar que todo o desenvolvimento econômico de Uberlândia e, por consequência, do Triângulo, esteve condicionado à infraestrutura de transporte que facilitou a ligação com o porto de Santos e, atualmente, com os aeroportos internacionais mais importantes do Brasil, como Guarulhos e Viracopos. No entanto, não se pode esquecer o fato de que um olhar prospectivo estratégico não deixa de lado a possibilidade de construção de um aeroporto internacional regional, ampliando ainda mais o fluxo de mercadorias exportadas e evitando a dependência do transporte rodoviário para o despacho de produtos para outros países.

A princípio, um fato que parecia confirmar essa abertura de Uberlândia e do Triângulo Mineiro para o mundo foi a consolidação de um projeto que surgiu em 2008, a partir de muito esforço do setor empresarial de Uberlândia, tendo em vista a visão estratégica da logística regional. Naquele ano, foi assinado um Protocolo de Intenções entre os Governadores Aécio Neves, de Minas Gerais, e Eduardo Braga, do Amazonas, objetivando a realização de estudos destinados à criação, no município de Uberlândia, de um polo de distribuição de mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, que culminou na inauguração do chamado Entrepasto da Zona Franca, em março de 2010.

Segundo Pereira (2013, p. 23), dentre os fatores que contribuíram para que a cidade de Uberlândia fosse escolhida para a instalação do Entrepasto, destacam-se:

- A facilidade para o escoamento dos produtos visto que o município se liga aos principais mercados do país, ao Mercosul e ao mundo através de uma excelente infraestrutura logística que engloba transporte rodoviário, aéreo, hidroviário e ferroviário;
- Uberlândia é um ponto de ligação entre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Os maiores centros econômicos do Brasil contam com Uberlândia como ponto de ligação. Além disso, estima-se que num raio de 600 km existam 78 milhões de consumidores, que representam 50% do PIB brasileiro;
- Uberlândia é interceptada por cinco rodovias que conectam a cidade aos grandes centros, capitais e diferentes regiões do Brasil. Sendo assim, a instalação do Entrepasto em Uberlândia ocorre com vistas à localização estratégica da Cidade juntamente com toda a infraestrutura que atenda as demandas do empreendimento.

Ademais, segundo notícia publicada pela Imprensa Oficial de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2010, p. 1):

O entreposto funcionará como armazém para recebimento da produção das empresas instaladas na Zona Franca e distribuição aos varejistas de todo o país **ou mesmo para exportação**. A escolha por Uberlândia por parte do Governo do Amazonas foi fundamentada na **sua localização geográfica estratégica** e por sua malha viária que interliga todas as regiões do país. Além disso, a cidade abriga os maiores distribuidores atacadistas do país. (grifo nosso).

Ainda que o Entrepasto tenha sido visto pelo Governo de

Minas Gerais, e por diversos analistas, como base para o aumento da exportação dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, alguns empresários questionam qualquer impacto deste projeto nas taxas de exportação da Região do Triângulo, por conta das legislações tarifárias dos estados brasileiros, mas não excluem a possibilidade de que isso venha a acontecer com reformas tributárias, que tornem menos custosos os fluxos de produção dentro do País.

Nesse sentido, ao considerarmos a possibilidade de que o Entrepósito seja uma porta de saída dos produtos brasileiros para o exterior, vale a pena notar como as teorias da reterritorialização e da governança multinível estão na base de construção desse projeto, que pode ser mais uma razão de abertura para o mundo dada a posição geográfica de Uberlândia.

Segundo Keila Patrícia Pereira (2013, p. 26):

Essa reterritorialização é manifestada na medida em que o Entrepósito pode ser visto como uma nova forma de regulamentação estatal frente à crescente circulação de capital, regulamentação esta que é exercida por órgãos que estão vinculados diretamente ao Estado (Superintendência da Zona Franca de Manaus e Receita Federal) e que expressa, cada vez mais, a presença deste dentro do território.

Ainda de acordo com a mesma analista de Relações Internacionais:

Percebe-se que a articulação política entre as diversas escalas de governo (municipal, estadual e federal), além do setor privado, e a percepção do Triângulo Mineiro como uma Região estratégica para o desenvolvimento econômico do País, fez com que fosse Uberlândia a escolhida para receber tal empreendimento, evidenciando-se, assim, a prática da governança multinível e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico da localidade. (Pereira, 2013, p. 26).

Outra conclusão que se pode chegar a partir do Entrepósito da Zona Franca de Manaus, e da governança multinível que esteve na sua base construtiva, é a sua sintonia com a política externa do governo Lula, tanto na busca por novas formas de inserção internacional do País

quanto na própria tentativa de aprofundar as relações comerciais com os membros do Mercosul. No primeiro caso, destaca-se o investimento do Governo Federal em obras de infraestrutura que favoreçam o desenvolvimento nacional, bem como o paradigma do Estado logístico, pelo qual se faz o repasse à sociedade das responsabilidades de Estado empresário.

Ao tomarmos a segunda característica de inserção internacional de uma cidade, de acordo com Soldatos (1996), Uberlândia se distingue nos dois fatores apresentados: os **investimentos estrangeiros** e o **fluxo de comércio**.

Verificamos, no período entre 2000 e 2010, o saldo da balança comercial sempre favorável, com as variações favoráveis das exportações sempre muito maiores do que quando desfavoráveis (Tabela IV).

Tabela 4. Balança Comercial do Município de Uberlândia

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A) - (B)
2000	112.821.090	0,00	45.657.014	0,00	67.164.076
2001	111.612.452	-1,07	31.705.613	-30,56	79.906.839
2002	162.984.788	46,03	38.214.090	20,53	124.770.698
2003	156.062.973	-4,25	48.425.352	26,72	107.637.621
2004	203.151.410	30,17	26.844.160	-44,57	176.307.250
2005	226.633.200	11,56	49.599.054	84,77	177.034.146
2006	115.378.033	-49,09	46.443.283	-6,36	68.934.750
2007	145.329.535	25,96	79.007.864	70,12	66.321.671
2008	331.600.569	128,17	115.671.561	46,41	215.929.008
2009	297.323.741	-10,34	86.526.729	-25,20	210.797.012
2010	272.276.665	-8,42	135.529.720	56,63	136.746.945

Fonte: BRASIL (2015).

No que se refere aos investimentos estrangeiros diretos (IED), não temos esses dados estatísticos focados para a cidade, mas podemos destacar alguns casos que chamaram a atenção na imprensa local e nacional. Um exemplo é o investimento do Grupo Sonae Sierra Brasil, com a construção do Uberlândia Shopping. Em julho de 2008, o Grupo

português anunciou o investimento de US\$110 milhões nessa nova obra que, atualmente, é um dos seus nove empreendimentos no Brasil, destacando-se o fato de que o País respondeu, em 2007, “por quase um terço do total do lucro do grupo no mundo, que foi de €300 milhões”, ficando o desempenho brasileiro apenas “atrás do de Portugal, onde o grupo tem 20 shoppings em operação” (Chiara, 2008, p. B15).

Trata-se de um investimento de efeitos sistêmicos, na medida em que dele decorrem outros três dos maiores investimentos estrangeiros na cidade nos últimos anos: Walmart, Leroy Merlin e Zara. Afinal, de acordo com a jornalista Márcia de Chiara (2008), “o ritmo acelerado de expansão do Grupo Sonae reflete a corrida dos empreendedores para investir no setor de shoppings” (Chiara, 2008, p. B15). Destaca-se o fato de que o Shopping Parque Dom Pedro, em Campinas, construído pelo Grupo Sonae e considerado o maior da América Latina, atende à demanda de toda a Região Metropolitana. Ou seja, Uberlândia também é vista pelos proprietários do Grupo Sonae como cidade polo de uma região com alto poder de consumo.

No caso da rede Walmart, segundo reportagem da Revista Exame (Petry, 2013), do valor total do investimento em Minas Gerais, R\$ 50 milhões foram usados na construção do hipermercado de Uberlândia, o quarto da rede no Estado. Ainda segundo a mesma reportagem, “o Walmart afirmou, por meio de uma nota distribuída à imprensa, que Minas Gerais tem localização estratégica dentro do território nacional, daí a decisão de ampliar os investimentos no Estado, tanto nas lojas físicas quanto em logística” (Petry, 2013, p. 1).

Ressalta-se, no entanto, que os investimentos estrangeiros são totalmente dependentes dos investimentos nacionais em infraestrutura, o que não tem acontecido de forma suficiente para atrair mais empresários de outros países, a começar pelo fato de que o investimento nacional na Região tem se pautado muito mais pela ampliação de rodovias que facilitem a distribuição de cargas por todo o País, ao invés da ampliação do aeroporto municipal ou da construção de um terminal internacional de cargas, que possibilite o comércio exterior.

De qualquer forma, não se pode deixar de considerar que esses investimentos, por não serem tão amplos quanto poderiam ser, segundo

diversos empresários e analistas econômicos do Município, justifica-se pela própria política externa do governo Lula preocupada muito mais com o investimento de dentro para fora, seguindo o paradigma do *multilateralismo de reciprocidade*.

Ao se tomar outros dois fatores de internacionalização da cidade – exportação de fatores de produção e presença de instituições científicas no exterior –, a primeira década do século XXI foi muito marcada pela ampliação dos intercâmbios acadêmicos promovidos pela Universidade Federal de Uberlândia, tanto dos alunos quanto dos docentes, mas ressaltando-se o programa de mobilidade internacional (tabelas V e VI), que confirma a nossa hipótese de que a paradiplomacia segue na mesma linha da política externa do governo federal, que, desde o governo Lula, tem buscado ampliar o conhecimento científico e tecnológico no Brasil, por meio das suas redes de intercâmbio com universidades estrangeiras nos países desenvolvidos.

Tabela V – Saída de Alunos da UFU para Universidades Estrangeiras

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	3	2	4	6	5	11	17
Argentina			2		6	3	6
Austrália					2	19	14
Áustria			1	1	1	1	2
Bélgica					2		1
Canadá					11	16	12
Chile						4	2
China					4	1	
Coréia do Sul					1	1	1
Dinamarca					1		
Espanha	5	15	8	7	29	12	7
Estados Unidos			3		20	51	177
Finlândia					4		1
França	46	38	37	38	92	65	49
Holanda	2			5	6	7	9
Hungria						5	13
Irlanda						14	16
Itália	2			2	6	14	6
México			1	1	5		1
Nova Zelândia							3
Noruega							1

Paraguai			5	3	2		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Portugal	4	28	42	66	88	20	16
Reino Unido			4			12	29
Suécia						1	
Uruguai						1	
TOTAL	62	83	107	129	285	258	383

Fonte: Diretoria de Relações Internacionais e Institucionais da UFU (2015).

Tabela VI – Recepção de Alunos Estrangeiros pela UFU

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	2			2	2		
Argentina			3	2	5	7	7
Bolívia		4	1				
Chile							1
Colômbia	5			1			1
Espanha	1		2	1			3
Estados Unidos			2		3	1	
Finlândia						1	
França	6	7	15	15	16	14	14
Holanda		1		2		1	4
Itália						1	
Japão		1		2	2	2	
México		6	2		6	3	6
Paraguai		2	5	5	1	2	
Peru	1						
Portugal		1				4	3
Ucrânia	1						
Uruguai					2	1	
Venezuela						1	
TOTAL	16	22	30	30	37	38	39

Fonte: Diretoria de Relações Internacionais e Institucionais da UFU (2015).

Ao tomarmos a **abertura para os atores estrangeiros por meio de hotelaria e centros de convenções** como mais um fator de internacionalização da cidade, Uberlândia deixou claro esse avanço a partir do final da década passada. É interessante notar que o crescimento do setor terciário na cidade se fez de forma paralela com o crescimento da infraestrutura adequada para a ampliação dos negócios internacionais, tendo como exemplo o investimento na cidade de redes hoteleiras internacionais e a construção do Uberlândia *Convention Center*. Destaca-se, também, a construção de outros novos centros comerciais na cidade,

tais como o *World Business Center* e o *Gávea Business*.

Vale notar, também, que não somente a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub) tem uma visão estratégica de inserção internacional, mas a criação do *Uberlândia Convention & Visitors Bureau* (C&VB) é demonstração clara dos interesses de todos os setores econômicos da cidade na busca de ampliar suas relações para além das fronteiras nacionais, bem como de abrir as portas para os investimentos estrangeiros na Região. Pela definição dada pela própria entidade:

Os *Convention & Visitors Bureau* (CVBx) são estruturas independentes, não governamentais, apolidárias, sem fins lucrativos, com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do destino que representam, através do incentivo e fomento da indústria do turismo, com o consequente aumento do fluxo de visitantes. São um Instrumento de planejamento, promoção, apoio, captação e geração de eventos e incentivo ao turismo de entretenimento e lazer para destinos em formação e consagrados. (Uberlândia, 2015).

Importante notar que, ao se fazer uma análise do turismo em Uberlândia, cabe uma comparação ao que ocorre com Campinas, cujo foco é o chamado turismo de negócios.

Para não ficarmos presos apenas na exportação de instituições científicas, vale destacar que **instituições culturais uberlandenses também já tiveram presença no exterior** – outro fator de destaque na internacionalização de Uberlândia. A Companhia de Dança Balé de Rua conseguiu, com a ajuda de muitos patrocinadores, sair pela primeira vez do País e se apresentar na grande mostra francesa de artes cênicas, a Biental de Lyon, em setembro de 2002.

Enfim, ao analisarmos um fator determinante nesse processo de inserção internacional, que é o **exercício de uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização**, fica claro que ainda prevalece, em Uberlândia, uma paradiplomacia não-governamental. Diferentemente do que vem ocorrendo há mais de 20 anos na cidade de Campinas, com a criação da Secretaria Municipal de

Cooperação Internacional em 1992, não se via até 2016 um planejamento estratégico por parte da Prefeitura de Uberlândia, com a criação de órgãos especializados para o exercício de uma paradiplomacia pública municipal. Pode-se perceber que as atuações da Aciub, do *Uberlândia Convention & Visitors Bureau* e da própria UFU demonstram a visão estratégica desses setores, porém de forma desarticulada.

Em 2016, o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia 2100 (Coden), que trabalha olhando a cidade a partir de uma prospecção de longo prazo, uniu-se a diversas instituições públicas e privadas – tais como Sebrae-MG, Fiemg, Universidades locais, empresas privadas de grande porte, Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), *Uberlândia Convention & Visitors Bureau* etc. – para criar o Comitê de Internacionalização de Uberlândia. A meta do então Presidente-Executivo do Coden era avançar no processo de internacionalização municipal, “pressionando” a Prefeitura de Uberlândia a exercer um papel mais ativo, haja vista que, a paradiplomacia pública municipal é o fator mais atrasado, dentre todos estabelecidos por Soldatos (1996) como base para uma cidade se tornar internacionalizada.

Este Comitê progrediu justamente pelo fato de trabalhar de forma mais técnica, fora do ambiente político, sobre um verdadeiro projeto de inserção internacional de Uberlândia. Esse tecnicismo se verifica, claramente, na participação de empresas e Universidades que já vinham agindo no plano internacional, fazendo uma paradiplomacia bem mais avançada que aquela demandada à Prefeitura. Destaca-se, também, o envolvimento do Sebrae-MG, disposto a fazer deste projeto um exemplo a ser expandido para diversas outras cidades mineiras, colaborando com o Estado de Minas Gerais como um todo. Essa visão do Sebrae-MG vai ao encontro daquela apresentada pelo ex-Assessor Especial de Relações Internacionais do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Perpétuo, que dizia que as cidades mineiras devem “carregar” o Estado para a inserção internacional, e não o contrário. O *Uberlândia Convention & Visitors Bureau* também se empenha muito neste projeto de internacionalização, assim como a Fiemg e a Aciub, na medida em que percebem ser um “divisor de águas” para a economia municipal e regional. Há tempos essas instituições – trabalhando como parceiros

do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Uberlândia 2100 (Codem) – vêm defendendo a ideia de internacionalização da cidade e da Região do Triângulo, inclusive com a construção de um novo aeroporto internacional.

A grande convocação deste Comitê à participação do setor acadêmico – inclusive tomando como referência inicial uma pesquisa por mim coordenada – é um fator determinante, pois também ressalta o tecnicismo que está caracterizando o projeto.

Talvez, o avanço mais importante, até agora, tenha sido a institucionalização do Comitê de Internacionalização de Uberlândia. Em 2017, houve uma anexação do Comitê de Internacionalização de Uberlândia a uma Câmara Técnica já existente do próprio Codem – agora chamada Câmara Técnica de Atração de Investimentos e Internacionalização. Essa institucionalização tem duas consequências importantes: primeiro, ela reforça o caráter técnico deste projeto e, segundo, descarta qualquer possibilidade de se pensar no projeto como um mero interesse de governo.

Assim sendo, fica claro que todo o trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2016, fora da Prefeitura, referente à internacionalização de Uberlândia, é um fato portador de futuro, numa perspectiva de médio a longo prazo.

7. Conclusão

Ao fazermos uma breve análise da inserção internacional da cidade de Uberlândia, ao longo da primeira década do século XXI, é possível chegar a algumas conclusões que nos levam a pensar na possibilidade de um cenário prospectivo que seria base para um planejamento estratégico de todos os atores de uma paradiplomacia municipal, especialmente por parte daqueles que ainda não tinham entrado no jogo, até recentemente, como a Prefeitura Municipal, podendo alcançar grandes benefícios para o desenvolvimento local.

Por outro lado, conforme demonstramos ao longo do artigo, não se trata de um simples desenvolvimento local, mas também estadual e nacional, de modo que as ações paradiplomáticas podem

contar com o apoio dos governos federal e mineiro, por meio de uma governança multinível estratégica, cujos rumos estão centrados na política externa nacional.

Enfim, a percepção do governo federal das ilhas de desenvolvimento, como é o caso da Região do Triângulo, induz a um reescalamento, caracterizado pela transferência de atividades e instituições que estavam centralizadas em locais específicos, mas podem ter uma maior produtividade em outras regiões do território nacional, caracterizadas por vantagens comparativas (como a logística do Triângulo), que se convertem em vantagens competitivas.

Referências

BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew. Themes and issues in multi-level governance. In: BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 1-11.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores econômicos sobre as cidades do Triângulo Mineiro**. Brasília, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRENNER, Neil. **New State Spaces**: urban governance and the rescaling of statehood. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BRENNER, Neil. Restructuring, Rescaling, and the Urban Question. **Critical Planning**, n. 16, 2009. Disponível em: <http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Brenner_CP_2009.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHIARA, Márcia de. Sonae investe em novo shopping. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2008. Caderno Negócios, p. B15.

DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INSTITUCIONAIS DA UFU. **Dados levantados sobre mobilidade internacional na UFU**. Uberlândia: UFU, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: Edufu, 2010.

HAMILTON, David; MILLER, David; PAYTAS, Jerry. Exploring the horizontal and vertical dimensions of the governing of metropolitan regions. **Urban Affairs Review**, v. 40, n. 2, p. 147-182, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1857**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 2. ed. Nova York: Harper Collins, 1989.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal politics and the nation-state: conflict and co-operation. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis. **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1990. p. 54-75.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MARKS, Gary. Structural policy and multilevel government in the EC. In: CARFUNKY, Alan; ROSENTHAL, Glenda (Ed.). **The state of European Community**. Harlow: Longman, 1993. p. 391-410.

MARKS, Gary; HOOGHE, Liesbert. Contrasting visions of multi-level governance. In: BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 15-30.

MINAS GERAIS. Estado leva benefícios a Uberlândia. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 9 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/acao-do-governo/acao-do-governo-arquivo/Estado-leva-beneficios-a-Uberlandia.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PEREIRA, Keila Patrícia. **O estabelecimento do Entreposto da Zona Franca de Manaus em Uberlândia e a inserção internacional da cidade à luz do reescalamento do Estado-nação e da governança multinível**. Uberlândia, 2013. Trabalho de Iniciação Científica, Universidade Federal de Uberlândia.

PETRY, Rodrigo. Walmart investirá R\$ 80 mi em Minas Gerais. Revista Exame, 31 maio 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/walmart-investira-r-80-mi-em-minas-gerais-em-2011/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. EVANS, Peter; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert (Ed.). **Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics**. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 431-468.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. **Au-delà et en deçà de l'état-nation**. Bruxelles: Bruylant, 1996. p. 203-236.

UBERLÂNDIA CONVENTION & VISITORS BUREAU. O que fazemos. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<http://uberlandiacvb.com.br/portal/o-que-fazemos/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

YAHN FILHO, Armando Gallo. **Relações internacionais e atores subnacionais: a Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Átomo e Alínea, 2013.

Capítulo 7

Finanças Públicas

Rick Humberto Naves Galdino
Vitorino Alves da Silva

1. Introdução

Este capítulo dedica-se ao exame das finanças públicas, concentrando-se na análise das finanças públicas municipais, elo fundamental para a compreensão de distintas trajetórias regionais e mesmo daquelas no interior da mencionada Mesorregião. Nesse ponto, será examinada a evolução das receitas e das despesas públicas, segundo determinadas estruturas classificatórias, evidenciando suas performances nestes primeiros dez anos do século XXI.

Os dados orçamentários foram obtidos através das publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF) denominadas “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios” referentes aos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010³⁶ (BRASIL, 2001; 2008; 2010; 2011). As publicações são bastante amplas e tentam abranger todos os municípios, no entanto, nem todos se fazem presentes em algumas publicações. Foram acessados dados agrupados para Minas Gerais e selecionados os municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, objetos do estudo.

³⁶ No geral, são dados consolidados para o ano anterior, sendo a última publicação referente ao ano de 2010, cuja publicação ocorreu em agosto de 2011.

A Lei nº 4.320, de 1964, estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dessa forma, os orçamentos das três esferas de governo seguem o mesmo modelo de apresentação. Consoante seus artigos 11 e 12, as receitas orçamentárias são classificadas, conforme categorias econômicas, em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital” e as despesas orçamentárias em “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital” que, por sua vez, são desdobradas em outras subcontas, com classificações específicas que indicam origem, competência e finalidade das receitas, e destino, obrigações e finalidade das despesas (BRASIL, 1964).

Diante da multiplicidade de subcontas dos orçamentos públicos por questão de perspectiva analítica foram selecionadas algumas delas para serem acompanhadas, entre os anos 2000 e 2010. As subcontas analisadas constituem as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios e permitem verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como as principais fontes de financiamento através das receitas³⁷.

Conforme exposto anteriormente, as receitas orçamentárias são classificadas, segundo a categoria econômica, em receitas correntes e receitas de capital. Em termos gerais, receitas correntes são oriundas de fontes ordinárias e, se comparadas às receitas de capital, são menos suscetíveis a variações, por serem constituídas de receitas de ordens tributárias, de transferências e demais fontes de ordem corrente. As receitas de capital são constituídas de fontes de operações de crédito, alienação de bens e receita de transferência de capital, com caráter mais esporádico e menos regular.

As contas que compõem as Receitas Correntes foram selecionadas conforme a origem de recursos e são: Receita Tributária; de Contribuições; Patrimonial; Agropecuária; Industrial; de Serviços; Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. Para simplificar a análise e apresentação estão dispostas em quatro itens: Receita Tributária, Receita de Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes e a somatória das demais.

³⁷ Para as definições das contas e subcontas de receitas e despesas ver BRASIL (1964).

As contas das Receitas de Capital são classificadas, conforme a origem dos recursos, em: Operações de Crédito; Alienação de Bens; Amortização de Empréstimos; Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital. Neste trabalho, a conta “Amortização de Empréstimos” encontra-se somada a “Outras Receitas de Capital”.

Dentre os itens das Despesas, foram selecionadas as três subcontas que fazem parte das Despesas Correntes: “Despesas com Pessoal e Encargos Pessoais”; “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes”. E as três subcontas das Despesas de Capital: “Investimentos”; “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”.

2. Receitas Municipais

A fim de verificar o desempenho financeiro público, a Tabela 1 apresenta a evolução das Receitas Orçamentárias (em termos nominais) dos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do conjunto de municípios mineiros e do conjunto de municípios do País, bem como a variação percentual entre os anos 2000 e 2010.

No conjunto de municípios que compõem a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, aqueles que apresentaram as dez maiores Receitas Orçamentárias em 2000 foram: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba, Araguari, Araxá, Patrocínio, Iturama, Frutal e Sacramento. Dentre as dez menores estavam: Abadia dos Dourados, Douradoquara, Grupiara, Romaria, Pratinha, Veríssimo, Santa Rosa da Serra, Matutina, Cruzeiro da Fortaleza e Arapuá.

Em 2010, os municípios com as dez maiores Receitas Orçamentárias foram: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araxá, Araguari, Ituiutaba, Patrocínio, Iturama, Frutal e Monte Carmelo. Dentre as dez menores Receitas Orçamentárias municipais da região, em 2010, estavam: União de Minas, Cascalho Rico, Comendador Gomes, Água Comprida, Grupiara, Pratinha, Matutina, Santa Rosa da Serra, Arapuá e Douradoquara.

Os municípios que apresentavam os 10 maiores orçamentos em 2000 são os mesmos a apresentar os 10 maiores orçamentos em 2010, com exceção de Sacramento, que, por indisponibilidade de dados para

2010, perdeu seu lugar para Monte Carmelo. Dentre as posições que cada município ocupava em 2000, houve apenas uma alteração em 2010, com alternância de posições: Ituiutaba, que em 2000 apresentava o quarto maior orçamento dentre os municípios da região, perde a posição para Araxá, que em 2000 estava em sexto lugar.

Tabela 1. Receitas Orçamentárias Anuais e Variação Percentual, entre os anos 2000 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação % 2000/2010
Municípios do Brasil	85.622.019.125,58	86.295.004.057,03	270.544.213.599,36	309.378.156.418,18	261,33
Municípios de Minas Gerais	8.438.516.754,18	18.980.647.464,84	27.009.984.408,76	31.026.100.695,39	267,67
TMAP	1.055.261.007,52	2.223.077.416,56	3.121.234.890,60	3.625.773.060,43	243,59
Triângulo	745.516.020,66	1.573.516.900,90	2.182.955.241,03	2.592.668.636,38	247,77
Alto Paranaíba	309.744.986,86	649.560.515,66	938.279.649,57	1.033.104.424,05	233,53
Abadia dos Dourados	2.996.217,27	7.738.480,82	9.806.213,31	11.081.699,07	269,86
Água Comprida	3.720.047,73	6.752.067,26	8.433.201,58	9.429.033,16	153,47
Araguari	38.749.596,00	92.346.465,51	124.348.073,09	143.547.249,30	270,45
Araporã	15.333.050,29	26.287.207,94	33.498.785,71	34.408.517,62	124,41
Arapuá	2.252.107,18	4.291.223,62	5.765.540,69	7.437.771,52	230,26
Araxá	36.088.525,92	90.489.988,56	136.084.672,23	171.753.012,94	375,92
Cachoeira Dourada	6.600.238,00	12.098.886,95	16.087.618,48	25.114.259,53	280,51
Campina Verde	7.729.796,55	15.862.226,79	23.019.318,03	27.384.535,22	254,27
Campo Florido	3.769.770,42	10.082.648,87	12.883.001,00	16.684.347,66	342,58
Campos Altos	6.165.792,45	13.675.765,66	22.465.109,38	22.256.226,66	260,96
Canápolis	6.040.233,45	15.138.320,00	17.248.660,56	19.422.130,52	221,55
Capinópolis	8.246.442,75	15.108.269,43	19.889.304,50	26.150.412,09	217,11
Carmo do Paranaíba	10.452.300,78	22.813.969,63	31.798.549,13	38.321.055,61	266,63
Carneirinho	11.950.896,76	28.788.429,88	22.492.383,86	27.489.746,93	130,02
Cascalho Rico	3.725.153,04	7.344.105,41	9.271.849,66	9.936.411,17	166,74
Centralina	4.605.262,00	8.951.660,75	12.377.661,89	12.824.204,31	178,47
Comendador Gomes	3.076.375,01	6.127.545,03	8.394.577,49	9.682.856,91	214,75
Conceição das Alagoas	10.975.014,00	28.476.622,33	36.964.875,07	47.379.903,99	331,71
Conquista	4.389.115,99	9.459.322,31	12.185.582,15	14.300.417,02	225,82
Coromandel	10.945.657,33	22.734.088,62	30.769.710,28	37.644.611,74	243,92
Cruzeiro da Fortaleza	2.349.317,00	6.111.437,92	9.961.635,11	10.486.575,53	346,37
Delta	4.936.024,88	11.147.988,53	14.325.777,11	16.710.215,39	238,54
Douradoquara	2.934.269,00	5.618.565,54	6.868.365,99	6.974.041,27	137,68
Estrela do Sul	3.839.794,33	8.295.852,41	11.584.435,52	11.824.302,49	207,94
Fronteira	6.866.613,83	19.199.420,41	26.901.141,61	29.051.006,20	323,08
Frutal	23.208.504,22	42.596.789,15	58.913.855,82	69.860.142,31	201,01
Grupiara	2.893.211,00	8.128.468,62	8.605.512,66	9.024.524,58	211,92
Guimarânia	3.207.341,17	6.946.373,99	9.773.576,89	-	-
Gurinhatã	4.492.067,71	9.918.239,92	9.700.735,28	-	-

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação % 2000/2010
Ibiá	13.651.893,13	25.770.550,11	31.712.383,13	38.828.386,13	184,42
Indianópolis	4.523.385,94	11.974.052,00	-	-	-
Ipiaçú	4.884.120,00	13.131.793,42	-	-	-
Iraí de Minas	4.719.191,27	8.461.360,05	13.150.346,79	13.474.904,02	185,53
Itapagipe	5.651.318,19	14.008.680,72	21.806.363,44	26.954.086,03	376,95
Ituiutaba	46.094.593,00	89.410.090,00	122.763.042,00	139.541.373,00	202,73
Iturama	23.339.423,68	55.783.785,70	66.333.876,43	81.120.816,81	247,57
Lagoa Formosa	6.127.026,83	12.234.903,60	20.780.639,73	25.410.541,04	314,73
Limeira do Oeste	4.977.552,00	11.562.441,18	15.547.413,71	16.610.289,74	233,70
Matutina	2.473.956,41	5.403.034,44	7.130.257,71	7.859.248,31	217,68
Monte Alegre de Minas	8.321.783,00	20.633.259,31	28.319.601,04	34.674.358,08	316,67
Monte Carmelo	16.281.536,00	35.152.372,55	56.142.296,05	58.605.287,48	259,95
Nova Ponte	10.760.394,23	17.860.121,64	27.700.995,83	32.089.716,27	198,22
Patos de Minas	54.610.704,00	116.701.660,00	165.883.210,95	194.284.554,10	255,76
Patrocínio	35.691.468,72	68.639.590,21	106.641.995,36	127.174.866,76	256,32
Pedrinópolis	4.414.750,68	8.383.106,76	10.565.030,58	11.508.181,71	160,68
Perdizes	9.239.306,88	19.520.008,41	28.490.652,45	31.457.506,56	240,47
Pirajuba	3.386.249,54	7.706.824,13	21.365.310,78	12.712.956,83	275,43
Planura	6.153.205,28		16.175.863,83	18.947.244,76	207,92
Prata	9.095.739,76	20.396.164,84	30.949.631,14	34.011.517,15	273,93
Pratinha	2.752.267,14	5.013.875,18	6.985.446,20	8.189.937,89	197,57
Rio Paranaíba	7.801.355,65	14.327.106,00	21.698.135,00	27.618.661,00	254,02
Romaria	2.885.343,67	6.048.655,02	8.196.557,78	10.582.512,04	266,77
Sacramento	20.662.993,00	37.680.137,34	47.358.023,01		-
Santa Juliana	5.263.282,00	13.631.790,93	21.550.816,12	20.419.976,13	287,97
Santa Rosa da Serra	2.601.115,22	4.654.027,00	5.958.069,60	7.509.962,33	188,72
Santa Vitória	16.374.845,46	33.948.515,00	57.081.898,57	58.590.909,64	257,81
São Francisco de Sales	4.494.299,62	9.502.690,15	10.984.704,81	13.774.168,17	206,48
São Gotardo	10.794.315,37	20.760.979,98	29.925.702,24	40.198.416,28	272,40
Serra do Salitre	4.984.770,76	10.683.064,64	16.503.339,24	18.547.335,27	272,08
Tapira	6.030.249,92	14.566.983,93	19.920.991,29	21.136.851,51	250,51
Tiros	3.874.532,55	7.222.972,48	8.501.439,32	11.403.757,81	194,33
Tupaciguara	15.207.422,88	27.431.921,98	31.802.790,70	37.242.813,94	144,90
Uberaba	122.589.601,08	317.509.546,20	421.917.422,29	514.037.601,28	319,32
Uberlândia	295.814.368,38	561.484.527,00	853.411.032,00	1.042.962.394,00	252,57
União de Minas	3.450.904,83	6.636.462,89	9.162.694,38	10.073.758,70	191,92
Veríssimo	2.743.005,39	6.709.929,91	8.397.193,02	12.038.958,92	338,90

Fonte: BRASIL, FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, 2001; 2008; 2010; 2011.

Entre 2000 e 2010, o quadro de municípios com os menores orçamentos da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba teve um número maior de alterações, se comparada às alterações dentre

os maiores, pois, dos dez menores orçamentos em 2000, apenas seis permanecem dentre os dez menores em 2010.

No período analisado, a hierarquia financeira do setor público municipal da região ora em estudo pouco se alterou, as alterações se deram mais dentre municípios menores. Os municípios de Uberlândia e Uberaba continuam apresentando os maiores orçamentos da região, inclusive aumentando suas participações no total regional, passam de 28,03% e 11,62% em 2000, para 28,77% e 14,18% em 2010, respectivamente.

Neste mesmo período, todos os municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentaram aumento da Receita Orçamentária, assim como o conjunto de municípios do País e do Estado. Em valores absolutos, entre 2000 e 2010 o conjunto de municípios mineiros apresentou aumento de 267,67%, enquanto o conjunto de municípios brasileiros apresentou variação de 261,33%, no mesmo período, a variação do conjunto de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi de 243,59%. Tal relação mostra que o conjunto de municípios da região aumentou suas receitas orçamentárias no período, porém, em ritmo menor que o conjunto de municípios do estado ou do país.

Vale destacar que as dez maiores taxas de crescimento das Receitas Orçamentárias foram as de Itapagipe (376,95%), Araxá (375,92%), Cruzeiro da Fortaleza (346,37%), Campo Florido (342,58%), Veríssimo (338,90%), Conceição das Alagoas (331,71%), Fronteira (323,08%), Uberaba (319,32%), Monte Alegre de Minas (316,67%) e Lagoa Formosa (314,73%). De outro lado, as dez menores taxas de crescimento foram registradas pelos municípios de Iraí de Minas (185,53%), Ibiá (184,42%), Centralina (178,47%), Cascalho Rico (166,74%), Pedrinópolis (160,68%), Água Comprida (153,47%), Tupaciguara (144,90%), Douradoquara (137,68%), Carneirinho (130,02%) e Araporã (124,41%).

Na rubrica das Despesas Orçamentárias, nota-se comportamento bastante próximo ao observado para as Receitas: os municípios com as maiores receitas orçamentárias e aqueles que apresentaram as maiores variações das Receitas foram os mesmos a apresentar os maiores montantes de Despesas Orçamentárias e as maiores variações nessas, tanto em 2000 quanto em 2010 (Tabela 2).

Tabela 2. Despesas Orçamentárias Anuais e Variação Percentual, entre 2000 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação 2000/2010 %
Municípios do Brasil	82.509.086.301,56	183.298.368.171,27	252.216.968.555,78	288.537.121.240,97	249,70
Municípios de Minas Gerais	8.594.395.099,41	18.977.115.168,63	26.294.864.608,90	29.488.805.205,55	243,12
TMAP	1.063.984.558,30	2.223.614.065,01	2.964.932.638,57	3.402.662.528,71	219,80
Triângulo	745.538.274,95	1.550.963.544,76	2.060.053.268,22	2.449.505.055,63	228,56
Alto Paranaíba	318.446.283,35	672.650.520,25	904.879.370,35	953.157.472,08	199,31
Abadia dos Dourados	3.435.047,83	7.377.376,62	9.016.333,99	11.340.465,17	230,14
Água Comprida	3.620.035,23	6.635.406,63	8.248.172,69	9.197.284,58	154,07
Araguari	38.446.675,00	96.770.823,49	127.218.718,19	135.190.223,39	251,63
Araporã	16.224.325,37	25.687.756,68	36.522.332,46	32.059.362,69	97,60
Arapuá	2.418.514,81	4.259.019,97	6.322.887,75	6.836.849,65	182,69
Araxá	38.475.294,58	98.761.298,96	129.597.455,57	148.598.787,93	286,22
Cachoeira Dourada	6.364.315,00	10.795.552,76	18.490.178,96	21.616.328,69	239,65
Campina Verde	7.748.605,45	15.338.043,74	22.181.521,93	26.107.737,37	236,93
Campo Florido	3.563.171,61	10.493.460,01	13.757.338,61	15.435.226,81	333,19
Campos Altos	6.050.468,71	13.551.552,66	17.062.943,94	20.775.553,64	243,37
Canápolis	5.775.244,05	14.501.167,81	16.437.696,33	18.466.413,41	219,75
Capinópolis	8.487.765,54	15.849.720,64	18.806.527,13	24.874.940,34	193,07
Carmo do Paranaíba	11.241.958,07	21.003.645,74	31.470.954,66	32.446.984,54	188,62
Carneirinho	10.384.614,36	31.067.686,83	25.178.687,74	28.105.588,36	170,65
Cascalho Rico	3.297.832,31	3.406.554,69	7.996.793,88	8.721.583,52	164,46
Centralina	5.031.508,00	9.295.178,04	12.079.785,86	12.808.648,59	154,57
Comendador Gomes	3.076.375,01	6.416.226,43	7.449.742,37	8.952.012,99	190,99
Conceição das Alagoas	9.931.749,00	28.495.327,37	37.497.923,20	46.524.517,35	368,44
Conquista	4.408.834,19	9.589.180,02	11.878.378,27	13.090.294,43	196,91
Coromandel	11.479.105,32	22.283.987,72	29.069.631,72	32.441.807,57	182,62
Cruzeiro da Fortaleza	2.643.861,00	6.163.590,86	10.745.587,91	11.482.851,32	334,32
Delta	5.098.610,51	10.754.700,13	13.747.791,18	17.750.116,91	248,14
Douradoquara	3.434.056,00	6.496.856,11	6.581.242,32	7.258.931,16	111,38
Estrela do Sul	4.220.312,24	8.241.590,99	10.520.589,96	12.286.569,23	191,13
Fronteira	6.597.881,43	19.640.634,12	28.706.993,15	28.199.215,84	327,40
Frutal	23.060.599,21	43.525.584,23	0,00	67.952.866,20	194,67
Grupiara	2.893.623,00	7.288.601,95	8.263.480,25	8.913.492,97	208,04
Guimarânia	3.188.751,58	6.301.105,89	9.507.711,63		
Gurinhata	4.692.630,42	10.665.122,67	10.473.234,66		
Ibiá	13.373.347,37	25.574.577,03	32.552.160,52	37.946.888,44	183,75
Indianópolis	4.394.905,45	11.450.949,00			
Ipiacaçu	4.766.748,00	9.089.078,04			
Iraí de Minas	4.827.361,78	8.409.763,75	13.147.587,88	13.470.391,51	179,04
Itapagipe	6.478.387,91	13.928.101,44	21.313.121,46	26.374.736,45	307,12
Ituiutaba	42.283.942,00	88.478.190,00	125.832.289,00	135.141.057,00	219,60
Iturama	24.419.250,78	57.798.691,41	69.976.794,80	79.102.051,62	223,93

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	2000	2006	2009	2010	Variação 2000/2010 %
Lagoa Formosa	5.917.664,03	12.316.668,50	18.578.567,67	22.582.697,48	281,62
Limeira do Oeste	4.564.199,00	11.080.430,64	15.230.925,37	16.166.585,21	254,20
Matutina	2.797.516,39	5.445.735,93	7.634.120,22	7.708.245,43	175,54
Monte Alegre de Minas	7.672.663,00	20.476.526,32	27.038.182,91	30.525.192,49	297,84
Monte Carmelo	16.907.135,00	35.013.582,71	57.967.291,72	54.361.049,42	221,53
Nova Ponte	10.220.091,04	17.374.249,53	26.225.577,67	28.124.697,78	175,19
Patos de Minas	55.699.869,78	117.432.243,00	158.981.774,39	176.526.570,51	216,92
Patrocínio	36.567.627,20	86.401.762,35	106.446.786,88	119.352.264,83	226,39
Pedrinópolis	4.311.636,14	7.975.407,74	10.317.260,27	10.992.453,25	154,95
Perdizes	10.275.708,60	19.048.414,47	28.264.283,63	30.776.527,90	199,51
Pirajuba	3.339.443,73	7.972.471,93	10.969.770,53	11.874.631,92	255,59
Planura	6.679.673,77		15.786.823,30	17.986.412,66	169,27
Prata	8.956.294,05	19.457.370,86	30.234.605,33	32.726.210,24	265,40
Pratinha	2.412.906,34	5.158.407,18	7.236.195,52	8.312.875,74	244,52
Rio Paranaíba	7.849.710,41	15.020.205,00	20.636.175,00	25.409.988,00	223,71
Romaria	3.000.314,61	5.493.389,54	8.068.174,46	9.867.992,46	228,90
Sacramento	21.574.443,00	37.482.251,75	45.549.883,87		
Santa Juliana	5.142.540,00	12.709.099,28	17.591.389,53	19.447.317,65	278,17
Santa Rosa da Serra	2.509.602,71	4.662.943,00	5.842.115,05	6.852.817,61	173,06
Santa Vitória	19.351.781,23	33.435.860,80	51.719.947,54	55.435.332,31	186,46
São Francisco de Sales	4.438.919,15	9.812.495,06	11.324.365,09	12.808.141,17	188,54
São Gotardo	10.863.831,18	22.728.566,66	32.091.527,24	38.844.101,07	257,55
Serra do Salitre	5.130.090,05	10.399.511,76	14.418.998,91	17.926.172,82	249,43
Tapira	5.784.474,40	15.233.686,03	16.036.728,40	21.363.636,47	269,33
Tiros	3.799.420,18	7.041.427,57	9.133.951,82	10.908.490,53	187,11
Tupaciguara	14.978.553,41	28.104.724,87	36.183.600,25	35.844.926,26	139,31
Uberaba	117.521.258,44	317.615.455,90	398.521.798,58	475.876.663,51	304,93
Uberlândia	303.284.624,92	539.615.306,00	812.220.028,00	982.404.433,00	223,92
União de Minas	3.785.038,04	7.162.430,10	8.854.850,88	10.460.026,10	176,35
Veríssimo	2.811.820,38	6.557.336,10	8.174.348,57	11.726.294,22	317,04

Fonte: BRASIL, FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, 2001; 2008; 2010; 2011.

Diante da quantidade de municípios que fazem parte da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e da quantidade de variáveis selecionadas, a análise das demais variáveis de receitas e despesas é apresentada por grupos de municípios, classificados de acordo com as faixas de tamanho da população. A partir da somatória das Receitas Orçamentárias, foi calculada a “Receita Orçamentária Municipal Média” e a participação das respectivas contas analisadas, seguindo os recortes populacionais definidos (Tabela 3).

A região estudada é formada por municípios de diferentes magnitudes, em termos econômicos, sociais e naturais. Mostram-se municípios heterogêneos entre si, porém, dentro de uma mesma realidade, própria a cada sistema produtivo regional. A opção de apresentar os dados por grupos de municípios deve-se as características econômicas comuns de municípios com porte populacional próximo, principalmente no que se refere às contas públicas. Como os municípios estão representados pelas médias de suas respectivas faixas populacionais, a análise comparativa possibilita identificar disparidades e homogeneidades comuns à realidade de tais classes de municípios.

Comparando as participações das contas de Receitas Correntes e Receitas de Capitais nos orçamentos municipais nos anos 2000, 2006, 2009 e 2010, nota-se que as Receitas Correntes são responsáveis pela maior parte dos recursos orçamentários de todos os grupos de municípios, em todos os anos analisados.

Em 2000, as Receitas Correntes apresentaram participações médias, variando entre 92,68%, dos orçamentos do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000” e 98,08%, dos orçamentos dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes. Em 2010, as Receitas Correntes apresentaram participações médias, variando entre 91,28%, dos orçamentos dos municípios com população entre “20.001 a 50.000” e 95,50%, dos orçamentos dos municípios com população entre “50.001 a 150.000” habitantes. Nos quatro anos analisados, a menor participação média foi do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000” habitantes em 2010 (91,28%) e a maior (99,02%) apresentada pelo grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes no ano de 2006.

Como os orçamentos são formados por receitas classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Capitais, a participação das Receitas de Capitais nos orçamentos é equivalente à diferença entre Receitas Correntes e a própria Receita Orçamentária.

Em 2000, as Receitas de Capitais apresentam participações médias variando entre 1,92%, dos orçamentos dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, e 7,32%, dos orçamentos do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000”. Em 2010, as Receitas de

Capitais apresentaram participações médias, variando entre 4,50%, dos orçamentos dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes, e 8,72%, dos orçamentos dos municípios com “20.001 a 50.000” habitantes. Nota-se que tanto o piso quanto o teto aumentaram, de forma geral, ganhando mais participação nos respectivos orçamentos.

Analizando os orçamentos dos grupos de municípios da região em 2000 e 2010, apenas pelos dados numéricos das participações das contas de Receitas Correntes e Receitas de Capitais nos respectivos orçamentos, é difícil traçar algum padrão que possa ser relacionado ao porte dos municípios. Assim, além da análise das participações das contas de Receitas Correntes e de Capitais, a análise das subcontas que as compõem se faz necessária, a fim de avançar na própria análise das receitas.

A participação das Receitas Tributárias nos orçamentos municipais mostra a importância efetiva dos recursos tributários de competência própria no montante das disponibilidades financeiras dos municípios, consolidadas através dos orçamentos. É a subconta que registra os recursos cuja arrecadação e fiscalização são exclusivamente de competência dos municípios, conforme o arranjo fiscal vigente no país. A subconta Receitas Tributárias é um bom indicador do grau de autonomia das finanças públicas municipais, pois é a parte que cabe diretamente aos municípios através da forma típica de financiamento dos governos: a arrecadação de tributos.

Comparando a participação das Receitas Tributárias nos orçamentos dos grupos de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em 2000, o grupo formado pelos municípios com população “Até 10.000” habitantes apresentou a menor média de participação, 3,55%; já a maior média foi do grupo com “Mais de 150.000” habitantes.

Em 2010, se comparado ao ano 2000, a participação média das Receitas Tributárias nos orçamentos aumentou em todos os grupos de municípios, exceto naqueles com “50.001 a 150.000” habitantes, em que se reduziu de 12,95% para 11,81%.

Tabela 3. Receita Orçamentária Municipal Média e participação das principais subcontas - 2000, 2006, 2009 e 2010

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	Orçamentária	Receitas Correntes					Receitas de Capital				
		Total	Tributária	Transf Corrente	Contr/ Patr/Ind/ Agro/Serv	Outras	Total	Op. de Crédito	Alienação	Transf de Capital	Outras
Ano 2000											
Municípios do Brasil	16.142.914,62	95,40	17,97	66,16	5,18	6,09	4,60	0,86	0,40	2,82	0,53
Municípios de Minas Gerais	10.010.102,91	96,04	14,81	72,59	3,99	4,65	3,96	0,54	0,19	3,09	0,14
TMAP	15.988.803,14	96,59	11,64	72,24	6,09	6,63	3,41	0,58	0,26	2,38	0,19
Triângulo	21.300.457,73	97,38	12,86	71,00	6,86	6,67	2,62	0,28	0,26	1,93	0,15
Alto Paranaíba	9.991.773,77	94,70	8,69	75,22	4,26	6,54	5,30	1,30	0,25	3,48	0,27
Até 10.000	4.756.308,26	95,73	3,55	83,31	1,02	7,85	4,27	0,46	0,37	3,07	0,38
10.001 à 20.000	7.846.500,49	95,97	5,80	82,72	1,96	5,49	4,03	1,43	0,15	1,92	0,53
20.001 à 50.000	15.166.942,77	92,68	7,38	77,36	2,29	5,65	7,32	0,72	0,12	6,07	0,42
50.001 à 150.000	39.073.898,64	96,88	12,95	68,68	7,80	7,45	3,12	0,56	0,12	2,38	0,05
Mais de 150.000	209.201.984,73	98,08	16,98	65,46	9,40	6,25	1,92	0,38	0,35	1,16	0,03
Ano 2006											
Municípios do Brasil	34.346.424,05	96,43	19,13	70,74	8,03	4,43	3,57	0,35	0,39	2,66	0,18
Municípios de Minas Gerais	22.542.336,66	95,28	13,69	75,59	9,06	3,83	4,72	0,68	0,12	3,88	0,03
TMAP	34.201.191,02	97,75	11,75	75,92	12,03	5,60	2,25	0,21	0,17	1,84	0,03
Triângulo	46.279.908,85	98,26	12,89	73,01	13,16	6,52	1,74	0,28	0,12	1,34	-
Alto Paranaíba	20.953.565,02	96,49	8,99	82,99	9,31	3,36	3,51	0,04	0,29	3,07	0,10
Até 10.000	10.186.388,31	96,08	6,13	93,62	3,28	3,34	3,92	0,25	0,37	3,30	-
10.001 à 20.000	18.043.492,90	94,91	7,12	88,33	6,00	3,60	5,09	0,89	0,07	4,06	0,06
20.001 à 50.000	29.171.449,78	97,69	7,83	87,10	6,81	5,87	2,31	0,02	0,11	2,01	0,16
50.001 à 150.000	76.476.708,00	97,91	12,00	73,43	13,14	6,18	2,09	0,31	0,21	1,54	0,03
Mais de 150.000	439.497.036,60	99,02	16,09	64,09	17,86	6,59	0,98	0,03	0,09	0,86	-
Ano 2009											
Municípios do Brasil	49.750.682,90	96,32	19,19	71,07	7,39	3,99	3,68	0,72	0,14	2,49	0,31
Municípios de Minas Gerais	32.193.068,43	95,34	14,11	76,52	8,19	3,82	4,66	1,27	0,14	3,06	0,14
TMAP	48.769.295,17	95,35	12,54	75,25	10,47	4,80	4,65	1,56	0,35	2,22	0,18
Triângulo	66.150.158,82	96,00	14,03	72,52	11,50	5,39	4,00	1,65	0,24	1,51	0,11
Alto Paranaíba	30.267.085,47	93,84	9,06	81,60	8,07	3,43	6,16	1,35	0,60	3,88	0,32
Até 10.000	11.850.141,62	93,31	5,96	93,98	2,38	4,41	6,69	0,68	0,34	2,30	0,36
10.001 à 20.000	23.875.593,83	93,84	7,73	87,69	5,37	2,89	6,16	1,13	0,70	3,97	0,35
20.001 à 50.000	39.375.783,72	93,86	7,81	88,15	6,66	2,73	6,14	2,26	0,15	3,04	0,71
50.001 à 150.000	119.105.808,24	96,05	12,02	73,88	11,07	5,92	3,95	0,58	0,38	2,97	0,01
Mais de 150.000	637.664.227,15	96,44	17,56	63,08	15,08	5,49	3,56	2,27	0,29	1,00	0,00
Ano 2010											
Municípios do Brasil	59.358.817,42	94,79	19,74	68,84	7,60	3,96	5,21	0,95	0,39	3,18	0,66
Municípios de Minas Gerais	38.209.483,62	94,17	14,74	75,17	7,95	3,55	5,83	1,19	0,14	4,32	0,17
TMAP	59.438.902,63	94,22	12,92	73,71	10,83	4,17	5,78	1,20	0,30	4,05	0,23
Triângulo	81.020.894,89	94,55	14,29	70,71	12,05	4,49	5,45	1,40	0,27	3,65	0,13
Alto Paranaíba	35.624.290,48	93,40	9,50	81,25	7,76	3,36	6,60	0,69	0,37	5,07	0,47
Até 10.000	13.480.721,71	93,12	6,04	96,13	2,49	1,92	6,88	0,63	0,39	5,47	0,38
10.001 à 20.000	26.987.428,11	91,32	7,82	85,71	5,61	2,54	8,68	1,05	0,74	6,84	0,05
20.001 à 50.000	45.928.089,90	91,28	8,92	83,68	6,63	2,87	8,72	0,66	0,23	6,29	1,54
50.001 à 150.000	141.026.866,40	95,50	11,81	75,26	9,90	5,21	4,50	0,66	0,04	3,78	0,02
Mais de 150.000	778.499.997,64	95,39	17,68	61,46	15,92	4,94	4,61	1,82	0,31	2,49	0,00

Fonte: BRASIL, FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, 2001; 2008; 2010; 2011.

Tanto em 2000 quanto em 2010, e nos dois anos entre esses dois períodos, conforme a Tabela 3, a participação da subconta Receitas Tributárias mostrou relações positivas com o tamanho dos municípios. Assim, quanto maior o porte do município, maior a participação das Receitas Tributárias no orçamento municipal.

Tal relação mostra que os municípios maiores conseguem obter recursos significativos para seus orçamentos através das Receitas

Tributárias, dadas as características dos tributos municipais, como IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) e ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens imóveis).

Em outras palavras, os municípios maiores dispõem de base de tributação proporcionalmente maior. Por exemplo, o IPTU, em municípios com urbanização ampliada, tende a ter uma área geográfica maior de incidência, pois neles há um maior grau de adensamento imobiliário e, geralmente, imóveis com valores mais altos. A base de incidência do ITBI também é mais intensa em municípios maiores, onde a dinâmica comercial e de negócios imobiliários é maior. A arrecadação de ISSQN também tende a ser maior em municípios maiores, uma vez que os serviços são mais amplos e diversificados. Pelas características dos tributos e de suas bases de incidência, a subconta Receitas Tributárias apresenta relevância maior em municípios com economias maiores e mais diversificadas.

Quase como uma contraparte, o grupo dos municípios menores, com menores participações da subconta Receitas Tributárias nos orçamentos municipais, apresenta alta participação da subconta Receitas de Transferências Correntes. Conforme aumenta o porte dos municípios, diminui a participação das Receitas de Transferências Correntes nos orçamentos. A maior participação das Receitas de Transferências Correntes nos orçamentos de municípios menores reflete o modelo atual de distribuição das competências tributárias e financeiras entre as três esferas de governo, que centraliza a arrecadação nas mãos da União e, por meio de mecanismos de fundos e repasses, transfere recursos como medida de redistribuição e compensação aos estados, Distrito Federal e municípios.

Assim, as Transferências Correntes são bastante significativas para os municípios, sobretudo para as finanças dos municípios menores. Dentre as principais formas de transferência destaca-se a importância do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e recursos para a educação, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Em 2000, dentre os municípios do Triângulo Mineiro e Alto

Paranaíba, o grupo daqueles com “Até 10.000” habitantes apresentou a maior participação média da subconta Receitas de Transferências Correntes, 83,31%, e o grupo com menor participação média foi dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, 65,46%. Essas participações médias variaram entre 2000 e 2010 (Tabela 3). No entanto, de forma geral, em todos os grupos de municípios da região estudada, exceto no grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes, houve aumento da participação da subconta de Receitas de Transferências Correntes nos respectivos orçamentos. Isso aponta, portanto, aumento da dependência de Transferências Correntes, por parte dos municípios menores e diminuição da importância relativa de outras fontes de financiamento.

Em 2010, a maior participação média foi do grupo dos municípios com população “Até 10.000” habitantes, 96,13%, já a menor participação média 61,46% foi dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes.

A relação inversa entre o porte dos municípios e a participação das Receitas de Transferências Correntes nas Receitas Totais revela que os municípios maiores apresentam outras fontes significativas de Receitas. Como mostrado acima, uma delas são as Receitas Tributárias que se somam a outras, por exemplo, às Receitas Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais e de Serviços, apesar dessas não serem formas típicas de financiamento de governos e não serem significativas no orçamento de todos os grupos de municípios. Mesmo assim, é importante destacar que essas fontes de recursos são mais típicas e intensas em municípios mais dinâmicos. Elas aparecem juntas na Tabela 3 e apresentam alta porcentagem das Receitas Orçamentárias dos municípios maiores.

A subconta Demais Receitas Correntes, também selecionada dentre as principais Receitas Correntes, não apresenta padrão de participação bem definido; no entanto, mostra-se mais significativa nos municípios maiores, apontando relação positiva entre porte dos municípios e a participação dessa subconta nas Receitas Orçamentárias, apesar de serem significativas também para municípios menores, em alguns anos.

Dentre as subcontas das Receitas de Capitais (Tabela 3), não foi possível traçar um paralelo que as relacionasse ao porte dos municípios. Essas receitas apresentam características esporádicas, pois consistem

em Receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Receita de Transferência de Capitais e Outras Receitas de Capital. As Receitas de Operações de Crédito são pontuais no tempo, registram a contratação de empréstimos junto a instituições públicas e privadas. Apesar de constituírem uma fonte de receita, a contratação de dívidas gera obrigações, passivos, que deverão ser liquidados no futuro.

A Tabela 3 mostra que os diferentes grupos de municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba usam Operações de Crédito como Receitas de Capitais, mas, em termos percentuais, não são muito significativas no total das Receitas Orçamentárias. A maior participação, entre 2000 e 2010, foi 2,27%, apresentada em 2009 pelo grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes. Na maioria das vezes, quando aparece, essa rubrica fica próxima a 1% dos orçamentos municipais (em média). Portanto, além de bastante esporádica, muitas vezes também é pouco expressiva como participação das Receitas Orçamentárias. Todavia, é relevante como participação nas Receitas de Capitais.

A subconta Alienação de Bens consiste nos recursos obtidos com a venda de bens patrimoniais. Essa conta apresenta grandes variações, mas sempre com alguma participação. O grupo que apresentou a maior participação média foi dos municípios com população entre “10.000 a 20.000” habitantes, 0,74% em 2010 – pouco expressiva, no total das Receitas Orçamentárias, mas também importante no total das Receitas de Capital.

A subconta Receita de Transferências de Capitais apresentou a maior participação dentre as contas que compõem as Receitas de Capitais. Dessa maneira merece atenção especial; pois, conforme o “Ementário das Receitas Orçamentárias – Secretaria do Tesouro Nacional, 2011” essa subconta guarda estreitas relações com as subcontas de despesas: Investimentos e Inversões Financeiras. As Transferências de Capital geralmente são vinculadas a programas, receitas carimbadas ou convênios com objetivos pré-definidos e, portanto, a gestão municipal desses recursos registrados em seus orçamentos é bastante limitada. Assim, cabem aos municípios apenas o gerenciamento e a execução desses recursos, pois são receitas que fogem à autonomia do planejamento municipal. Em

outras palavras, os municípios não têm competência política sobre a gestão desses recursos.

As Receitas de Transferências de Capital destinam-se a atender despesas com Investimentos e Inversões Financeiras. Torna-se importante destacar que há outras fontes de recursos empenhadas no financiamento de Despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, porém, não exclusivas como ocorre com as Receitas de Transferências de Capital.

No geral, essas receitas mostram muita variação no período, pois são pontuais, com finalidades e objetivos definidos por meio de programas e convênios e não apresentam continuidade regular. Em 2000, dentre os grupos de municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a maior participação das “Receitas de Transferências de Capital” no orçamento municipal foi 6,07%, para o grupo dos municípios com população entre “20.001 e 50.000” habitantes, e a menor 1,16%, foi apresentada pelos municípios com “Mais de 150.000” habitantes.

Em 2010, a maior participação, 6,84%, foi apresentada pelo grupo de municípios com população entre “10.001 a 20.000” habitantes, e a menor, pelo grupo com “Mais de 150.000” habitantes. Em 2006 e 2009, as participações passaram por variações, mas sempre abaixo de 5%.

Apresentadas as contas e subcontas de Receitas selecionadas, a próxima seção apresenta as contas e subcontas selecionadas das Despesas Orçamentárias.

3. Despesas Municipais

No orçamento, as despesas são classificadas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. Como já mencionado anteriormente, selecionamos três subcontas que fazem parte das Despesas Correntes: “Despesa com Pessoal e Encargos Pessoais”; “Juros e Encargos da Dívida”; “Outras Despesas Correntes” e três subcontas das Despesas de Capital: “Investimentos”; “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os dados de despesas dos grupos de municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme os extratos populacionais definidos, para os anos de 2000, 2006, 2009 e 2010.

Nota-se que há certo padrão das Despesas, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2000, a participação das Despesas Correntes nas Despesas Orçamentárias variou entre 83,09%, do grupo de municípios entre “20.001 a 50.000” habitantes, e 89,75%, do grupo dos municípios com população entre “10.001 a 20.000” habitantes.

Em 2010, o grupo de municípios com “Mais de 150.000” teve a menor participação média de Despesas Correntes, 87,15%, e o grupo dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes registrou a maior participação, 88,84%.

Assim como nas Despesas Correntes, as participações nas Despesas de Capital também apresentaram certo padrão. Em 2000, a maior participação foi do grupo de municípios com população entre “20.001 a 50.000” habitantes, e a menor, do grupo dos municípios com população entre “10.001 a 20.000”. Em 2010, o grupo de municípios com população com “Mais de 150.000” habitantes apresentou a maior participação 12,85%, e a menor foi do grupo de municípios entre “50.001 a 150.000” habitantes.

A conta Despesas Correntes mostrou-se como a principal conta de despesa em todos os grupos de municípios, por todo o período analisado, dentre as subcontas selecionadas as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” foram as que apresentaram as maiores participações dentre as Despesas Correntes.

Tabela 4. Despesa Orçamentária Municipal Média e participação das principais subcontas, nos anos de 2000, 2006, 2009 e 2010.

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	Despesas Orçamentárias	Despesas Correntes				Despesas de Capital			
		Total	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras	Total	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da Dívida
Ano 2000									
Brasil	15.556.011,75	86,79	38,15	1,49	47,16	13,21	10,65	0,45	2,10
Minas Gerais	10.195.011,98	86,10	35,98	0,97	49,15	13,90	9,36	0,21	4,33
TMAP	16.120.978,16	85,72	37,63	0,82	47,27	14,28	10,52	0,37	3,40
Triângulo	21.301.093,57	85,51	37,93	0,88	46,70	14,49	10,06	0,48	3,94
Alto Paranaíba	10.272.460,75	86,19	36,92	0,66	48,60	13,81	11,60	0,10	2,12
Até 10.000	4.750.394,30	85,29	34,28	0,48	50,54	14,71	12,49	0,14	2,08
10.001 a 20.000	8.056.632,01	89,75	36,74	0,60	52,41	10,25	8,10	0,36	1,79

Municípios do Brasil, Minas Gerais, TMAP e por faixa populacional do TMAP	Despesas Orçamentárias	Despesas Correntes				Despesas de Capital			
		Total	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras	Total	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da Dívida
50.001 a 150.000	39.089.001,30	89,33	39,65	0,84	48,84	10,67	9,01	0,27	1,39
Mais de 150.000	210.402.941,68	83,57	38,70	1,12	43,75	16,43	10,21	0,54	5,67
Ano 2006									
Brasil	33.793.946,93	86,90	42,49	1,68	42,73	13,10	10,98	0,27	1,85
Minas Gerais	22.538.141,53	84,97	42,85	0,81	41,32	15,03	13,00	0,12	1,91
TMAP	34.209.447,15	86,47	43,15	0,75	42,57	13,53	11,91	0,16	1,46
Triângulo	45.616.574,85	86,68	43,24	0,64	42,80	13,32	11,73	0,22	1,38
Alto Paranaíba	21.698.403,88	86,00	42,96	1,01	42,03	14,00	12,31	0,04	1,65
Até 10.000	9.938.001,88	87,30	43,60	0,44	43,26	12,70	10,53	0,21	1,96
10.001 a 20.000	17.987.266,61	86,29	44,88	0,18	41,22	13,71	11,22	0,19	2,30
20.001 a 50.000	29.304.227,01	88,09	48,27	0,40	39,41	11,91	9,79	0,12	2,01
50.001 a 150.000	80.911.926,39	85,42	43,61	1,21	40,60	14,58	13,15	0,02	1,41
Mais de 150.000	428.615.380,95	86,42	40,86	0,82	44,74	13,58	12,41	0,24	0,93
Ano 2009									
Brasil	46.380.464,98	89,84	46,38	1,55	41,90	10,16	7,92	0,35	1,89
Minas Gerais	31.340.720,63	87,99	47,13	0,82	40,05	12,01	9,73	0,35	1,93
TMAP	46.327.072,48	89,55	47,26	0,73	41,56	10,45	8,52	0,12	1,81
Triângulo	62.425.856,61	90,26	48,12	0,67	41,47	9,74	7,93	0,16	1,65
Alto Paranaíba	29.189.657,11	87,94	45,31	0,87	41,76	12,06	9,85	0,03	2,18
Até 10.000	11.555.695,96	90,64	47,75	0,30	42,58	9,36	7,10	0,17	2,09
10.001 a 20.000	22.303.033,50	88,45	48,77	0,36	39,32	11,55	9,28	0,25	2,02
20.001 a 50.000	40.259.437,33	88,85	46,92	0,36	41,57	11,15	9,18	0,04	1,92
50.001 a 150.000	108.012.837,34	88,96	45,58	1,26	42,13	11,04	9,15	0,02	1,87
Mais de 150.000	605.370.913,29	90,12	47,69	0,81	41,62	9,88	8,15	0,14	1,60
Ano 2010									
Brasil	55.360.153,73	88,32	45,12	1,49	41,70	11,68	9,12	0,44	2,12
Minas Gerais	36.316.262,57	87,62	46,30	0,67	40,64	12,38	10,31	0,12	1,95
TMAP	55.781.352,91	87,84	45,68	0,72	41,44	12,16	10,07	0,17	1,91
Triângulo	76.547.032,99	87,52	45,45	0,64	41,43	12,48	10,51	0,21	1,77
Alto Paranaíba	32.867.499,04	88,67	46,27	0,93	41,47	11,33	8,96	0,08	2,29
Até 10.000	13.055.697,86	88,36	46,87	0,50	40,99	11,64	9,47	0,13	2,05
10.001 a 20.000	25.363.849,05	87,98	49,28	0,37	38,33	12,02	9,76	0,23	2,02
20.001 a 50.000	43.359.837,39	87,82	47,13	0,40	40,30	12,18	9,83	0,07	2,27
50.001 a 150.000	130.460.294,98	88,84	47,27	1,16	40,42	11,16	9,12	0,01	2,03
Mais de 150.000	729.140.548,26	87,15	43,14	0,73	43,28	12,85	10,89	0,28	1,69

Fonte: BRASIL, FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, 2001; 2008; 2010; 2011

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, foi bastante próximo o percentual despendido pelos diversos grupos de municípios com “Pessoal e Encargos Sociais”. Em 2000 o grupo de municípios com

população “Até 10.000” habitantes apresentou a menor participação dos gastos com Pessoal, 34,28%, já a maior participação 39,65%, foi apresentada pelo grupo dos municípios com “50.001 a 150.000” habitantes.

Nota-se aumento significativo dessa rubrica nos demais anos analisados: de forma geral todos os grupos de municípios registraram aumento da participação dos gastos com “Pessoal e Encargos Sociais”. Tal fato deve ser analisado com maior atenção, a fim de encontrar justificativas para esse aumento generalizado. Em 2010, o grupo dos municípios com “Mais de 150.000” habitantes apresentou a menor participação média, 43,14%, já a maior média, 49,28%, foi apresentada pelo grupo de municípios com “10.001 a 20.000” habitantes.

No geral, a subconta “Juros e Encargos da Dívida” apresentou baixa participação, mas mostrou-se mais significativa para o grupo dos municípios com população entre “50.001 a 150.000” habitantes, que apresentou as maiores participações em 2006, 2009 e 2010, variando entre 1,16% a 1,26%.

A subconta Outras Despesas Correntes, embora significativa, não mostra nenhum padrão definido de participação que possa ser relacionado ao porte populacional dos municípios, variando de 43,75% a 50,54% em 2000 e 38,33% a 43,28% em 2010.

Dentre as subcontas que compõem as Despesas de Capital, a análise da participação dos Investimentos no Total das Despesas Orçamentárias mostrou variações ao longo do período estudado. Essas, entre um ano e outro, refletem as características esporádicas dos investimentos e das fontes de receita que os financiam.

Dentre os grupos de municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 2000, o grupo dos municípios com população entre “10.001 e 20.000” habitantes apresentou a menor participação média, 8,10%, já a maior participação média, 13,89%, foi apresentada pelo grupo dos municípios com “20.001 a 50.000” habitantes. Em 2010 os grupos de municípios apresentaram participações médias mais próximas, variando entre 9,12% e 10,89%, dentre os municípios com “50.001 a 150.000” e “Mais de 150.000” habitantes.

Além da análise das participações, é importante observar os valores

absolutos dessas variáveis, uma vez que, embora as participações médias entre diferentes grupos possam ser próximas, em termos absolutos há uma grande diferença dos montantes despendidos com investimentos por municípios de diferentes portes. Por exemplo, 10% do orçamento de um grande município, Uberlândia, em 2010 equivalem a R\$ 100.429.623,94, enquanto 10% do orçamento de um pequeno município, Grupiara, por exemplo, equivale a R\$ 900.245,25. Ainda que, em termos percentuais, esses municípios apresentem as mesmas taxas de investimentos, as capacidades reais de investimentos são muito distintas.

No caso do exemplo acima, o total investido pelo município maior apresenta-se passível de realizar obras e projetos que exijam elevados montantes de recursos financeiros. Investimentos esses, portanto, capazes de alterar, de maneira significativa, a realidade de tal município, tanto no atendimento das demandas imediatas e correntes da população, através de investimentos em saúde, educação e segurança pública, quanto nos projetos estruturais e de longo prazo que dotem o município de eficientes estruturas logísticas e vantagens socialmente planejadas e construídas, como pontes, viadutos, rodovias, sistema educacional técnico e científico que possam constituir vantagens locais. Junto a todos os benefícios diretos dos investimentos, somam-se a esses os efeitos multiplicadores (Keynes, 1936) que desencadeiam no conjunto da economia de forma mais indireta, porém não menos importante.

Deve se destacar algumas especificidades e fatores limitantes para os investimentos municipais. A Lei de Responsabilidade Fiscal³⁸, ao determinar que os investimentos devam contemplar projetos estabelecidos nos Planos Plurianuais (PPA), dificulta projetos municipais que excedam o prazo de quatro anos, período de vigência dos Planos Plurianuais, consistindo em limite temporal. Principalmente para os pequenos municípios, que em termos absolutos dispõem de poucos recursos para despendar com investimentos. Tal fato, ao limitar projetos de investimentos que excedam o período de vigência de um PPA, ou período de planejamento de um governo, acaba por não permitir passar a outro mandato projetos inacabados, limitando a capacidade de

³⁸ Para maiores detalhes do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal para os municípios ver “O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal” (SILVA, 2001).

investimento dos municípios, sobretudo dos pequenos, pela limitação do *quantum* disponível em seus orçamentos.

Outro fator que deve ser destacado é o caráter esporádico dos investimentos e a dificuldade que isso implica para os municípios quando da elaboração de suas previsões orçamentárias, uma vez que as Receitas de Transferências Correntes e Transferências de Capital, principais aportes de receitas e de investimentos dos pequenos municípios, dependem do orçamento de outras esferas de governo.

Portanto, projetos de Investimentos idealizados pelos governos municipais ficam circunscritos por tais prerrogativas, tanto em aspectos financeiros, pela incerteza acerca das Transferências Governamentais, pela baixa significância das Operações de Crédito, como instrumento de financiamento, quanto pelo limite temporal de vigência dos projetos.

As Transferências Correntes mostram-se passíveis de previsões, por terem características permanentes, devido ao peso das transferências constitucionais nessa subconta, porém, é difícil traçar previsões acerca das Receitas de Transferências de Capital pelas já mencionadas características esporádicas. Como essas receitas financiam Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras, o caráter esporádico é manifesto também nos Investimentos.

As competências tributárias municipais previstas na Constituição Federal são as mesmas para todos os municípios, não levam em consideração especificidades da base de incidência nem das características econômicas do município. Por isso, conforme dados apresentados, os tributos de competência municipal são mais significativos no orçamento de municípios maiores, demonstrando relação direta entre Receitas Tributárias e porte populacional.

Dessa forma, o arranjo fiscal e de transferências vigente não permite que todos os municípios cumpram suas obrigações com a mesma eficiência, de forma satisfatória e equivalente. A análise dos gastos com investimentos de municípios de diferentes portes indica distorções na capacidade de comprometimento com investimentos. Assim, as competências administrativas municipais devem ser pensadas de forma regionalizada, integrada e articulada, a fim de minimizar as distorções impostas, tanto pelas limitações da estrutura fiscal e de transferências

montada, quanto pela heterogeneidade dos municípios em um sistema econômico regional.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Ano 2000. v. XLVI. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Ano 2006. v. LII. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Ano 2009. v. LV. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, set. 2010. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. FINBRA: Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios. Ano 2010. v. LVI. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Brasília: STN, 2013. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpe.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais – Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Brasília: STN, 2013. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Lei no. 5.172 de 25 de outubro de 1966 (código tributário nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Lei no. 4.320, de 17 de março de 1964. Orçamentos e balanços públicos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/601863.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias (2011)**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal – SOF, 2011. Disponível em: <www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/.../receitas.../ementario_2011.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CRIVELARO, Sérgio Henrique Rezende. Pequenos municípios: a participação do dia-a-dia e a cidadania do cara-a-cara. In: SEMINÁRIO NACIONAL – MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007. *Anais...* Florianópolis: NPMS, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia Duarte. **Finanças Públicas: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1982.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

RESENDE, Fernando Antônio. **Finanças Públicas**. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Edson Jacinto da. **O Município na Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lene: Editora de Direito, 2001.

SILVA, Vitorino Alves da. **Constituição de 1988 e Federalismo Tributário: Impactos sobre as Finanças Municipais**. Campinas: Unicamp, 1992.

Sobre os autores

Organizadores:

EDUARDO NUNES GUIMARÃES é professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU), onde atua como docente em dedicação exclusiva desde 1989. É graduado em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado em Economia no Cedeplar/UFMG, área de planejamento regional e urbano e doutorado em Economia no IE/Unicamp, área de Teoria Econômica. Desenvolveu o pós-doutorado na Universidade de Sussex (UK) – School of Global Studies. Atuou em atividades administrativas na UFU, como coordenador de curso de Ciências Econômicas, como pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e também como vice-reitor. Como pesquisador participou da instituição do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano (Nedru) do Ieri/UFU, onde tem desenvolvido diversas pesquisas e orientações na área de Economia, com ênfase em desenvolvimento regional e urbano e em políticas públicas e sociais. Os temas principais de interesse são: desenvolvimento regional, infraestrutura logística de integração regional, crescimento demográfico e hierarquia da rede urbana, metodologias de regionalização do território, dinâmica metropolitana, parques industriais, políticas de inovação, política habitacional, violência e segurança pública.

VITORINO ALVES DA SILVA é professor adjunto do Ieri/UFU, onde atua como docente em dedicação exclusiva desde 1989. É graduado em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado em Ciências Econômicas pela Unicamp. Em atividades administrativas atuou como diretor de

planejamento da UFU em dois momentos: 1993-1994 e 2005-2008, em que nesse foi um dos Coordenadores dos Projetos de: 1. Expansão fora de sede (Ituiutaba/MG) e 2. Projeto Reuni. Externo à UFU foi Secretário Municipal de Finanças no município de Uberlândia (MG) em dois períodos: 2002-2004 e 2013-2014 e nesse ainda Secretário Municipal de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia (2014-2016). Como pesquisador participou da instituição do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano (Nedru) do Ieri/UFU, onde tem desenvolvido diversas pesquisas e orientações na área de Economia, com ênfase em desenvolvimento regional e urbano e em políticas públicas e sociais. Participa, desde a fundação, do Observatório de Políticas Públicas, do Incis/UFU. Os temas principais de interesse são: política fiscal do Brasil, finanças públicas internas, economia regional, economia urbana, renda e tributação e política de assistência estudantil.

Coautores, pela ordem no livro:

JUCYENE DAS GRAÇAS CARDOSO é professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG). É graduada em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado e doutorado em Economia pela mesma Universidade. Atuou como assessora administrativa na Secretaria de Agropecuária e Abastecimento da Prefeitura de Uberlândia/MG. Como pesquisadora faz parte do Núcleo de Estudos Rurais do Ieri/UFU e do Grupo Pobreza, Segurança Alimentar, Ocupações e Desenvolvimento no Meio Rural (Projeto Rurbano) do IE/Unicamp. Desenvolve pesquisas em economia, com ênfase em economia agrícola, desenvolvimento rural e desenvolvimento econômico, nos temas agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas.

HUMBERTO EDUARDO DE PAULA MARTINS é professor titular do Ieri/UFU, onde atua como docente em dedicação exclusiva desde 1996. É graduado em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em

Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolveu o pós-doutorado pela University of Cambridge (Department of Land Economy). Foi Coordenador do Curso de Ciências Econômicas entre 2013 e 2015. Atua principalmente nas áreas de Desenvolvimento Regional e de Planejamento Regional e Urbano. É membro do Nedru (Ieri/UFU).

SORAIA APARECIDA CARDOZO é professora adjunta do Ieri/UFU, onde atua como docente em dedicação exclusiva desde 2009. É graduada em Ciências Econômicas (Unicamp), com mestrado e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela mesma Universidade e pós-doutorado na School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London. Desenvolve pesquisas nas áreas de Economia Brasileira e Desenvolvimento Regional. É membro do Nedru (Ieri/UFU).

DARCILENE CLÁUDIO GOMES é graduada em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado em Economia pela UFU e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisadora desde 2007 na Fundação Joaquim Nabuco, coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS/Fundaj) e docente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Tem experiência na área de economia, com ênfase em economia do trabalho, atuando principalmente nos temas de desenvolvimento, mercado de trabalho, indicadores sociais e políticas sociais.

HENRIQUE DANTAS NEDER é professor titular (aposentado) do Ieri/UFU, onde atuou como docente em dedicação exclusiva desde 1994. É graduado em Engenharia Mecânica Plena pela Escola de Engenharia Mauá, com especialização em Engenharia de Produção Pesquisa Operacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Ciência Econômica pela Unicamp. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos Quantitativos em Economia. É membro do Nedru (Ieri/UFU).

ANA MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA é professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) – Campus Avançado de Varginha/MG. É graduada em Economia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), com mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

ARMANDO GALLO YAHN FILHO é professor associado do Ieri/UFU, onde atua como docente em dedicação exclusiva desde 2010. É graduado em Direito (PUC/Campinas), com mestrado em Relações Internacionais pelo Programa “San Tiago Dantas” (Unesp – Unicamp – PUC-SP) e doutorado em Ciência Política (Unicamp), com pós-doutorado em Ciências Ambientais – e bolsa Capes – pela Oregon State University (OSU), nos EUA. Atualmente, é Pesquisador do Grupo de Estudos “Uberlândia no Contexto Internacional” (Geuci) e do Centro de Recursos Hídricos (CRH), ambos da UFU. É membro da Câmara Técnica de Internacionalização de Uberlândia, no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia (Coden), da International Law Association (ILA) e da Rede Waterlat-Globacit. É membro do Nedru (Ieri/UFU).

RICK HUMBERTO NAVES GALDINO é graduado em Ciências Econômicas (UFU), com mestrado em Desenvolvimento Econômico pela mesma Universidade. É coordenador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (Cepes) do Ieri/UFU desde 2015 e economista desse Centro desde 2013. É pesquisador em Desenvolvimento Regional e Urbano, com ênfase em finanças públicas municipais e desenvolvimento regional. É membro do Nedru (Ieri/UFU).

Sobre o livro

Formato	16cm x 23cm
Tipologia	Sabon
	River Avenue
Ano de edição	2018

